

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**JOSEMAR HIPÓLITO DA SILVA**

**NOVAS GEOGRAFIAS ALIMENTARES E ASSENTAMENTOS RURAIS NO  
NORDESTE: MOVIMENTOS E CONTRAMOVIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE  
ESPAÇOS DE PODER**

**Porto Alegre**

**2023**

**JOSEMAR HIPÓLITO DA SILVA**

**NOVAS GEOGRAFIAS ALIMENTARES E ASSENTAMENTOS RURAIS NO  
NORDESTE: MOVIMENTOS E CONTRAMOVIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE  
ESPAÇOS DE PODER**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Prof. Orientador: Dr. Sergio Schneider

**Porto Alegre**

**2023**

## CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Josemar Hipólito da  
Novas geografias alimentares e assentamentos rurais  
no Nordeste: movimentos e contramovimentos na  
construção de espaços de poder / Josemar Hipólito da  
Silva. -- 2023.  
188 f.  
Orientador: Sergio Schneider.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Novas geografias alimentares. 2. Alimentos. 3.  
Agricultura familiar. 4. Espaços de poder. 5.  
Movimentos e Contramovimentos. I. Schneider, Sergio,  
orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**JOSEMAR HIPÓLITO DA SILVA**

**NOVAS GEOGRAFIAS ALIMENTARES E ASSENTAMENTOS RURAIS NO  
NORDESTE: MOVIMENTOS E CONTRAMOVIMENTOS NA CONSTRUÇÃO DE  
ESPAÇOS DE PODER**

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Resultado: Aprovado em 18 de dezembro de 2023

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Sergio Schneider – Orientador  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes  
Universidade Estadual Paulista – UNESP

---

Prof. Dra. Christiane Marques Pitaluga  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

---

Prof. Dr. José Eloízio da Costa  
Universidade Federal de Sergipe – UFS

---

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves  
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

*Dedico esta tese a minha família e amigos.*

*A minha Mãe Nalva, por ter dedicado sua vida aos filhos,  
gratidão por todas as lágrimas e suor derramados nessa jornada.*

*A minha companheira Jisleide, pelo amor,  
pela família que construímos, pelo apoio e parceria...  
Obrigado pela compreensão e dedicação a nossa família.*

*Aos meus filhos Heitor e Vicente.*

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos se direcionam a todos que de alguma forma contribuíram para a realização desta tese. Trata-se de uma enorme conquista pessoal e profissional, formada por uma trajetória que integra várias pessoas que são inspiração e referência para realização desta pesquisa. Esse sonho nunca foi só meu, existem pessoas que compartilharam comigo.

Assim, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), pelo acolhimento durante o ano de 2019. Meus agradecimentos aos funcionários e gestores do PGDR, nas pessoas da Macarena Donoso, gratidão por sua assistência e prestatividade de sempre. Os cumprimentos se estendem às pessoas da equipe técnica de informática. Para Danielle Finamor, pelo empenho e preocupação na distribuição das bolsas. Agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de doutorado. Aos professores do programa, especialmente os que tive o privilégio de cursar disciplinas, destaco os professores, Paulo Niederle, Catia Grisa, Leonardo Xavier, Marcelo Conterato e Álvaro Heidrich. Agradecimentos especiais aos colegas de trajetória, da turma de doutorado e mestrado de 2019, especialmente ao Jorge, Darwin, Izaquiel, Stalys e Camila.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Dr. Sergio Schneider por idealizar e viver essa tese junto comigo. A trajetória de orientação foi bastante estimulante e de grande aprendizado pessoal e intelectual. Não consigo mensurar em palavras o quanto aprendi nesse período, além dos desafios enfrentados nesse processo. Não posso deixar de agradecer o constante estímulo para melhorar em todo o processo. Dito isso, confirmo que essa jornada se provou ser um processo duro e transformador. Porém minimizado pela excelente condução no processo de orientação. Gratidão pela generosidade e por compartilhar seu conhecimento.

Meus agradecimentos se estendem aos atores que contribuíram para o acesso às informações e dados coletados durante os trabalhos de campo. Aos agricultores familiares dos assentamentos Colônia 13, do complexo de assentamentos Jacaré-Curituba e da Colônia Pindorama. Aos técnicos agrícolas da Cooperativa Pindorama, da Emdagro (escritório da Colônia 13), aos técnicos do Incra (Marcelo Rabelo e Luiz Mário). Ao Sr. Carlos Fontenele pelas conversas e material disponibilizado. Agradeço ao Danilo Bruno, Gestor agrícola da cooperativa Pindorama pela receptividade e acessibilidade aos espaços restritos e material disponibilizado. Agradeço ao Sr. Ricardo Martins, Gerente de Empreendimentos de irrigação da Codevasf e os técnicos que atuam no escritório do complexo de assentamentos Jacaré-Curituba. Assim, agradeço a todos os atores que contribuíram de alguma forma com essa tese.

## RESUMO

Os processos e relações envolvidos na produção, processamento e consumo de alimentos há muito suscitam preocupações entre as sociedades, estudiosos e gestores responsáveis pela formulação e gestão de políticas e estratégias inseridas nos processos e dinâmicas presentes nos sistemas alimentares. Estes problemas estão quase sempre associados à produção e qualidade dos alimentos. Estas promovem a emergência de relações e formas de poder nos espaços de produção de alimentos e nas dinâmicas alimentares e espaciais. Neste contexto, existem cadeias agroalimentares produtoras de alimentos que atendem aos interesses associados aos processos de desenraizamento, desvinculação e desconexão de relações e formas de poder construídas por atores, recursos e instituições nos espaços produtores de alimentos. Assim, mudanças emergem do duplo movimento apresentado por Polanyi, na forma de contramovimentos destinados a combater os impactos promovidos pelos movimentos criados e impulsionados pelo agronegócio. Certamente, movimentos e contramovimentos partilham os mesmos espaços e territórios alimentares. Além de promover o surgimento de práticas agrícolas, de mercados e de consumo alimentar, que exigem uma nova agenda de investigação e estudos agroalimentares apoiados em novas geografias alimentares (NGA). Nesse sentido, esta tese tem como objetivo analisar em que medida os espaços de poder representados pelos assentamentos rurais e pelos mercados de alimentos produzem dinâmicas alimentares capazes de modificar as características dos espaços e a natureza dos lugares por meio da reterritorialização dos alimentos, o que pode ser entendido como NGA no contexto do desenvolvimento rural no Nordeste. Vários casos foram selecionados para serem analisados em três territórios diferentes. O primeiro território é o Centro-Sul onde está localizado o assentamento rural Colônia 13, o segundo território é o Alto Sertão, onde está localizado o P.A. Está localizado Jacaré-Curituba, ambos no estado de Sergipe. O terceiro caso está localizado no território de Tabuleiros Sul em Alagoas, no assentamento Colônia Pindorama. Para atingir os objetivos e responder às questões levantadas, apoiamos-nos em teorias associadas à economia política agrária, à geografia social e agrária, além da utilização das abordagens Power Cube, desenvolvida por John Gaventa e da abordagem Estratégico-Relacional desenvolvida por Bob Jessop. Essas abordagens e aportes teóricos permitiram identificar e analisar os assentamentos rurais e os mercados de alimentos como espaços de poder produtores de formas e relações de poder inseridas nas dinâmicas alimentares e espaciais. A metodologia qualitativa e a pesquisa exploratória e descritiva serviram de apoio para a compreensão dos múltiplos casos. Além disso, foram utilizadas informações e dados primários coletados em saídas de campo, observação participante e sistêmica. Entrevistas

semiestruturadas com agricultores familiares assentados e representantes de instituições que atuam em espaços de poder. Para acessar os principais atores e informantes, utilizamos a técnica de pesquisa ‘Bola de Neve’, que se apoiou em dimensões, variáveis e indicadores que orientaram os caminhos teóricos e metodológicos percorridos pela tese e que auxiliaram. Para os resultados desta tese, destacamos a importância das NGA como abordagem utilizada para estudos agroalimentares no Sul global. Mostrando-se aplicável e eficaz para a análise das formas de poder e a formação de espaços de poder nos sistemas alimentares formados em assentamentos rurais. Descobrimos que os movimentos e contramovimentos gerados pela alimentação partilham os mesmos espaços de poder. Os agricultores familiares assentados que geram contramovimentos estão organizados com base em associações e cooperativismo, redes sociais coletivas e processos associados à produção de novidades e inovações. Acesso a Mais e Melhores Mercados para a agricultura familiar, contribuindo diretamente para a obtenção de resultados mais efetivos em seus processos e dinâmicas alimentares e espaciais.

**Palavras-Chave:** Novas geografias alimentares. Alimentos. Agricultura familiar. Espaços de poder. Movimentos e Contramovimentos.

## ABSTRACT

The processes and relationships involved in the production, processing and consumption of food have long raised concerns among societies, scholars and managers responsible for formulating and managing policies and strategies inserted in the processes and dynamics present in food systems. These problems are almost always associated with food production and quality. These promote the emergence of relationships and forms of power in food producing spaces and food and spatial dynamics. In this context, there are food producing agri-food chains that serve the interests associated with the processes of uprooting, unlinking and disconnecting relationships and forms of power constructed by actors, resources and institutions in food producing spaces. Thus, changes emerge from the double movement presented by Polanyi, in the form of countermovements designed to combat the impacts promoted by movements created and driven by agribusiness. Certainly, movements and counter-movements sharing the same food spaces and territories. In addition to promoting the emergence of agricultural practices, food markets and consumption, which require a new agenda of research and agri-food studies supported by new food geographies (NGA). In this sense, this thesis aims to analyze to what extent the spaces of power represented by rural settlements and food markets produce food dynamics capable of modifying the characteristics of spaces and the nature of places through the re-territorialization of food, which can be understood as NGA in the context of rural development in the Northeast. Multiple cases were selected to be analyzed in three different territories. The first territory is the Center-South where the rural settlement Colônia 13 is located, the second territory is Alto Sertão, where P.A. Jacaré-Curituba is located, both in the state of Sergipe. The third case is located in the territory of Tabuleiros Sul in Alagoas, the settlement Colônia Pindorama. To achieve the objectives and respond to the questions raised, we are supported by theories associated with agrarian political economy, social and agrarian geography, in addition to the use of the Power Cube approaches, developed by John Gaventa and the Strategic-Relational approach developed by Bob Jessop. These approaches and theoretical contributions made it possible to identify and analyze rural settlements and food markets as spaces of power that produce forms and relations of power inserted in food and spatial dynamics. Qualitative methodology and exploratory and descriptive research served as support to understand the multiple cases. In addition, the information and primary data collected from field trips, participant and systemic observation. Semi-structured interviews with settled family farmers and representatives of institutions that operate in spaces of power. To access key actors and informants, we used the 'Snowball' research technique, which was supported by

dimensions, variables and indicators that guided the theoretical and methodological paths followed by the thesis and which helped. For the results of this thesis, we highlight the importance of NGA as an approach used for agri-food studies in the global South. Proving to be applicable and effective for the analysis of forms of power and the formation of spaces of power in food systems formed in rural settlements. We found that the movements and counter-movements generated by food share the same spaces of power. The settled family farmers that generate countermovements are organized based on associations and cooperativism, collective social networks and processes associated with the production of novelties and innovation. Accessing More and Better Markets for family farming, directly contributing to obtaining more effective results in their food and spatial processes and dynamics.

**Keywords:** New food geographies. Movements and Countermovements. Foods. Spaces of power. Family farming.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Formas e fluxos socioespaciais para as novas geografias alimentares .....	51
Figura 2 - Complexo de assentamento Jacaré-Curituba – território do Alto Sertão sergipano	65
Figura 3 - Assentamento Colônia 13 – Território Centro-Sul sergipano .....	70
Figura 4 - Assentamento rural Colônia Pindorama – Território Tabuleiros Sul alagoano .....	73
Figura 5 - Memorial/Museu René Bertholet e Moeda social Bertholet .....	74
Figura 6 - Estrutura metodológica da Tese.....	77
Quadro 1 - Dimensões, variáveis e indicadores dos espaços de poder.....	81
Figura 7 - Estrutura da coleta de dados (entrevistas e documentos técnicos) .....	85
Figura 8 - Localização dos assentamentos rurais de reforma agrária em Sergipe e Alagoas.	101
Figura 9 - Formas e fluxos dos movimentos e contramovimentos nas NGA.....	108
Quadro 2 - Relações presentes no processo de Desconexão dos alimentos .....	112
Quadro 3 - Relações presentes no processo de Desenraizamento dos alimentos.....	113
Quadro 4 - Relações presentes no processo de <i>Desvinculação</i> dos alimentos.....	116
Figura 10 - O cubo de poder: as escalas, espaços e formas de poder .....	122
Figura 11 - Alimentos, espaços de poder e território alimentar no Território dos Tabuleiros Sul alagoano .....	132
Figura 12 - Alimentos, espaços de poder e território alimentar no Território Centro-sul sergipano.....	135
Figura 13 - Alimentos, espaços de poder e território alimentar no Território do Alto Sertão sergipano em Sergipe.....	137
Figura 14 - Matriz de poder aplicada aos estudos das Novas Geografias Alimentares.....	140
Figura 15 - Estruturação das relações de poder e dinâmicas nas NGA .....	148
Figura 16 - Alimentos beneficiados e parte do complexo agroindustrial: assentamento Colônia Pindorama.....	150
Figura 17 - Alimentos produzidos no Complexo de assentamentos Jacaré-Curituba .....	151
Figura 18 - Alimentos produzidos no Assentamento Colônia 13.....	153
Figura 19 - Estrutura dos espaços de poder como mercados agroalimentares .....	156
Figura 20 - Tipologia dos mercados da agricultura familiar .....	157
Figura 21 - Estrutura dos espaços de poder presente no assentamento Colônia 13 .....	158
Figura 22 - Origem e destino dos alimentos presentes no assentamento Colônia 13.....	160
Figura 23 - Estrutura do circuito produtivo e de comercialização do P.A. Jacaré-Curituba ..	163

Figura 24 - Descrição e distribuição da produção de alimentos no assentamento rural Colônia Pindorama – SAFRA 2020/2021 .....	169
Figura 25 - Estrutura do circuito produtivo e de comercialização do assentamento Colônia Pindorama.....	170

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção de alimentos complexo de Assentamentos Jacaré-Curituba - 2021 (Familiar).....	165
Tabela 2 - Produção de alimentos complexo de Assentamentos Jacaré-Curituba - 2021 (Familiar).....	165
Tabela 3 - Produção da bovinocultura do Projeto Jacaré-Curituba - 2021 (familiar) .....	166

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNB	Banco do Nordeste
CEASA	Centrais de Abastecimento
CPR	Instituto Nacional de Imigração e Colonização
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco
COHIDRO	Companhia de Desenvolvimento e Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe
COOPAC	Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe
COOPRASE	Cooperativa Regional de Assentados de Reforma Agrária do Alto Sertão sergipano
COOPERTREZE	Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MTL	Movimento, Trabalho e Liberdade
MUPT	Movimento Unidos pela Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MMA	Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MEPF	Ministério Extraordinário de Política Fundiária
NGA	Novas Geografias Alimentares
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
PMN	Perspectiva Multinível
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PSF	Programa Saúde da Família
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SACR	Sistemas Alimentares Cidade-região
SEPLAG	Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão
SIAL	Sistema Alimentares localizados
SIAT	Sistemas Alimentares Territoriais
SUMOC	Superintendência da Moeda e Crédito
TPSN	Teorização das Dinâmicas Espaciais (Território, Lugar, Escala, Redes)
TL	Terra Livre
UNITUBA	União das Associações de Cooperação Agrícola do Perímetro Irrigado Jacaré-Curituba
VT	Via do Trabalho
VBP	Valor Bruto da Produção Agropecuária

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>SITUANDO O DEBATE DAS NOVAS GEOGRAFIAS ALIMENTARES A PARTIR DO NORTE GLOBAL.....</b>	<b>27</b>
2.1	ENTENDENDO O PODER DE TRANSFORMAÇÃO DOS ALIMENTOS NOS ESPAÇOS E SISTEMAS ALIMENTARES.....	32
2.2	OS MOVIMENTOS E CONTRAMOVIMENTOS: PARA ALÉM DO PARADIGMA DA VIRADA PARA QUALIDADE NA PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS .....	38
2.3	DO ABSTRATO SIMPLES AO CONCRETO COMPLEXO: OS TRUNFOS DO PODER NA VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS, LUGARES E ESCALAS .....	43
2.4	CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MÚLTIPLAS ESCALAS DE PODER NOS ESTUDOS DOS SISTEMAS ALIMENTARES.....	52
<b>3</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTUDOS, DETALHAMENTO DOS MÚLTIPLAS CASOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>56</b>
3.1	COMPLEXO DE ASSENTAMENTOS JACARÉ-CURITUBA – TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO.....	63
3.2	ASSENTAMENTO COLÔNIA 13 – TERRITÓRIO CENTRO-SUL SERGIPANO .....	69
3.3	ASSENTAMENTO RURAL COLÔNIA PINDORAMA – TERRITÓRIO TABULEIROS SUL ALAGOANO .....	72
3.4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E COLETA DE DADOS.....	76
3.5	TIPO DE PESQUISA.....	78
<b>3.5.1</b>	<b>Procedimentos e instrumentos de coletas de dados .....</b>	<b>84</b>
3.6	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS .....	88
<b>4</b>	<b>POR UMA GEOGRAFIA DA MUDANÇA AGRÁRIA E AGRÍCOLA: DA GEOGRAFIA ALIMENTAR HIPERMODERNA A GEOGRAFIA ALIMENTAR HÍBRIDA, INTEGRADA E TERRITORIAL .....</b>	<b>91</b>
4.1	ENTENDENDO O PODER NA ANÁLISE DAS DINÂMICAS ALIMENTARES E ESPACIAIS NAS NOVAS GEOGRAFIAS ALIMENTARES.....	92

4.2	ASSENTAMENTOS RURAIS E SUAS LUGARIDADES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM SERGIPE E ALAGOAS .....	96
4.3	AS FORMAS E FLUXOS DOS MOVIMENTOS DE DESCONEXÃO, DESVINCULAÇÃO E DESENRAIZAMENTO .....	106
<b>5</b>	<b>RETERRITORIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS E OS ESPAÇOS DE PODER....</b> .....	<b>117</b>
5.1	ESPAÇO, PODER, ALIMENTOS E OS TERRITÓRIOS ALIMENTARES: UMA LEITURA A PARTIR DA ABORDAGEM DO CUBO DE PODER .....	117
5.2	ESPAÇOS DE PODER E OS ALIMENTOS NAS NOVAS GEOGRAFIAS ALIMENTARES .....	126
<b>6</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ALIMENTARES COMO ESPAÇOS DE PODER .....</b>	<b>142</b>
6.1	AS AÇÕES E CONEXÕES NA CONSTRUÇÃO DOS MERCADOS AGROALIMENTARES COMO ESPAÇOS DE PODER.....	145
6.1.1	Construção de domínios de transformação a partir dos espaços de poder ....	155
6.1.2	Produção de alimentos no território alimentar do assentamento Colônia 13.	158
6.1.3	Produção de alimentos no território alimentar que integra o complexo de assentamentos Jacaré-Curituba .....	161
6.1.4	Produção de alimentos no território alimentar do assentamento Colônia Pindorama .....	167
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>172</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>180</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA - ASSENTADOS.....</b>	<b>189</b>
	<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES .....</b>	<b>196</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente os alimentos e os sistemas alimentares estão inseridos numa ampla agenda de pesquisa nacional e internacional. Nesse sentido, esforços estão sendo concentrados na busca por mudanças e direcionamentos associados a produção, comercialização e consumo de alimentos. Estas mudanças têm agregado alta relevância a agricultura e a produção de alimentos, que de forma ampliada, exercem influência nas dinâmicas, nas relações e processos inseridos nas desigualdades globais (Bernstein, 2016). No entanto, é relevante salientar a importância dos debates ancorados em reflexões e discussões representadas pelas condições e possibilidades existentes na inserção de espaços de poder e diferentes formas de poder no processo de globalização dos sistemas alimentares (Gaventa, 2011).

Não obstante, as mudanças que os sistemas alimentares convencionais produzem nos e sobre os espaços, implicam em alterações que vão além da dimensão física. O acesso e a forma de uso das águas e do solo, promovem alterações nas paisagens a partir de interferências dos homens e das máquinas, mediante a supressão da flora e da biodiversidade a partir dos agroquímicos e agrotóxicos. Essas alterações estão envolvidas em relações e processos que potencializam os problemas associados às mudanças climáticas, impactando na produção de alimentos saudáveis e no fornecimento e acesso dos alimentos. É fato que, mudanças significativas ocorrem nas relações entre humanos e não-humanos, fazendo com que os espaços rurais se convertam em espaços agrários e espaços agrícolas. Porém, pouco se fala dessa conversão para espaços alimentares, e acima de tudo, para espaços de lutas por poder, pelos recursos e instituições que promovem o acesso e uso das terras e águas para essa finalidade. De certo, esses mesmos espaços de poder detêm grande potencial para produção de alimentos e formação de territórios alimentares como poderá ser evidenciado.

Para operacionalizarmos a definição que integra as novas geografias alimentares (NGA) para os estudos no Sul global, como tratamos nesta tese, devemos entender as trajetórias a partir de reflexões e análises relacionais, híbridas e múltiplas para as acumulações rural, agrária, agrícola e alimentar dos territórios analisados, envolvendo diferentes determinismos e regionalismos na região Nordeste e no Brasil, a partir dos atores, recursos e instituições que compõem os espaços de poder.

As dinâmicas promovem a formação e consolidação dos espaços de poder a partir do surgimento de formas abstratas e concretas de poder, controle e dominação. São flexíveis e inflexíveis integrando relações e formas de poder resultantes de economias globalizadas inseridas em movimentos e influenciam no surgimento dos contramovimentos, que por vezes,

são geradores de governança territorial, pautada em regras, normas e regulamentações contratuais formais e informais, além de padronizações e restrições perversas impostas pelas cadeias agroalimentares controladas pelo agronegócio.

Nesse contexto, a definição abrange uma geografia alimentar hipermoderna e outra geografia alimentar integrada territorial. Essas geografias representam um *duplo movimento* que integra relações e formas de poder que coexistem em espaços, territórios e lugares. Essas relações são conduzidas por *movimentos* produtores de *commodities* agrícolas e *contramovimentos* que produzem alimentos para subsistência dos agricultores familiares e comercialização.

Para Polanyi (2021) o *duplo movimento* constitui uma característica permanente da mudança social ao longo da história capitalista. Esse processo cria um sistema internacional que incorpora princípios sociais que construíram interações longevas em várias escalas geográficas. Nesse processo estão presentes várias dinâmicas, formas de mercado e políticas que são mediadas por diversos mecanismos ideológicos e forças institucionais (governos nacionais, estruturas de mercados, entidades corporativas e fundos de investimentos). Assim, o duplo movimento representa uma ordem social complexa e sua reprodução depende de processos contestatórios que surgem entre os atores econômicos, políticos e sociais que representam diferentes interesses gerados pelo próprio duplo movimento.

A natureza do duplo movimento está em gerar contradições sistêmicas que ameaçam a sobrevivência do próprio sistema. Para o nosso caso, o sistema alimentar funciona como uma totalidade produtiva, econômica, social e política. Atreladas as práticas que estão interligadas as normas e regras de reprodução envolvidas por relações de poder e processos institucionais que restringem e permite a ação social dos atores. O duplo movimento é estabelecido como o padrão institucional crítico ao qual os atores estão sujeitos as mudanças sociais imediatas que em sua maioria são consequência das contradições promovidas pelos choques dos elementos concorrentes dentro do duplo movimento (Polanyi, 2021; Vail, 2022).

Nesse caso, a primeira geografia compõe movimentos que representam tentativas da sociedade de resistir as mudanças impostas por necessidades de proteção aos valores sociais e culturais criados para garantir os valores construídos, destacamos: os grandes sindicatos, a legislação trabalhista, regulação governamentais, as instituições envolvidas nos sistemas alimentares convencionais e no próprio capitalismo. O resultado desse processo é o aumento constante da produção primária de *commodities* agrícolas e das áreas cultivadas (formadas por polos e parques agroindustriais focados na produção de monoculturas) colaborando para o aumento do grau de dependência às soluções tecnológicas e inovadoras. A segunda geografia

integra contramovimentos que representam uma luta das forças sociais que buscam integrar a economia no tecido social. Procurando libertar essa economia das restrições sociais, culturais e políticas. Nos sistemas alimentares essas forças são construídas por atores que por vezes se encontram em condições de vulnerabilidade e que buscam explorar formas e espaços de poder produzidos a partir de iniciativas geradas pela produção de alternativas, novidades e pela reterritorialização de alimentos. Nesse processo surgem alternativas que reconhecem e conseguem evitar os perigos do economicismo e dos determinismos produzidos pelo capitalismo e sistemas alimentares convencionais. Também é verdade que o sistema parece tratar os princípios contrastantes de organização social presentes nos contramovimentos como estágios temporários nos quais o equilíbrio de poder dentro do duplo movimento pode oscilar, promovendo o domínio de um dos princípios sociais (Polanyi, 2021; Vail, 2022).

As NGA, enquanto perspectiva de análise, surgiu na década de 1990, para evitar conceituar ordenações espaciais utilizadas para determinar as atividades econômicas a partir de escalas geográficas (local, territorial, regional e nacional). Essas mesmas escalas esbarram em armadilhas escalares, analisadas por (Born; Purcell, 2006; Dupuis e Goodman, 2005; Goodman *et al.* 2012). A proposta inserida na abordagem das NGA está amparada numa análise espacial que busca globalizar as superfícies em termos móveis e relacionais para operacionalizar as dinâmicas espaciais (Jessop, 2007; Whatmore e Thorne, 1997). Partindo dessa premissa, os estudos e pesquisas desenvolvidas no Norte global levaram em consideração questões agroalimentares que tiveram como foco as redes agroalimentares alternativas e cadeias curtas de produção e comercialização (Goodman, 1997; Ilbery *et al.* 2005; Watts; Marsden, 1997; Winter, 2003; Wisserke, 2010).

Exploramos perspectivas que estão associadas a questão agrária, agrícola e alimentar, considerando novos desenvolvimentos a partir da economia política agrária, da análise teórico-social explorada pela geografia social e agrária para adequações dos estudos sobre os sistemas alimentares contemporâneos. Visando a construção de espaços para produção dos alimentos, foram exploradas possibilidades existentes nos paradigmas da reconexão entre agricultura e alimentação, entre a alimentação e a política, da alimentação com a natureza, e por fim, dos agricultores e as agências e realocização dos alimentos (Goodman; Watts, 1997; Marsden, 1997; Winter, 2003).

Os estudos da abordagem das NGA têm dado atenção especial as análises associadas as redes agroalimentares alternativas e as cadeias curtas, avançando sobre novas formas de (re)conectividade dos produtores e consumidores com os alimentos e enfatizando o papel dos atores sociais envolvidos nos processos de valorização dos alimentos, dos espaços, lugares de

produção, beneficiamento e comercialização (Winter, 2003). Explorando o que Goodman (2017) denominou de a “virada” rumo a produção de alimentos de qualidade e o surgimento das redes alternativas de abastecimento. Essa tendência, materializa-se como uma reação as “crises alimentares” na Europa ocidental e a “crise de confiança” entre os consumidores de alimentos em todo o planeta.

Como veremos, o processo de adaptação e “aterisagem” da abordagem das NGA no Brasil exigiu adaptações pontuais e pertinentes. Sobretudo, associadas aos termos, as questões e os debates desenvolvidos no Norte global. Talvez os argumentos desenvolvidos no Norte global não sejam suficientes para realizar uma leitura adequada das realidades e contextos evidenciados nos espaços, territórios e lugares existentes nos sistemas alimentares. Nesses termos, nosso objetivo não é, os imitar, nem tão pouco construir argumentos e discussões voltadas a construção de uma cópia fiel da abordagem para Sul global. Nossa intenção na presente tese é apresentar uma tentativa de validação dessa abordagem e realizar contribuições diretas para os estudos agroalimentares realizados pela abordagem das NGA.

As relações e dinâmicas estão cada vez mais associadas ao poder e a construção de valores e pertencimentos, associados aos espaços onde são produzidos, comercializados e consumidos os alimentos. Nessa perspectiva, exploramos todo o potencial existente na abordagem do Cubo de Poder elaborada por Jonh Gaventa (1980), em que estão agregados valores que determinam o *modus operandi* desses espaços de poder dentro dos sistemas alimentares. Com o intuito de ampliarmos as análises e buscarmos compreender os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos alimentos a partir de dinâmicas espaciais, e os processos inseridos nas dinâmicas alimentares conduzidas pela desconexão, desenraizamento e desvinculação das relações e processos existentes nas cadeias agroalimentares globais (Haesbaert, 2014; Wiskerke, 2010).

Esta tese se situa no tema da construção de movimentos e contramovimentos produzidos por alimentos cultivados e comercializados em espaços de poder no Nordeste. Para Polanyi (2021) e Vail (2022, p. 244), os componentes constitutivos do duplo movimento (movimentos e contramovimentos) estão representados no mercado autorregulado, na sociedade de mercado, no contramovimento e nos choques de princípios sociais. Estes formam um sistema singular e dinâmico a partir da existência do duplo movimento enquanto um fenômeno social visto em detalhes nos ciclos econômicos evidenciados nos diferentes regimes alimentares. Um contramovimento é composto por segmentos da sociedade que espontaneamente “apelam” ao Estado para iniciar políticas voltadas a “proteção social” com a finalidade de regular os caprichos destrutivos da mercantilização. Polanyi argumenta que as respostas protetoras eram

voltadas a um desenvolvimento universal, independentemente das ideologias políticas, governos e sistemas partidários ou culturas políticas representa distintos atores e princípios que organizam a sociedade com objetivos institucionais específicos.

Entende-se como espaços de poder na pesquisa, os assentamentos rurais e os mercados alimentares. E tendo em vista, a forte presença de grupos robustos que dominam a produção e comercialização em especial das *commodities*. As desigualdades históricas potencializadas por relações de poder, controle e dominação presentes no contexto agrário, agrícola e alimentar, vale destacar que esses processos têm se perpetuado através do tempo e espaço a partir de diferentes regimes alimentares. Os contramovimentos existem como movimentos antagônicos a organização das condições de produção e distribuição capitalista, enquanto movimentos não são contrários à sociedade de mercado (Polanyi, 2021). Dessa forma, o problema de pesquisa desta tese busca compreender em que medida os alimentos e as dinâmicas alimentares estão (re)configurando territórios, influenciando as dinâmicas espaciais e construindo espaços de poder nos sistemas alimentares.

Diante da questão problema desta tese, consideramos como hipótese norteadora a seguinte: a inserção dos assentamentos rurais como importantes lócus de observação dos movimentos e contramovimentos geradores de espaços de poder produtores de dinâmicas alimentares que resultam em territórios alimentares. Os assentamentos rurais e mercados alimentares estão inseridos em formas e relações de poder que visam produzir alimentos para subsistência e para comercialização.

Identificando nos assentamentos rurais a existência de um duplo movimento, observa-se a presença duas geografias alimentares distintas. Dentro desse contexto, estão inseridos os *movimentos* presentes nas relações estabelecidas entre as ações do Estado, por meio de instituições e políticas integradoras, e os mercados convencionais com foco nas exportações. Nesse sentido, a territorialização de alimentos em assentamentos rurais, busca estabelecer polos e complexos empresariais, consolidando modelos pautados em monocultura. Assim, constituindo uma questão agrícola para produção de *commodities* agrícolas e alimentos. Os *contramovimentos* estão representados em sua maioria por culturas alimentares de curto prazo (temporárias). Essas exercem influência e desempenham finalidades que vão além de suprir necessidades de autoconsumo de primeira ordem dos agricultores familiares assentados, aumentando a capacidade de relações mercantilistas desses atores. Determinam o acesso e a manutenção de mercados antes inalcançáveis no processo de comercialização dos alimentos e dos excedentes de produções direcionadas ao consumo e necessidades de primeira ordem. Essa

relação nutri o desenvolvimento de culturas como, quiabo, feijão, hortaliças, tubérculos e a fruticultura.

A implantação dos projetos de assentamentos rurais analisados, potencializa interpelações entre os ecossistemas, as atividades humanas presentes no meio rural e nas pequenas cidades próximas. Identifica como esses processos de reordenamento da estrutura fundiária e produtiva consolidam ou desestabilizam práticas e estruturas focadas na produção diversificada de culturas alimentares a partir de relações e formas de poder presentes no território, contribuindo para pensar o papel da questão agrária para além do processo de reforma agrária, tendo em vista outro prisma, não apenas a terra e sim os alimentos. Desta forma, identificando nestes espaços de poder um terreno fértil para essas análises.

Buscamos responder aos questionamentos acima a partir do objetivo geral que visa analisar em que medida os espaços de poder representados pelos assentamentos rurais e mercados alimentares, produzem dinâmicas alimentares capazes de modificar as características dos espaços e a natureza dos lugares a partir da reterritorialização dos alimentos, podendo ser entendidos como NGA no contexto de desenvolvimento rural do Nordeste. Assim, para os objetivos específicos determinamos quatro, são eles:

- a) analisar como são estabelecidas as diferentes correlações ancoradas em experiências que apresentem particularidades individuais a partir do coletivo e que permitam identificar a presença de movimentos e contramovimentos.
- b) apresentar como a desconexão enquanto processo que estimula contramovimentos contribui para construção de relações de poder em assentamentos rurais no Nordeste;
- c) elucidar como o desenraizamento de espaços, recursos e relações afetam as territorialidades dos alimentos;
- d) explicar como o processo de desvinculação promove movimentos de especialização dos espaços produtores de alimentos afetando a relação dos produtores, distribuidores e consumidores;
- e) analisar como surgem novas geografias alimentares a partir da formação de espaços de poder e de produção e comercialização nos assentamentos rurais.

Para cumprirmos os objetivos e responder à questão de tese, seguimos alguns preceitos metodológicos que se fazem presentes no “Método estruturalista” de investigação, desenvolvido inicialmente por Lévi-Strauss e utilizado também por Michel Foucault. Partimos de algumas premissas de investigação sobre fenômenos concretos, que em algum momento elevam-se ao nível do abstrato, por intermédio da constituição de modelos que representem os objetos propostos para pesquisa, que por fim, retorna ao nível do concreto como uma realidade

estruturada e estruturante, híbrida e relacional a partir da formação de novas geografias alimentares e identificadas nos múltiplos casos analisados. A presença do espaço como um ‘ente social’, exige a busca de indícios da construção de relações de poder na perspectiva abstrata (simbólicas) e é indispensável para assegurar as possibilidades de analisar as relações de poder existentes nos diferentes espaços e lugares, a partir das experiências presentes nos múltiplos casos analisados na pesquisa (Marconi; Lakatos, 2010).

Os tipos de pesquisa estão ancorados na pesquisa qualitativa, com ênfase na análise das relações, processos e dinâmicas histórico-geográficas, se apropriando de ferramentas exploratórias e descritivas para compreender os múltiplos casos analisados. Para acessar os dados primários foram realizadas incursões à campo, observação participante e sistêmica, além de entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares assentados e com representantes de instituições que atuam nos espaços de poder. Para acessar os atores e informantes-chave utilizamos inicialmente a técnica de pesquisa ‘*Snowball*’ ou bola de neve. Essa técnica se mostrou bastante eficaz, pois tivemos acesso a documentos técnicos e arquivos de fotos e mapa cedidos por representantes do Incra, Codevasf e da Cooperativa Pindorama. Realizamos o tratamento das informações e dados a partir da análise de conteúdo e crítica de discursos, e análise de conversação.

Os procedimentos e instrumentos de coleta de dados que estão amparando a coleta de informações e dados (primários e secundários) foram acessados a partir de documentos técnicos cedidos pela Codevasf e pelo Incra estão inseridos em diferentes temporalidades. A Codevasf a partir do seu Gerente de projetos de irrigação, cedeu dados sobre a produção de alimentos referente ao ano de 2021 do complexo de assentamentos rurais Jacaré-Curituba. O material cedido pelo Incra foram documentos e relatórios de pesquisa sobre a formação e gestão sustentável do complexo de assentamentos. O mesmo ocorreu com informações, dados e mapa cedidos pelo gestor operacional da Cooperativa Pindorama sobre a safra 2021 e sobre a história e gestão dos espaços de poder.

Justificando a escolha da região Nordeste como recorte espacial, representada pelos estados de Sergipe e Alagoas. Para os recortes territoriais foram selecionados os territórios do Alto Sertão e Centro-sul sergipano e pelo território dos Tabuleiros Sul alagoano. Esses estados e territórios apresentam processos ligados a reforma agrária em diferentes estágios e temporalidades. No estado de Alagoas a concentração dos assentamentos rurais ocorre nos territórios da Zona da mata e no Litoral Norte e alguns assentamentos espalhados no semiárido alagoano. Em Sergipe o processo de reforma agrária ocorre em todos os territórios os assentamentos estão presentes em todos os territórios do estado.

Não é novidade que a região Nordeste do Brasil apresenta os piores indicadores desenvolvimento e índices sociais. Agravando essa realidade estão os processos e relações históricas de poder que se perpetuaram a partir de relações sociais e políticas, privilegiando uma minoria da sociedade. Soma-se a esse contexto, desafios impostos pelas condições naturais destas regiões e a vulnerabilidade social, insegurança alimentar e nutricional das populações. Segundo informações e dados publicados no 2º Inquérito Rede PENSSAN em 2022, as duas regiões, apresentam altos índices de insegurança alimentar que esteve acima dos 60% na região Norte, e 70% no Nordeste em 2020. Já o percentual do Brasil nesse período foi da ordem de 55,2%. O retorno da fome é uma realidade e afeta 9% da população brasileira, o Nordeste apresenta 7,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave (fome) (II VIGISAN, 2022).

No caso da região Nordeste, o semiárido apresenta os maiores desafios para as populações que sobrevivem e residem em seus territórios. Dominada pelo bioma da Caatinga e por um clima quente/quase desértico com baixos índices pluviométricos e presença constante de secas prolongadas. Essa região semiárida é a mais populosa do planeta com essas condições e características naturais. Nesse cenário, estão dois dos três assentamentos rurais selecionados para compor os múltiplos casos analisados. O primeiro localizado no território do Agreste sergipano o segundo no território do Alto Sertão sergipano. O terceiro caso, está localizado na região costeira/litoral de Alagoas no território dos Tabuleiros Sul. As escolhas estão pautadas na existência e influências das formas e relações de poder impostas por fatores históricos e naturais, associados aos diferentes regimes alimentares, a produção de alimentos e formação dos territórios alimentares nos espaços de poder, neste caso, os assentamentos rurais selecionados para pesquisa.

Analisar a atuação do Estado no processo de formação de espaços de poder, demanda investigar diferentes atores institucionais envolvidos no processo de implantação dos projetos de assentamentos rurais. É crucial compreender como esses atores têm potencializado interpelações entre os ecossistemas e as atividades humanas presentes no meio rural e agrário nesses espaços. Além disso, é importante verificar como os processos e relações exercem influência no reordenamento da estrutura fundiária e produtiva consolidando e/ou desestabilizando práticas e dinâmicas voltadas a produção e comercialização de alimentos que compõem os espaços de poder dos sistemas alimentares analisados. Identificamos nestes assentamentos rurais um terreno fértil para as análises.

Foram selecionados assentamentos rurais que representam experiências e possuem particularidades individuais, que possibilitam identificar a presença de *movimentos* e

*contramovimentos*. Apresentam processos agrários e agrícolas, relações políticas, sociais e econômicas que se materializam a partir do poder presente em diferentes níveis do espaço. Como destaca Bowen (2010) a necessidade de selecionar para pesquisas casos que apresentem importantes semelhanças, porém, essas semelhanças devem afetar seus respectivos territórios e atores sociais de diferentes formas a partir de relações e formas de poder. Dito isso, o debate sobre as (re)configurações dos sistemas alimentares estão marcados por constantes controvérsias sociais, econômicas, políticas e produtivas no processo de desenvolvimento rural do Nordeste.

Frente as distintas realidades que estão presentes na região Nordeste é que estão postas as dimensões concretas e simbólicas existentes nos territórios e espaços de poder (assentamentos rurais selecionados para o estudo). Se faz necessário, considerar os processos de formação territorial e territorialização, desterritorialização e reterritorialização de culturas alimentares e alguns alimentos nestes espaços que exercem poder nos diferentes regimes alimentares. Os quais representam aspectos históricos presentes no regionalismo na região Nordeste, integrando a discussão dos “diferentes Nordestes e áreas alimentares” trabalhadas pela literatura clássica dos estudos alimentares. Tendo em vista, processos e dinâmicas exploradas a partir das variáveis e indicadores que constitui a abordagem das novas geografias alimentares para os estudos das formas e espaços de poder no Sul global.

Nesse contexto, são os assentamentos rurais redutos do surgimento de dinâmicas mais participativas e reivindicatórias. Segundo Lopes (2013), esses processos estão representados pela criação de associações e cooperativas rurais que estimulam mudanças empíricas a partir de práticas sociais, políticas e produtivas que promovem alterações na cultura política, econômica e social dos territórios. Assim, os assentamentos pesquisados estão atrelados a territórios com características sociais, culturais e econômicas distintas, que compõem distintos espaços de poder. Cada um, à sua maneira, estão inseridos em diferentes relações e formas de poder estimulando o surgimento de vários processos para atividades produtivas representando distintas dinâmicas e processos materializados em diferentes estágios de desenvolvimento rural para estes territórios.

Como destaca Nunes (2022) e Nunes *et al.*, (2019), sobre o papel integrador dos assentamentos rurais com empresas agrícolas ‘*ancoras*’, no caso uma cooperativa, representa a promoção e o acesso a novos mercados e canais de comercialização focados no acesso a diferentes escalas. Fazendo referência aos assentamentos rurais como espaços de poder conectados a três perspectivas integradoras:

- a) a territorialização dos processos, embora não represente necessariamente a desconcentração da posse das terras atualmente, contribuí para modificar a estrutura fundiária e agrária dos espaços rurais formando *manchas* de assentamentos;
- b) outro ponto elencado pelo autor, faz referência as mudanças positivas nas condições de vida das famílias, bem como alterações internas e externas aos assentamentos, ou seja, associadas as dinâmicas alimentares e espaciais, a partir da cooperação e acesso a mercados;
- c) por fim, acreditamos que as mudanças representam efetivas alterações nas relações de poder internas e externas aos assentamentos, alterando a composição das materialidades e imaterialidades dos espaços vivido e sentido no cotidiano dos atores.

Para os casos analisados destacamos o complexo de assentamentos rurais Jacaré-Curitiba, localizado nas porções de terras áridas do território do Alto Sertão sergipano. Estas terras apresentam-se como ‘oásis’ em uma região sob o domínio de grandes propriedades de pecuária extensiva e projetos/polos empresariais de irrigação (Projeto California). Compartilhando estes espaços de poder estão pequenas propriedades de agricultores familiares dedicados a produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização principalmente de milho, quiabo, macaxeira, feijão e mandioca. Para as lavouras permanente destacam-se a fruticultura, as culturas oleaginosas (girassol e mamona), tendo forte respaldo das agroindústrias no beneficiamento destas culturas.

O assentamento Colônia Treze, localizado nas terras do território Centro-sul do estado de Sergipe, se apresenta como principal produtora do setor citricultor (laranja, maracujá, banana, goiaba e pimenta) do estado e o segundo maior do Nordeste (Inkra, 2020). Representando atualmente a porção moderna da agricultura no estado, com forte presença de empresas do agronegócio e porta de entrada para as monoculturas do milho e da soja.

No assentamento rural Colônia Pindorama localizado no território dos Tabuleiros Sul do estado de Alagoas. Identificamos a forte influência exercida a partir da inserção dos atores sociais no processo de cooperativismo (Cooperativa Pindorama), combinado a fatores empíricos que viabilizaram infraestruturas e condições econômicas para o desenvolvimento de atividades produtivas diversificadas. Nesse processo são acessados diferentes canais de comercialização, atuando fortemente na região Norte e Nordeste, na comercialização de seus produtos. Entre as atividades, estão a agricultura, pecuária e beneficiamento de diferentes produtos agropecuários, destacando-se as produções de cana-de-açúcar, horticultura, produção orgânica, fruticultura, pecuária leiteira, entre outras (Lima, 2011).

Consideramos importante citar a participação em projetos de pesquisas que ofereceram o acesso a discussões e o desenvolvimento de estratégias que contribuíram para construção das discussões metodológicas e teóricas para esta tese. Os projetos estão sob a coordenação do professor Doutor Sergio Schneider. Destacamos o Projeto intitulado: Políticas públicas e inovações para construção de “Mais e melhores mercados” para os agricultores familiares do Brasil? Criação da rede de pesquisa sobre mercados.

Esta proposta de projeto em rede visa realizar pesquisas de forma colaborativa entre pesquisadores de 10 unidades da Federação das cinco grandes regiões do Brasil sobre os mercados e as políticas públicas. O objetivo é analisar em que medida as políticas públicas que os agricultores familiares acessam ajudam a ampliar o leque de opções ou criam óbices em relação às estratégias de comercialização e acesso aos mercados. O estudo é relevante em face do contexto atual pós-pandemia SARS-COVID-19 em que a questão do acesso aos mercados assumiu redobrada relevância, quer seja pelos problemas de bloqueio ou pelo aumento da fome decorrente da crise. São necessárias pesquisas que possam produzir evidências e subsídios para políticas públicas que tenham como foco superar os problemas atuais e construir conhecimento que possa subsidiar a gestão de políticas públicas e a construção de capacidades estatais.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa de tese se propôs a contribuir para o avanço dos estudos agroalimentares utilizando a abordagem das novas geografias alimentares para os estudos no Sul global. Buscou-se ainda contribuir a partir de comprovações empíricas capazes de consolidarem os argumentos, as formas e relações de poder capazes de comprovarem que os assentamentos rurais e os mercados alimentares são espaços de poder compostos por atores, recursos e instituições. Tentamos agregar elementos suficientes para compor uma crítica aos modelos controlados pelos movimentos construídos pelo agronegócio, além de avanços teóricos possíveis para o referencial dos mercados agroalimentares da agricultura familiar, apresentamos a perspectiva analítica do poder, a partir da compreensão das formas e relações existentes nesses espaços.

A presente tese está organizada a partir de cinco capítulos e considerações finais, além da presente introdução. O segundo capítulo apresenta o estado da arte das abordagens e discussões que integram os paradigmas presentes na ‘virada para qualidade’, as abordagens e pesquisas que integram os estudos das novas geografias alimentares no Norte global. Exaltamos as abordagens teóricas que exploram o poder e o espaço de forma relacional, multinível e multidimensional (abordagem estratégico-relacional de Bob Jessop, a abordagem do Cubo de poder desenvolvida por John Gaventa). Além de debates possíveis ancorados na economia política, na geografia agrária e social. O terceiro capítulo apresenta a caracterização das áreas

de estudos e os procedimentos metodológicos utilizados para respaldar as análises e pesquisa de campo.

O quarto capítulo apresenta e discute criticamente as diferentes territorialidades dos alimentos, buscando entender como o poder está atrelado às dinâmicas alimentares e espaciais presentes nos espaços de poder analisados. Assim, compreendendo como os processos, relações de poder e dinâmicas determinaram as formas de acesso e uso da terra nos territórios e como o poder e suas diferentes conexões e relações determinam o surgimento de diferentes geografias alimentares e entendendo o papel dos assentamentos dentro dos movimentos e contramovimentos atrelados aos processos de produção e comercialização de alimentos nas dinâmicas alimentares.

O quinto capítulo explora o processo de reterritorialização dos alimentos, no qual exploramos a perspectiva analítica da abordagem do Cubo de poder para explicar as formas e os espaços de poder. O sexto capítulo apresenta como surgem novas geografias alimentares a partir da formação de espaços de poder impulsionados por processos de comercialização de alimentos. Contribuí diretamente para as discussões em torno dos tipos de mercados acessados por agricultores familiares envolvidos na produção e comercialização dos alimentos nesses espaços de poder. Além disso, contribuí diretamente para análises do poder existentes nas relações em torno da comercialização dos alimentos por esses espaços. Por fim, buscamos evidências que respalde os mercados enquanto espaços de poder.

## 2 SITUANDO O DEBATE DAS NOVAS GEOGRAFIAS ALIMENTARES A PARTIR DO NORTE GLOBAL

Os sistemas alimentares exercem grande importância para o desenvolvimento econômico e social das regiões. Tendo na agricultura e nos processos agroindustriais associados a produção e processamento dos alimentos o motor dessa engrenagem, que transforma profundamente as pessoas, economias e os ecossistemas (Caron *et al.* 2019). O envolvimento da indústria nesse processo altera as dinâmicas alimentares e espaciais dos espaços. A evolução do sistema alimentar convencional gerou o aumento da produção de riqueza para uma minoria, elevando as preocupações referente a vulnerabilidade e resiliência das populações rurais (Caron *et al.* 2019).

O crescente distanciamento presente entre os processos de produção, beneficiamento e fornecimento de alimentos e os consumidores finais, tem sido uma das características mais marcantes do setor agroalimentar moderno “*agribusiness*”. Segundo Schneider e Gazolla (2017) o termo “*agribusiness*” foi inserido no Brasil de forma rápida nas últimas décadas, possuindo grande apelo midiático, político e ideológico. Formulado para designar e caracterizar o conjunto de etapas e atividades associadas a produção de bens do setor primário. Na literatura, esse conjunto de atividades e etapas foram difundidas a partir dos conceitos de cadeia agroalimentar e de valor.

São rotineiras as apropriações e substituições dos insumos naturais por insumos manufaturados na produção de alimentos, aproximando a organização da agricultura à indústria. As consequências observadas são a *desconexão, desenraizamento e desvinculação*<sup>1</sup>, além do marketing de massa e o processo de padronização dos alimentos, mais conhecido como “*McDonaldização*” que dificultam o acesso dos consumidores aos alimentos frescos e saudáveis. Distanciando produtores de alimentos das atividades tradicionais, das práticas sociais e da conectividade geográfica. Esse processo foi agravado pelo aumento da comercialização de alimentos em grandes redes varejistas e atacadistas a partir da “*Supermercadoização*” (Ilbery *et al.* 2005; Marsden; Banks; Bristow, 2000).

---

<sup>1</sup> Os processos de desconexão, desenraizamento e desvinculação representam categorias que buscam contribuir para o entendimento das relações e processos ligados as dinâmicas econômicas e geração de economias de escala a partir das cadeias de valor agroalimentar. Esse universo está representado pelos três processos analisados por Wiskerke (2010). Que interligados representam espaços, bens e serviços cada vez mais intercambiáveis, onde a competição está pautada em critérios econômicos. Esses três processos são impulsionados pelo princípio da produção econômica e da economia de escala desenvolvidos a partir do modelo praticado pelo setor agroexportador da agricultura brasileira.

A agricultura e a produção de alimentos têm gerado um duplo movimento. Esse processo (re)conecta diferentes relações e fenômenos ligados aos movimentos promovidos por sistemas alimentares convencionais. Esses sistemas estão pautados em economias de mercados globalizadas, na produção em larga escala de *'commodities'*, nos monocultivos e no uso intensivo dos recursos naturais. Estimulando a ascensão do setor de transformação e varejo, fortalecendo o domínio sobre o fornecimento, qualidade e escolha dos alimentos por produtores e consumidores. Considerando o desenvolvimento rural um processo instituído a partir de iniciativas de contramovimentos geradas por atores sociais em situação de vulnerabilidade e portadores de contradições resultantes ao capitalismo contemporâneo (Polanyi, 2021, p. 98; Schneider; Escher, 2011, p. 186).

O desenvolvimento das iniciativas ligadas as novas geografias alimentares (NGA) presentes em estudos e pesquisas realizadas no Norte global, frequentemente representam fluxos locais organizados e direcionados ao fornecimento de alimentos e produtos alimentícios conectando consumidores e produtores às boas práticas. São combinados reconstrução social e política, formas de comercialização, confiança dos produtores e consumidores, localização da produção e benefícios a saúde humana e animal, ao meio ambiente e agroecossistemas, na perspectiva das economias alternativas. As causas que motivaram a crescente diversidade de iniciativas alimentares ligadas a NGA estão associadas aos contramovimentos conhecidos como *'quality turn'* ou virada para qualidade. Sua origem está ligada as iniciativas desenvolvidas em países do Norte global (França, Itália, Reino Unido, entre outros). As motivações fazem referência as sucessivas crises alimentares influenciadas por problemas sanitários, preocupações ligadas a produção, manuseio, beneficiamento e consumo dos alimentos. As causas das crises foram surtos pandêmicos ocasionados pela BSE<sup>2</sup> (Doença da Vaca Louca), a Febre Aftosa no Reino Unido e a gripe suína na Rússia. Esses eventos sanitários de escala global, incluí a atual crise pandêmica da Covid-19, iniciada na China, impulsionada por baixas ou nenhuma prática de inspeção sanitária nos locais de beneficiamento de alimentos (Goodman, 2017, p. 60).

As primeiras reflexões ligadas a esse processo de contramovimento que fizeram referência as “Novas Geografias Alimentares” (NGA) nos estudos agroalimentares, ocorreram durante o *Workshop Berkeley* realizado em 1997 no Reino Unido. O encontro promoveu o diálogo entre pesquisadores de diferentes áreas dos estudos agroalimentares. Whatmore e Thorne (1997) foram responsáveis pela produção do artigo *Nourishing Networks: Alternative Geographies of Food*, em tradução livre, *Redes de Nutrição: geografias alternativas de alimentos*. Essa foi a primeira publicação que propôs uma análise espacial para os estudos

agroalimentares, rompendo com as dualidades escalares presentes entre o local e o global nos diferentes estudos, construindo uma proposta analítica pautada na abordagem relacional<sup>2</sup> apresentando distinções claras entre sistemas e redes (Whatmore; Thorne, 1997).

Estabelecendo mudanças na metáfora analítica e propondo o retorno da crítica à ortodoxia a globalização:

Em vez de conceituar as ordenações espaciais da atividade econômica em termos territoriais - uma globalização de superfícies - esta abordagem implica uma concepção das ordenações espaciais da atividade econômica em termos móveis — Um alongamento dos fluxos. Ela muda a preocupação de um desdobramento previsível de estruturas sociais no espaço para os meios pelos quais as redes de atores constroem o espaço usando certas formas de ordenação que mobilizam racionalidades particulares, dispositivos tecnológicos e representacionais, seres vivos (incluindo pessoas), e propriedades físicas. Mais do que isso, ao contrário das superfícies preenchidas da globalização, esta abordagem abre o espaço-tempo para a coexistência de múltiplas redes transversais de comprimento e durabilidades variadas, para gerar exemplos nas muitas coincidências entre os espaços institucionais e os lugares geográficos habitados (Whatmore; Thorne, 1997, p. 222, tradução própria).

A partir desse contexto Winter (2003), sugere alguns avanços analíticos para a abordagem das NGA partindo do interesse nas questões alimentares presentes ao longo das cadeias alimentares globais. Assim, importantes contribuições foram introduzidas ao debate agroalimentar pela economia política dos anos 80 e pela sociologia econômica. Contrapondo os estreitos limites impostos pelo agronegócio e as perspectivas analisadas sob as lentes do *'mainstream'* da economia neoclássica sobre os comportamentos do mercado e do capital.

As contribuições estão amparadas em dinâmicas amplamente associadas ao processo de *reconexão*. Dito isso, são dois os fatores que conduzem as dinâmicas: a política comercial e a economia alternativa de alimentos. Esses processos apresentam percepções sobre como os camponeses e agricultores familiares são vítimas do processo de globalização. Vale ressaltar a maneira errada que essas problemáticas são tratadas por muitos estudiosos, entre eles geógrafos rurais e agrários. No entanto, são muitas as respostas criadas pelos atores sociais, dentre elas, a

---

<sup>2</sup> Como destaca Claude Raffestin (1993, p. 31, 32) a opção por uma abordagem relacional, é por acreditarmos no compartilhamento do pensamento que as relações são capazes de tornar inteligíveis ao *'poder'*, em diferentes dimensões e manifestações no espaço. Nesse sentido, os *'agricultores familiares'* envolvidos nos processos de *'contramovimentos'*, se apresentam como: *"os 'trocadores' que trazem uma realidade orgânica: seus corpos, suas mãos, além dos seus instrumentos e produtos. Entram em contato. Esse contato, que traz uma informação a cada uma das partes, os modifica. Há uma junção de uma energia orgânica e uma energia informacional"*. Esse ato de representatividade em manifestações da vida cotidiana, nesse universo relacional a organização estatal, as associações e cooperativas rurais são partes privilegiadas nas relações determinando o campo sociopolítico das relações multiescalar e multinível. Seguindo um conjunto baseado em trocas que estão para além da troca material, uma vez que procede, a troca a partir de processos verbais/linguísticos. A natureza das relações se estabelece nos processos que compõem os elementos deterministas e aleatórios, caracterizados sobretudo por sistemas físicos, realizados de uma única forma. As relações compostas por processos aleatórios caracterizados por processos anteriores à sua realização composta por certo grau de indeterminismo.

criação de novidades, empreendimentos rurais, estratégias de cooperação e integração vertical. Nesse contexto, a economia alternativa de alimentos, pelos motivos óbvios, estabelece a reconexão entre: agricultura e alimentação, alimentação e política, alimentação e natureza e os agricultores e a agência (Winter, 2003).

Ao incorporar a abordagem das NGA ao paradigma da modernização no processo de desenvolvimento rural, a reconexão passa o implícito conhecimento e capacidade de estabelecer rupturas a partir da desconexão da cadeia alimentar. Esse processo tem sido apontado como uma panaceia para a sobrevivência agrícola, as quais incluem restabelecer a confiança do consumidor na produção e no beneficiamento dos alimentos (Ilbery *et al.* 2005).

São muitas as discussões que assistimos nos últimos anos que fazem referência a emergência de novas dinâmicas alimentares e espaciais e que estão inseridas na produção de novidades em contextos de transições econômicas. Como a *'virada de um regime alimentar produtivista'* para um *'regime alimentar pós-produtivista'*. Essa transição apresenta relações de poder que emergem nos sistemas alimentares, modificando os espaços e alterando os lugares a partir das dinâmicas alimentares (Renting *et al.* 2017).

Assim, a cadeia alimentar tornou-se elemento fundamental para compreensão dos novos padrões de desenvolvimento rural em diferentes níveis e escalas. Tendo em vista, a existência de uma ampla variedade de definições concorrentes para alcançar a qualidade dos alimentos e dos processos de produção no âmbito do abastecimento alimentar. Esses processos se estruturam a partir das demandas de consumidores cada vez mais exigentes, pela oferta de produtores que estão articulados em redes e fortalecidos por códigos, normas e regras de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos. O resultado é uma enorme variedade de sistemas agrícolas e de configurações espaciais e territoriais que abrangem diferentes tradições culturais e gastronômicas. Além, de uma diversidade de estruturas organizacionais e variações nas percepções dos consumidores e no apoio institucional e político (Renting *et al.* 2017, p. 28).

A construção de “sistemas alimentares alternativos” de abastecimento alimentar contrários ao modelo hegemônico de produção de alimentos equivalem, fundamentalmente, ao rompimento de circuitos produtivos e anônimos ligados as cadeias alimentares convencionais. Esses sistemas promovem a construção de novidades, alternativas e aproximam produtores e consumidores. As principais características são as relações e capacidades de re-espacializar e reterritorializar os alimentos construindo espaços de poder a partir dos alimentos e da materialização de diferentes formas de poder como a produção e comercialização (Gaventa, 2010; Sonnino e Marsden, 2017).

As alternativas existentes nos ‘espaços de poder’ são explicadas a partir de contramovimentos produzidos para contrapor a lógica de produção em massa de alimentos processados e ultraprocessados fruto de diferentes movimentos gerados nas cadeias alimentares globais. Os processos e relações frutos dos contramovimentos são resultados de iniciativas associadas as redes (agro)alimentares alternativas, cadeias curtas e circuitos anônimos que integram dinâmicas que redistribuem valores diversos nos sistemas alimentares alternativos. Restabelecendo a confiança entre quem produz e quem consome os alimentos, articulando novas formas de comercialização, de cooperação, associação política e novos vínculos institucionais e organizacionais (Polanyi, 2021; Whatmore *et al.* 2003).

Para fundamentar a discussão sobre as alternativas existentes nos espaços de poder, o conceito de enraizamento (*embeddedness*) torna-se um dispositivo teórico fundamental, à medida que, utilizamos para fundamentar as relações de poder construídas entre os “alimentos-espaços-atores”. Esse caminho teórico-metodológico problematiza as dimensões horizontal e vertical do processo de enraizamento. O desenvolvimento dessas alternativas está remodelando o espaço rural e agrário, criando nichos e novas estruturas espaciais, políticas e organizacionais (Sonnino; Marsden, 2017).

Assim, podemos postular a chegada de geografias alimentares concorrentes que coexistem na abordagem das NGA, operando nos mesmos espaços e construídas sob diferentes conjunturas pautadas por normas, regras e convenções produtivas, comerciais e de qualidade exibindo diferentes escalas e níveis de imersão vertical e horizontal (Sonnino; Marsden, 2017, p. 122). Não obstante, as mudanças que o sistema alimentar convencional e/ou hegemônico produz sobre os espaços implica em alterações que vão além da dimensão física, são mudanças nas paisagens alimentares. De fato, mudanças significativas ocorrem nas relações entre humanos e não-humanos fazendo com que os espaços rurais se convertam em espaços agrários e, acima de tudo, em espaços de poder e disputas, a exemplo dos mercados da agricultura familiar (Schneider, 2016).

Porém, nenhuma contribuição teórica é tão importante para abordagem das novas geografias alimentares, quanto publicação do trabalho intitulado, “*On regions lost and regions regained: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development*”, de Johannes S. C. Wiskerke (2010, p. 1-40, tradução própria)<sup>3</sup>. Essa publicação trouxe à tona preocupações sobre como os locais de produção e fornecimento de bens e serviços,

---

<sup>3</sup> “*Sobre regiões perdidas e regiões reconquistadas: reflexões sobre a geografia alimentar alternativa e o desenvolvimento regional sustentável*”.

estão cada vez mais desconectados, desenraizados e desvinculados dos locais onde os alimentos são comercializados e consumidos. Os três processos estão inter-relacionados e sustentam essa tendência global de produção de alimentos nos sistemas alimentares convencionais, promovendo caminhos possíveis para os estudos e pesquisas aplicados ao Sul global.

## 2.1 ENTENDENDO O PODER DE TRANSFORMAÇÃO DOS ALIMENTOS NOS ESPAÇOS E SISTEMAS ALIMENTARES

Os alimentos tornaram-se tema central e estratégico para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Arelado a essa centralidade, estão diferentes níveis de atenção envolvidos nos debates entorno dos sistemas alimentares, o que implica considerar fatores diversos ligados as dinâmicas alimentares. Nesse caso, os alimentos estão diretamente inseridos nas dimensões da sustentabilidade, nas relações urbano-rural, na produção de energia, no uso racional dos recursos e no fortalecimento dos nexos e fluxos alimentares. Questões como as de gênero e equidade, mudanças climáticas, fome, vulnerabilidade e resiliência estão em pauta, além do acesso e posse da terra e oportunidades econômicas. Incluindo meios de subsistência e boa saúde a partir do acesso a quantidades adequadas de alimentos nutritivos e culturalmente apropriados estão na agenda dos estudos alimentares (Blay-Palmer *et al.* 2018).

Em geral, os alimentos incorporam questões econômicas, sociais, culturais e políticas exercendo influência nas relações do Estado com os mercados e vice-versa. Influenciando na formulação e condução de políticas públicas internas e externas, agrárias e agrícola, na saúde pública, no bem-estar social. Questões individuais de caráter pessoal e de identidade corporal, elevam o ato de comer e se alimentar a um “ato social” e reivindicatório. Essas questões estão presentes nas dinâmicas de poder que afetam todas as atividades do sistema alimentar. Dentre as incontáveis funções atribuídas ao sistema alimentar, a função básica é a de fornecer nutrição para as pessoas (Castro, 1984). Porém, as relações de poder excluíram 821 milhões de pessoas no planeta do acesso regular e contínuo a alimentação e alimentos suficientes para suprir as necessidades calóricas básicas das populações (FAO *et al.* 2018).

Assim, é possível refletir sobre como os alimentos constroem relações e exercem poder, controle e dominação sobre os espaços e territórios. Quanto aos sistemas alimentares, são constituídos e tutelados por mudanças promovidas (ou não) por eles. Identificando quem ganha ou perde, o que implica em relações de poder de vários tipos, graus, níveis e escalas dentro dos sistemas alimentares (Leach *et al.* 2020).

Entender o poder de transformação dos alimentos nos sistemas alimentares e seus reflexos nos espaços, demanda mobilizar abordagens teóricas capazes de analisar as diferentes realidades presentes no Sul global, onde o poder provou ser um conceito escorregadio e mutável que depende diretamente do ator e do seu ponto de vista sobre as relações, processos e dinâmicas. Existem vários pontos de entrada para direcionar as análises do poder, podendo ser disciplinares, epistemológicas e ideológicas. Os aspectos que mantêm as diferentes perspectivas unidas é a compreensão de que o poder é crítico e espacial, incluindo o poder sobre os outros e o poder para atingir os objetivos (Anderson *et al.* 2019).

A diversidade de abordagens existentes fornece lentes importantes e multifacetadas na investigação das mudanças sociais, políticas e econômicas, identificadas a partir de pontos de entrada para compreender a resistência à mudança. Assim, a forma como entendemos e abordamos o poder nos sistemas alimentares molda as visões que podemos ter sobre a transformação do sistema alimentar no Sul global. Para analisar o ‘poder’ presente nos sistemas alimentares deve-se, portanto, incluir o poder como um aspecto da abordagem da “economia política e dos sistemas alimentares”. Friedmann (1993) contribuiu diretamente para essas reflexões, ao analisar a ascensão de um regime alimentar e a emergência do surgimento de relações de poder contraditórias e conflitantes dentro desse regime. Para a autora o regime alimentar no período pós-guerra foi gerido por regras implícitas que regulamentavam a propriedade e o poder dentro e entre as nações. Assim, o regime alimentar e as relações foram construídas sobre uma tensão entre a *replicação* e a *integração* dos diferentes setores agroalimentares nacionais. Essas relações nos ajudam a entender os processos e dinâmicas presentes ao longo do tempo e espaço, evidenciando como as relações de poder afetam os diferentes atores. Previsivelmente, podem ou não, exercer o direito de acesso a mais e melhores mercados, a novas práticas produtivas e de consumo mais saudáveis e sustentáveis. Contribuindo para construção de espaços de poder que valorizem a tomada de decisão dos atores sobre o sistema alimentar (Anderson *et al.* 2019).

Permite-se explorar analiticamente as fontes de poder presentes nos sistemas, por exemplo, as relações, os recursos, a mercantilização e o autoconsumo:

- a) exemplos são as relações (discursos, autonomia, governança multiescalar, cooperação, regras e normas, entre outras);
- b) os recursos (a exemplo, das instituições, da mão de obra, recursos naturais, o tempo, a terra e o dinheiro);
- c) a mercantilização (os mercados socialmente construídos e os canais de comercialização); e

d) o autoconsumo (acesso a segurança alimentar e nutricional, melhoria da renda e qualidade devida) entre outras questões.

O processo de apropriação da economia política como uma abordagem-chave para nossas análises sobre os alimentos, os sistemas alimentares e as relações de poder são justificadas a partir da citação abaixo:

A economia política foi adotada como uma abordagem-chave nos estudos de alimentos na década de 1980, quando os estudiosos começaram a explorar os sistemas alimentares dominantes e as inúmeras relações entre pessoas, capital e espaço que contribuíram para problemas de saúde, desigualdade e degradação ecológica (Buttel, 2001; Friedmann, 1982; Marsden *et al.* 1996). Uma abordagem de economia política também foi mobilizada para entender os processos dos sistemas alimentares em diferentes escalas, com foco particular na agricultura, como o estudo das estratégias dos agricultores por meio de uma série de abordagens estruturalistas que incluem explorar a questão agrária e a posição de classe dos agricultores (Watts; Goodman, 1997). Ao longo do tempo, os estudiosos das pesquisas alimentares adaptaram as abordagens da economia política para abordar uma série de lacunas e questões emergentes. Algumas dessas mudanças foram consistentes com disciplinas e áreas de estudo específicas, enquanto outras foram exclusivas dos estudos de sistemas alimentares. Por exemplo, no início da década de 1990, a virada do consumo nos estudos de alimentos (parte da virada cultural mais ampla na geografia e outras disciplinas) ofereceu novas abordagens e ferramentas para analisar as relações de poder e abordou questões de valor e qualidade em toda a cadeia alimentar (Duncan; Levkoe; Moraes-Faus, 2019, p. 38, tradução própria).

Em resumo, a utilização de uma abordagem dentro do universo da economia política permite compreender e avaliar possíveis tendências históricas relacionadas às diversidades inseridas nas dinâmicas alimentares e espaciais. Ao mesmo tempo em que permanece analisando à maneira como grupos marginalizados produzem novidades e inovações, identificando como atores sociais fazem uso dos recursos e instituições difundindo seus conhecimentos e práticas. Nesse contexto, os movimentos sociais representam os atores mais afetados pelas consequências negativas dos sistemas alimentares, associadas aos problemas da fome, violações de direitos dos trabalhadores, poluição causadas por parques industriais, a desapropriação de terras como reflexo de ações patrocinadas por governos e empresas. Portanto, eles trazem perspectivas especialmente importantes para a identificação e análise de problemas e a busca e implementação de soluções (Anderson; Leach, 2019).

Para que sejam construídos contramovimentos capazes de solucionar os problemas e superar as dificuldades deve haver o reconhecimento da existência do *mainstream* e seus movimentos de afirmação. Nesse caso eles devem ser refutados por abordagens divergentes e pela produção de alternativas. É fundamental entender como os diferentes grupos e atores veem o ‘poder’ nos sistemas alimentares. Enquanto as abordagens ligadas ao *mainstream* retratam os sistemas ‘*sem atores*’ e as cadeias alimentares e de valor *sem energia*, apresentando

as estruturas institucionais como algo dado, não como algo socialmente construído. Esse processo é resultado de dependências e conflitos de trajetórias sociais e políticas materializadas no espaço e tempo nos diferentes regimes alimentares (Anderson *et al.* 2019).

Os caminhos teóricos e práticos da pesquisa *mainstream* nos estudos dos sistemas alimentares convencionais:

Na pesquisa e prática dos sistemas alimentares, o *'mainstream'* consiste em um amplo grupo de pensadores do desenvolvimento econômico e agrícola, estudiosos de segurança alimentar, agências doadoras e fundações privadas que moldaram a formulação de políticas de sistemas alimentares em espaços governamentais e intergovernamentais (Nações Unidas) pelos últimos 60 anos. Embora as visões dominantes tenham assumido a necessidade de proteger a qualidade ambiental e a equidade de gênero em graus variados, argumentaríamos que o que une esse grupo diversificado de atores é a adesão a uma perspectiva predominantemente *'produtivista'* que enfatiza a necessidade de aumentar significativamente a produção de alimentos e calorias disponíveis por meio da eficiência na produção agrícola, novos e grandes investimentos de capital e novas tecnologias, geralmente focadas em culturas de grãos básicos e sementes oleaginosas (Anderson *et al.* 2019, p. 3, tradução própria).

O foco produtivista está no papel da tecnologia e da gestão eficiente de recursos para desenvolver atividades e suprir necessidades dos sistemas alimentares. Nessa abordagem, a alimentação e a nutrição são questões técnicas (econômicas e produtivas) e não sociais, culturais e políticas. Apresentando, a crença no livre comércio sem restrições e altamente globalizado, a primazia do mercado e dos processos de financeirização dos recursos e promovendo iniciativas voluntárias que agregam responsabilidade social e corporativa, além de sistemas de padronização da qualidade. Embora os esquemas de padronização sejam frequentemente desenvolvidos por defensores da sustentabilidade, equidade e resiliência, recentemente essas perspectivas foram vistas como portas de entrada para compreender os riscos da cooperação por interesses corporativos e hegemônicos. Identificando como podem perpetuar involuntariamente *'armadilhas localistas'* e os processos de *"desconexão, desenraizamento e desvinculação"* (Anderson *et al.* 2019; Wiskerke, 2010).

Pesquisas sobre sistemas alimentares alternativos, consideram como os sistemas podem corrigir desequilíbrios de poder presentes nos espaços em virtude das ações existentes nos sistemas alimentares convencionais. Possibilitando devolver o controle democrático (político, social, cultural, econômico e produtivo) aos atores marginalizados. Permitindo (re)construir relações de proximidade, confiança, autonomia, governança e cooperação entre os atores, as instituições e os territórios (Bowen, 2014; Blay-Palmer *et al.* 2018; Caron *et al.* 2018; Muchnik, 2009; Preiss e Schneider, 2020).

Porém, vários estudiosos críticos dos sistemas alimentares questionam até que ponto os sistemas alimentares alternativos realmente levam a mudanças transformadoras. Para essa corrente de estudiosos, os sistemas alimentares alternativos podem reproduzir inconscientemente sistemas de exploração econômica e falta de responsabilidade política e cultural. Considerando as formas pelas quais os sistemas alimentares convencionais continuam a cooptar alternativas (normatizando paradigmas que valorizam as individualidades e as responsabilidades associadas as inovações). Tendo no Estado e no aparato institucional atores ativos na manutenção e reprodução dos paradigmas dominantes (Anderson *et al.* 2019).

Situamos o debate sobre os sistemas alimentares alternativos apresentando perspectivas de análise associadas a transição para abordagens mais saudáveis e sustentáveis, explorando relações rurais e urbanas, destacando como podem agregar importância e valor aos estudos alimentares. O pontapé inicial é a apresentação do sistema alimentar saudável, essa perspectiva deriva da ‘teoria da mudança’ que está estruturada a partir do tripé analítico ‘estrutura-conduta-desempenho’:

Segundo critérios estabelecidos pela FAO um sistema alimentar sustentável: [...] *oferece segurança alimentar e nutricional para todos de tal forma que as bases econômicas, sociais e ambientais para gerar segurança alimentar e nutricional para as gerações futuras não estão comprometidas.* Cabe destacar que o sistema está no cerne da proposta dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) das Nações Unidas, adotado em 2015. Os objetivos têm propostas que promovem grandes transformações para agricultura e os sistemas alimentares convencionais (FAO, 2020, pp. 1-8, tradução própria).

Nessa perspectiva, a estrutura do sistema alimentar é dinâmica e projetada por tendências variadas e complexas, associadas aos processos de urbanização, crescimento populacional, mudanças climáticas, forças tecnológicas de inovação e mudanças políticas. A geração de incentivos e a promoção de capacidades dos atores sociais determina as condutas dos sistemas alimentares alternativos e sustentáveis (FAO, 2018).

Outra proposta faz referência a ‘agenda 2030’ e aos propósitos estabelecidos pelos ODS, expondo as necessidades de transformação dos sistemas alimentares a partir de valores existentes na sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. O processo de transformação busca apresentar resultados em diferentes dimensões (social, ambiental, econômica e produtiva), ampliando a transformação para questões climáticas e de erradicação da pobreza, construindo uma base integradora para os sistemas alimentares. São abordados os nexos essenciais para promoção e transformação dos sistemas alimentares em quatro partes,

assegurando ao processo de transformação, segurança alimentar e nutricional, integridade dos ecossistemas, do clima e a busca por justiça social (Caron *et al.* 2019).

Nesse processo de transformação ocorrem conexões ligadas à transição dos padrões de consumo de alimentos para padrões mais saudáveis e sustentáveis, tornando o consumo alimentar importante estratégia de inovação para as políticas públicas ligadas ao desenvolvimento da produção, processamento, distribuição e comercialização de alimentos. Isso implica na valorização das cadeias de valor, do meio ambiente, da saúde e da nutrição das populações. Essas questões devem estar atreladas às mudanças no uso da terra e nas práticas de agricultura com menor emissões de gases nocivos à atmosfera (Caron *et al.* 2019).

Outro debate importante está direcionado ao sistema alimentar cidade-região (SACR). Essa perspectiva está fundamentada em um método operacional interativo respaldado por um marco conceitual<sup>4</sup> para os estudos dos sistemas alimentares, sugerindo a construção e transformação de sistemas com capacidades para enfrentar desafios complexos, como as mudanças climáticas, do acesso e a disponibilidade de água, e o aumento da pobreza. Isso envolve a integração de fluxos entre setores e recursos, como o nexo água-alimento-energia. Possibilitando a consideração e desenvolvimento de políticas e programas alimentares em vários níveis, incluindo urbano, periurbano e rural. Esses níveis são estabelecidos por várias escalas e níveis de governança, unificando processos de construção e planejamento entre os espaços (Blay-Palmer *et al.* 2020).

Os espaços dos alimentos nos parece ser o centro silencioso e oculto do poder, dos discursos e narrativas hegemônicas, dentro do regime alimentar e dos sistemas alimentares, seja, alternativos ou convencionais. Nesses espaços, o território e os lugares são colocados como espaço socialmente construído, culturalmente comercializado e institucionalmente (des)regulamentados como objeto de estudos dos sistemas alimentares localizados (SIAL). A dimensão temporal da produção dos alimentos fornece meios para distinguir os sistemas alimentares locais e sistemas alimentares localizados. Nesse caso, o termo “localizado” faz referência ao processo de (des)enraizamento dos alimentos dentro do sistema alimentar

---

<sup>4</sup> Trata-se de uma rede complexa formada por atores, processos e relações envolvidas na produção, processamento, comercialização e consumo alimentar praticados em uma dada região geográfica que inclui um centro urbano mais ou menos concentrado e seu interior circundante periurbano e rural; uma paisagem regional em que fluxos de pessoas, bens e serviços econômicos são gerenciados. O termo “cidade-região” refere-se não apenas às megacidades e áreas rurais e agrícolas imediatas que as cercam, mas também às pequenas e médias cidades que podem servir para ligar pequenos produtores mais remotos e suas cadeias de valor agrícola a centros urbanos e mercados em países em desenvolvimento [...]. A melhoria da conectividade urbano-rural é fundamental para alcançar sistemas alimentares sustentáveis e o marco do sistema alimentar cidade-região oferece uma abordagem adequada (Blay-Palmer *et al.* 2020, p. 54).

convencional. É importante observar que esse sistema não esteve sempre nesse ou naquele local, e não há garantias de sua permanência em definitivo (Bowen, 2014; Muchnik, 2009).

Nos estudos sobre SIAL, o território é compreendido não apenas em termos morfoclimáticos e biofísicos, ou seja, solos, microclima, paisagens e recursos naturais, que contribuem para estruturação dos espaços e das atividades econômicas, dos ambientes e ecologias. Além, dos contextos históricos específicos ligados as práticas, recursos culturais e sociais que contribuem para compreensão espacial da abordagem, dando ênfase as formas de coletividades, compartilhamento e difusão dos conhecimentos e práticas (Bowen, 2014).

## 2.2 OS MOVIMENTOS E CONTRAMOVIMENTOS: PARA ALÉM DO PARADIGMA DA VIRADA PARA QUALIDADE NA PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS

Os estudos sobre provisão de alimentos nas últimas décadas foram dominados por abordagens que enfatizam tendências e políticas econômicas globalizantes. Essas por sua vez, promovem exageros ao tratarem a extensão dos processos e relações de poder ao apresentarem circunstâncias variadas que englobam uma considerável gama de atores: empresas globais de produção de alimentos, grandes redes varejistas e atacadistas de alimentos inseridas no processo de “*Supermercadoização*” do consumo de alimentos. Ocorre que, por vezes, esses atores e os grupos hegemônicos são forçados ou levados a se adaptarem às circunstâncias locais, alterando as dinâmicas alimentares e espaciais dos territórios.

Para compreender as reviravoltas promovidas nas cadeias alimentares globais e as consequências das enormes mudanças ocorridas nas dinâmicas alimentares e espaciais é crucial ampliarmos o olhar sobre as reais motivações e processos que estão refletidos nas relações de poder presentes nos diferentes processos e dimensões do sistema alimentar. Isso implica entender como ocorrem as mudanças nos espaços, nos mercados homogeneizados formados por *commodities* agrícolas, nos mercados heterogêneos diversificados compostos por agricultores familiares e populações tradicionais. Esses processos motivaram alterações nos direcionamentos da produção e do consumo de alimentos promovendo mudanças importantes e necessárias aos sistemas alimentares (Winter, 2003).

Nesse universo, surgem abordagens impulsionadas por desafios teóricos e práticos, impostos por modelos hegemônicos e alternativos existentes nas dinâmicas alimentares do Norte global. Essas abordagens são influenciadas por diferentes paradigmas alimentares, entre eles, os da realocação e reconexão dos alimentos. Esses por sua vez, estão presentes em várias

abordagens que tratam da transição dos sistemas alimentares convencionais para sistemas alimentares mais inclusivos, saudáveis e sustentáveis (Born; Purcell, 2006; Goodman, 2017).

Porém, a *reconexão* e a *relocalização* estão sendo colocadas a prova por muitos, por não fazerem referência a reconexão dos alimentos e da agricultura, que frequentemente são consideradas como práticas agrícolas e alimentares assimétricas com baixa ou nenhuma relação de suas práticas com valores éticos e sociais (Lamine, 2015). Outra perspectiva, aborda o processo de utilização de espaços urbanos e rurais marginalizados para o cultivo de alimentos agregando valores políticos, sociais e culturais ao processo (Winter, 2003).

A necessidade de construir contramovimentos está em como os vários conjuntos de reconexões estão representados no sistema alimentar por tendências e movimentos nos processos de produção e consumo de alimentos. Cada um, à sua maneira, promove mudanças necessárias em setores, atores, dimensões, escalas e níveis, são exemplos: As reconexões entre os alimentos e agricultura, alimentos e política, alimentos e natureza, e agricultura e agência. Essas tendências e contramovimentos se traduzem em mecanismos e estruturas de governança multinível, estimuladas por mudanças que possibilitaram o surgimento de alternativas e mudanças nas agências dos atores que desejavam ter voz e participação nos espaços de poder do sistema alimentar (Marsden *et al.* 2000; Winter, 2003, p. 506).

Para Polanyi (2021, p. 98) o duplo movimento (movimentos e contramovimentos) tem a capacidade de influenciar os processos, relações e dinâmicas integradas à história social e geográficas dos espaços. Esse duplo movimento é fundamentado em resultados que se personificam em dois princípios organizadores da sociedade, determinando caminhos institucionais auxiliados por forças sociais. As dinâmicas que compõem o duplo movimento estão envolvidas em “relações de poder” e tensões existentes entre o Estado e as instâncias administrativas, cooperativas, associações, sindicatos, movimentos sociais, corporações e conglomerados capitalistas alimentares. Essas dinâmicas, direcionam as necessidades para construção de significados, ações e relações dos atores inseridos em estruturas sociais e ambientes institucionais, que historicamente são determinados por relações de poder enraizadas a partir de normas, regras e convenções (Schneider; Escher, 2011).

Para Jessop (2001) o duplo movimento está implícito nas análises de Polanyi a partir de quatro pontos essenciais que se distinguem de forma prática um do outro. O primeiro envolve a expansão do mercado e as tentativas de proteger a sociedade dos movimentos. O segundo ponto está associado aos efeitos impostos pelo processo de mercantilização da terra, do trabalho e dos recursos incompatíveis com a autorregulação do mercado. O terceiro são as várias intervenções da ‘sociedade’ voltadas a verificação das ações do mercado e da relação com os

fatores de produção do trabalho e da terra. Não menos importante, o último ponto faz referência aos objetivos e efeitos do duplo movimento tendo como finalidade a inserção das relações sociais dentro dos mercados ao invés de inserir a economia nas relações sociais.

Levar em conta as economias de escopo, mecanismos de troca e de distribuição enraizadas em relações sociais e culturais baseadas em princípios de reciprocidade e equidade. No momento em que os agricultores são confrontados por relações de poder com os mercados e instituições dominantes surgem novos processos e “espaços de poder”. Consideramos os atores sociais como produtores de contramovimentos para sua autoproteção, autonomia e manutenção das materialidades e imaterialidades da natureza externa ao homem e a própria organização social (Schneider; Escher, 2011).

Importantes argumentos foram construídos a partir de críticas formuladas aos processos inseridos na “virada para qualidade” enquanto contramovimento, tomando a qualidade como característica definidora para construção de alternativas e espaços de poder. O ponto inicial para o questionamento que levantamos, é se há algo intrinsecamente alternativo, inovador ou gerador de novidades no processo de produção de alimentos, em função do crescimento da demanda por alimentos e produtos de qualidade, a exemplo, os “*alimentos de luxo*” (vinhos premiados, queijos coloniais e artesanais, frutas e doces importados e carnes defumadas, entre outros). As marcas se tornaram indicadores fundamentais de qualidade para consumidores com alto poder aquisitivo, a qualidade é socialmente construída e dotada de importância e significados, constantemente sujeitas as mudanças impostas pelo mercado. Suas principais características são: o local de produção, autenticidade, saúde, tradição e sabor, logística, além de ser adaptável e mutável as necessidades desses consumidores e dos alimentos (Winter, 2003).

A produção de alimentos de qualidade e o consumo estão associados a preocupações éticas e de (in)segurança alimentar e nutricional, junto a produção de alternativas no fortalecimento e enfrentamento ao modelo hegemônico de produção de alimentos. As iniciativas de produção de alimentos de qualidade frequentemente estão localizadas em espaços produtivos que escaparam as ações dos conglomerados empresariais e das indústrias alimentícias ligadas ao *mainstream*. Esses espaços rurais e urbanos permanecem marginais e estão localizados nas periferias das cidades ou em áreas rurais remotas com pouca infraestrutura, solos de baixa qualidade e baixa disponibilidade de recursos. Uma vez que, grandes grupos empresariais também estão aderindo à produção de qualidade, principalmente a orgânica. Essa questão contrasta com o domínio exercido as relações, distribuição geográfica e atividades produtivas (Winter, 2003).

Algumas questões ainda são negligenciadas, entre elas, está a enorme diversidade de atores e instituições presentes nos territórios, além do foco exagerado aplicado as ligações diretas construídas entre produtores e consumidores. A produção de inovações associadas às dinâmicas alimentares, ao processos e mudanças necessárias ao consumo e dietas pouco sustentáveis e saudáveis. Contudo, os alimentos não são apenas produzidos e consumidos, mas também processados e distribuídos por uma grande diversidade de operadores dos sistemas alimentares incluindo os menos alternativos e inovadores. Essas operações e processos contribuem para numerosas e complexas relações de poder que exigem a conceitualização de caminhos e transições mais inclusivas, multiescalar e multiníveis (Lamine; Garçon; Brunori 2019).

Para preencher lacunas e questões negligenciadas pelos paradigmas da reconexão e da realocação Lamine (2015; Lamine; Garçon; Brunori, 2019), desenvolveram a perspectiva de análise dos sistemas alimentares territoriais (SIAT), buscando dar mais amplitude e analisar a reconexão entre agricultura-alimento-ambiente-saúde. Levou-se em conta a diversidade de experiências, as relações de poder, as complementaridades e condições organizacionais e institucionais, bem como as dinâmicas, interdependências e diversidades presentes nos sistemas alimentares, considerando atores alternativos, convencionais e as instituições. Considerou-se ainda, as condições (des)favoráveis à transição para modelos produtivos com maior capacidade de sustentabilidade, equidade e resiliência.

Para os estudos alimentares no Sul global é necessário construir novas roupagens para as pesquisas e análises dos sistemas alimentares, onde é possível observar as relações e os sinais identificados nos espaços de poder. Esses processos estão presentes ao longo do espaço-tempo e se materializam nos espaços a partir de dinâmicas alimentares e espaciais, levando em consideração questões agrária e agrícola na relação do rural com o urbano (campo-cidade) na diversidade de atores sociais, instituições e territórios. Isto é, uma perspectiva mais crítica que possibilite revelar problemas e entraves presentes nas perspectivas essencialmente otimistas e que apresentam alguns aspectos negativos que esbarram nas “*armadilhas do local*” (Born; Purcell, 2006), no “*localismo elitista*” (Dupuis; Goodman, 2005; Goodman *et al.* 2012) e acrescenta a reflexão sobre riscos entorno do “*localismo não reflexivo*”, e por fim, o “*localismo defensivo*” apresentado por (Born; Purcell, 2006). Essas armadilhas apresentam riscos que revelam inequidade e exclusão de atores e instituições. Em outros casos, constata-se o fortalecimento e alinhamento dos “sistemas alimentares alternativos” com iniciativas e processos de governabilidade neoliberal com foco exagerado em responsabilidades individuais.

As diferentes perspectivas de análise dos sistemas alimentares alternativos, sejam elas mais otimistas, neutras ou críticas, direcionam o foco para o paradigma da *relocalização*, que pode ocultar a necessidade de estabelecer *reconexões*. Assim, os estudos realizados no Norte global exploram uma literatura da ‘relocalização’ muito pautada nas RAA e CCA, onde a ‘reconexão’ está essencialmente associada as ligações diretas entre consumidores e produtores, quando muito, exploram relações com mercados de proximidade e a formação de redes de proximidades (Lamine, 2015; Watts *et al.* 2005).

No *paradigma da relocalização* os processos apresentam certo grau de limitação por demonstrar dificuldades na utilização das escalas reais (operacional e geográfica) ao analisar os processos de produção, comercialização, fluxos de consumo e as relações de poder. As abordagens “localizadas” tendem a subavaliar a diversidade e as fortes desigualdades territoriais, que no caso do Brasil e especialmente do Nordeste brasileiro, são mais pujantes e fortalecidas em função das relações de poder. Outro ponto, está ligado as incertezas sociais e produtivas, em se tratando da tríade “*recursos-relações-instituições*” em conjunturas de operacionalização dos processos de relocalização e reconexão (Lamine; Garçon; Brunori, 2019).

No Brasil as discussões envolvendo os embates sobre *localismos* foram introduzidas por Carlos Brandão (2012), explorando a revalorização do território em contraponto a sua completa banalização. Outras questões estão associadas à sua natureza estrutural, histórica e as dinâmicas que foram deslocadas para um lugar-comum de voluntarismos e de pensamentos unitários e localistas. Compartilhamos do entendimento que o enfrentamento ao modelo hegemônico de produção de alimentos somente ocorrerá a partir de propostas alternativas e pelo tratamento adequado e articulado de todas as escalas geográficas e operacionais para além de unitarismos e localismos.

Para Brandão os estudos ligados aos localismos focam suas preocupações na avaliação das vantagens aglomerativas e de proximidade das iniciativas. Essas vantagens representam fontes de conhecimento e de aprendizagem enraizadas em territórios singulares, criados a partir de investigações e listas ‘*ad hoc*’ dos ativos, capacitações, normas, rotinas e hábitos, todos devidamente ligados a ‘*region-specific*’, ou seja, de *regiões específicas*. Ocorre que, nesse processo são negligenciadas as hierarquias inter-regionais (escalas mesos) e o comando maior desses processos geralmente está fora dessa escala. Nesse processo, a celeridade e desvalorização de capitais e lugares estão associadas as novas interdependências e vínculos mercantis e não-mercantis, setoriais e territoriais, que definem circuitos produtivos e redes em diferentes escalas que (re)criam novos usos para as heterogeneidades espaciais pelas

alternatividades. Há novas hierarquizações e enquadramentos que se atualizam e desatualizam nos fluxos de mercadorias, redes e espaços de poder com rapidez e dinamismo (Brandão, 2012, p. 48).

Contribuições formuladas por Andrade (1970) reforçam a existência de *regiões específicas*. Para o autor os parâmetros teóricos e metodológicos construídos para classificar a região Nordeste em cinco níveis: o nacional, o macrorregional, o regional, o sub-regional e o local, considerando os aspectos que estão associados as dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais. Essas regiões são inerentes à organização do espaço a partir de hierarquias existentes entre os polos de desenvolvimento e as redes de circulação. As redes de circulação, comunicação e atores são consideradas funções centrais em suas áreas de influência, porém, de maneira subjacente. O caráter regional adotado na organização histórica do espaço ocorre a partir das ações antrópicas, sobretudo econômicas e são fortemente influenciadas pelas ações políticas. No caso do Brasil, é caracterizado por um mosaico regional que integra “ilhas” mais ou menos integradas e organizadas por hierarquias produzidas pelos polos e redes, gerando as chamadas regiões geoeconômicas. No nosso caso, acreditamos que esse processo se materializa a partir da formação dos territórios alimentares. Esses territórios são formados por uma organização espacial, juntamente com a noção de área, torna-se centrais para as argumentações.

### 2.3 DO ABSTRATO SIMPLES AO CONCRETO COMPLEXO: OS TRUNFOS DO PODER NA VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS, LUGARES E ESCALAS

Os estudos sobre simbolismo e o imaginário social e ambiental estão no universo de representações conduzidas por processos abstratos formadores de relações de poder, controle e dominação, estudados há tempos em trabalhos literários e acadêmicos. Porém, nem sempre essas produções exerceram a influência esperada, pelo menos, para a grande maioria da sociedade que vive e sobrevive às condições adversas apresentadas nessas obras. Nas quais são conduzidas dinâmicas voltadas para apropriação dos espaços visando a manutenção de sistemas elitistas. É importante construir argumentos que formulem contraposições frente aos discursos regionalistas que são utilizados como ferramentas estratégicas para manutenção do poder, utilizada pelas elites políticas e agrárias conservadoras, como ressaltam os estudos apresentados por (Carvalho, 1988; Castro, 1991; Leal, 1978; Ribeiro, 1999).

Para Castro (1991) o fenômeno da natureza constitui a problemática simbólica que circula historicamente na maior parte da sociedade, da política regional e da economia nacional. As recorrentes questões associadas às secas nordestinas são apresentadas em discursos e textos

acadêmicos, políticos, literários e midiáticos, dando destaque aos fenômenos ligados aos ciclos da natureza, como avessos às previsibilidades confiáveis e passíveis de controle e estabilidade. Os desdobramentos do imaginário político e social são construídos por discursos que fazem referência à seca, buscando na natureza o seu suporte simbólico para validar relações, processos e relações de poder. Os recursos disponíveis na natureza são utilizados como suporte para subsistência de processos econômicos, a exemplo, do controle e acesso às sementes e água para o consumo e produção de alimentos (Castro, 1991).

A ideia de que o clima do Nordeste, especialmente do semiárido, é responsável pela condição periférica e de atraso regional, está enraizado no imaginário social e geográfico da sociedade brasileira. Alguns estudiosos fazem referência à natureza indicando que as diferenças não impediram o processo de povoamento iniciado nos primeiros séculos da colonização. Outros, fazem referência a sua qualificação negativa presentes nos relatos de viajantes antigos. Existem ainda aqueles que retratam períodos históricos onde a natureza estava representada a partir das seguintes opiniões: Raimundo Faoro (1976) rotula como uma natureza “*hostil*”, Caio Prato Júnior (1977) “*trata-se de uma natureza imprevisível*” e para Sérgio Buarque de Holanda (1989) é uma região “*árida e inóspita*”.

Quanto a problemática concreta representada pelos processos e dinâmicas presentes no modo de sociabilidade, na estruturação das relações sociais, na mobilização dos atores, recursos e relações no processo de (re)produção dos espaços, Andrade (2004) faz referência a extensão territorial do Brasil e seus diferentes tipos de solo, de clima e domínios paisagísticos e morfoclimáticos (Ab’Saber, 2003), que há séculos foram ocupados por grupos humanos de distintas linhagens étnicas e diferentes tratos culturais. Destacando a existência de paisagens que expõem diferentes tipos e formatos de exploração do território, que via de regra apresentam diferentes modelos de organização social do trabalho e uso da terra. É com essa compreensão que identificamos as relações de poder que moldam a dimensão concreta representada pelo regionalismo nordestino (Andrade, 2004).

O interesse aqui não é conceituarmos a região, e sim dimensioná-la em diferentes perspectivas, à exemplo, a econômica, a política e a produtora de alimentos. Reforçando reflexões que direcionam para o entendimento da região a partir de perspectivas associadas a uma “*geografia moderna, crítica e relacional*”. Explorando a inserção dialética do espaço como uma forma especial de reprodução do capital. Essas especificidades são passíveis de determinações rigorosas em seus contextos metodológicos e teóricos, reconhecendo a existência de espaços de poder que representam valores econômicos, político-sociais e

produtivos, em que tese, o capital financeiro e comercial controla e comanda as leis de (re)produção e comercialização dos alimentos (Oliveira, 2014, p. 101).

Para Corrêa (2000, p. 5, 6) a região representa a relação homem/natureza entendida a partir de reflexões que apresentam fortes indícios de narrativas distorcidas e cheias de peso ideológicos sobre o determinismo ambiental. Apresentada como uma porção da superfície da terra dimensionada a partir de escalas geográficas diversificadas e caracterizadas por uniformidades resultantes de combinações e integrações dos elementos da natureza:

- a) clima;
- b) vegetação;
- c) relevo;
- d) e a geologia diferenciando ainda mais as partes.

Em outras palavras, uma região natural é um ecossistema onde seus elementos estão integrados e são integrantes. Ribeiro (1999) faz referência ao *determinismo ambiental*<sup>5</sup> descrevendo sua relação de causa e efeito nos processos e relações de poder. Onde os acontecimentos são orquestrados por leis, normas e regras implacáveis externas aos atores, determinando por quais circunstância dependem todas as variáveis que contribuiram para determinar os resultados. Como destaca Oliveira (2014) ao ressaltar o conceito de ‘região Nordeste’ no Brasil, a natureza dinâmica da definição é fundamentada no movimento de reprodução do capital e das relações de produção. Nessa perspectiva, ocorre o choque entre as dinamicidades com o conceito geográfico de região baseado em características físicas.

Freyre (1937), em sua obra “Nordeste”, argumenta que a região nordestina sofria de falta de uniformidade, abordando essa questão através dos processos de sociabilidade, mobilidade social e miscigenação de sua população. Esses fenômenos eram amparados por uma região povoada em direção a outras sub-regiões. Nos primeiros séculos da colonização do Brasil, o Nordeste foi estruturado a partir de culturas diversas, formando uma sociedade com características próprias. O lastro colonizador dessa região incluiu três categorias fundamentais: o latifúndio como forma de propriedade, a monocultura como método de produção de alimentos

---

<sup>5</sup> O determinismo ambiental foi o primeiro paradigma a caracterizar a geografia, que emergiu no final do século XIX, a partir da passagem e do capitalismo concorrencial para a fase monopolista e imperialista. Os seguidores dessa corrente afirmam que as condições naturais, especialmente as climáticas refletidas pelas variações das temperaturas ao longo das estações do ano, são capazes de determinar o comportamento do homem e dos cultivos e interferem diretamente na sua capacidade de progredir. Afirmam que aqueles países ou povos que estão localizados em áreas climáticas mais propícias tendem a obter maior crescimento. É relevante salientar, que a estagnação da cultura do homem. E que por esse motivo o Nordeste brasileiro tem sido estigmatizado, assim, alimentando relações de poder produzidas por preceitos coronelistas de povoamento e de exploração, que moldaram e moldam as múltiplas facetas do poder, representados na política, no social e na economia, conduzido ao desenvolvimento desigual e combinado (Corrêa, 2000).

para exploração econômica e a escravidão como instituição que moldava a classe social e a divisão social do trabalho.

A região Nordeste representa o exemplo paradigmático da construção do único regionalismo existente no Brasil. A identidade regional está pautada no binômio pobreza e necessidade de recursos ofertados pelo Estado, inseridos em políticas assistencialistas, onde a ideia de força, controle e dominação sempre esteve presente em sua forma de colonização. As dificuldades atribuídas aos diferentes sistemas econômicos refletem-se nos sistemas alimentares impactando em problemas de ordem estrutural e abstrata. Essas questões alimentam as relações de poder, as reclamações e pedidos atribuídos à condição de pobreza, fome, vulnerabilidade social de parte da população (Castro, 1991).

De fato, acontecimentos e diretrizes históricas, contribuem para o entendimento dos sistemas alimentares em sua amplitude ao fazer referência as estruturas apresentadas nos processos resultantes da universalização das relações presentes nos sistemas alimentares. Esse processo representa modelos de produção de alimentos influenciados por sistemas de trocas incluídos e excluídos, no “*marketing*” da seca, na narrativa do “*agro é Pop, agro é Tec, agro é Tudo*”. Bem como no acesso ao capital e influência nos mercados, no trabalho, na técnica, nos gostos, no consumo, nas ideologias e no ativismo. Essas são questões que conduzem os processos e as relações de poder na modernidade.

Notamos que os contornos, limites analíticos e metodológicos, apresentados pela economia política e geografia agrária estão borrados, necessitando de estímulos para avançar em suas reflexões sobre como os alimentos estão postos nas relações e dinâmicas presentes nos sistemas alimentares. O uso contínuo de ferramentas da nova sociologia econômica, da economia política, geografia política e agrária, necessitam de uma contínua expansão para analisar as questões alimentares utilizando pesquisas interdisciplinares e transdisciplinares. Esses fatores exercem forte influência na maneira como são operacionalizados os diferentes conhecimentos e práticas na presente Tese. Assim, exploramos as formas de aprendizado a partir do conhecimento experimental ao lado do conhecimento acadêmico, valorizando abordagens históricas que mapeiam fluxos econômicos, políticos, sociais e culturais (Duncan; Levkoe; Moragues-Faus, 2019).

As formas de poder e as relações com os espaços, lugares e escalas estão sendo colocadas à prova no atual contexto de pandemia da Covid-19 e no período pós pandemia, principalmente por ameaças impostas pela globalização. Nesse universo, as relações não são conjuntos fixos de categorias, trata-se de elementos adicionais que estão ligados uns aos outros, horizontalmente e verticalmente, como discutiremos mais adiante. À luz destes argumentos,

existem aqueles que defendem que o local se tornou menos relevante no contexto da globalização, porém sua importância tem sido discutida novamente após os eventos que promoveram o colapso de alguns setores dos sistemas alimentares, impactando no abastecimento de alimentos durante o período mais crítico da pandemia da Covid-19. Enquanto outros argumentam, que o global se tornou uma distração para os atores e ativistas locais, onde a *governança multinível e multiescalar*<sup>6</sup> surgem com importância, tendo em vista suas naturezas mutáveis e a construção de relações a partir da construção social de escalas. A maneira como cada escala impacta e, por sua vez, como são impactadas por outras escalas nesses processos demanda investigação das escalas operacionais e geográficas (Gaventa; Rooster, 2006, p. 5).

Ao olharmos para a governança como suporte para construção de relações entre múltiplos atores, espaços, arenas e redes, partimos da premissa que nos espaços de poder realizam-se manobras que possibilitam identificar o poder de forma diversificada. A governança multinível apresenta-se como etapa final na consolidação das mudanças ocorridas nos sistemas alimentares. Normalmente os sistemas são influenciados por ações e decisões tomadas em diferentes níveis de governança. Desde a governança privada utilizada por atores hegemônicos que impõem seus próprios desejos e padrões aos produtores, fornecedores e consumidores de alimentos, até as agências internacionais e institutos que regulamentam as formas e etapas produtivas presentes nas cadeias alimentares (Schutter, 2019, p. 22).

Os estudos sobre a globalização tendem a apresentar argumentos que contribuem para refletir sobre o poder. Duas tendências são apresentadas para analisar o poder: a primeira, está vinculada as mudanças nos padrões impostos pela globalização que modificam as relações espaciais do poder implicando na compreensão do poder não apenas a partir das escalas geográficas, mas também em suas inter-relações com escalas operacionais. O foco nos espaços, redes e arenas de tomada de decisão identificados apenas nas localidades, quase nunca contribuem no entendimento das dinâmicas e relações que integram as formas de poder produzidas por quem realmente governa os espaços de poder. A outra tendência, aborda a relação dos muitos debates (discursos e narrativas) construídos sobre quem participa das redes e arenas de tomada de decisão, sejam eles, representantes do governo em nível local ou vis-à-

---

<sup>6</sup> Em suma, as várias dimensões socioespaciais podem servir como ‘espaços de governança’ buscados para suprir objetos que são mobilizados por meio das estratégias perseguidas. Essa governança multinível e multiescalar ocorre em diferentes níveis e escalas como problemas associados as mudanças no equilíbrio das forças de poder que estimulam esforços para melhorar a governança dos espaços de poder. Para a governança multinível é necessário um refinamento taxonômico (formas confederais, federais e unitárias, além dos tipos de atores não estatal envolvidos nas escalas geográficas e operacionais) com ajustes pertinentes para os respectivos estudos. Nesse sentido, os esforços estão concentrados em eliminar as ambiguidades presentes nos ‘níveis’ para que fique claro as jurisdições territoriais, as relações centro-periferia entre os lugares, a divisão escalar e do trabalho com suas diferentes hierarquias emaranhadas, o caráter nodal das redes (Jessop, 2016, p. 19-20, tradução própria).

vis representantes do Estado. Essa discussão se aplica aos diferentes espaços de poder analisados na presente pesquisa, uma vez que os diferentes atores, processos e dinâmicas se fazem presentes nos sistemas alimentares (Gaventa, 2006; Gaventa; Rooster, 2006).

Quando optamos por construir uma problemática relacional para a tese, é porque acreditamos que as dinâmicas (alimentares e espaciais) e as relações são capazes de tornar inteligíveis o poder que os alimentos exercem a partir das manifestações espaciais (espaços e poder). A relação não está materializada somente na troca material, ela é extensiva e fundadora de toda uma relação social. É bem verdade que, o ato de troca material representa a inserção nessa categoria generalizada, a “relação”, dependendo dos elementos constitutivos presentes no poder e nas dinâmicas alimentares e espaciais. Nesse caso, os elementos constitutivos são: os alimentos, os espaços de poder, os atores, a política e a economia desses e o conjunto de intensões (formas de produção, beneficiamento e comercialização) dos agricultores familiares (Raffestin, 1993, p. 31, 38).

A compreensão convencional do poder prevê que algumas disputas por interesses ocorram no cerne dos acordos visivelmente estabelecidos em espaços públicos e privados pré-determinados. Grande parte da campanha do agronegócio se concentra nas diferentes faces do poder (visíveis, invisíveis e ocultas) nos espaços, redes e arenas de poder. As formas de poder não fazem referência apenas ao ato de “ganhar” mas a manutenção de forças e questões fora da agenda oficial, indo além do unidimensional do poder<sup>7</sup> (Gaventa, 2005; Scott-Villiers; Oosterom, 2016).

Para Raffestin (1993, p. 52) o “Poder” se torna mais familiar, marcante e habitual quando surge envolto a sua face de *nome próprio*. É estabelecido uma relação imprecisa entre Estado e o Poder a qual permite ocultar o “poder” *nome comum*. Nesse sentido, o conceito está amparado por duas tendências que tratam o poder (nome comum) atrás do Poder (nome próprio), ficando ocultas as melhores e maiores formas de poder. Sua presença está em todos os lugares, essa é a ambiguidade presente nas relações de poder, uma vez que, o “Poder” e o “poder” processam dinâmicas diferenciadas nos espaços.

---

<sup>7</sup> Exemplos da materialidade e operacionalização desse poder unidimensional está nos discursos, narrativas e ações desenvolvidas pela “Frente parlamentar da agropecuária (FPA)”. Trata-se de uma articulação composta por um grupo de parlamentares que representa e defende os interesses de atores hegemônicos associados ao agronegócio. Outro braço, dessa engrenagem de poder é o “Instituto pensar agropecuária (IPA)” sediado em Brasília, o qual se consolidou como uma grande força estratégica no campo político dos sistemas alimentares. Dentre os inúmeros membros oficiais que integram o IPA, estão as principais associações do ‘agro’ representantes da soja, da pecuária, do algodão e do milho. Bem como, organizações que representam as grandes corporações produtoras de agroquímicos e agrotóxicos. Além de frigoríficos, usinas e destilarias de álcool-açúcar, fábricas de papel e celulose, indústrias de alimentos, ‘traders’, cervejarias e agentes financeiros (Pompeia, 2022, p. 1-33).

O poder se manifesta por ocasião das relações que representam um campo organizado por elementos e configurações, com a finalidade de exercerem o controle e a dominação sobre os homens, recursos e espaços. Assim, utilizamos a divisão tripartida em uso, para compor as novas geografias alimentares a partir dos atores, recursos e as relações. Além, é claro, do território como recurso indispensável, uma vez que é o recorte espacial representativo para o desenvolvimento do poder e o lugar de todas as relações (Raffestin, 1993, p. 58).

Para viabilizar a análise optamos por estratégias teórico-metodológicas presentes na “abordagem estratégico-relacional”. As quais, oferecem uma visão geral da dialética da estrutura e agência que propiciam dialogar com outras abordagens. Possibilitando examinar como os aparatos estatais e institucionais privilegiam alguns atores, alimentos, identidades, regiões, estratégias produtivas e horizontes espaciais e temporais. Dando destaque aos processos e relações integradoras na formação e transformação de espaços a partir do poder. Essa abordagem opera em condições específicas e busca produzir oportunidades e novidades capazes de organizar diferentes estruturas e espaços (Jessop, 2008).

Ocorre a necessidade de estabelecer alguns léxicos espaciais distintos desenvolvidos por pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, construindo diálogos possíveis entre: território, lugar, escala e redes. Essas categorias representam dinâmicas espaciais específicas que compõem espaços de poder e territórios alimentares, embora cada categoria represente, na prática, processos distintos que buscam decifrar relações e dinâmicas construídas a partir de transformações ocorridas nos espaços de poder, nas organizações socioespaciais dos mercados socialmente construídos (Jessop; Brenner; Jones, 2008).

Discussões envolvendo teorias socioespaciais tornam-se mais eficazes em sua utilização quando fazem referência a geografias específicas e relações (sociais e de poder). Essas discussões exploram contextos históricos e variações estruturais na coordenação das estratégias ligadas aos alimentos, além das formas de poder e interconexões entre as dinâmicas e relações de poder com suas respectivas dimensões e variáveis, destacadas no (quadro 1) apresentado anteriormente.

As vertentes que conduzem a pesquisa socioespacial têm direcionado seus esforços para questionar categorias e suposições geográficas herdadas e irrefletidas, criticando giros espaciais anteriores que buscavam decifrar grandes transformações estruturais e reorientações estratégicas nas geografias econômicas, políticas e agrárias. No entanto, os defensores das "viradas" da qualidade e socioespaciais muitas vezes são tentados a focar em uma escala específica das relações espaciais, negligenciando o papel de outras escalas e formas de organização socioespacial. Essas são fundamentais como pressupostos para os espaços de ação

e poder manifestados por determinados alimentos e produtos. (Jessop; Brenner; Jones, 2008, p. 391).

A teorização das dinâmicas espaciais está pautada na polimorfia das relações socioespaciais. Trata-se de uma perspectiva heurística com foco no território (T), lugar (P), escala (S) e redes (N) estrutura (TPSN). Essas não são as únicas dimensões das relações socioespaciais, mas sem dúvida, as mais importantes para reestruturação político-econômica contemporânea. Essas dimensões evidenciam as consequências impostas pela padronização das relações socioespaciais e de poder, além da aplicabilidade e propósitos voltados a elaboração de definições e preceitos pedagógicos (Jessop; Brenner; Jones, 2008, p. 392).

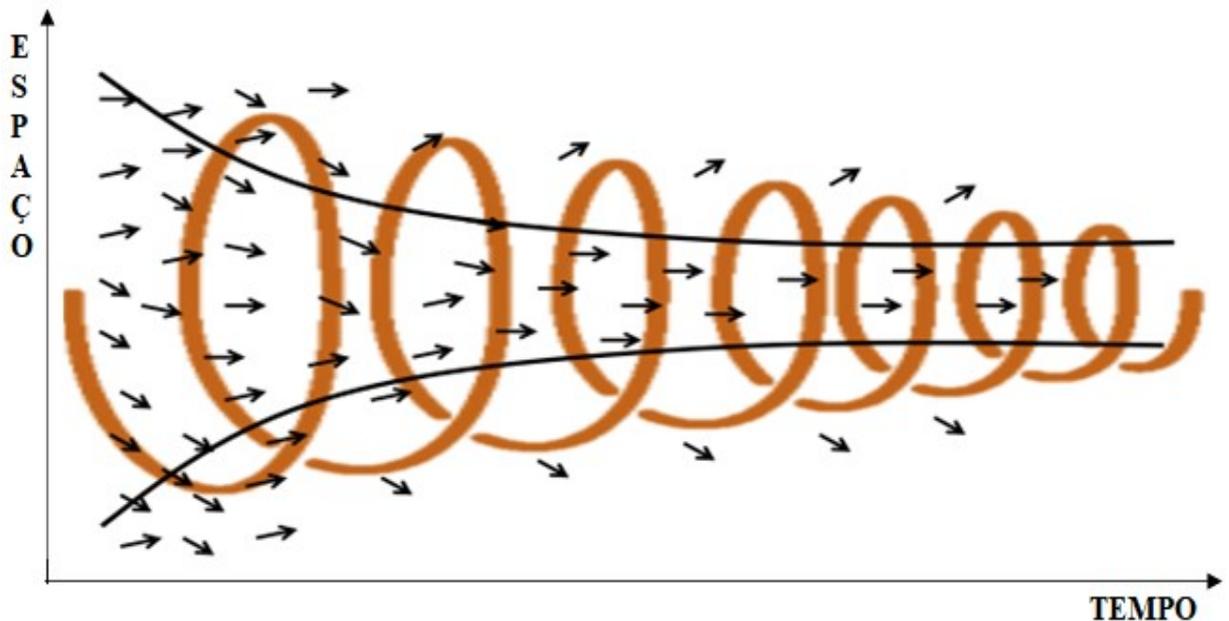
As investigações sistemáticas e reflexivas da (TPSN) quando adaptadas aos estudos agroalimentares, têm a capacidade de estabelecer correlações e conexões socioespaciais para as análises do poder nos sistemas alimentares. Ocorre que, os movimentos e contramovimentos presentes no regime alimentar contemporâneo estão representados por um *espiral de processos* que parte das relações construídas nos espaços de poder a partir do *abstrato simples* para o *concreto complexo*, como destacado no *fluxo em espiral* da figura 1, abaixo (Jessop, 2008; Jessop; Brenner; Jones, 2008).

Os movimentos e contramovimentos são representados por estratégias e combinações relacionais presentes no fluxo em espiral e balizadas por funções e formas compostas de princípios estruturantes dentro das análises dos sistemas alimentares. Historicamente, esses processos são viáveis e sua aplicação parti das materialidades e imaterialidades presentes nos espaços, nas paisagens, lugares e nas redes herdadas ou construídas a partir das relações de poder enraizadas nos espaços. Essas estratégias enraizadas ou imersas (re)configuram as novas geografias alimentares estabelecendo orientações para identificar e analisar as transformações agrárias, agrícolas e alimentares. Os locais e lugares são promovidos à espaços de poder construindo dimensionamentos de redes, estruturas, circuitos imersos e anônimos materializados nos mercados agroalimentares socialmente construídos (Haesbaert, 2014; Jessop, 2008, p. 246; Schneider, 2016; Wiskerke, 2010).

Em suma, o fluxo em espiral (Figura 1, abaixo) representa processos e relações presentes nas dinâmicas alimentares e espaciais que são influenciadas por movimentos e contramovimentos, inseridos dentro e fora dos sistemas alimentares e das cadeias alimentares globais. Essa representação combina relações e dinâmicas que determinam o funcionamento dos processos de produção, beneficiamento, comercialização e consumo dos alimentos. Essa configuração molda as formas e fluxos socioespaciais, tornando-se essencial para as análises e

estudos das novas geografias alimentares no Sul global (Haesbaert, 2014; Jessop, 2008; Wiskerke, 2010).

Figura 1 - Formas e fluxos socioespaciais para as novas geografias alimentares



Fonte: Adaptado de Schneider (2022).

Sob a influência de Raffestin (1993) e sua “Geografia do poder” e das contribuições de autores, como: J. Gottmann; R. Haesbaert; M. Saquet; e G. Dematteis, é que estamos embasando os argumentos para determinar nosso olhar sobre as territorialidades e o próprio território<sup>8</sup> para determinar as diferentes aplicabilidades para a abordagem das NGA. As representações teóricas elaboradas exploram multidimensionalidades e diferentes escalas, permitindo que as *estruturas, os processos, formas e funções*, presentes no fluxo em espiral possam explorar capacidades e superar os desafios presentes nos sistemas alimentares e nos espaços de poder (Santos, 1982).

Para Haesbaert (2014, p. 35-38), o território e as territorialidades estão intimamente ligados a espécie humana de forma intrínseca, privilegiando importantes tradições e determinando interações multidisciplinares em diferentes áreas do conhecimento. Na Geografia

<sup>8</sup> [...] o território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais. Podemos, portanto, considerar o território como uma conexão ideal entre espaço e política. Uma vez que a distribuição territorial das várias formas de poder político se transformou profundamente ao longo da história, o território também serve como uma expressão dos relacionamentos entre tempo e política” (Gottmann, 2012, p. 223).

são privilegiadas as interações entre a sociedade-natureza numa relação espaço-tempo. Na Ciência política, o território é enfatizado a partir das relações de poder ligadas a concepção de Estado. Já a Economia tem preferências associadas ao espaço, onde o território é percebido a partir de fatores locacionais e de forças produtivas. Na Antropologia e sociologia, são exploradas dimensões simbólicas e culturais a partir da análise das relações sociais, explorando olhares diversos sobre as sociedades tradicionais e contemporâneas. Por fim, na Psicologia ocorre a construção de subjetividades voltadas para os espaços e para identidade pessoal (o corpo é um território, a mente humana é explorada como tal). O território existe enquanto espaço controlado e apropriado por atores, pelo Estado e por atividades diversas. Exemplos incluem as atividades econômicas e produtivas como o território da soja, da cana-de-açúcar, da pecuária, da agroecologia e território quilombola, entre outros.

É através dos processos contrários aos movimentos promovidos pela desconexão, desvinculação e desenraizamento inseridos nas cadeias agroalimentares globais, que as novas geografias alimentares presentes nos espaços e lugares estão recuperando a importância das dinâmicas alimentares, estimulando o desenvolvimento rural sustentável. Já sobre os reflexos promovidos por contramovimentos inseridos nas novas geografias alimentares, a principal hipótese é representada por processos que contribuem para o surgimento de regiões mais resilientes e robustas. Esses processos criam espaços de poder menos vulneráveis às tensões e choques promovidos por relações de poder segregadoras e excludentes. É importante enfatizar que os espaços de poder assumem materialidades e imaterialidades, seguindo direções e caminhos diversos para se tornarem resilientes e equitativos, assumindo configurações socioespaciais para transformar as regiões e os territórios (Wiskerke, 2010).

#### 2.4 CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MÚLTIPLAS ESCALAS DE PODER NOS ESTUDOS DOS SISTEMAS ALIMENTARES

As análises e estudos sobre sistemas alimentares estão amplamente associadas as representações escalares, ou seja, as escalas geográficas e operacionais dos fenômenos, relações e dinâmicas. Porém, até que ponto questões de proximidade e a ancoragem socioespacial presente nas questões *agrária, agrícola e alimentares* servem de referência para a construção do processo de desenvolvimento rural mais justo e sustentável sem esbarrar em armadilhas escalares?

No geral, as armadilhas permitem desconstruir olhares equivocados que expõem perigos intelectuais e políticos associados a determinados temas, conceitos e aplicações. Ocorre que, as

armadilhas podem levar dificuldades ao pesquisador na hora de escolher quais abordagens utilizar para as análises multiescalar. Para evitar essas preocupações e armadilhas, a proposta das NGA tende a contribuir como uma abordagem teórica que utiliza e valoriza as “*escalas*” como instrumento socioespacial na compreensão das relações de poder nos sistemas alimentares. É necessário entender que as escalas não são dadas ontologicamente, mas socialmente construída. Assim, não é relevante existir nada inerente entre qualquer escala, ou seja, elas não são determinadas por suas extensões eternas, funcional, operacional ou de qualidade. Nem tão pouco, por serem vistas como um meio que auxilia a busca de alguns objetivos (Born; Purcell, 2006).

Inúmeras são as teorias que servem de referência aos estudos das dinâmicas espaciais. Born; Purcell (2006) apontam para teorias amplas e diversificadas incluindo acadêmicos, instituições, defensores e ativistas alimentares. Grande parte dos estudos e pesquisas realizadas nas últimas décadas foram conduzidas por abordagens dualistas, como as escalas geográficas “local e global” e escalas operacionais “campo e cidade”. Nessas perspectivas, o espaço é essencialmente um “ente social”.

Aqui, agregamos o suporte ou substrato que se integra as ações humanas a partir da representação do “espaço” ou do “raciocínio espacial” em sua perspectiva mais abstrata (Souza, 2020). Portanto, o espaço surge a partir da organização territorial estabelecida por relações entre homem-natureza, da sociedade com suas formas de espacialidades e com o poder e suas temporalidades (Jessop, 2008; Moreira, 2015).

Pensar no território interpretado como espaço dominado ou apropriado, onde são traduzidas manifestações multiescalares e multidimensionais, dentro de concepções que exploram multiplicidades e multiterritorialidades promotoras de ações transformadoras capazes de superar diversidades e desafios presentes nos sistemas alimentares. Concepções, como as desenvolvidas por Haesbaert (2005), apresentam o território concreto e funcional, resultante de relações de dominação político-econômica, enquanto, que nas perspectivas simbólicas e culturais, predominam relações subjetivas para o território. Saquet (2008) faz referência à análise dos processos internos no território sob a ótica dos movimentos, decorrentes de determinações territoriais presentes nas análises sobre desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva, o território em qualquer acepção tem a ver com controle e poder, porém, não apenas o poder tradicional exercido pelos políticos (Haesbaert, 2014).

Como aponta Lefebvre (2013) ao distinguir a “apropriação” de “dominação”, “posse” de “propriedade”, o segundo processo é mais simbólico carregando marcas do “vivido”. As colocações apresentam relações e conexões com as narrativas e discursivas com o

tempo-espaço e o território, indicando existir implicações dentro do “espaço-tempo vivido”. As relações surgem do raciocínio que o território é sempre múltiplo, diverso e complexo ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica nos movimentos impulsionados pelo agronegócio. Nessa ótica, o território se funde a partir de relações, conflitos e contradições, composto por diversidades, heterogeneidades, desigualdades e múltiplas escalas de poder.

As dualidades tratadas encontram-se atreladas a outros processos dissociados das relações espaço-temporais, ou seja, do espaço e sociedade, do material e imaterial, da mobilidade e fixação. Os argumentos fortalecem a tese do “fim dos territórios” amplamente associada à predominância de redes opostas e sem vínculos com os territórios, reforçando uma crescente mobilidade de processos inseridos na globalização, ou seja, nos movimentos (desconexão, desvinculação e desenraizamento) presentes nas cadeias alimentares globalizadas. Tornando-se sinônimo do processo de desterritorialização de alimentos, recursos e das coisas (Haesbaert, 2014, p. 31).

Ao dialogar com Lefebvre (2013) buscamos compreender as materialidades e imaterialidades, os sentidos, as reflexões e as relações sociais, vistas como características entrelaçadas ao espaço que é reconhecidamente produção, produto e produtor de dinâmicas espaciais e alimentares. As escalas materializam os resultados e consequências das ações humanas nas esferas do concebido, do vivido e do percebido. Essas escalas representam uma tríade, fruto da racionalidade do capital nos sistemas alimentares, composta pelo Estado, atores e a sociedade. Raffestin (1993, p. 25) reforça esses argumentos ao apresentar a formação de “espaços estratégicos” que são contrários à formação de uma realidade empírica. É, de fato, produto e produção do conceito de ação, podendo ser uma guerra, ou ser qualquer tipo de organização ligada à produção, distribuição, comercialização, as malhas ou redes.

Para explicar como esses processos materializam-se no espaço, optamos por compreender quais processos estão por trás da apropriação de múltiplos territórios pelo capitalismo e da formação de espaços de poder. Entendendo como originam-se geograficamente a partir de três grandes “paradigmas territoriais”. O primeiro paradigma, representa as relações e os processos que direcionam a lógica estatal controladora das fronteiras, dos fluxos de poder e do domínio de áreas e espaços, que em sua maioria são contínuas e com faixas claramente definidas. O segundo paradigma, está associado ao contexto que atende as relações e lógica do poder e do capital (Lefebvre, 2013; Schneider, 2016). Por fim, propomos um terceiro paradigma representado pela construção de espaços de poder, concebido por ações produtivas, políticas e econômicas, que determinam o surgimento de relações

multidimensionais e multiescalar. Esses processos e dinâmicas estimulam contramovimentos na mesma tendência, é o caso, da construção de mercados agroalimentares para os agricultores familiares e de territórios alimentares.

Essas interpretações demonstram como as escalas são socialmente construídas e como estão presentes em tamanho, nível e relação usualmente utilizados nos processos socioespaciais. O objetivo da escala é ser explicada como fator da construção de dinâmicas nas totalidades e não simplesmente como um produto de relações geográficas. Nesse sentido, a escala é entendida como ambiente, espaço e lugar, tornando-se um elemento que contribui para construção das totalidades (Howitt, 1998; Marston, 2000, p. 220).

Esses argumentos enxergam as escalas como um elemento relacional, pautado por conexões complexas presentes na abordagem das novas geografias alimentares. Traçar seus objetivos e relações multiescalar entendendo como as escalas são (re)constituídas em torno das relações capitalistas de produção, reprodução e consumo social. Esses três processos são as bases para entender a construção social de escalas (Marston, 2000).

Nesse sentido o espaço se torna um produto social que reforça os argumentos apontados por Lefebvre (2013), ao tratar a questão das escalas através do estudo de casos. Em suma, a construção social de escalas ocorre a partir de movimentos e contramovimentos políticos e econômicos exclusivos ao capitalismo e a globalização. No caso analisado, e manifestados nos sistemas alimentares a partir das dinâmicas alimentares e espaciais. Os resultados são influenciados por novas transformações a partir de domínios primários e domínios de transformação resultando na formação de espaços de poder (Anderson *et al.*, 2019).

### 3 CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ESTU DOS, DETALHAMENTO DOS MÚLTIPLOS CASOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os estados de Alagoas e Sergipe estão localizados na região Nordeste do Brasil. No caso, da região Nordeste que é o espaço geográfico de análise da pesquisa. O semiárido e as relações de poder, controle e dominação presentes nos determinismos social e ambiental representam os maiores desafios para as populações que residem e sobrevivem nesse espaço, trata-se da região semiárida mais populosa do planeta. Nesse cenário estão dois, dos três casos selecionados para compor a análise dos múltiplos casos. Assim, os assentamentos rurais representam excelentes laboratórios sociais por representarem processos de resistência e contramovimentos, frente às diferentes relações de poder e aos desafios produtivos e de comercialização presentes nos sistemas alimentares convencionais. Atuando dentro de um *duplo movimento* presente nas dinâmicas alimentares e espaciais.

Sergipe tem seus limites territoriais representados da seguinte forma: a Oeste e Sul o estado da Bahia, ao Norte o estado de Alagoas e a Leste o Oceano Atlântico. Possui 75 municípios compostos por uma extensão territorial da ordem de 21.938,188 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). Com população estimada de 2.338.474 habitantes (IBGE, 2021). Esse dado representa uma densidade demográfica da ordem de 94,35 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). A atual divisão territorial do estado está representada por oito Territórios de Planejamento, são eles: **Alto Sertão**, Médio Sertão, Sul, **Centro Sul**, Leste Sergipano, Agreste Central, Baixo São Francisco e Grande Aracaju (IBGE, 2023).

A faixa litorânea corresponde à área que integra a mesorregião do Leste Sergipano e se estende de Norte a Sul, apresentando uma largura de 50 a 60 quilômetros e uma extensão de 168 km de área costeira, o que equivale a 35% da área territorial do estado. Essa região exibe a formação de tabuleiros e planícies costeiras, compostas por vales fluviais e seis bacias hidrográficas formadas pelos rios: São Francisco, Japarutuba, Sergipe, Vaza-Barris, Piauí e Real. Sob o domínio do bioma Mata Atlântica, são constituídas as formações vegetais dos manguezais Apicuns e Charcos, além da floresta Perenifólia (Restinga e Campos de Várzea). Essa região está inserida na porção de clima úmido, com precipitações pluviométricas que variam de 1.100 a 1.500 mm anuais (Brasil, 2004).

A faixa central, que compreende a mesorregião do Agreste sergipano, tem largura semelhante à anterior e corresponde a 15% do território. Trata-se de uma área de transição climática com níveis pluviométricos que variam de 600 a 1.100 mm anuais, apresentando

diferentes formações vegetais, incluindo o cerrado e a floresta mesófila (decídua e semidecidual).

À Oeste, localiza-se a faixa semiárida (mesorregião do Sertão sergipano), onde estão os territórios do Médio e Alto Sertão. Essa mesorregião e seus respectivos territórios englobam cerca de 50% do território do estado de Sergipe. Com predominância do clima árido e níveis pluviométricos variando entre 400 e 800 mm anuais, apresenta níveis severos de secura, onde predomina o bioma Caatinga com vegetação hipoxerófila (Brasil, 2004).

Sergipe apresenta um índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,665 comparado com os demais estados do país, ocupa a 20ª posição. O trabalho formalizado representa entorno de 45,9% das pessoas empregadas/ocupadas. A renda média salarial nos domicílios sergipanos é de 1.739 reais, esses dados estão refletidos no atual índice de Gini de 0,568 social do estado (IBGE, 2023). O cenário fundiário apresenta números relevantes quando comparados aos demais estados. Atualmente apresenta 93.275 estabelecimentos agropecuários com área total de 1.460.860 hectares, representados pelas seguintes condições agrárias:

- a) condomínio, consórcio ou união de pessoas representa 15.035 dos estabelecimentos;
- b) as cooperativas estão representadas por 10 estabelecimentos;
- c) são 09 as iniciativas (estabelecimentos) criadas pelos Governos federal, estadual e municipal;
- d) instituição de utilidade pública são 03;
- e) produtores individuais representam 8.037 estabelecimentos;
- f) as sociedades anônimas são 98 estabelecimentos;
- g) por fim, outras condições são representadas por 83 estabelecimentos (IBGE/Censo Agropecuário, 2017).

Fazendo referência as condições dos produtores em relação ao total de estabelecimentos agropecuários:

- a) foram identificados 80.056 estabelecimentos com proprietário(a) (terras tituladas);
- b) já os assentados(as) que aguardam titulação definitiva representam 4.355 estabelecimentos;
- c) os arrendatários representam 1.101 estabelecimentos;
- d) os parceiros(as) estão em 1.144 estabelecimentos;
- e) comandatário(a) representam 4.673 estabelecimentos;
- f) ocupante corresponde a 1.413 estabelecimentos;
- g) produtores sem área estão em 533 estabelecimentos;
- h) outra questão relevante é o predomínio dos homens em 72.086 estabelecimentos.

- i) já as mulheres estão à frente de 21.062 estabelecimentos apresentando um cenário altamente masculinizado (IBGE, 2017).

Quanto ao estado de Alagoas, apresenta área territorial de 27.843, 295 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2023). Com população estimada de 3.365.351 habitantes e apresentando densidade demográfica de 112, 33 hab/Km<sup>2</sup> (IBGE, 2021). Em seus limites, faz fronteira com Sergipe ao Sul, ao Oeste com a Bahia, com Pernambuco ao Norte e no Leste o oceano Atlântico. Sua divisão regional foi instituída por Decreto nº 30.157, de 29 de janeiro de 2014, onde foram estabelecidos critérios com fins de planejamento e formulações de planos plurianuais e orçamentários. Compreende três grandes mesorregiões:

- a) sertão,
- b) agreste
- c) e o Leste, formadas por nove regiões de planejamento, são exemplos (Zona da Mata, os Tabuleiros Norte e Sul).

A mesorregião Leste e a região de planejamento do **Tabuleiros Sul** correspondem ao nosso recorte espacial, onde está localizada a Colônia Pindorama, conforme iremos descrever mais adiante. Outro fator, importante está associado a mesorregião Leste que apresenta o maior número de assentamentos rurais do estado. Outra questão é a existência dos maiores estabelecimentos agropecuários e a presença da monocultura da cana-de-açúcar e usinas de beneficiamento (Cosme; Pereira, 2020).

O clima que predomina em grande parte do estado é o tropical úmido, principalmente na mesorregião Leste, devido à localização e influência exercida pelo mar. Nas mesorregiões Agreste e Sertão, o clima é Semiárido com menor incidência de chuvas. O relevo alagoano apresenta planícies costeiras na região Litorânea, planaltos com altitude média de 300 metros em praticamente todo o território. O ponto mais elevado é a serra Santa Cruz (800 metros), com vegetação variada. Na faixa próxima ao litoral (Zona da Mata) predomina o bioma Mata Atlântica com mangues e florestas de cocais. Na porção Oeste, prevalece o bioma da Caatinga nas regiões do Agreste e Sertão. Sua hidrografia apresenta importantes afluentes e bacias hidrográficas, alguns rios exercem alta importância para o estado, como o São Francisco que deságua direto no mar, e os rios Mundaú, Coruripe e Camaragibe (SEPLAG, 2023).

Alagoas apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,631 quando comparado com os demais estados do Brasil, ocupando a posição 27º, ou seja, a última colocação. Esse dado explica como velhas práticas e relações de poder ainda são presentes nos espaços desse estado. O trabalho formalizado alcança 48,2% das pessoas acima de 14 anos ocupadas, a renda média salarial domiciliar para os domicílios alagoanos é de 935 reais (IBGE,

2022). O cenário fundiário para o estado de Alagoas está representado por 98.542 estabelecimentos agropecuários com área total de 1.636.712 hectares. Esses dados estão representados pelas seguintes condições:

- a) condomínio, consórcio ou união de pessoas estão representados por 22.535 estabelecimentos;
- b) cooperativas existem 22 estabelecimentos;
- c) iniciativa criadas pelo Governo (federal, estadual ou municipal) 05 estabelecimentos; instituição de utilidade pública são 06;
- d) produtores individuais 75.656 estabelecimentos;
- e) sociedades anônimas são 132 estabelecimentos;
- f) por fim, outras condições são 186 estabelecimentos (IBGE, 2017).

Fazendo referência aos produtores e às condições nos estabelecimentos agropecuários, foram identificadas as seguintes condições:

- a) proprietário(a) (terras tituladas) estão presentes em 77.182 estabelecimentos;
- b) assentados(as) aguardando titulação definitiva em 4.790 estabelecimentos;
- c) arrendatários em 2.591 estabelecimentos;
- d) parceiros(as) 3.241 estabelecimentos;
- e) mandatário(a) em outros 7.048 estabelecimentos;
- f) os ocupantes correspondem a 2.934 estabelecimentos;
- g) e produtores sem área 756 estabelecimentos;
- h) outra questão relevante é o predomínio dos homens em 75.416 estabelecimentos;
- i) Já as mulheres estão à frente de apenas 22.946 estabelecimentos, apresentando um cenário altamente masculinizado (IBGE/Censo Agropecuário, 2017).

Em Sergipe são dois casos, o primeiro caso, no território localizado do Agreste sergipano. O segundo no território do Alto Sertão sergipano. Em Alagoas o terceiro e último caso, localizado na região costeira de Alagoas (território dos Tabuleiros Sul). A escolha desses múltiplos casos tem como principais motivações, compreender como são construídos espaços de poder a partir da produção e comercialização de alimentos. São estabelecidas relações de poder impostas por processos históricos e naturais, em sua maioria motivados por dinâmicas e relações presentes nos diferentes espaços de poder, na produção de alimentos, nos processos de beneficiamento e nos sistemas alimentares.

Analisar a atuação do Estado junto aos assentamentos rurais permite identificar como as dinâmicas alimentares e espaciais promovem a formação de espaços de poder (territórios alimentares e mercados agroalimentares). Investigar diferentes atores institucionais e sociais

envolvidos nos processos de formação e implementação de projetos de assentamentos rurais, os quais potencializam interpelações entre os ecossistemas, as atividades humanas presentes no meio rural e urbano e a produção de alimentos, nos leva a considerar os processos de reordenamento da estrutura fundiária e produtiva que foram consolidados e/ou desestabilizados a partir de práticas produtivas e da produção de alimentos “*commoditizados*”.

Neste contexto, exercitamos a reflexão sobre o papel da “Questão agrária” para além do processo de reforma agrária, tendo em vista outro prisma, não apenas a terra, mas também os alimentos, elevando a reflexão para uma “Questão alimentar” no desenvolvimento agrário. Identificamos nos assentamentos rurais um terreno fértil para as análises propostas na presente pesquisa de tese. Compreender as múltiplas relações de poder existentes nas dinâmicas alimentares e espaciais presentes nos sistemas alimentares compostos pela sociedade, natureza, instituições e os alimentos, é essencial. Pressupõe estabelecer diferentes correlações ancoradas em experiências que apresentem particularidades individuais a partir do coletivo e que permitam identificar a presença de movimentos e contramovimentos. Como destaca Bowen (2010), a necessidade de selecionar casos para pesquisa que apresentem importantes semelhanças, no entanto, essas semelhanças devem afetar seus respectivos territórios e atores sociais, a fim de que possamos compreender o poder presente nesses espaços. Dito isso, o debate sobre as (re)configurações dos sistemas alimentares estão marcados por constantes controvérsias sociais, econômicas, políticas e produtivas no processo de desenvolvimento rural.

Frente as distintas realidades presentes na região Nordeste, é que estão postas as dimensões concreta e simbólica existentes nos espaços. Nesse caso, se faz necessário considerar as configurações espaciais, ou seja, a territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos alimentos associados as relações de poder presentes nos sistemas alimentares. Esses processos e dinâmicas estão estruturados por aspectos presentes no regionalismo e no modelo de desenvolvimento implementado para região Nordeste, integrados pelas análises dos *Diferentes Nordestes e Áreas Alimentares*<sup>1</sup> trabalhadas nos estudos alimentares clássicos.

---

<sup>1</sup> A região Nordeste tem sua história ligada ao período colonial do Brasil, onde sua economia foi sustentada pela tríade “algodão–gado–cana-de-açúcar”. Essas três atividades tinham suas espacialidades bem definidas por relações de poder estabelecidas ao longo de sua história. Para entender essas relações de poder o Livro *Nordeste* de Gilberto Freyre publicado em 1937 inicia uma discussão que busca diversificar os vários ‘nordestes’. Em 1945 Josué de Castro adere essa discussão para materializar a espacialidade da fome no Brasil. O autor apresenta sua divisão territorial, onde caracteriza o Nordeste em três grades “áreas alimentares” identificando a existência de duas “áreas de fome” pertencentes a diferentes características, aversa às apresentadas pelo cenário da “seca”, ou seja, a do açúcar, a do algodão e do gado. Sendo assim, nossa intenção é partir dessas premissas para entender as relações de poder apresentadas nos clássicos que tratam a produção dos alimentos e sua relação com o território. Avançando nos argumentos e fundamentações para o pleno entendimento da formação de espaços de poder como *Territórios alimentares e Mercados agroalimentares*, fruto de processo de *movimentos e contramovimentos* presentes nos sistemas alimentares.

Nesse contexto, os assentamentos rurais podem ser entendidos como territórios alimentares, isso preconiza as NGA que promovem o surgimento de dinâmicas mais participativas, reivindicatórias e com potencial sustentável. Segundo Lopes (2013), esses processos são representados por associações e cooperativas rurais que promovem mudanças empíricas, ou seja, espaços de poder. Na prática, as relações sociais, políticas e produtivas promovem alterações na cultura política, econômica e social dos espaços. Assim, cada um à sua maneira, está inserido em relações de poder distintas com diferentes padrões comportamentais e práticos para os atores sociais.

Exemplos dessas dinâmicas e processos estão materializados no complexo de assentamentos Jacaré-Curituba, localizado nas porções de terras áridas do território do Alto Sertão sergipano apresentada mais adiante na figura 2. Esse território apresenta uma diversidade de espaços voltados a produção de alimentos. As unidades produtivas presentes no complexo de assentamentos Jacaré-Curituba são dedicadas a produção de alimentos para o autoconsumo e a comercialização dos excedentes, de culturas como:

- a) milho;
- b) feijão;
- c) mandioca;
- d) quiabo;
- e) fruticultura e outras.

Para as lavouras permanentes destacam-se a fruticultura, as culturas oleaginosas (girassol e mamona), tendo forte respaldo das pequenas agroindústrias no processo de beneficiamento desses alimentos. Nesses espaços também estão localizados os projetos e polos empresariais de irrigação (Projeto California e Nova California) formados por unidades produtivas que destinam suas produções de alimentos principalmente para os mercados convencionais. Os alimentos que não apresentam a padronização exigida por esses mercados, geralmente tem como destino os mercados locais e territoriais.

Para o complexo Jacaré-Curituba constatamos sua inserção na terceira fase (citada anteriormente) do processo de desenvolvimento agrário. Além da presença de diferentes atores (sociais e institucionais) no processo de formação e manutenção dos espaços. Esse complexo de assentamentos integra uma proposta pioneira no Brasil, um modelo híbrido para formação de assentamentos unindo uma questão agrária e agrícola, explorando o potencial produtivo nos moldes dos perímetros e polos empresariais irrigados. O complexo busca atender a demanda social e agrária da região e foi pensado para ser o maior assentamento rural irrigado da América Latina.

No caso do assentamento Colônia 13 localizado no território Centro-Sul sergipano, região que se apresenta como principal produtora do setor citricultor (laranja, goiaba, acerola e pimenta) do estado e o segundo maior do Nordeste. Atualmente representa a porção moderna da agricultura do estado com forte presença de empresas do agronegócio. É a porta de entrada para expansão das monoculturas do milho e da soja no estado (Inkra, 2020).

Para o assentamento Colônia Pindorama localizado no território dos Tabuleiros Sul do estado de Alagoas, ressaltamos sua forte inserção no processo de cooperativismo, combinado a fatores empíricos que viabilizaram as estruturas e condições econômicas para o desenvolvimento e diversificação das atividades produtivas. Os agricultores familiares acessam diferentes canais de comercialização com e sem a participação da cooperativa Pindorama em diferentes escalas. Entre as atividades desenvolvidas e que ainda se destacam estão: a agricultura, a pecuária, e o beneficiamento e desenvolvimento de diferentes produtos agropecuários voltados aos mercados agroalimentares. Outras que ainda apresentam grande relevância nos dias atuais são as culturas da cana-de-açúcar, fruticulturas, produção orgânica de hortaliças e pecuária leiteira (Lima, 2011).

Os múltiplos casos estão representados por diferentes espaços, dinâmicas e processos com historicidades e geografias diversas representadas em três diferentes territórios localizados nas três faixas territoriais (Litoral, Agreste e Sertão) que integram o imaginário social e político da região Nordeste. Esses territórios exploram as questões agrárias, agrícolas e alimentares de diferentes formas por meio de movimentos e contramovimentos. Para temporalizar as formações, tanto a Colônia 13 quanto a Colônia Pindorama integram a primeira fase do processo de desenvolvimento agrário nordestino. No entanto, os dois assentamentos apresentam processos e relações de poder distintas, reflexo dos seus estados e territórios. Os resultados provenientes da produção e beneficiamento dos alimentos também são diferentes, além de questões como: especulação imobiliária, organização dos espaços rural e dos agricultores familiares (cooperativismo e associativismo) e a produção de alimentos, entre outras questões.

Vários são os questionamentos levantados sobre as questões presentes nos espaços de poder, o que demanda verificar as necessidades e os efeitos promovidos pelo agronegócio na agricultura e nas cadeias agroalimentares. Essas questões demandam estabelecer fortes distinções para agricultura e o agronegócio, onde a produção de alimentos aparece como uma mercadoria qualquer. Na lavoura, a produção de mercadoria aparece com valor-de-uso e significado simbólico e cultural dentro desse processo de produção de alimentos por agricultores familiares (Bernstein, 2017).

Para Schneider e Cassol (2020), é importante entender como a ‘*comoditização*’ afeta o meio ambiente e a produção agroalimentar nos espaços rurais e urbanos, especialmente como os agricultores e residentes rurais estão inseridos nos mercados agroalimentares, avançando para aspectos mediados por processos que integram a produção, processamento e consumo de alimentos. Essa combinação da produção de autoconsumo com a produção mercantil é evidenciada nos assentamentos rurais selecionados para pesquisa. Visto que, a presença de culturas alimentares permanentes e perenes nesses espaços exploram as duas práticas, exercendo alta importância para os agricultores familiares desses espaços de poder.

Nesse contexto, estão postas as dinâmicas alimentares e espaciais presentes nesses espaços, as quais justificam buscas por fatores que comprovem a capacidade transformadora dos alimentos nos lugares e espaços, contribuindo diretamente para o desenvolvimento rural da região Nordeste. Essa capacidade transformadora tem como objetivo construir/formar territórios alimentares a partir de espaços de poder. Esses territórios recebem a influência e os reflexos da presença dos processos de cooperativismo e associativismo. Visto que, a agroindustrialização é descentralizada e diversificada, agregando diversidade, alto potencial produtivo e comercial aos alimentos produzidos, além de transformar e beneficiar parte da produção de alimentos.

Diante dos argumentos e motivações que conduziram a escolha dos respectivos casos, dentro do universo inseparável de problemáticas empíricas e teóricas que emergem das espacialidades presentes na região Nordeste, justifica-se a escolha a partir da existência de experiências formadas por múltiplas relações de poder presentes nos sistemas alimentares. As relações concretas e simbólicas são reflexo dos diferentes regimes alimentares e são representadas por tensões materializadas nas formas dominantes de estruturação do poder e dos espaços de poder, no caso, os assentamentos rurais e os mercados agroalimentares.

### 3.1 COMPLEXO DE ASSENTAMENTOS JACARÉ-CURITUBA – TERRITÓRIO DO ALTO SERTÃO SERGIPANO

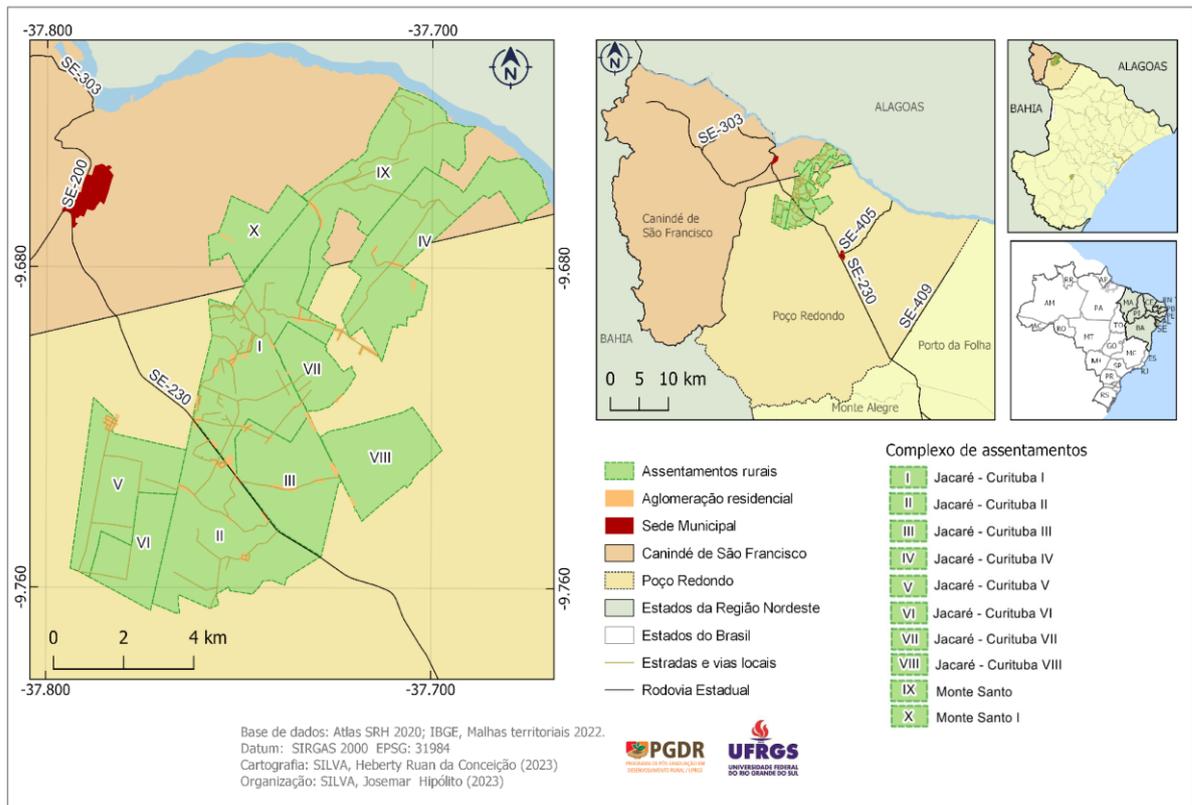
O território do Alto Sertão sergipano acompanha as tendências históricas presentes na ocupação e produção de alimentos da região Nordeste. Tendo como predomínio a pecuária extensiva e a produção de algodão. Segundo Cintra (1999), durante décadas a estrutura fundiária do território permaneceu com altos índices de concentração fundiária e sob domínio das oligarquias agrárias. Entretanto, foi somente após a consolidação do MST na região durante a década de 1990 que ocorreu uma maior organização dos movimentos sociais.

O processo de ocupação das terras onde está localizado o P.A. Jacaré-Curituba, ocorreu em paralelo à implantação dos projetos e polos irrigados empresariais. Essas iniciativas trouxeram à tona problemas ligados a miséria, fome e desemprego dos sertanejos nordestinos. Esses atores até então eram vistos como reserva de mão-de-obra barata e foram inseridos na construção e conclusão das obras da barragem de Xingó. Esse processo motivou o surgimento de ocupações nesse território a partir dos movimentos sociais e da exposição dessas desigualdades (Cintra, 1999).

O Projeto de Assentamento (P.A.) Jacaré-Curituba está localizado no semiárido, na porção Noroeste do estado de Sergipe, na margem direita do rio São Francisco. Avança os perímetros territoriais dos municípios de Canindé do São Francisco e Poço Redondo, localizado a 189 km da capital Aracaju. Estando distante 12 km da sede do município de Poço Redondo e 10 km da sede de Canindé do São Francisco, a principal via acesso é a rodovia SE-230, como destacado na figura 2, abaixo. O P.A. Jacaré-Curituba foi criado por iniciativa do Incra em 19 de dezembro de 1997. Onde foram assentadas inicialmente 687 famílias em um planejado perímetro de irrigação para esse espaço. Para cada uma das famílias, seriam destinados lotes irrigados com tamanho de quatro hectares.

Vale ressaltar os eventos que motivaram a criação do P.A. Jacaré-Curituba. Foi em 12 de março de 1996 que aproximadamente 2.400 famílias, originárias de municípios do estado de Sergipe como, (Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Porto da Folha e Gararu), e outra pequena parcela de famílias oriundas dos estados de Alagoas, Pernambuco e Bahia, ocuparam as instalações da Usina Hidrelétrica Xingó, sob a tutela da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), com o objetivo de pressionar o Governo por possíveis soluções para os altos níveis de desemprego. Essas famílias eram, em sua maioria, dos homens que estiveram envolvidos na construção da hidrelétrica de Xingó. (Incra/PSM, 1999).

**Figura 2 - Complexo de assentamento Jacaré-Curituba – território do Alto Sertão sergipano**



Fonte: Silva e Silva (2023).

Nessa ocasião, as atividades de construção da hidrelétrica de Xingó já haviam encerrado. Essa obra absorveu a maior parte da força de trabalho das pessoas adultas dessas famílias, especialmente os homens. Após várias negociações e tratativas entre o Governo estadual, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os proprietários da Fazenda Cuyabá, localizada no município de Canindé do São Francisco em Sergipe, para desapropriação das terras para fins de formação do P.A. Jacaré-Curituba, em junho de 1996, 2.011 famílias ocuparam a sede da fazenda Cuyabá, resultando na desapropriação da Fazenda formalmente. Esse fato promoveu a formação do projeto de assentamentos com 200 famílias que já haviam sido cadastradas e selecionadas pela superintendência regional do Incra acordado com o MST. As 1.811 famílias que restaram, realizaram a ocupação de outra fazenda da região, localizada no município de Poço Redondo, a Fazenda Alto Bonito, em outubro de 1996. As terras que integravam a fazenda Alto Bonito hoje fazem parte do complexo de estabelecimentos rurais que compõe o P.A. Jacaré-Curituba (Incra, 1999).

Os resultados dessa ocupação motivaram a elaboração de um “protocolo de intenções” envolvendo o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) e o Governo de Sergipe, através da Secretaria de Estado da

Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação, com a interveniência do MST, em 31 de março de 1997. Das 1.811 famílias acampadas na fazenda Alto Bonito 687 famílias foram assentadas na área do perímetro do P.A. Jacaré-Curituba a ser irrigado (Incrá, 1999).

Nesse cenário, a irrigação é vista como elemento essencial no processo de inovação produtiva, no padrão tecnológico, na diversificação produtiva e nos projetos públicos de incentivo à produção de alimentos. Nesse contexto, destacam-se os projetos empresariais de produção agrícola existentes no estado representados por formato exclusivo e misto com parceiros. O Platô de Neópolis é o primeiro, foi idealizado em 1990, é composto por um condomínio formado por 38 empresas, dessas, 9 detém 9.757 hectares, dos quais 7.248 são irrigados, abrangendo terras de diferentes municípios (Neópolis, Pacatuba, Japoatã e Santana do São Francisco). No platô são utilizadas diferentes tecnologias no desenvolvimento da fruticultura na região Semiárida e Litorânea do estado de Sergipe (Incrá, 1999). A produção tem como principal destino a exportação, sobretudo, para o mercado da Europa. A estimativa é que esses polos/projetos de assentamentos empresariais gerem milhares de empregos diretos e indiretos, beneficiando um número enorme de pessoas dos municípios próximos.

O segundo, é projeto Califórnia localizado no município de Canindé do São Francisco, tem área total de 3.980 hectares, desses 1.360 são irrigados por aspersão. Essa área foi projetada para atender 19 lotes empresariais e outros 272 lotes parcelares, outros lotes de perfil técnico voltados a produção de quiabo, milho, feijão e frutíferas, seguindo a mesma tendência de tecnologias, alimentos produzidos e geração de empregos diretos e indiretos (Incrá, 1999).

Contrariando a tendência de criação dos projetos e polos empresariais nos territórios que são banhados pelo rio São Francisco e com a intervenção direta do Estado e dos movimentos sociais. O P.A. Jacaré-Curituba tem grande importância produtiva e econômica para a região semiárida de Sergipe, popularmente conhecido como “*Nova Califórnia*” pelas semelhanças dos produtos cultivados por também integrar o perímetro irrigado (Incrá/PSM, 1999).

A produção de alimentos é altamente dependente da irrigação, a qual é realizada por sistemas de bombeamento acionados por duas grandes bombas abastecidas com água da represa de Xingó, utilizando o princípio da gravidade. Um reservatório foi construído dentro do complexo de assentamentos e alimenta 135 estações de bombeamento e 6 km de canais de irrigação. São 54 lotes irrigados por aspersão convencional, destinados ao cultivo de forrageiras e 79 lotes irrigados por aspersão (microaspersão e gotejamento). O P.A. Jacaré-Curituba foi dividido em 25 agrovilas, cada agrovila é composta por 20 famílias. Ao todo foram assentadas 690 famílias de agricultores em lotes irrigados. Atualmente são 133 lotes irrigados distribuídos em 3.600 hectares atendendo 686 famílias que produzem toneladas de alimentos destinados a

diferentes mercados agroalimentares, além de dispor de 51 km de malha viária utilizada principalmente para o deslocamento interno dos assentados e para escoar toda produção de alimentos. A figura 02 apresentada anteriormente, permite visualizar a localização e distribuição dos assentamentos no território, apresentando a localização da principal rodovia estadual responsável pela ligação dessa população com as sedes municipais e os lugares com maior aglomeração de pessoas.

O processo de cooperativismo é algo muito presente e desenvolvido no território do Alto Sertão sergipano. Nesse sentido, no espaço do P.A. Jacaré-Curituba, algumas cooperativas atuam em diferentes frentes, entre as quais destacamos a cooperativa União das Associações de Cooperação Agrícola do Perímetro Irrigado Jacaré-Curituba (UNITUBA), fundada em 01/06/2005 com o intuito de fortalecer e organizar os processos de produção e comercialização dos alimentos nos assentamentos. Outra cooperativa presente é a Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe Ltda. (COOPAC), fundada em 28/12/2009 com o objetivo de estimular e fortalecer o acesso dos agricultores ao programa de aquisição de alimentos (PAA e PNAE). Outra é a Cooperativa Regional de Assentados de Reforma Agrária do Alto Sertão sergipano (COOPRASE). Esse cenário se fazia presente até o momento que foi realizada as entrevistas no ano de 2022 (Santos, 2013).

A trajetória dos assentados está muito atrelada às relações de poder e ao processo de pertencimento, às lutas e resistências junto aos atores hegemônicos do território, seja para acessar à terra ou para se manter e sobreviver nela, retirando e gerando os recursos necessários para suprir as necessidades das suas famílias. As mudanças promovidas por saídas e retornos, seguem particularidades ligadas a localização dos assentamentos e dos estabelecimentos familiares. Tendências históricas presentes na região, determinam as formas de poder, a formação de espaços de poder e as relações enraizadas e construídas nesses espaços. Essas tendências influenciam diretamente nas condições e possibilidades de sobrevivências das populações, onde os mais jovens buscam por melhores oportunidades e condições de vida nos centros urbanos para estudar e trabalhar. No geral, todos os entrevistados têm algum membro da família que saiu ou retornou em algum momento de suas trajetórias de vida.

O acesso as políticas públicas no P.A. Jacaré-Curituba têm como resultado a construção de quatro escolas, dois postos de saúde, a presença de vinte e dois agentes de saúde e duas equipes do Programa Saúde da Família (PSF), atuando junto à população dos assentamentos. A presença de dois técnicos no escritório da Codevasf, visitas regulares de técnicos do Banco do Nordeste responsáveis pelo processo de bancarização e por disponibilizar o acesso a créditos nas linhas do Pronaf. Conta ainda com quarenta agrovilas com aproximadamente 9 mil

moradores atualmente. Com o objetivo de reduzir desigualdades profundas existentes nesses espaços de poder e dar início ao processo novo nos assentamentos rurais no Brasil. O Incra introduziu um processo de titulação dos lotes no nome das matriarcas/chefes das famílias, trata-se de uma iniciativa pioneira em assentamentos de reforma agrária no Nordeste, um diferencial particular do P.A. Jacaré-Curituba. Essas iniciativas buscam minimizar problemas ligados a questão de gênero, reduzindo disparidades de poder no processo de formação dos espaços de poder.

As principais relações de poder que estão direcionando esse espaço de poder para os processos de equidade social, resiliência e diversidade na produção de alimentos estão associadas aos processos de titulação dos lotes (essa questão está sendo executada na atualidade pelo Incra). Outra questão está relacionada ao beneficiamento dos alimentos produzidos nos assentamentos, junto às agroindústrias dos assentamentos. A comercialização dos alimentos é outra motivação para a existência de relações de poder, principalmente no acesso e manutenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) dos produtores de milho e frutas dos perímetros irrigados. As relações de poder em torno da comercialização do “quiabo” configuram uma das formas mais evidentes de poder oculto e invisível, construídos por atravessadores que comercializam esse alimento no estado da Bahia.

O sucesso na produção de alimentos nos estabelecimentos beneficiados pela irrigação está intimamente associado ao uso adequado do recurso (água). O uso inadequado resulta em relações de poder oculta e invisível (empréstimos com agiotas, comercialização e abandono dos lotes) devido a salinização dos solos e o aumento ou queda da produtividade. São levados em consideração a demanda, o foco na exportação, valor agregado aos alimentos produzidos, o baixo manejo da produção com pragas e agroquímicos e agrotóxicos.

Ao contrário dos outros dois assentamentos rurais pesquisados, o complexo de assentamentos Jacaré-Curituba apresenta diferentes relações culturais e de poder, entre elas: a de vizinhança, compadrio e de ajudas mútuas entre os familiares e assentados. O papel das mulheres no espaço e na divisão social do trabalho é bem diversificado. Existem mulheres que desempenham somente a função de dona de casa até chefes de famílias, agricultoras, feirantes trabalhando na agroindústria local. Executando todas as atividades que os homens executam, além do cuidado com os filhos e a propriedade.

A sucessão rural tem sido um problema nesse espaço de poder, uma vez que, a própria região em sua história tem determinado um grande fluxo migratório em direção aos centros urbanos do estado e até para fora dele. As rendas familiares são bastantes diversificadas e obtidas

com atividades agrícolas, com a pecuária leiteira, o beneficiamento e processamento dos alimentos.

### 3.2 ASSENTAMENTO COLÔNIA 13 – TERRITÓRIO CENTRO-SUL SERGIPANO

O assentamento Colônia 13 está localizado no município de Lagarto, no território Centro-Sul sergipano distante 78 quilômetros da capital Aracaju. A relação do assentamento com o município de Lagarto é enorme, como destacado na figura 3, a seguir. Desde sua fundação o município de Lagarto tem se destacado como grande produtor de gêneros agrícolas, fumo, mandioca, a citricultura (laranja, maracujá) e mais recente o milho. Com uma população estimada de 94.861 habitantes e com densidade demográfica de 97,84 hab/km<sup>2</sup> o assentamento apresenta números semelhantes a municípios da região. Entre os 75 municípios do estado, Lagarto ocupa a 18<sup>o</sup> posição em importância econômica (IBGE/Cidra, 2017).

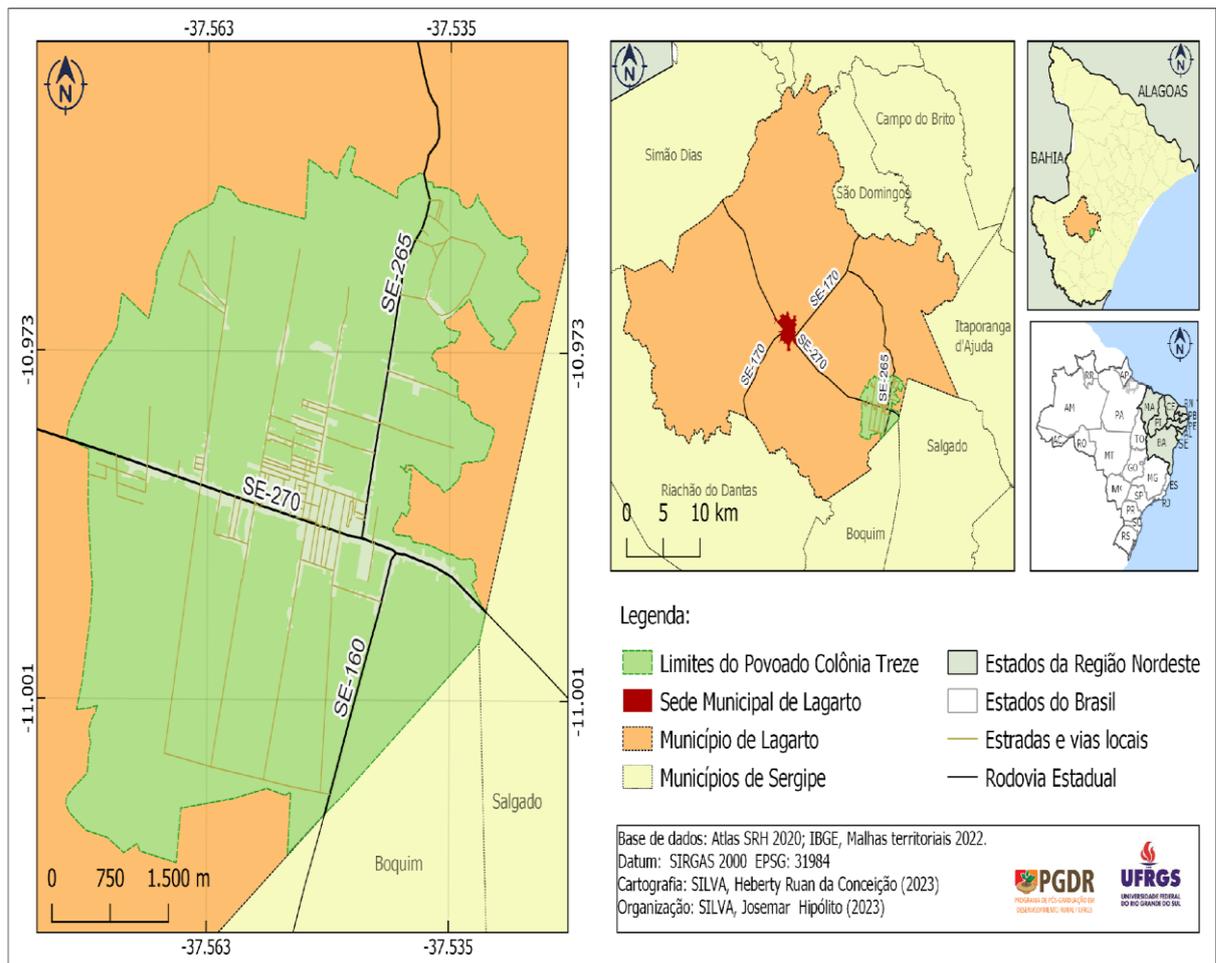
O assentamento Colônia 13 criado em meados dos anos de 1950, resultado de uma combinação de ações do Estado a partir de iniciativas de políticas de colonização e da mobilização social com participação direta de ‘Antônio Martins de Menezes,’ então prefeito do município de Lagarto e grande produtor e comerciante de fumo da região. Que doou uma área para 12 famílias de colonos se instalar visando estimular a expansão da cultura do fumo no município. Como ressalta Siqueira (2016, p. 30), ocorreu uma proposta de reestruturação fundiária, combinada com políticas agrícolas modernizadoras voltadas para agricultura. Essa modernização na agricultura transformou os espaços produtivos da região agregando valor à produção do maracujá e da laranja num primeiro momento. Posteriormente valorizando a cultura da laranja, ambos os alimentos eram destinados ao mercado interno e externo. Nesse período, foram criadas um conjunto de iniciativas de interesses do Estado e do mercado. O resultado foi a criação da Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze (Coopertreze), com a finalidade de estimular a produção de alimentos e mediar o acesso dos assentados a novos mercados agroalimentares.

Assim, foram materializadas as histórias das famílias dos assentados e as geografias da região, transformando a paisagem agrícola e agrária do território. Inicialmente foram assentadas 10 famílias ainda na década de 1950, na década de 1960 outras 90 famílias foram incluídas no P.A. Colônia 13. Segundo Siqueira (2016) residem no espaço do assentamento Colônia 13 pouco mais de 8 mil habitantes, ou seja, número de pessoas que supera alguns pequenos municípios do estado de Sergipe. Os gestores do município de Lagarto consideram a Colônia

13 o principal “povoado” do município de Lagarto. Vale ressaltar que o assentamento Colônia Pindorama em Alagoas passa pelo mesmo processo de avanço populacional.

Atualmente estão em curso transformações que são reflexos de relações de poder implementadas em meados da década de 1980, influenciadas diretamente pelo fechamento da Coopertreze. Essa cooperativa nos anos 60 chegou a ser a principal cooperativa do estado e a segunda maior cooperativa do Nordeste em tamanho, volume comercializado e importância. Após o fechamento da Coopertreze, os colonos perderam sua capacidade de comercialização direta com o mercado externo, perderam o suporte jurídico, técnico e operacional, o que culminou em perda de capacidade produtiva e de comercialização. Esse processo influenciou na desterritorialização de alimentos e produtos agrícolas como o fumo e o maracujá, além da laranja que está passando por esse processo na atualidade. O resultado foi um total descaso, deixando a localidade à mercê das ações de empresas e grupos associados ao agronegócio. Outro processo que ganha força é a especulação e o avanço imobiliário (Siqueira, 2016).

**Figura 3 - Assentamento Colônia 13 – Território Centro-Sul sergipano**



Fonte: Silva; Silva (2023).

Para esse estudo de caso, foram entrevistados onze agricultores familiares e um técnico agrícola da Empresa de desenvolvimento agropecuário de Sergipe (EMDAGRO), totalizando 12 entrevistas. Desses agricultores familiares, cinco foram sócios da extinta Coopertreze e contribuíram na apresentação do panorama geral desse período, a partir das relações de poder que culminaram na falência e fechamento da cooperativa. Foram esses os eventos que exerceram mais influência no colapso das relações produtivas e dinâmicas alimentares, dando início ao processo de desterritorialização das culturas agrícolas, do fumo, da laranja e do maracujá, ainda em curso.

As trajetórias familiares dos entrevistados estão associadas a formação da cooperativa e ao próprio assentamento, sendo influenciada diretamente pelas culturas agrícolas e alimentares inseridas nesse espaço de poder. Outra questão identificada faz referência ao envio dos filhos para estudar na capital Aracaju. Cinco dos entrevistados têm pelo menos um dos filhos com curso superior; no entanto, apenas um jovem formado em Engenharia Agrícola retornou para a propriedade para implementar melhorias e iniciar uma transição agroecológica.

Apenas um dos entrevistados não atua mais como agricultor devido à idade avançada e à falta de forças para desenvolver as atividades agrícolas. No entanto, é aposentado e comercializa frutas e tubérculos na porta de sua casa (ponto na beira da estrada). As frutas são cultivadas no próprio assentamento, e os tubérculos vêm de outras regiões.

O colapso das culturas alimentares da laranja e do maracujá é atribuído ao uso desenfreado de agroquímicos e pesticidas. A presença da mosca branca é a principal causa do colapso da produção na região, bem como a baixa oferta de mão-de-obra para a manutenção dos cultivos e a redução da comercialização para a agroindústria de sucos Marata Alimentos.

O sentido de pertencimento à localidade foi algo identificado em todos os entrevistados, ressaltando a paz e qualidade de vida. No entanto, foram feitas algumas ressalvas em relação a como o poder público (gestores municipais) tem atuado nas questões ambientais associadas ao tratamento dos resíduos domésticos (saneamento básico) e à poluição dos afluentes e rios da região.

As relações de poder estão pautadas no avanço do agronegócio (cultura do milho) e do mercado imobiliário (condomínios residenciais e a formação de pequenas chácaras/sítios) no espaço do assentamento. Outra questão relevante está relacionada à criação de contramovimentos implementados por produtores agroecológicos, além da existência de conflitos de legitimidade entre produtores convencionais de alimentos e os produtores agroecológicos e orgânicos sobre a real qualidade e segurança dos produtos agroecológicos produzidos no assentamento. Os processos desenvolvidos estão ligados a produção,

organização e a comercialização dos alimentos (feiras locais agroecológicas e itinerantes, PAA e PNAE, venda de cestas/caixas por meios digitais (WhatsApp, Instagram), os mercados acessados são: mercados de proximidade, mercados local/territorial e os mercados digitais. Essas atividades recebem o apoio técnico da EMDAGRO (fornecendo a estrutura para feiras, iluminação das barracas, apoio para criação de uma associação, cursos e assistência técnica para os produtores).

As principais rendas das famílias entrevistadas estão associadas às rendas agrícolas, obtidas a partir de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos. Em seguida, estão as rendas provenientes de aposentadorias e remessas enviadas de fora por filhos e outros parentes, quando necessário para despesas médicas e outras emergências. Somente três entrevistados citaram receber rendas de benefícios sociais ou transferência de renda do governo federal. Atividades não agrícolas, arrendamentos ou aluguéis não foram citados por nenhum entrevistado.

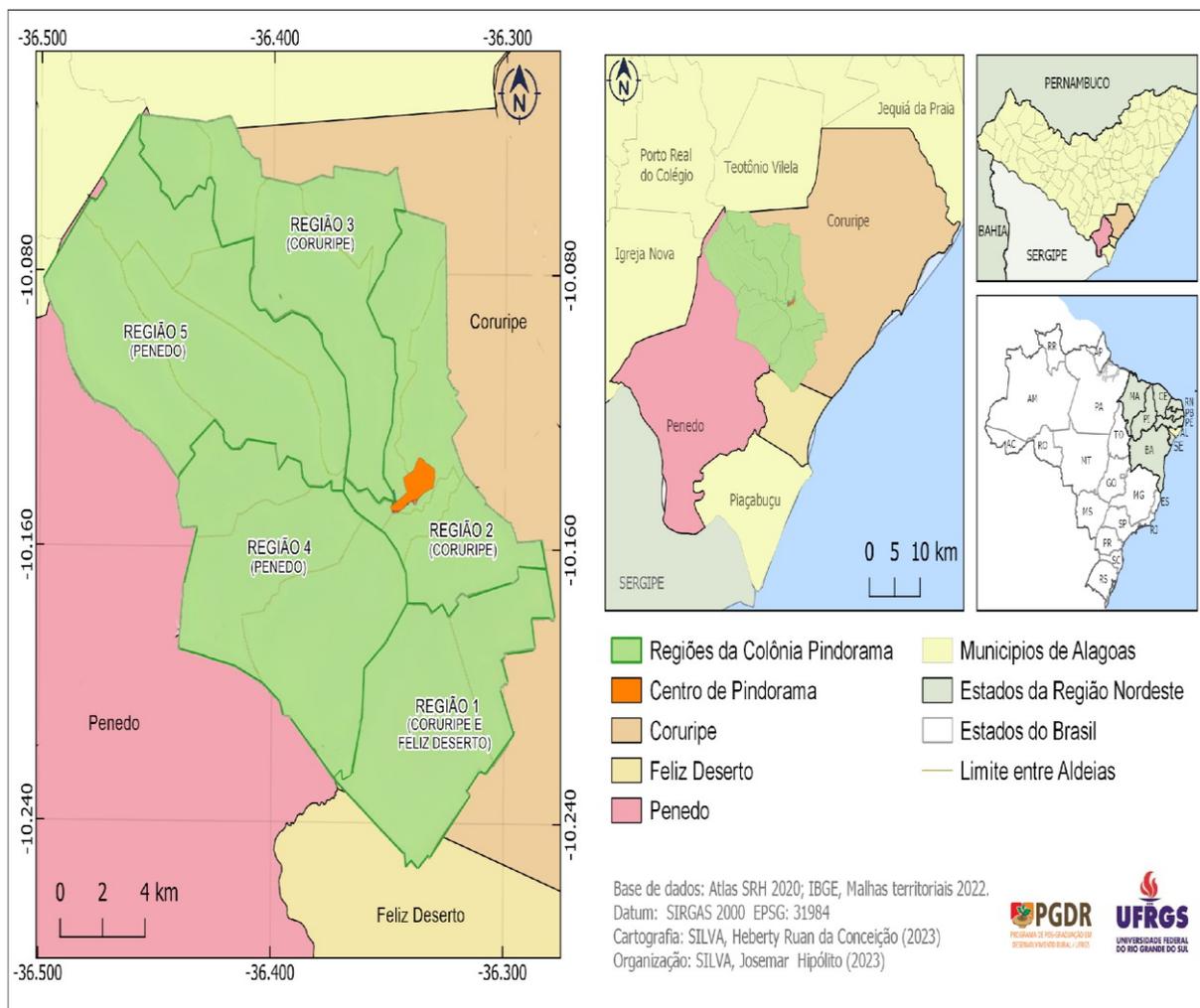
### 3.3 ASSENTAMENTO RURAL COLÔNIA PINDORAMA – TERRITÓRIO TABULEIROS SUL ALAGOANO

Segundo Lima (2011) e Silva e Rocha (2014), o processo de formação do assentamento Colônia Pindorama está intimamente ligado à formação da “Cooperativa Agropecuária Pindorama”. O assentamento Colônia Pindorama foi idealizado por René Bertholet, nascido em Genebra, na Suíça. Quando jovem, esteve diretamente envolvido nas lutas políticas, sindicais e por direitos trabalhistas na Europa. Após a Segunda Guerra Mundial, veio para a América do Sul motivado pelo desafio de instalar colônias de famílias e/ou assentamentos humanos para suíços, com o apoio financeiro de entidades e do governo da Suíça.

Após as devidas tratativas realizadas com o governo brasileiro, em 1949 foi autorizado o envio de 20 mil famílias da Suíça para o Brasil. Na primeira fase do projeto, foram enviadas apenas 500 famílias, a formalização desse processo migratório ocorreu por meio de decreto do governo brasileiro. Para esse primeiro momento, foram sugeridos dois locais para instalação da colônia, no Planalto Central de Goiás ou no estado do Paraná, por fim, o projeto de assentamentos foi instalado na região de Guarapuava no Paraná (Silva; Rocha, 2014). Com a efetivação da primeira fase e o êxito alcançado no processo de formação do assentamento o governo foi estimulado a criar a Companhia de Progresso Rural (CPR) em 1952, ligada ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) do Brasil. Teve como objetivo estabelecer o desenvolvimento e incentivar a criação de outros assentamentos nos mesmos moldes em diferentes regiões do Brasil (Lima, 2011).

Esse processo culminou na compra de uma área de 34.133 hectares de terras no litoral Sul de Alagoas, adquiridas por financiamento liberado pela então Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC). A área destinada ao assentamento é composta por terras de baixa fertilidade e banhada por cinco rios e está dividida em 19 aldeias, como destacado na figura 4, abaixo. Essa divisão faz analogia ao formato de colonização baseada em ideias de justiça social (Lima, 2011). Nesse primeiro momento, o espaço foi subdividido em 1.400 lotes com área entre 20 e 30 hectares, além da sede administrativa do povoado onde localiza-se toda infraestrutura de beneficiamento dos alimentos produzidos no território, bem como a usina de beneficiamento de cana-de-açúcar. Porém, atualmente a cooperativa possui 30 mil hectares em 22 comunidades com uma população estimada de 31 mil pessoas. Segundo Danilo Wanderley gerente de operações da cooperativa, “foi necessário vender alguns hectares para levantar recursos para investir na ampliação das estruturas de beneficiamento de bebidas, doces e laticínios”.

**Figura 4 - Assentamento rural Colônia Pindorama – Território Tabuleiros Sul alagoano**



Fonte: Adaptado de Cooperativa Pindorama (2022).

Mudanças ocorrem, saídas e retornos são frequentes dos filhos e outros parentes, na sua maioria motivadas por questões associadas a capacitações em cursos técnico e outros. Porém, após a conclusão retornam ao assentamento para trabalharem diretamente na cooperativa Pindorama. O sentido de pertencimento e de comunidade ficou evidente em todos os entrevistados, os quais relataram sentir orgulho por viverem nesse espaço, pela tranquilidade e a qualidade de vida, além das atividades que desenvolvem em seus estabelecimentos. Alguns símbolos e estruturas de poder servem como representatividade simbólica e expressam esse simbolismo, como exemplificado pelo memorial René Bertholet, um museu que conta a história do assentamento e do processo de povoamento. Outros exemplos incluem o selo postal comemorativo dos correios e a moeda social “Bertholet”, criada com o propósito de reduzir problemas relacionados a assaltos aos comércios existentes no território do assentamento. Além disso, essa moeda busca dinamizar a economia local, conforme destacado na figura 5, abaixo.

**Figura 5 - Memorial/Museu René Bertholet e Moeda social Bertholet**



Fonte: Cooperativa Pindorama ([202?]).

As relações e oportunidades construídas pelo modelo de cooperativismo implementado nesse território alimentar tem promovido oportunidades, gerado centenas de empregos diretos e indiretos, estimulado a diversidade produtiva e de beneficiamento dos alimentos produzidos, fortalecendo a cadeia produtiva e estimulando o acesso a novos mercados e canais de comercialização.

O acesso da população as políticas públicas de saúde, educação, habitação e saneamento ocorre por intermédio dos programas municipais, estaduais e da União, já que as terras do assentamento estão localizadas em três diferentes municípios. O perímetro urbano do assentamento dispõe de estruturas funcionais de serviço público (escolas, posto de saúde, posto policial, igrejas, posto de gasolina, pontos comerciais, as áreas de lazer) entre outras.

Os principais motivos para existência de relações de poder no assentamento estão associados aos processos de produção e comercialização dos alimentos. Essas relações estão atreladas aos alimentos cultivados/produzidos/beneficiados nos espaços de poder do assentamento. Uma vez que, os agricultores que cultivam cana-de-açúcar são os únicos que estão atrelados a contratos de exclusividade para realizar a comercialização da produção para cooperativa Pindorama, no próprio assentamento. Nesse cenário, estão envolvidas mais de 1.800 pessoas que exercem trabalhos diretos e indiretos, durante os períodos de plantio, colheita e beneficiamento da cana. Já os agricultores envolvidos nos processos produtivos de outras culturas alimentares não estão atrelados aos contratos de exclusividade de comercialização da produção. Uma vez que a demanda da cooperativa seja atendida, os agricultores familiares estão livres para comercializar o excedente da produção em outros canais de comercialização e mercados. Isso se aplica aos agricultores familiares que cultivam coco, goiaba, abacaxi, acerola, maracujá e outras frutas (Entrevista 03, Gestor da Pindorama).

Questões como especulação imobiliária e valorização de pontos comerciais no perímetro urbano do assentamento tem sido um movimento crescente. Questões de gênero ainda exercem alta influência nos espaços desse assentamento. As mulheres ainda exercem pouco influência no processo de produção de alimentos, porém exercem várias funções dentro da agroindústria da cooperativa. A relação de vizinhança e compadrio são estabelecidas nos moldes das aglomerações mais urbanizadas (por afinidade, parentesco).

O acesso dos agricultores familiares à tecnologia e aos suportes operacionais e produtivos, ocorrem por intermédio da cooperativa que disponibiliza um corpo técnico, assistência técnica e no local de produção, insumos (fertilizantes e defensivos), maquinários e veículos, sementes, aquisição da matéria-prima dos cooperados, beneficiamento, industrialização e comercialização dos alimentos. Além de parcerias com instituições de pesquisa e extensão para ofertar cursos de capacitação e o desenvolvimento de novas pesquisas sobre cultivos e beneficiamento dos alimentos.

O espaço do assentamento apresenta características interessantes no que se refere à renda das famílias assentadas. Podemos concluir, a partir das 12 entrevistas e observações *in loco*, que a renda é influenciada diretamente pela presença da pluriatividade, refletindo a

diversidade produtiva presente nos territórios alimentares. Isso fortalece diretamente as relações de poder e o modelo de cooperativismo desenvolvido pela Cooperativa Pindorama nesse espaço.

Uma vez que grande parte da mão de obra empregada na cooperativa são dos sócios e de seus familiares (filhos, filhas, netos, esposas, entre outros), trabalhando diretamente no plantio, colheita, transporte e beneficiamento dos alimentos nos diferentes empreendimentos (fábricas e agroindústrias de beneficiamento dos alimentos, posto de gasolina, loja agropecuária). Atividades como porteiros, frentistas de posto de gasolina, motoristas, promotores de vendas e atividades de administração e gestão de pessoas foram citadas nas entrevistas.

A comercialização do excedente da produção de frutas representa uma parcela importante dos rendimentos dos produtores. Esses produtos são comercializados em feiras locais e territoriais, mercados institucionais e nos estabelecimentos comerciais da região. Outras fontes de renda mencionadas incluem aposentadorias por idade e contribuição, programas sociais e transferências de renda, que também compõem a renda de alguns dos entrevistados. Cabe destacar que esses rendimentos foram indicados de forma indireta por alguns entrevistados.

Os espaços dos assentamentos rurais estão representados de duas formas nesta tese. Uma primeira representada pela área física delimitada pelo espaço geográfico como resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, que permitem transitar do passado ao futuro, mediante considerações existentes no presente. Nesse caso, é o resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2006). A segunda forma de espaço, busca delimitar os assentamentos rurais enquanto territórios alimentares que se conectam e relacionam com o espaço geográfico, porém não se reduz tão somente a ele nem as suas fronteiras físicas.

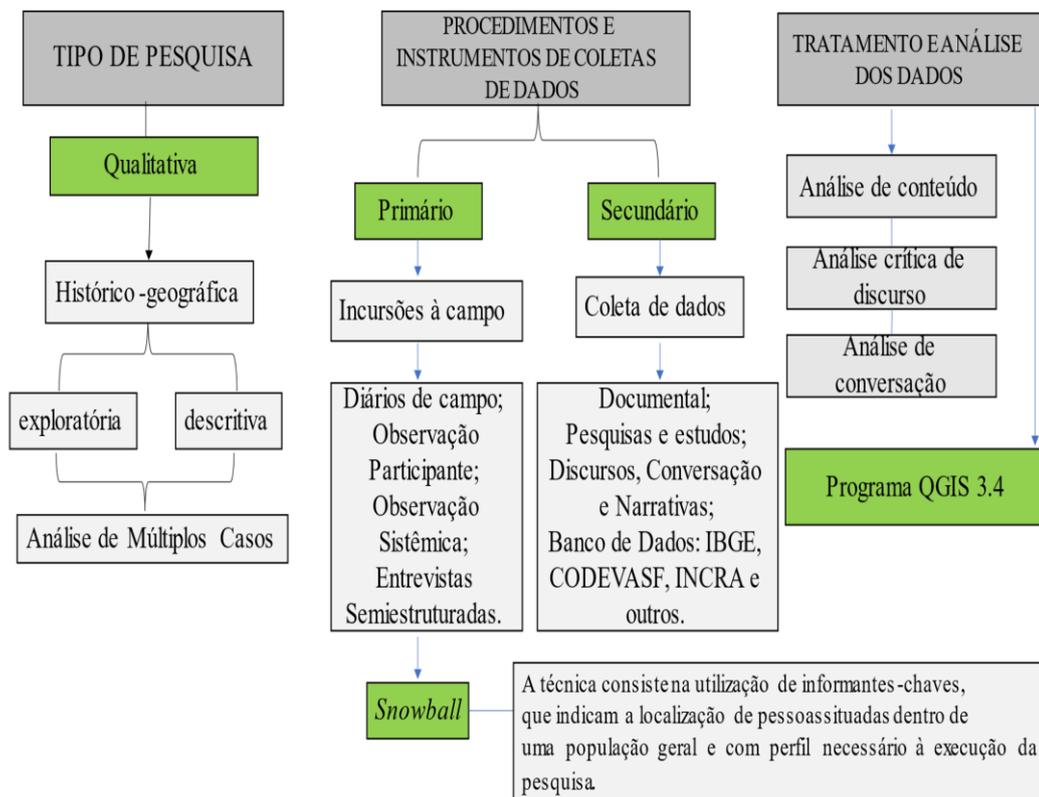
### 3.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E COLETA DE DADOS

A presente seção tem como finalidade apresentar como foram pensados e executados os aspectos metodológicos utilizados na pesquisa de tese. Pretendemos demonstrar quais os tipos de pesquisas foram utilizados, os procedimentos técnicos e metodológicos. Além disso, destacaremos as etapas inseridas na coleta de dados, informações técnicas e empíricas. Essas etapas contribuíram para interpretar as relações de poder construídas a partir da reterritorialização dos alimentos. Ao correlacionar as dinâmicas, compreendemos como as

práticas alimentares nos assentamentos rurais modificam as características dos espaços e a natureza dos lugares.

Seguimos os preceitos metodológicos presentes no “Método Estruturalista” de investigação, desenvolvido inicialmente por Lévi-Strauss e utilizado por Michel Foucault. Esse método parte da premissa de investigar fenômenos concretos que se elevam em seguida ao nível do abstrato, por meio da constituição de modelos que representem os objetos propostos para pesquisa. Posteriormente, retorna ao nível do concreto, que, dessa vez, emerge como uma realidade estruturada e estruturante, híbrida e relacional com as experiências dos atores sociais. Nessa perspectiva a linguagem abstrata é indispensável para assegurar as possibilidades de analisar as relações de poder existentes nos diferentes espaços e lugares, a partir das experiências presentes nos múltiplos casos analisados na pesquisa. O método estruturalista caminha do concreto para o abstrato e vice-versa. Esse dinamismo nos possibilita analisar a realidade concreta dos espaços e lugares. Observando os diversos fenômenos e relações de poder ligadas as dinâmicas alimentares e espaciais, as múltiplas escalas de poder, designando os caminhos possíveis para os estudos no Sul global das novas geografias alimentares (Marconi; Lakatos, 2010).

**Figura 6 - Estrutura metodológica da Tese**



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 6 a acima, apresenta a estrutura metodológica da tese. São delineados os caminhos percorridos para a escolha dos tipos de pesquisa, dos procedimentos selecionados para a coleta das informações e dados (primários e secundários), além dos processos de tratamento dessas informações e dados. Vale ressaltar a importância da técnica de pesquisa ‘*Snowball*’ sua eficácia é fundamentada na utilização de informantes-chave e na coleta de informações e dados secundários com o auxílio das diferentes técnicas de pesquisa apresentadas.

### 3.5 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa está amparada por um conjunto de métodos de pesquisa. O método indicado acima fornece as técnicas necessárias para estudar as dinâmicas alimentares e espaciais, além dos processos de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos. Identificando os fluxos correlacionados as diferentes formas de poder e ao processo de reterritorialização dos alimentos. A escolha do desenho apropriado para pesquisa permitiu estabelecer uma construção contínua para pesquisa, como destacado na figura 6, acima. Como sugerido ainda no projeto de pesquisa, foi necessário realizar adaptações e ajustes metodológicos pertinentes em decorrência de possíveis problemas e entraves associados às dificuldades impostas pelas restrições provocadas pela pandemia da Covid-19. Assim, confirmamos a abordagem metodológica qualitativa, seguindo preceitos de classificação histórico-geográfica, exploratória e descritiva.

A pesquisa qualitativa é descrita por Silveira e Córdova (2009), como o aprofundamento da compreensão de grupos sociais e de organizações. Explicar os porquês das coisas, os contextos, objetivação das relações, fenômenos e hierarquização das ações. No nosso caso, partimos da premissa do “*compreender, identificar, analisar e explicar*” as relações, dinâmicas, problemas, questões e objetivos apresentados na pesquisa.

O fato dos atores, recursos e instituições estabelecerem novos usos aos espaços, territórios e lugares a partir das territorialidades dos alimentos existentes nos espaços de poder, representa o ambiente favorável ao surgimento e manutenção dos espaços de poder. Como destacado por Minayo (2009), ao fazer referência as possibilidades de trabalhar com vasto universo de aspirações, signos, significados, narrativas, discursos, valores e crenças, presentes nos assentamentos rurais do Nordeste.

Para oferecer suporte à pesquisa qualitativa, seguimos o planejamento, iniciando pela coleta de dados e desenvolvimento de estratégias para a realização do trabalho de campo. Utilizamos os aportes ligados a base de dados disponíveis pelo IBGE nos Censos agropecuários

e demográficos, outras duas fontes utilizadas foram os bancos de dados do Incra e da Codevasf. A etapa descritiva utilizada na pesquisa, por meio da formulação de tabelas, quadros e mapas temáticos, visa demonstrar as localizações dos territórios nos respectivos estados, bem como a distribuição dos assentamentos nesses territórios. Além disso, busca demonstrar os fluxos e formas das relações, processos e dinâmicas por meio de figuras temáticas, explorando as espacialidades dos fenômenos e processos produzidos nos espaços de poder.

A pesquisa histórico-geográfica foi utilizada para respaldar a investigação dos principais eventos ocorridos nos respectivos territórios e espaços de poder explorando uma relação espaço-tempo, dentro das relações e processos concretos e simbólicos vivenciados pelos atores sociais na região Nordeste. Levando em consideração os signos da natureza (a seca, o Semiárido nordestino, os domínios morfoclimáticos, entre outros), os processos sociais e políticos (Coronelismo, compadrio, oligarquias políticas e agrárias, empresas do agronegócio).

No que compete a pesquisa exploratória, ocorreu com base em pesquisas bibliográficas internacionais e nacionais sobre as temáticas e abordagens apresentadas. A pesquisa empírica parte da seleção de múltiplos casos, ou seja, três assentamentos rurais foram selecionados, dois localizados no estado de Sergipe, o terceiro no estado de Alagoas. Foi necessário definir critérios para a escolha dos respectivos casos. Ocorre que, aprofundar os critérios de escolha é importante para tornar mais relevante entre o que se pretende investigar ou pesquisar e o universo pesquisado (Carneiro, 2018).

Buscamos maior familiaridade e aprimoramento das ideias, descobertas de intuições que promovam maior diálogo com o problema e questões de pesquisa, buscando correlacioná-las com a hipótese levantada (Gil, 2002). Tornando os aspectos associados as relações de poder existentes nos espaços e potencializadas pelos processos de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos, visíveis as condições existentes nos espaços de poder.

Para analisar os múltiplos casos, entendemos que o estudo de caso conduz a pesquisa a compreensão dos fatos, relações e dinâmicas que promoveram maior significância ao poder estabelecido a partir das diferentes territorialidades dos alimentos (territorialização, desterritorialização e reterritorialização). Outrossim, nos fez recorrer ao entendimento dos eventos passados para explicar o poder, as dinâmicas e relações sociais do presente. Como destaca Yin (2010), o estudo de caso possibilita conhecer os fenômenos individuais e coletivos, sociais, políticos, organizacionais e produtivos. Essa técnica de pesquisa possibilita responder “como” ou “por que” os fenômenos sociais ocorrem.

Para a seleção dos casos, três critérios foram considerados:

- a) o recorte espacial e sua relação com os preceitos simbólicos e concretos;

- b) a relação dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização dos alimentos com os espaços de poder (assentamentos rurais e mercados agroalimentares);
- c) e, por fim, a produção de alimentos associada ao processo de contramovimentos.

O primeiro critério busca associar a escolha do recorte espacial aos processos intrínsecos aos sistemas alimentares, considerando preceitos deterministas e regionalistas atribuídos ao Nordeste e seus domínios morfoclimáticos atrelados as dinâmicas alimentares. O segundo critério faz referência ao processo de formação dos assentamentos rurais e as relações de poder existentes nos processos de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos. O terceiro e último critério, está associado aos fatores que impulsionam a geração de contramovimentos nos espaços de poder (assentamentos rurais e mercados agroalimentares) identificando como esses processos têm contribuído para a construção de territórios alimentares no Nordeste.

Por fim, utilizamos a pesquisa descritiva para descrever as características dos assentamentos rurais, bem como os preceitos relacionados à produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos. Realizamos levantamentos das opiniões, atitudes e crenças dos assentados, considerando as institucionalidades, atores sociais e recursos presentes nesses espaços, por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, conversas e observação da realidade. Ao identificar e observar as relações, dimensões e variáveis apresentadas no (quadro 1, abaixo), compreendemos a natureza das relações de poder e das dinâmicas alimentares formadoras de novas geografias alimentares (Gil, 2002).

**Quadro 1 - Dimensões, variáveis e indicadores dos espaços de poder**

<b>Dimensão</b>	<b>Variável</b>	<b>Código</b>	<b>Indicador</b>
<b>R E T E R R I T O R I A L I Z A Ç Ã O</b>	Incertezas compartilhadas	RET 01	Busco melhorar a qualidade dos alimentos produzidos, aumentando a quantidade da produção em meu lote/unidade e respeitando os ciclos naturais, diversificando a produção.
		RET 02	Tenho buscado diversificar as formas de comercialização acessando diferentes canais de comercialização promovendo maior aproximação com os consumidores promovendo a geração de novidades.
	Alimentos	RET 03	Tenho nos alimentos importante fonte de renda (produção, beneficiamento e comercialização) e a base para a segurança alimentar e nutricional da minha família.
	Domínios primários	RET 04	Tenho 'condições' de ativar domínios para acessar sistemas naturais, conhecimentos, saberes e culturas voltados para melhoria da produção, processamento e comercialização dos alimentos produzidos.
	Domínios de transformação	RET 05	Busco 'possibilidades' existentes no território para transformar a produtividade, eficiência, estabilidade da renda, redução das incertezas, sustentabilidade ambiental e igualdade.
	Novidades	RET 06	Estou sempre me comunicando, trocando experiências, informações e ideias com outros agricultores, colonos e assentados para produzir novidades em minha unidade produtiva e no assentamento.
	Mercados	RET 07	Tenho condições de comercializar meus produtos diretamente ao consumidor e ressocializar os alimentos, permitindo a construção de novos valores e julgamentos sobre a produção, processamento artesanal e o consumo de alimentos de qualidade/saudáveis.
<b>GOVERNANÇA TERRITORIAL</b>	Normas e Convenções	GOT 08	Existem normas legais para estar vinculado(a) ao projeto de irrigação nos assentamentos/colônia e nas compras públicas. Normas formais para fazer parte da cooperativa/associação e as normas informais que ditam a escolha dos alimentos para produção, o manejo do solo e pragas, o convívio nos espaços coletivos e individuais etc.
	Instituições	GOT 09	Estou associado(a) a instituições que representam conjuntos de relações sociais de poder (regras legais, padrões morais, convenções sociais e tradições culturais) que realizam estratégias voltadas ao grupo social que integro, determinando a divisão social do trabalho, condução do acesso a mercados, relações hierárquicas, controle social e produtivo e as relações políticas.
	Ação coletiva	GOT 10	Trabalho de forma coletiva no meu lote com a família e no assentamento com a cooperativa/associação.
	Recursos e Ativos	GOT 12	Conto com conjunto de fatores sociais, culturais e mercantis que estimulam a diferenciação dos recursos que comportam fatores latentes a organizar e explorar (matérias-primas, conhecimento tácito, equipamentos, força de trabalho simples/qualificada, informações favoráveis sobre mercados, ambiente institucional).
GOT 13		Os ativos são fatores já mobilizados (mobilização institucional e organização adequada às estratégias locais, equipamentos adaptados aos processos locais, matérias-primas raras etc.).	
	Distanciamento	DEC 14	Perda dos vínculos fortalecendo as distâncias entre produtores e fornecedores de bens e serviços na cadeia produtiva, afetando a relação entre produtores e consumidores de alimentos.

<b>Dimensão</b>	<b>Variável</b>	<b>Código</b>	<b>Indicador</b>
<b>DESCONEXÃO</b>	Territorialização de circuitos anônimos	DEC 15	Existência de anonimato na relação entre produtor e consumidor, a partir da perda do 'fator humano' no processo de produção e comercialização dos alimentos.
	Formalização	DEC 16	Construção de relações por meio de regulamentos, regras e convenções no processo de produção, nos sistemas de controle de qualidade, na construção de selos e marcas registradas.
	Marketing	DEC 17	Contribui para o distanciamento entre os diferentes atores dos sistemas alimentares, potencializando ações e condutas.
<b>DESENRAIZAMENTO</b>	Lugaridades	DER 18	Trata-se do local de produção e abastecimento inseridos nos processos de perda influência sobre a qualidade e a natureza dos bens e serviço existentes e produzidos em determinado território alimentar.
	Desterritorialização dos alimentos	DER 19	Perda de pertencimento e identidade dos consumidores, a partir do desaparecimento de culturas, costumes e identidades alimentares ligadas aos cheiros, sabores e saberes praticados pelas populações tradicionais.
	Especialização	DER 20	Na produção de bens e serviços são ofertadas novas experiências, a fim de construir e reproduzir individualidades e exclusividades junto a consumidores e produtores potencializando desigualdades e agravando problemas relacionados aos alimentos e seu consumo.
<b>DESVINCULAÇÃO</b>	Performatividade	DEV 21	Construir novas espacializações a partir das cadeias de abastecimento agroalimentares globais, separando as atividades e segmentando setores produtivos. Expandindo a produção, comercialização dos alimentos e produtos beneficiados por cooperativas promovendo dificuldades no acesso aos canais de comercialização.
	Fragmentação da cadeia produtiva	DEV 22	Oferece prestação de diferentes serviços, aumentando o fornecimento de insumos agrícolas, promovendo a especialização da produção de alimento a partir das cadeias agroalimentares globais.
	Práticas espaciais	DEV 23	Existem práticas que materializam os processos sociais, presentes em torno das relações de poder decretadas.

<b>M Ú L T I P L A S  E S C A L A S  D E  P O D E R</b>	<b>O P E R A C I O N A L</b>	Família/Unidade de produção	OPE 24	Identificar aspectos visíveis e definíveis do poder (exemplo das regras formais, estruturas, autoridades, instituições e procedimentos de tomada de decisão, divisão social do trabalho).
			OPE 25	Atores sociais (pessoas, organizações e instituições) exercem o poder e mantém a influência, controlando quem se envolve no processo produtivo e de tomada de decisão.
		Assentamentos	OPE 26	O processo de fortalecimento das organizações, dos movimentos sociais e das lideranças exercem visibilidade, legitimidade e transparência das demandas e vozes dos atores sociais (agricultores e lideranças).
		Canais de comercialização	OPE 27	Identificar quantos canais são acessados pelo assentado (produtor de alimentos) e cooperativa/associação e quem controla esses canais. Bem como determinar quais escalas são alcançadas por estes canais e as relações de poder existentes na manutenção e desenvolvimento deste.
		Territórios alimentares	GEO 28	Espaços reivindicados por atores menos poderosos (agricultores/assentados, pequenos comerciantes e consumidores), materializando o processo de contramovimentos frente aos detentores do poder.
	GEO 29		Limites naturais, produtivos, políticos, psicológicos e ideológicos na construção promovem exclusão em tomadas de decisão que moldam o imaginário social (coletivo e individual).	
	<b>G E O G R Á F I C A</b>	Local/ Territorial	GEO 30	Espaços de tomada de decisão, onde um conjunto de atores (lideranças locais, gestores de cooperativas/associações e políticos) exercem poder e controlam as oportunidades e relacionamentos.
		Nacional/ Regional	GEO 31	Espaços onde os atores (produtores e consumidores) são convidados a participar por atores que controlam os processos.
		Global	GEO 32	Espaços construídos por atores poderosos presentes na paisagem sociotécnica (empresas do agronegócio, fundos de investimentos, atores hegemônicos e outros.), materializados os processos de movimento frente aos detentores do poder.

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.5.1 Procedimentos e instrumentos de coletas de dados

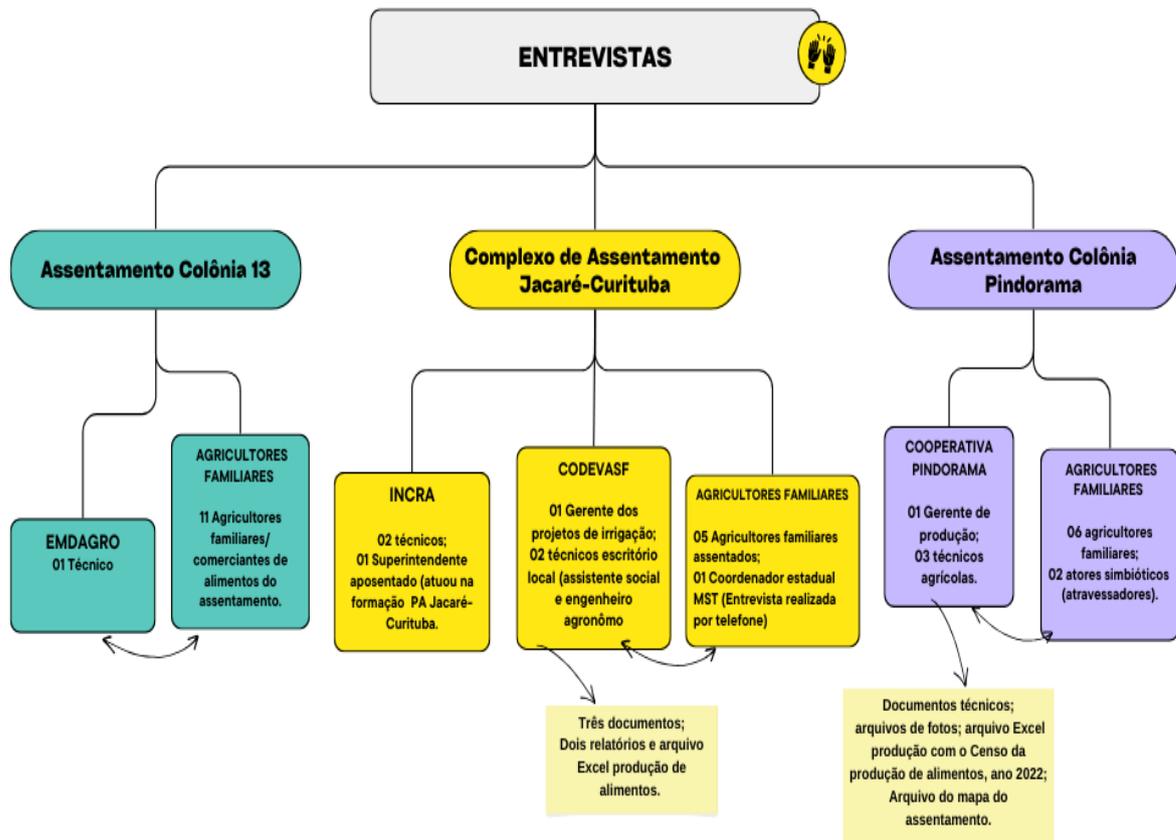
Para alcançar os objetivos propostos para a pesquisa e testar as hipóteses preteridas, serão utilizados procedimentos técnicos de caráter primário e secundário. Além de representações gráficas e cartográficas dos espaços e fenômenos analisados. Ambos amparados por normas técnicas, procedimentos e instrumentos de coleta de dados e informações, conforme descrito no quadro 2 abaixo.

A pesquisa de caráter primário acessa fontes de dados e resultados gerados a partir das pesquisas de campo. A pesquisa de caráter secundário acessa diferentes fontes, dentre elas: documentos (fotografias, sites das instituições, memórias, atas de reuniões, relatórios técnicos e planos de manejo do complexo de assentamentos Jacaré-Curituba, disponibilizado por informante do Incra), trabalhos acadêmicos, relatórios de pesquisas e dados estatísticos, conforme a figura 7, a seguir. Outra fonte acessada foi o banco de dados do Senado Federal e da Câmara dos Deputados Federais. O acesso teve como objetivo analisar os discursos dos parlamentares, onde foram levados em consideração um conjunto de palavras-chave ex. (alimentos, seca, fome, assentados, assentamentos rurais).

Recorremos à “observação direta extensiva” do pesquisador, utilizando diários de campo e entrevistas. Conforme destaca Gil (2002), referindo-se à possibilidade de análise do comportamento não verbal dos entrevistados durante o processo de entrevista. Nessa técnica, exploramos os sentidos na prática da observação dos aspectos ligados à realidade percebida durante as atividades de campo, no caso, o enraizamento das relações de poder.

Para Minayo (2009), as entrevistas são tomadas no sentido de comunicação verbal, focadas na coleta de informações utilizando o trabalho de campo como ferramenta prática. É nesse contexto, que realizamos as conversas com atores estratégicos, fazendo opção pelo modelo semiestruturado combinando perguntas fechadas e abertas, conforme o apêndice A, desta Tese. Fizemos a opção por entrevistas em profundidade, haja vista o interesse dos informantes em falarem livremente sobre o processo de formação dos assentamentos rurais em Sergipe (Complexo Jacaré-Curituba e Colônia Treze) e Alagoas (Colônia Pindorama), apresentado no apêndice B. Essa opção ocorreu por questões de força maior. A maioria das entrevistas foi realizada nos ambientes de trabalho dos atores, devido à dificuldade no agendamento e às distâncias entre os assentamentos e a capital Aracaju, onde resido. Assim, foram utilizados os espaços de trabalho dos atores (escritórios, feira de produtores agroecológicos, posto de gasolina, portarias, locais de beneficiamento de alimentos e bar).

Figura 7 - Estrutura da coleta de dados (entrevistas e documentos técnicos)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Essa opção e adequação ocorreu em decorrência da realização do pré-campo (conversas informais) com informante chave do Incra que esteve envolvido na formação e regularização dos assentamentos rurais no estado de Sergipe. Observamos a necessidade de alguns informantes falarem livremente sobre os diferentes temas e perguntas, dando mais profundidade às questões e processos de interesse da Tese. Foram explorados temas como a constituição dos assentamentos rurais, a escolha dos produtos a serem cultivados, a distribuição, localização e tamanho dos lotes dentro dos assentamentos, interesse e influência política e econômica nesses espaços de poder. Aprofundamos os problemas e entraves enfrentados durante o processo de criação e desenvolvimento dos assentamentos rurais e das cooperativas, abordando questões associadas aos processos produtivos, de beneficiamento e comercialização dos alimentos (Minayo, 2009).

Nesse sentido, as entrevistas com informantes das instituições (Incra, Codevasf) e organizações dos assentamentos rurais representa uma etapa importante, objetivando compreender e caracterizar o processo histórico-geográfico. No que tange a constituição da questão agrária, das relações de poder, dinâmicas alimentares e espaciais dos territórios do Alto Sertão sergipano, Centro Sul sergipano e Tabuleiros Sul alagoano.

Em relação ao terceiro estudo de caso localizado no estado de Alagoas, constatou-se, a partir da pesquisa documental e bibliográfica, diferenças na lógica de acesso à terra e na formação dos assentamentos rurais. Isso levou à opção pelo descarte da entrevista com informantes do Incra e de outras instituições no estado de Alagoas, conforme confirmam os estudos de Lima (2011) e Silva e Rocha (2014) sobre o assentamento rural e a cooperativa Colônia Pindorama.

A etapa seguinte das entrevistas concentrou-se nos assentados e teve como objetivo compreender a importância desses atores na construção dos domínios de transformação a partir da produção de inovações dentro dos territórios e espaços de poder (assentamentos rurais e mercados agroalimentares). Por meio das perguntas contidas nos roteiros semiestruturados, buscamos extrair informações sobre as dinâmicas alimentares, as incertezas, dinâmicas internas e externas à produção, comercialização, qualidade e ao próprio sistema alimentar. Foi desenvolvido um questionário lógico semiestruturado com base nos objetivos do estudo voltados à coleta de dados e informações.

Como destaca Minayo (2009, p. 67, 68), buscamos fazer valer o conjunto de considerações práticas em situações de entrevistas e interações práticas com os atores. Ressaltando as devidas etapas nos processos de entrevistas, bem como os cuidados devidos impostos pelo cenário de pandemia da Covid 19. Respeitando as seguintes fases: [...] *apresentação, da menção do interesse de pesquisa, apresentação de credencial institucional, explicação dos motivos da pesquisa, justificativa da escolha do entrevistado, garantia de anonimato e de sigilo sobre os dados e uma conversa inicial*. Além, de seguir as normas e diretrizes de controle e prevenção no combate a Covid 19 (uso de máscaras, higienização das mãos e distanciamento entre as pessoas).

Quanto ao questionário semiestruturado disponível no (apêndice A), está dividido em quatro seções com base nos objetivos do estudo e nas dimensões, indicadores e variáveis presentes no quadro 1 apresentado anteriormente. Este questionário é composto por questões abertas e fechadas. O questionário anexado no (Apêndice B) segue a mesma estrutura, ou seja, quatro seções explorando as mesmas dimensões, porém abordando questões fechadas e em profundidade. Para o propósito deste estudo, os questionários utilizados na pesquisa não foram testados, em decorrência das restrições impostas pela pandemia da Covid 19 no período. Porém, para minimizar possíveis danos ocasionados pela falta dessa etapa na pesquisa, optamos por utilizar por construir adaptações associadas as questões presentes em pesquisas que estamos envolvidos e que cumpriram essa etapa, a exemplo do projeto intitulado: A dinâmica dos

mercados agroalimentares no Rio Grande do Sul – mapeamento e análise socioeconômica (Schneider, 2016).

O quantitativo de entrevistas, é resultado de uma amostra fundamentada na metodologia “*Snowball*” (Vinuto, 2014). A técnica consiste na utilização de informantes-chaves, que indicam a localização de pessoas situadas dentro de uma população geral e com perfil necessário à execução da pesquisa. Em seguida, as pessoas indicadas apontam novos contatos através da sua rede pessoal, que sucessivamente formam redes de referência que compõem o quadro de amostragem. Os resultados materializam-se em todo texto e nos “quadros apresentados e discutidos” nos próximos capítulos. O número de entrevistados está adequado aos pressupostos definidos na técnica da “bola de neve”, ou seja, a saturação da amostragem ocorre à medida que os novos nomes indicados não produzam novas informações aos quadros de análise.

Quanto a “*observação direta intensiva*”, ocorre com o aprofundamento do olhar do pesquisador que busca identificar os detalhes existentes na história oral dos atores, nas paisagens, ou seja, no percebido e sentido. Na formação dos espaços vividos e concebidos, na vida socioeconômica e política dos assentamentos rurais e territórios. Essa relação envolve ainda os atores, recursos e as instituições presentes no território, as quais determinam as múltiplas escalas de poder dentro desses processos (Medeiros, 2008).

Nesse contexto os procedimentos e instrumentos de coleta de dados qualitativos apresentados na “pesquisa de caráter primário” se mostrou uma etapa importante para pesquisa e partindo dos pressupostos, apresentados por (Marconi; Lakatos, 2010). O primeiro, foi vinculado a seleção dos atores, do recorte espacial e territorial para pesquisa; o segundo, parte da realização de um exame minucioso das respectivas fontes bibliográficas e de dados disponíveis, evitando excessos ou a falta de informações necessárias para adaptação da abordagem das novas geografias alimentares aos estudos no Sul global.

Quanto a “pesquisa de caráter secundário”, foi empregada na obtenção dos dados histórico-geográficos e socioeconômicos dos territórios, assentamentos rurais e das entidades onde estão localizados os múltiplos casos analisados. A pesquisa bibliográfica e documental que inclui procedimentos de documentação indiretas e dados secundários de diferentes fontes, a exemplo, do (IBGE, Incra, Codevasf) dispendo de amplos bancos de dados, informações estatísticas.

O levantamento bibliográfico abordou diferentes assuntos, temáticas e abordagens selecionadas para a resolução dos problemas e objetivos da pesquisa, também esteve atrelado às informações coletadas em fontes pré-existentes. Nesse caso, no local de pesquisa (os

assentamentos rurais e territórios), foram consideradas as organizações presentes nos territórios, bem como as pesquisas e estudos realizados por instituições de ensino e pesquisa (artigos científicos, dissertações, teses e relatórios técnicos e de pesquisas, entre outros).

### 3.6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados e informações coletadas nas etapas de pesquisa primária e secundária foram analisados com aporte analítico da “*análise de conteúdo*” e “*análise de conversação*”. Essas etapas da pesquisa estão respaldadas por um conjunto de técnicas que visa a obtenção de resultados a partir de procedimentos sistemáticos, considerando as dimensões, variáveis e indicadores apresentados no Apêndices desta tese.

Para a análise de conteúdo enquanto técnica, foram aplicadas pesquisas qualitativas com diferentes abordagens. Foram consideradas as características que determinam as frequências de repetição de informações nas conversas, conteúdos e dados coletados. A análise qualitativa levou em consideração a presença ou ausência de determinadas características nos fragmentos das informações coletadas com os informantes entrevistados. Algumas características foram fundamentais na orientação para a análise de conteúdo: a primeira está fundamentada na pesquisa empírica e exploratória, relacionada aos fenômenos reais e preditivos, ou seja, ao concreto e abstrato; a segunda envolve ir além das noções normais dos conteúdos, abrangendo as ideias de mensagem, canal, comunicação e sistema; por fim, a terceira está pautada na independência do investigador para programar, comunicar e avaliar os resultados obtidos nos diferentes processos de coleta de informações e dados. Outra característica destacada foi a utilização das categorias obtidas a partir dos modelos teóricos. Nesse contexto, as categorias aplicadas para o material empírico seguem as tendências existentes nas categorias que são constantemente avaliadas e se necessário propõem adaptações e modificações pertinentes durante o processo, exemplo das categorias apresentadas no (Quadro 1, apresentado anteriormente; Gonçalves, 2016).

A “análise de conversação e análise crítica do discurso” buscaram compartilhar as preocupações identificadas e interpretadas entorno das especificações de conhecimentos linguísticos, gestuais, os símbolos e estruturas que se sobressaíram no tempo e espaço. Além, dos aspectos e valores socioculturais que foram revelados por se tratar de temas sensíveis e associados ao poder, controle e dominação das relações, instituições, recursos e atores existentes no território e nos espaços de poder. Logo, os dados não serão oriundos das coletas realizadas nas entrevistas preconcebidas nos questionários semiestruturados. Essa técnica girou

em torno da investigação de fatos e situações que ocorreram e ainda ocorrem, no dia a dia de atores chaves. Da maneira como esses fatos realmente acontecem e como são enxergados e interpretados pelos agricultores familiares. Como destaca Gonçalves (2016), ao fazer menção as questões que a análise de conversação busca responder e interpretar:

[...] como é que as pessoas se entendem ao conversar?; como sabem que estão se entendendo?; como sabem que estão agindo coordenadas e cooperativamente?; como usam seus conhecimentos linguísticos e outros para criar condições adequadas à compreensão mútua?; como criam, desenvolvem e resolvem conflitos interacionais? (Gonçalves, 2016, p. 289).

Essas abordagens permitiram dimensionar diferentes conhecimentos e relações associados ao poder, assim como múltiplas relações e alcances. Está sendo analisado onde essas relações estão sendo estabelecidas e por quais condições e possibilidades estão sendo reveladas e materializadas nos espaços. Considerando as mensagens produzidas e as interpretações das análises de conteúdo qualitativa. Essas interpretações levam em consideração diferentes discursos, sinais, símbolos, gestuais e narrativas dos atores entrevistados e atuantes nos territórios (Minayo, 2009).

Além disso, vale ressaltar que algumas das informações coletadas foram analisadas por meio da estatística descritiva. Essa técnica permite organizar as informações coletadas por meio de tabelas, quadros, gráficos e mapas. Para a geração dos mapas, utilizou-se o programa QGIS 3.4. Quanto à análise e sistematização dos dados e informações coletadas no campo, a pesquisa qualitativa envolveu a transcrição das entrevistas, realizada com ferramentas disponíveis no Word e Excel, além de recursos disponíveis na plataforma online Canva, para a construção de quadros analíticos.

Dito isso, as figuras 6 e 7 apresentadas anteriormente exploram a síntese dos processos de pesquisa. Onde foram estabelecidas as correlações entre os problemas de pesquisa, os objetivos específicos, as formas de coleta de dados e os métodos utilizados para fazer as análises e sistematização das informações coletadas. O primeiro objetivo específico será investigado a partir da construção e desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. Essas estratégias metodológicas buscam analisar as relações sócio-históricas construídas do território com os alimentos, verificando a atuação do Estado nessas relações e dinâmicas. É importante salientar a realização de entrevistas em profundidade (roteiro de entrevista no apêndice B, dessa tese) com representantes do Incra, Codevasf, Emdagro e a Cooperativa Pindorama envolvidos nas dinâmicas alimentares e relações de poder presentes nesses espaços de poder em Sergipe e Alagoas.

O segundo objetivo, está pautado nos resultados das entrevistas, observações e conversas com os atores sociais. Esse processo tem sido orientado a partir das dimensões, variáveis e indicadores apresentados no (Quadro 1), inseridos no roteiro semiestruturado de entrevista presentes nos (Apêndices A e B). Nesse sentido, as perguntas foram estruturadas buscando compreender as relações de poder construídas a partir dos símbolos naturais (determinismos e regionalismos) inseridos nas narrativas e discursos dos atores, configurando os domínios de transformação existentes nos processos de produção e comercialização de alimentos oriundos dos espaços de poder (assentamentos rurais). Esse objetivo visa captar as diferentes relações de poder, controle e dominação enraizadas.

Quanto ao terceiro e quarto objetivo, estão ancorados em perguntas abertas e fechadas presentes nos questionários, nas entrevistas semiestruturadas e conversações realizadas com os assentados, representantes de associações e cooperativas dos assentamentos rurais. Utilizando como parâmetro as dimensões, variáveis e indicadores apresentadas no quadro 1, que exploram as análises associadas à observação da paisagem alimentar e dos espaços de poder. No que diz respeito à análise dos espaços físicos e produtivos, transformados pelos processos de territorialização e desterritorialização de alimentos, que por sua vez, promovem o avanço e a manutenção das práticas associadas ao agronegócio (cadeias agroalimentares globais). Como contramovimentos a essas relações, processos e dinâmicas ocorre a reterritorialização de alimentos, resultando na formação de novas geografias alimentares, na produção de novidades nos espaços de poder. Contribuindo para a transformação dos sistemas alimentares em direção a uma maior diversificação produtiva, heterogeneidade de atores e agriculturas em direção aos valores sustentáveis.

#### **4 POR UMA GEOGRAFIA DA MUDANÇA AGRÁRIA E AGRÍCOLA: DA GEOGRAFIA ALIMENTAR HIPERMODERNA A GEOGRAFIA ALIMENTAR HÍBRIDA, INTEGRADA E TERRITORIAL**

Diante da realidade existente no Sul global, em especial no Brasil onde predominam processos e relações segregadoras e excludentes, é importante estabelecer caminhos teóricos possíveis que tenham a capacidade de dialogar de forma relacional com processos e dinâmicas homogêneas e heterogêneas a partir da análise dos movimentos e contramovimentos. Concentrando esforços em iniciativas e alternativas associadas a preceitos de qualidade, sustentabilidade e equidade. Assim, optamos por analisar realidades e espacialidades distintas, representadas por diferentes assentamentos rurais, com variados estágios de desenvolvimento rural. Pautados em modelos diversos de colonização, com propostas distintas de acesso à terra, a formas de produzir, beneficiar e comercializar (mercados) os alimentos.

Como destaca Lopes (2013), ao analisar a influência dos impactos nas estruturas, ressaltando como estão envolvidas em movimentos e relações sociais inerentes as dinâmicas e processos presentes nos espaços produtivos. Nesse caso, o processo construído socialmente é que transcende às dimensões econômica e temporal. Uma vez que, falar dos impactos implica construir percepções sobre as dinâmicas alimentares e relações de poder, enraizadas em valores sociais, econômicos e políticos, que foram desenvolvidas como processos com temporalidades marcadas e delimitadas pela própria espacialidade dos assentamentos rurais. As quais, consideram o regionalismo atrelado as condições anteriores, onde o poder foi constituído e transformado a partir das relações e espacialidades presentes nos territórios.

O poder é parte essencial que compõe toda relação, imersa nas multidimensionalidades presentes em todos os espaços, manifestando-se por ocasião dessas relações. Torna-se um processo de troca e comunicação, onde o campo da relação é um espaço de poder, que organiza os elementos e as configurações dos lugares e territórios. Tendo nas intenções, boas ou ruins, mecanismos que revelam a importância atribuída aos objetivos e a resistência que se atribui ao poder e às relações (Raffestin, 1993, p. 52). Quando Raffestin problematiza o poder, faz referência à “afinidade inegável” que tem com as proposições e problemáticas trabalhadas por Foucault (1976) em sua vasta obra.

É factível entender suas proposições para além de uma definição, mas visando a natureza do poder, sobretudo:

- a) na primeira, o poder não se admite, ele é exercido a partir de vários pontos de entrada;

- b) segunda, as relações de poder não estão em posições de exterioridade no que diz respeito aos diferentes tipos de relações (políticas, econômicas, sociais, produtivas etc.), mas são intrínsecas a essas relações;
- c) terceira, o poder vem de baixo, nesse sentido não existe uma oposição binária ou dualista e global entre dominadores e dominados; a quarta proposição, faz referência às relações como sendo construídas a partir de intencionalidades e não de subjetividades;
- d) por fim, a quinta e última proposição esclarece que, onde existe poder, há resistência, no entanto, essa resistência jamais está em posição de exterioridade ao poder (Raffestin, 1993, p. 53).

Nas proposições descritas, Foucault demonstra que é possível ressignificar o poder. Nesse sentido, o poder está ligado aos processos de manipulação de fluxos e formas que atravessam e desligam as relações, é o caso das informações e energias presentes nos *movimentos* existentes nas cadeias agroalimentares globais e os *contramovimentos* presentes nos sistemas alimentares sustentáveis e alternativos e na produção de inovação e novidades. A existência e utilização do processo relacional pressupõe a formação, acumulação, combinação e circulação dessas energias e informações no espaço-tempo (Raffestin, 1993, p. 57).

#### 4.1 ENTENDENDO O PODER NA ANÁLISE DAS DINÂMICAS ALIMENTARES E ESPACIAIS NAS NOVAS GEOGRAFIAS ALIMENTARES

O mundo rural está em constante movimento no espaço geográfico, formado por processos, dinâmicas e relações que se estendem a partir dos espaços. Assim, o espaço é entendido enquanto espaço físico e faz referência a dupla face existente na construção social do espaço rural. Esse processo é o resultado da ocupação do território e de suas diferentes formas de poder, controle e dominação “social”. Tendo como base material e imaterial as estruturas que compõem a posse da terra, as relações, os recursos, a conservação e uso social da terra pelos atores (Wanderley, 2001).

As condições impostas pelo capitalismo contemporâneo promovem o surgimento de forças produtivas nos espaços agrícolas e agrários, a partir de atividades ligadas à produção de alimentos. Essas condições estão ligadas a várias causas, entre elas, questões ambientais, sociais e políticas. Nesse momento, são lapidadas as mudanças agrárias e agrícolas a partir de padrões produtivos e econômicos globalizados que determinam os mercados de ‘*commodities*’, as

relações trabalhistas, a produção e consumo dos alimentos dentro dos sistemas alimentares (Bernstein, 2017).

É nesse contexto, que as geografias das mudanças agrárias e agrícolas são construídas e analisadas desde o capitalismo industrial (século XIX). Seus reflexos e impactos são visíveis nos espaços rurais e urbanos e as mudanças promovidas deram origem a dois diferentes termos “*Agricultura*” e “*lavoura*” consolidados por apresentarem diferenças entre eles. Esses termos possibilitam identificar as mudanças promovidas pelas relações e dinâmicas presentes nos sistemas alimentares. Porém, os termos são frequentemente entendidos como sinônimos. O que levou Bernstein a construir distinções que possibilitaram elaborar e utilizar teorias que são amparadas por histórias substantivas (Bernstein, 2017).

Assim, a noção de “*Agricultura*” está respaldada pelas rotinas dos agricultores familiares em seus espaços produtivos (propriedades e lotes “coletivos”). Embora existam, diversidade de relações e várias combinações espaciais, sociais, ecológicas e técnicas para a execução dos processos e práticas agrícolas. A noção de *lavoura* ou *setor agrícola* (agronegócio), encontra-se imersa nas economias capitalistas modernas. É na *lavoura* que os interesses e o poder se materializam transformando os espaços e modificando lugares, onde são construídos valores econômicos, institucionais e produtivos pautados nesse modelo produtivista (Bernstein, 2017). Essas condições e qualificações representam *Fatores territorializantes*<sup>1</sup>, que se estabelecem no tempo e espaço, determinando intercâmbios entre diferentes processos e dinâmicas alimentares e espaciais.

Para Ploeg (2016), a arte de fazer agricultura depende do bom-senso na avaliação dos equilíbrios e particularidades presentes nos espaços. As particularidades são entendidas e gerenciadas como parte desse equilíbrio. Quando somadas, geram equilíbrios associados as particularidades, são exemplos: os *recursos* disponíveis ligados ao acesso a água e a quantidade de terras disponíveis; os *atores* presentes nos espaços de poder e territórios alimentares e as *relações* construídas. As relações presentes nas particularidades, são compreendidas e gerenciadas como parte desses equilíbrios. Em suma, os *equilíbrios chayanovianos* levam em conta a situação dos agricultores familiares e seus territórios, fazendo referência às relações diretas e indiretas entre as unidades produtivas e o ambiente, no caso, o espaço geográfico. É de suma importância ter em mente que os equilíbrios e particularidades estão munidos de atores e instituições imersas a diferentes relações de poder. O mercado é o exemplo factível de

---

<sup>1</sup> Para avançar nessa reflexão sobre os ‘*Fatores Territorializantes*’, deve-se recorrer a pesquisa fruto de tese de doutorado realizada por - Souza, Luciano R. de Santana - *Fatores territorializantes* na produção agroecológica em Sergipe/ Luciano R. de Santana Souza; orientador José Eloízio da Costa. – São Cristóvão, 2015.

instituição imersa a valores, costumes, regras e convenções atuando diretamente na construção de espaços de poder.

Os argumentos apresentados por Ploeg (2016) fazem referência aos agricultores camponeses, no caso, agricultores familiares integrados ao capitalismo, mas de maneira conflituosa, gerando contramovimentos. Eles têm a capacidade de gerar hiatos e atritos dentro das relações capitalistas e dos sistemas alimentares, tornando-se uma incubadora para os processos e relações de resistência, determinando a produção de alternativas que atuam como resistência e crítica permanente aos padrões dominantes de produção de alimentos do agronegócio. Chegando aonde as fazendas capitalistas não chegam, a agricultura familiar torna-se “anaeróbica”, construindo capacidades e inovações para sobreviver sem o oxigênio do lucro e exploração, tão necessários para a sobrevivência do modelo produtivo do agronegócio.

É nesse contexto que ocorre o aumento da produtividade do trabalho em economias de escala, tornando-se fundamental para qualquer relato adequado sobre o desenvolvimento, contribuindo para construção de iniciativas e para geração de novidades a partir de forças produtivas na “agricultura”. No entanto, a produtividade não deve ser aplicada de forma abstrata, dedutiva ou residual, precisa ser problematizada a partir de várias formas e combinações, possibilitando investigar como:

- a) as condições ecológicas, econômicas, políticas e sociais impulsionando mudanças reais. Gerando consequências motivadas pelas várias inovações (revolucionárias) no desenvolvimento das forças produtivas na agricultura capitalista;
- b) identificar como inovações são moldadas e conectadas com as dinâmicas alimentares mais amplas do desenvolvimento do capitalismo, incluindo as relações entre agricultura e indústria, as configurações espaciais e mutações da economia capitalista;
- c) e as variações no processo de desenvolvimento da história do capitalismo em suas diferentes escalas (Bernstein, 2010, p. 302).

As análises e particularidades exploradas pelas geografias do século XIX direcionaram os estudos para novas fronteiras, centradas em questões relacionadas às “viradas de qualidade e escala” ocorridas nos séculos XX e XXI. Em decorrência desses processos, surgiram as Novas Geografias Alimentares, que exploram o universo analítico associado aos processos e dinâmicas agroalimentares. Além disso, abordam as demandas e exigências envolvidas na relação entre o local e o global, considerando a produção e beneficiamento dos alimentos.

Nesse cenário, buscamos entender a abrangência da abordagem das NGA e sua aplicabilidade, ancorada em capacidades e espacialidades baseadas em espaços, territórios e

lugares que se materializam a partir de duas vertentes: a primeira, representada pela *Geografia alimentar hipermoderna*, integrada as relações de poder e estruturada para operacionalizar a produção primária de alimentos baseada em *commodities* alimentares. Essa Geografia está representada por soluções criativas ligadas a produção de inovações e tecnologias na agricultura e pecuária. Seus efeitos e impactos são identificados e analisados sobre a ótica dos diversos modelos produtivistas, representados nos diferentes agroecossistemas, populações, ambientes naturais, institucionais e políticos. Os modelos são estabelecidos no espaço-tempo por relações de poder presentes no regime alimentar contemporâneo (Anderson *et al.*, 2019; Wiskerke, 2010).

A outra perspectiva, é a *Geografia alimentar integrada territorial*, essa está pautada na produção de novidades e alternativas voltadas à produção, beneficiamento, comercialização e consumo de alimentos. Integrando atores, questões de qualidade associadas aos alimentos, sistemas agrícolas, redes organizacionais, tradições culturais, preferência dos consumidores e estruturas institucionais de apoio político, social e produtivo (Wiskerke, 2010).

Os entusiastas e defensores da *Geografia alimentar hipermoderna* compartilham das convicções e valores presentes no sistema alimentar convencional. Onde são (re)produzidas soluções tecnológicas para múltiplos problemas associados a produção primária de alimentos. Outras características, estão associadas a homogeneidade dos espaços físicos direcionados a produção de alimentos. Como exemplo citamos os *parques agroindustriais* e os polos e projetos de assentamentos empresariais de agricultura irrigada no Nordeste. Todos são espaços pensados para reproduzirem modelos produtivistas de produção de alimentos baseados em monocultivos e na produção de *commodities* agrícolas. As principais características associadas a *Geografia alimentar hipermoderna* estão na industrialização, na contínua globalização das cadeias agroalimentares e no processo de padronização. Essas características estão amplamente conectadas ao processamento e regulamentações que garantem a distribuição e a (suposta) qualidade dos alimentos das cadeias agroalimentares globais (Wiskerke, 2010).

A segunda geografia alimentar está associada à perspectiva da geografia alimentar alternativa, representada por relações agroalimentares integradas e territoriais, ou seja, geografia alimentar integrada territorial. Com vínculos na construção de alternativas para a produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos, incorporando aos processos preceitos de qualidade, equidade e sustentabilidade. Confirma a existência de espaços relacionais e integradores que promovem o empreendedorismo rural em diferentes escalas. Potencializa atividades de conservação da natureza, manutenção da paisagem alimentar e

cultural. Integra diferentes dimensões às atividades agroalimentares, promovendo o surgimento de sistemas alimentares mais justos e sustentáveis (Wiskerke, 2010).

Outras duas dimensões integram as análises das NGA, são as compras públicas de alimentos e as relações e estratégias alimentares urbano-rural. As compras públicas fortalecem o processo de *reconexão e (re)conectividade* entre agricultores familiares e os setores público e privado agroalimentar, dinamizando o acesso à alimentos de qualidade e a mais e melhores mercados agroalimentares. A outra perspectiva está amparada no desenvolvimento de estratégias alimentares urbano-rural. Nesse caso, as cidades estão postas como atores da política alimentar e da governança territorial, representadas por cadeias curtas e rede agroalimentares alternativas. Estabelece a construção de novas relações entre o governo a sociedade civil organizada e os consumidores com os alimentos. As distâncias geográficas mais curtas entre a produção e o consumo dos alimentos são importantes, além das condições fiscais e sanitárias apresentadas nos espaços de processamento e beneficiamento dos alimentos. Nas tradições culturais, valores sociais e políticos contribuem para o aumento da confiança dos consumidores nos alimentos. E por último, e não menos importante, a defesa de práticas alimentares associadas ao consumo de alimentos frescos e de qualidade. Combinados com dietas alimentares saudáveis, valores éticos e de boas práticas de produção, beneficiamento e consumo (Wiskerke, 2010).

#### 4.2 ASSENTAMENTOS RURAIS<sup>2</sup> E SUAS LUGARIDADES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS EM SERGIPE E ALAGOAS

Para Albuquerque (2016), Cosme (2019) e Guimarães (1989) no Brasil ocorreu a formação ou o nascimento da propriedade e do Estado a partir de laços oligárquicos<sup>3</sup>. Esse

---

<sup>2</sup> Para a noção de “assentamento rural” que contemple todo o universo identificado na pesquisa, considerando os preceitos empíricos que caracterizam os assentamentos como unidades socioespaciais, composta por famílias de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. Esses atores sociais obtiveram essas terras, a partir de modalidades jurídicas sob a forma de lotes individuais e áreas de uso/propriedade comum. Com processos que envolvem aquisição, desapropriação e/ou arrecadação das terras pelo poder público. Envolvendo outras maneiras explícitas de organização conduzidas por trabalhadores rurais e/ou agências públicas nacionais e internacionais no processo de aquisição das terras conformando o processo de reforma agrária e colonização de áreas públicas do território brasileiro (Lopes, 2013, p. 256).

<sup>3</sup> A oligarquia é um fato social que expressa de um modo nucleado e polarizado uma estruturação hegemônica de poder. Os fatos que comportam uma pertinência teórica como a história social alagoana impostam a significação oligárquica como fato social que se realiza estruturalmente como comportamento político das elites tradicionais agrárias, fundadas economicamente numa agricultura de plantation açucareira e num pastoreiro de fazendas e currais. Na história alagoana a significação oligárquica é um fenômeno sociológico de uma economia e de uma sociedade agrária onde a hegemonia econômica cabe ao sistema agrário de plantation, funcionando a economia de pastoreiro como uma significação oligárquica complementar (Lindoso, 2015, p. 15).

processo interessou diretamente os portugueses e assim continuou, porque esse modelo atendia às classes dominantes coloniais. Orientado por relações mercantilistas, onde o Estado português atuou de forma permanentemente para impor um modelo agroexportador à suas colônias, independente dos impactos causados às populações locais e ao espaço.

A realidade produtiva, social e política do Nordeste está refletida na estrutura fundiária<sup>4</sup>, representada por altas concentrações de terras, por monocultivos e relações de poder construídas por modelos coronelistas, elitistas e clientelistas. Heranças do período colonial que continuam a serem (re)produzidos com a mesma força e intensidade ao identificamos a forte influência exercida pelos atores hegemônicos inseridos na questão agrária e agrícola. O que para Bernstein (2011), é essencial para o entendimento das questões que envolvem o aumento das escalas produtivas e de consumo de alimentos.

Para o autor, a lavoura está integrada à valores localistas no desenvolvimento de suas atividades. Quando passou a fazer parte da “agricultura” (setor agrícola ou agronegócio) deixou esses valores e se inseriu nas escalas operacionais estimulando o crescimento do agronegócio. Assim projetando a materialização dos processos associados à desterritorialização de alimentos e a formação de espaços de poder. Outro ponto, faz referência a expansão geográfica dos mercados agrícolas (escalas geográficas). Esse processo amplia a oferta de alimentos e as demandas construídas pelo capitalismo, relacionando-as diretamente ao aumento da escala social, atrelada a ampliação e ao aprofundamento das relações mercantis e a divisão social do trabalho (Bernstein, 2011).

Ao longo da colonização de Sergipe e Alagoas, ocorreram intensos processos de degradação dos biomas, resultantes da expansão da fronteira agrícola e dos diferentes ciclos produtivos e econômicos. Outras atividades também contribuíram para o agravamento desse quadro, como: a ocupação das terras por pastagens, o extrativismo vegetal e a mineral realizadas de forma desordenada; a ocupação de novas áreas para expansão urbana e especulação imobiliária. Essas relações contribuíram diretamente para compor as atuais paisagens, características naturais e divisão territorial dos estados.

Nos últimos 80 anos, a região Nordeste tem sido alvo de políticas agrárias e agrícolas que vem moldando as diferentes configurações espaciais. Em tese, essas políticas foram pensadas para buscar melhorias nos processos de distribuição de terras para famílias de

---

<sup>4</sup> Para aprofundar as discussões sobre a estrutura fundiária, a distribuição dos estabelecimentos e o índice de Gini do estado de Sergipe sugerimos a publicação: Lopes *et al.* **Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini do estado de Sergipe (1985-1995/96-2006)**. Org. Eliano Sergio Lopes de Azevedo. São Cristóvão: Editora UFS, 2015, p. 267. Além, dos dados disponíveis no **Censo Agropecuário** (IBGE, 2017).

trabalhadores rurais, para ocupantes, posseiros e pequenos produtores, ofertando as mínimas condições para o uso do solo de forma racional e produtiva. As áreas rurais e agrárias do Nordeste, estão marcadas por profundas desigualdades, fruto de relações de poder oriundas de processos associados ao coronelismo e o elitismo econômico e político.

Nesse cenário, os primeiros assentamentos rurais de Sergipe e Alagoas têm suas formações e história agrária recente, associadas as tendências presentes no próprio regionalismo nordestino, condicionado por um determinismo ambiental e geográfico. Seu início data da segunda metade da década de 1940, sob a sombra de um conjunto de políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Estado Novo do “Governo de Getúlio Vargas”. No entanto, essas políticas só obtiveram algum resultado e importância a partir da década de 1970, resultante das aquisições de propriedades rurais pela igreja católica, sob a tutela das dioceses, por cooperativas de pequenos agricultores e governos estaduais (Lopes, 2013).

Nesse período, foram feitas desapropriações coordenadas pelo Incra no Nordeste, com o objetivo de assentar colonos em áreas e municípios com grandes extensões territoriais. No entanto, o processo de implantação dos assentamentos rurais é apresentado por três diferentes fases, pautadas em intervenções pontuais nos processos de concessão das terras. O acesso e manutenção dos assentamentos depende diretamente de intervenções governamentais, coletivas e eclesiásticas, em alguns casos privadas. O que demandou maior grau de organização dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento agrário (Lopes, 2013). Porém, nem sempre esse nível de organização se estabeleceu de maneira parecida nos estados da região Nordeste. Ocorre que, em alguns estados, o controle político e agrário está nas mãos de poucas famílias e de grupos empresários do agronegócio. Esse fator determinou diretamente o avanço e estagnação desse processo.

As três principais fases que integraram e consolidaram o processo de formação dos assentamentos estão representadas por: a primeira, que compreende o período de 1945 a 1960 e teve como principal fator o papel do Estado no atendimento parcial das reivindicações de instituições e trabalhadores rurais por acesso e permanência nas terras. Também foram atendidas as reivindicações feitas por atores com interesses produtivos, comerciais e político-eleitorais ligados ao modelo agroexportador, atualmente o agronegócio. Esse processo foi conduzido por atores associados às elites agrárias e oligarquias regionais, visando a manutenção do poder estabelecido a partir do domínio econômico e político que controla todas as etapas das cadeias produtivas da produção de alimentos. Agravando ainda mais a problemática social das localidades e regiões em função da vulnerabilidade das populações. Nesse período, foram

criadas 07 colônias agrícolas, assentando 1.447 famílias em uma área de 11.429 hectares em Sergipe (Lopes, 2013).

Vale destacar, que dois dos três casos selecionados para a pesquisa estão dentro desse marco temporal, trata-se da Colônia 13 e da Colônia Pindorama. Outra questão relevante faz referência aos atores envolvidos no processo de criação desses assentamentos. No caso da Colônia 13, o papel da igreja foi essencial para formação do assentamento. Já a Colônia Pindorama representa um modelo pautado no assentamento de imigrantes europeus (suíços) a partir da compra de terras públicas para essa finalidade. Ambos os casos, foram pautados no cooperativismo como organização social, econômica e na diversificação produtiva.

A segunda fase, foi marcada por períodos de forte pressão social e pela construção de políticas que promoveram o enfrentamento aos eventos de violência e segregação dos atores envolvidos em ocupações de terras em âmbito nacional. Período iniciado na década de 1960 e que avançou até meados anos de 1985. Como resultado, ocorreram inúmeras manifestações e uma forte pressão da sociedade por mudanças econômicas e políticas. Nesse período, foram assentadas 1.213 famílias numa área de 5.989 hectares em Sergipe (Lopes, 2013).

O processo de criação dos assentamentos rurais nos moldes atuais foi iniciado na década de 1970 com a institucionalização das atividades de colonização. Essa proposta também culminou com a criação do projeto “Polo Nordeste” na região Nordeste. O resultado foi a diminuição da autonomia das associações, cooperativas e dioceses junto ao processo de reforma agrária. Essa nova proposta passou a ser controlada pelo Estado na figura dos governos estaduais. O resultado dessas iniciativas no estado de Sergipe foi a criação de 12 colônias agrícolas com área total de 5.577 hectares e com 1.337 famílias assentadas (Lopes, 2013).

A terceira fase ocorreu a partir da década de 1980 e durou até meados de 1999, quando foram estruturados novos arranjos democráticos, políticos, sociais e produtivos para o Estado brasileiro. Como resultado, foram criados 63 assentamentos rurais sob a tutela do Incra, com área total de 59.035 hectares e com 4.004 famílias assentadas. Esse período ficou marcado pelo retorno das iniciativas coordenadas por cooperativas agrícolas de pequenos agricultores e o governo estadual de Sergipe. Esse processo teve como objetivo criar assentamentos rurais em municípios com grandes extensões de terras e com grande quantidade de parceiros, pequenos arrendatários e assalariados rurais, justificando a distribuição espacial dos assentamentos no território do estado, conforme a figura 8, a seguir (Lopes, 2013).

Conforme dados do Incra (2020) em Sergipe existem 243 assentamentos rurais distribuídos em 45 municípios do total de 75 municípios existente no estado, contemplando 10.972 famílias assentadas em aproximadamente 205.490,55 hectares, nas diferentes fases do

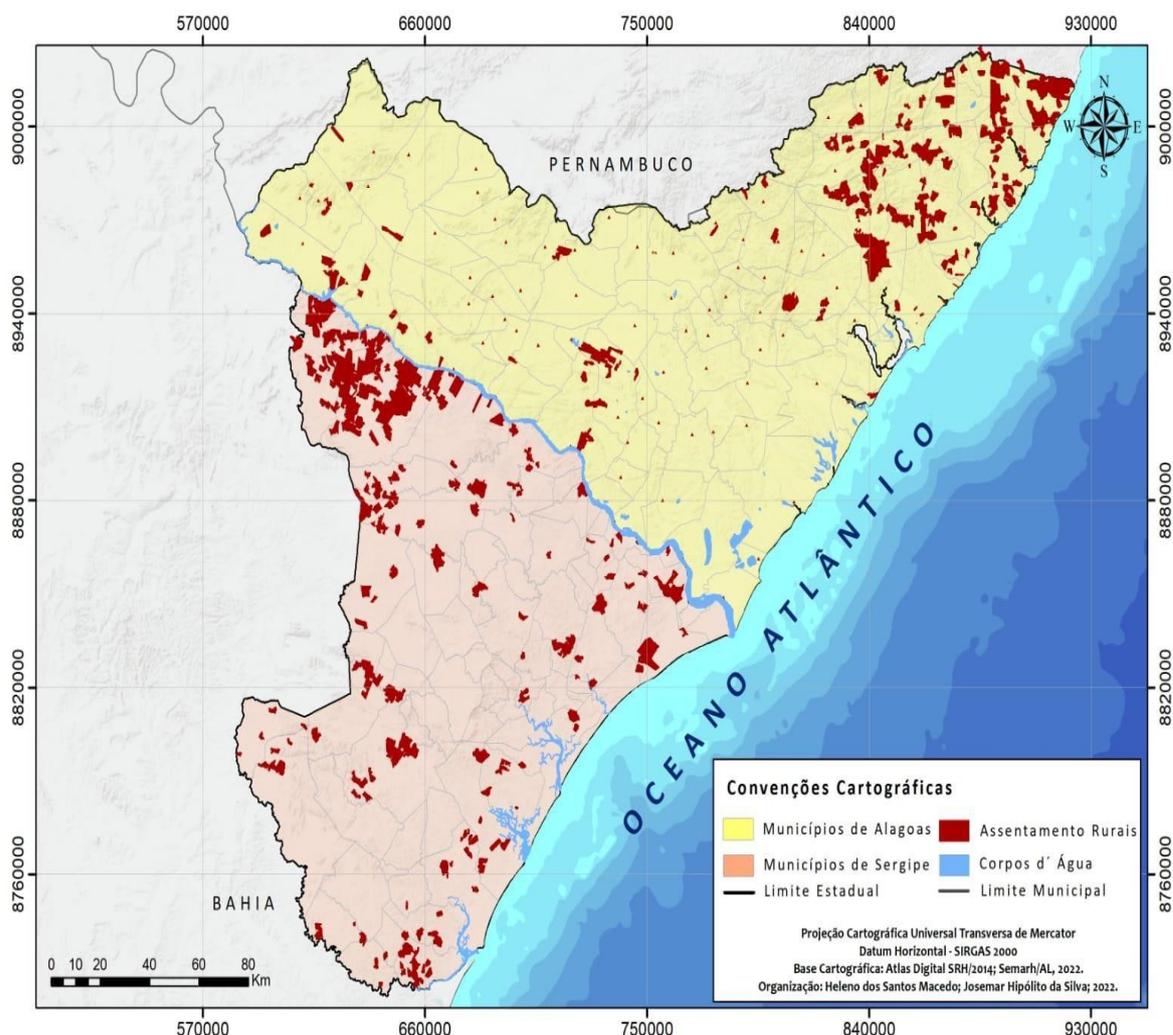
processo de reforma agrária. Até os anos de 2013 segundo Lopes (2013), existiam 78 assentamentos com vínculo direto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Outros 53 assentamentos ligados aos projetos coletivos criados a partir do processo de colonização com cooperativas e associações. São 25 os projetos individuais financiados pelo Estado a partir de contratos de financiamentos com Crédito Fundiário como (CPR e CAF), os demais compreendem outros movimentos, projetos e processos. Como destacado na figura 8, a seguir, a espacialidade dos assentamentos rurais em Sergipe se apresenta de forma mais distribuída no espaço geográfico do estado.

A questão agrária e a reconstrução da luta pela terra no período recente no estado de Sergipe tiveram seus desdobramentos e reflexos orientados por diferentes atores e interesses. Assim, a construção dos “espaços de poder”, como entendemos e propomos na presente pesquisa, está intimamente associada aos processos, relações e dinâmicas. Nesse caso, os contramovimentos estão na contramão dos movimentos que sustentam essas relações de poder. Os assentamentos rurais promovem a valorização dos conhecimentos dos atores, levando em conta a situação atual dos territórios. Entendemos que os assentamentos são a materialização dos resultados obtidos das lutas e reivindicações construídas entre trabalhadores rurais sem terra e os grandes proprietários de terras (latifundiários), realizadas com a mediação do Estado, das dioceses e da sociedade civil organizada.

Refletir sobre a formação dos assentamentos rurais no estado de Alagoas e a importância do processo de reforma agrária para a produção de espaços de poder e produção de alimentos, demanda entender duas tendências ligadas às raízes históricas e intimamente associadas aos determinismos ambiental e geográfico discutidos anteriormente. Outra tendência, que pouco influenciou no processo de reforma agrária do estado, foram as políticas públicas voltadas a essas questões.

A materialização e a espacialização dos assentamentos rurais em Alagoas, conforme apresentado na figura 8, acima, ocorre a partir de uma ligação íntima com o imaginário cultural do campesinato, dos movimentos sociais e organizações sociais do campo, movidos por representatividades de lutas e resistência, ou seja, os *contramovimentos*. Trata-se de um período histórico que serve de combustível para alimentar os contramovimentos de lutas e resistências, que se alimentam das ideologias sociais, políticas e geográficas fundadas em uma visão social e histórica de resistência (Cosme, 2019).

**Figura 8 - Localização dos assentamentos rurais de reforma agrária em Sergipe e Alagoas**



Fonte: Macedo e Silva (2022)

Compreender o processo de formação territorial do Nordeste, particularmente de Alagoas, de maneira a construir o entendimento das dinâmicas e relações presentes nas forças construídas pelas oligarquias agrárias na aliança entre capital e terra é crucial. Parte dos autores que escreveram a historiografia de Alagoas registram os diferentes momentos e contextos políticos, reforçando a força dos pactos que perpetuaram “a metamorfose das oligarquias” ao longo da formação do território alagoano. Em linhas gerais, as principais heranças históricas coloniais ganharam visibilidade e foram absorvidas nas dinâmicas espaciais, ou seja, na formação do território e da paisagem alagoana. Isso contribui para a compreensão de como as relações de poder se solidificaram, estruturando relações de subordinação, esquecimento e violência contra populações tradicionais (Cosme, 2019, p. 157).

Essas relações determinaram o modo de ocupação dos espaços, o atraso no processo de construção e consolidação das políticas agrária e dos assentamentos rurais no estado, além das

formas de produção agrícola e alimentar, a formação da paisagem rural e agrária e as diferentes “lugaridades” presentes nos espaços. Para uma melhor visualização de como estão distribuídos os assentamentos rurais de Sergipe e Alagoas, elaboramos o mapa representado na (figura 8, acima). É fato que os dois estados apresentam uma distribuição espacial dos assentamentos rurais muito diferente uma da outra. O estado de Sergipe apresenta uma maior distribuição dos assentamentos em todo seu território, enquanto em Alagoas esse processo é o contrário, apresentando uma maior concentração dos assentamentos rurais nos territórios da zona da Mata e Litoral Norte ou mesorregião Leste.

As lutas camponesas contra os latifundiários canavieiros e expropriação de terra em Alagoas, teve seu início no município de União dos Palmares, berço da resistência quilombola no Brasil, terra de Zumbi dos Palmares, onde foram iniciadas as lutas de resistência, liberdade e legitimidade social e humana dos negros. Segundo Almeida (2016), Fernandes (2000, p. 106), no período de 1985 e 1990 ocorreram os primeiros movimentos e articulações que estimularam os sem-terra a se organizarem e mobilizarem a formação do MST no Nordeste. Com essa enorme carga simbólica e de resistência, quatrocentos anos se passaram desde a formação do quilombo dos Palmares e inaugura-se uma nova fase de luta e resistência na região, para fortalecer o enfrentamento das múltiplas desigualdades presentes no rural alagoano. Outros movimentos integram o processo de reforma agrária no rural alagoano:

- a) movimento de libertação dos sem-terra (MLST);
- b) comissão pastoral da terra (CPT);
- c) movimento, trabalho e liberdade (MTL) (Almeida, 2016).

Com o passar do tempo o movimento foi se fortalecendo, chegando a contar com 3.000 ocupações no estado, com cerca de 6.000 famílias envolvidas no processo, vinculadas ao MST. O rural alagoano conta com a presença de outros movimentos sociais envolvidos no processo de acesso à terra, como:

- a) movimento de libertação dos sem-terra (MLST);
- b) comissão pastoral da terra (CPT);
- c) movimento;
- d) trabalho;
- e) e liberdade (MTL).

Os conflitos territoriais ocorridos no rural alagoano e foram protagonizados por latifundiários e atores marginalizados (meeiros, arrendatários, parceiros, entre outros), brotaram no campo a partir da década de 1980 e se intensificaram nos anos 1990, com a participação de movimentos, como:

- a) movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST/AL);
- b) comissão pastoral da terra (CPT/AL);
- c) movimento de libertação dos sem-terra (MLST);
- d) movimento de luta pela terra (MLT);
- e) movimento unidos pela terra (MUPT);
- f) movimento terra Trabalho e liberdade (MTL);
- g) terra livre (TL);
- h) via do trabalho (VT) entre outros (Almeida, 2016).

Os caminhos traçados que resultaram nas conquistas dessa fração da população rural alagoana (agricultores familiares e camponeses) ocorreram com base na força, envolvendo conflitos e violências provenientes da classe dos grandes proprietários de terras. Foi a partir do enfrentamento aos “atores político-hegemônicos” representados pelas oligarquias agrárias latifundiárias que o campesinato, mobilizado em movimentos e organizações sociais, conquistou os 178 assentamentos rurais, cujas frações territoriais totalizam 113.985,37 ha, com 13.017 famílias assentadas nas três mesorregiões do estado (Inkra, 2017).

Almeida *et al.*, (2014, p. 115), descreve esse processo em poucas palavras ao indicar que, “*o fundamental é que estamos diante de uma contestação radical à forma estruturada do agrarismo alagoano, formada desde as raízes coloniais, na qual o poder – de mando e desmando – fundou-se na propriedade da terra*”. A espacialização desse enfrentamento radical do campesinato Sem-Terra contra os latifundiários apresentada na (figura 8) apresentada anteriormente, resultou no seguinte cenário:

- a) a Mesorregião do Leste Alagoano (zona da mata e litoral), que concentra a maior parte dos conflitos territoriais e a barbáries (assassinatos) promovidas pelos usineiros, também concentra a maior parte das conquistas dos movimentos sociais, representando 65,73% (117) do total dos assentamentos do estado;
- b) a Mesorregião do Sertão vem em seguida, com 23,03% (41);
- c) o Agreste alagoano tem uma representatividade na ordem de 9,33% (20) dos assentamentos rurais. No tocante à quantidade de famílias assentadas, esse processo segue a mesma tendência de números dos assentamentos, em termos das Mesorregiões:
- d) o Leste alagoano concentra 10.350 ou 79,51% das famílias assentadas do estado;
- e) seguida pela Mesorregião do Sertão, com 1.474 ou 11,32%;
- f) a Mesorregião do Agreste com 1.193 ou 9,16% (Inkra, 2017).

- g) dos 113.985,37 ha que integram a formação dos assentamentos, 66,40% (75.68,74 ha) estão no Leste;
- h) outros, 21,04% (23.978,11 ha), no sertão;
- i) e 12,56 (14.320,52 ha), estão no Agreste (Cosme; Pereira, 2020).

Zimmermann (1994), reforça nossos argumentos ao indicar que os assentamentos rurais são efetivos espaços sociais com cicatrizes de conflitos e lutas em torno da distribuição desigual de diferentes tipos de capital, sejam eles:

- a) econômico;
- b) político;
- c) simbólico;
- d) e social.

Todas essas questões sempre respaldadas por processos e relações de poder enraizadas na cultura nordestina de clientelismo político, do compadrio, das oligarquias agrárias, entre outros. Como destaca Martins (1994), os mecanismos tradicionais que contribuem para fortalecer favores políticos sempre foram legitimados na sociedade brasileira.

Para Wanderley (2001), o mundo rural está em constante movimento no espaço geográfico, e esses processos podem ser entendidos em sua dupla face. Ou seja, desse modo, o espaço é entendido enquanto espaço físico, fazendo referência à dupla face existente na construção social do espaço rural. Esse processo é resultado da ocupação do território e de suas diferentes formas de dominação social, tendo como base material a estrutura de posse da terra, os recursos existentes e controlados, e a conservação e uso social da terra.

Nesse sentido, novos arranjos institucionais foram criados, além de novas relações de poder que foram estabelecidas. Uma vez que, os assentamentos rurais criados após esse período também necessitam de recursos públicos, assistência técnica, apoio econômico e institucional para acessarem a bens e serviços essenciais (saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura, coleta de lixo regular, etc.). As diferentes institucionalidades presentes no processo de implementação e formalização de um assentamento rural representam diferentes forças e interesses sobre esse espaço de poder. Passando a concorrer sobre o controle e domínio de questões como a implementação de políticas públicas, a construção de “espaços de poder” (conselhos, câmaras técnicas, cooperativas e associações, pontos de comercialização coletivos, acesso a novos canais de comercialização) determinando seu papel, diretrizes e significados para o assentamento rural na sua região.

Como exemplos, foram materializados movimentos estabelecidos por novas relações identificadas por espaços que integram “perímetros e polos irrigados do Nordeste. Destacamos

o “Platô de Neópolis e o Projeto Califórnia”, ambos localizados no estado de Sergipe. No entanto, as grandes propriedades seguem essa mesma tendência no outro lado do rio, no município de Penedo, aproveitando a proximidade com o Rio São Francisco para consolidar a agricultura irrigada. Esses espaços representam o fortalecimento da fruticultura (coco, acerola, manga, cana-de-açúcar e outros) (Silva, 2001; Vasconcelos, 2015). Com as mesmas características, empresários e agricultores familiares atuam no Rio Grande do Norte, no “polo do Açú-Mossoró”, espaço com grande produção de melão e melancia, entre outros (Alves *et al.* 2018; Pereira, 2015; Nunes e Schneider, 2011). E o “polo do Vale do São Francisco” em Juazeiro/Petrolina na Bahia e Pernambuco (Gama Silva, 2009; Sousa, 2015; Tosta, 2007).

Os processos produtivos inseridos nos perímetros e polos de irrigação representam o surgimento de novas dinâmicas espaciais e alimentares para essa região e, conseqüentemente, para os projetos de assentamentos do estado de Sergipe. Criados a partir da intervenção do Estado, com o objetivo de estabelecer funções planejadoras para os espaços rurais e agrários, visam a setorização de políticas integradoras na produção de alimentos. Essas políticas são influenciadas em sua maioria por grandes estruturas (obras de infraestrutura, canais de irrigação e transposição hídrica, centrais de abastecimento e beneficiamento de alimentos), garantindo condições necessárias para atrair e potencializar investimentos privados e a mão de obra necessária aos empreendimentos. Os resultados são as expropriações dos agricultores, colonos e populações tradicionais dos territórios, intensificando o processo de mercantilização dos espaços rurais e urbanos (Alves *et al.* 2018).

Em suma, nota-se que as relações estão vinculadas a modelos produtivos representados por empresas, no caso, do agronegócio e do setor imobiliário que constroem *espaços de poder*, onde o poder é imanente, e está no interior das relações. Como destacam os argumentos abaixo:

[...] o poder não reside no caráter dominador da empresa que manipula os dominados; reside em estratégias que combinam códigos diferentes e, de fato, opostos: territorialização *versus* desterritorialização, estabilidade *versus* instabilidade, tempo longo *versus* tempo curto, espaço concreto *versus* espaço abstrato. O conflito é, portanto, inevitável e sobretudo desigual, uma vez que a empresa, manipula a repartição de fluxos de energia simbólicos e de informação, não expõe muito à resistência da população ativa: “Numa sociedade que nunca está plenamente reconciliada, grupos eminentemente ativos são engajados numa estratégia de desestruturação e reestruturação (Raffestin, 1993, p. 95).

Os processos citados, crescem à medida que ocorre o avanço do capital internacional no campo a partir de coalisões formadas por grupos políticos nacionais e internacionais, transformando o espaço rural e agrário brasileiro. Esses processos promovem a valorização das terras e colocam pressão sobre os atores mais vulneráveis residentes nesses espaços de poder.

Nesses territórios estão os assentamentos rurais, compreendidos como “territórios alimentares” com capacidade de estabelecer as (re)conexões necessárias entre as dinâmicas e processos.

Os assentamentos rurais representam a criação de iniciativas que geram empregos diretos e indiretos a custos significativamente mais baixos quando comparados aos projetos de assentamentos e polos empresariais presentes na região Nordeste. Isso ocorre em um cenário agravado pela desestruturação das instituições e pelo desmantelamento de políticas públicas estruturantes para a produção e comercialização de alimentos. Com o retorno da fome e o aumento da miséria e do desemprego, as baixas taxas de crescimento, os retrocessos na educação e, sobretudo, os elevados índices de desigualdade social foram agravados pelo período da pandemia da Covid-19 e pelo retrocesso político causado pelos desgovernos dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Através dos assentamentos rurais são construídas dinâmicas espaciais e alimentares mais justas e participativas, que reivindicam valores sociais, políticos, culturais e produtivos, sobrepondo-se às dinâmicas presentes no tradicional modelo de formação e ocupação territorial no Brasil. O simples ato de criar uma associação/cooperativa inaugura práticas políticas e sociais por vezes desconectadas das relações de poder presentes nesses espaços regionais (Leite, 1995; Lopes, 2013). Isso permite contrapor as condições e possibilidades em curso na cultura política e produtiva da região. Os assentamentos rurais podem ser pensados como espaços de poder, tornando-se objetos de interesse individual e coletivo, contribuindo diretamente para a transformação do mundo rural e podendo se transformar em efetivos territórios alimentares. Além de reproduzirem valores políticos e sociais, representam uma mudança efetiva na produção de alimentos de qualidade, podendo combater a insegurança alimentar e nutricional presente nos grandes centros urbanos e municípios pobres do Brasil.

#### 4.3 AS FORMAS E FLUXOS DOS MOVIMENTOS DE DESCONEXÃO, DESVINCULAÇÃO E DESENRAIZAMENTO

As cadeias agroalimentares estão pautadas na produção de monocultivos baseados em *commodities* agrícolas. Os alimentos são produzidos, territorializados, desterritorializados e reterritorializados em diferentes tempos históricos e espaços geográficos, construindo possibilidades adaptáveis e condizentes as realidades agrária e agrícola existentes nas regiões brasileiras. Assim, são construídos e compartilhados os espaços de poder e os territórios alimentares, materializando diferentes formas de poder e dinâmicas alimentares e espaciais que

estimulam o acesso a mais e melhores mercados e a novos canais de comercialização no processo de fortalecimento dos territórios alimentares e agricultores familiares. No capítulo 02, apresentamos a figura 1 que representou a construção do *fluxo em espiral* determinando como as dinâmicas, relações e processos são mobilizados e utilizados nas análises das NGA no Sul global. Esse mesmo fluxo em espiral representado na figura 9, a seguir, apresenta a estruturação das formas, fluxos e relações existentes nas cadeias agroalimentares a partir das dinâmicas alimentares (movimentos e contramovimentos) dentro dos sistemas alimentares.

Areladas a essas discussões estão os contramovimentos materializados a partir das alternativas (inovações e novidades) ligadas à produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos, como destacado na (Figura 9, abaixo). No entanto, é no centro do vórtice que estão presentes processos ligados às dinâmicas alimentares, que representam os já mencionados contramovimentos, contrapondo-se aos movimentos de desconexão, desenraizamento e desvinculação dos alimentos, relações e recursos. Compreender como as relações e dinâmicas inseridas nas territorialidades dos alimentos determinam a construção de espaços de poder influenciados por modelos produtivos presentes no sistema alimentar convencional e nas cadeias agroalimentares globais proporciona compreender como os contramovimentos surgem e se materializam nos espaços.

Para os grandes produtores de alimentos, o processo de comercialização da produção em mercados de proximidade, locais e territoriais, muitas vezes, significa estabelecer uma quebra considerável nos ganhos financeiros, essa questão diz muito sobre como o agronegócio brasileiro opera e está estruturado. Os motivos para esse processo se consolidar, são vários:

- a) geralmente associados, aos baixos volumes de alimentos exigidos para comercialização nesses mercados;
- b) pelas formas de organização social do espaço,
- c) do trabalho;
- d) e dos atores;
- e) pela baixa procura por produtos derivados;
- f) pela condição socioeconômica das localidades;
- g) e o próprio modelo de estruturação dos mercados agroalimentares presentes nesses espaços de poder.

Figura 9 - Formas e fluxos dos movimentos e contramovimentos nas NGA



Fonte: Silva (2023).

Os reflexos desses processos, representados na (Figura 9, acima), quando conectados, resultam em disputas intercambiáveis baseadas em bens, serviços e lugares que promovem competições pautadas em critérios produtíveis e econômicos. O resultado são grupos de atividades econômicas cada vez mais concentradas em certos lugares, criando “pontos quentes” que avançam sobre as localidades, territorializando alimentos e desterritorializando relações, recursos e alimentos. Além disso, ocorre a marginalização de vários atores que não estão inseridos nesses lugares, acabando por integrar os “pontos frios”. Os três processos inseridos nos movimentos representados na Figura 9 acima são conduzidos pelo princípio da produção econômica ou pela economia de escala presente no atual regime agroalimentar. Isso é típico dos processos de desenvolvimento e da industrialização do setor agrícola e alimentar (Marsden, 2009; Wiskerke, 2009).

Esses fatores impactaram diretamente na produção de alimentos e no acesso aos alimentos frescos e de qualidade, demonstrando o lado negativo do sistema alimentar convencional. Ressaltando a importância de buscar entender os problemas atrelados às dinâmicas alimentares contemporâneas do Sul global, que são:

- a) a pressão promovida pelo agronegócio sobre a renda familiar agrícola das famílias dos assentados e agricultores, é resultado de mudanças ocorridas no sistema de provisão de alimentos. Saindo de uma cadeia de oferta de alimentos para uma cadeia movida pela demanda, aliando competição de preços e os monocultivos dentro da

- cadeia de abastecimento. Outra questão, aborda a posição econômica subordinada da agricultura familiar frente ao agronegócio, quando comparamos os valores acrescentados nas cadeias de abastecimento alimentar aos diferentes Planos Safra;
- b) poluição ambiental e degradação ecológica dos biomas do Cerrado e Caatinga. As práticas agrícolas modernas estão atreladas aos processos industriais, os quais, promovem erosão genética, desaparecimento de populações, culturas alimentares e vínculos de pertencimento com o local. O caráter intensivo da produção de alimentos contribui diretamente para a poluição do meio ambiente, emitindo poluentes como amônia na atmosfera, resíduos de pesticidas e agrotóxicos no ar e nas águas subterrâneas, além de provocar a saturação de solos com fosfato. No caso, do Sul global os altos custos em decorrência de problemas ligados à logística e infraestrutura (estradas, silos e outros), contribuem para o aumento do valor final dos alimentos e derivados. Permitindo que processadores e varejistas em geral controlem os mercados de alimentos e as cadeias de valor;
  - c) a perda da qualidade dos alimentos e da diversidade organoléptica de plantas, animais e insetos (abelhas, insetos polinizadores e outros) são problemas associados à produção de alimentos nesses espaços. Combinados a padronização imposta à produção de alimentos, as técnicas de processamentos, e a baixa diversidade de oferta de alimentos frescos e de qualidade, atrelada a introdução de normas, regras e convenções de higiene alimentar. Dessa forma, ocorre o desaparecimento de pequenas unidades familiares de processamento e beneficiamento de alimentos. Nesse processo, a diversidade organoléptica se torna mais uma questão de fim de cadeia. Sendo criada e modificada pela indústria de produção de sementes e processamento de alimentos para adicionar corantes, aromas, texturas e sabores (artificiais) aos produtos primários padronizados (processados e ultraprocessados);
  - d) as incertezas e desconfiças compartilhadas aos alimentos é uma questão essencial, e está associada a compreensão das condições e métodos empregados nos processos presentes nas cadeias agroalimentares (plantio, cultivo, colheita, transporte, armazenamento, manuseio, beneficiamento, local de exposição, entre outros). Essas incertezas são frutos dos recorrentes casos de crises alimentares;
  - e) problemas de saúde promovidos pela fome e insegurança alimentar e nutricional, além do rápido aumento do excesso de peso nas populações tem se tornado motivo de preocupação para governos e a OMS. A mudança nos padrões alimentares é a principal causa para o aumento dos famintos e desnutridos nas áreas urbanas e rurais.

O surgimento de “desertos alimentares” é o retrato desse processo enraizado na sociedade. Observamos localidades inteiras (municípios, bairros e povoados) urbanos e rurais, empobrecidos e dominados por monoculturas do agronegócio (cana-de-açúcar, pecuária, eucalipto, fruticultura para exportação). Nesse contexto, predominam supermercados e pequenos mercados ostentando alimentos processados e ultraprocessados e industrializados como os principais alimentos ofertados, além dos *fast food* (Wiskerke, 2009).

O processo de desconexão representa uma ruptura das relações e dinâmicas presentes nos contramovimentos produzidos por agricultores familiares envolvidos na produção de alimentos nos espaços dos assentamentos. Esse mesmo processo promove o aumento das distâncias no acesso aos bens e serviços presentes na produção de alimentos, construindo e reproduzindo relações de poder nutridas por diferentes formas de poder descritas na seção 3.2. Promovendo dinâmicas que são potencializadas por regras, normas e convenções criadas para sustentar modelos hegemônicos de produção e consumo de alimentos. Resultando na perda do fator humano e no crescimento dos circuitos anônimos dominados por atravessadores e atores oportunistas (Wiskerke, 2009).

Dadas as existências presentes nas multidimensionalidades da sustentabilidade alimentar envolvendo diferenças entre os processos e problemas presentes nos sistemas alimentares. O que para Wiskerke (2009), representa a presença de diferenças fundamentais nas opiniões sobre os processos, nas práticas, na política e na base teórica. Fazemos a opção por recorrer ao hibridismo proposto por Marsden (2006), para explorar o potencial presente nos estudos das NGA no Brasil. Vale destacar que constatamos a partir dessa pesquisa e dos respectivos estudos de caso a existência de movimentos e contramovimentos compartilhando os mesmos espaços de poder, os mesmos alimentos, atores e instituições, no caso dos assentamentos rurais esses processos são agravados. Sua representatividade está nas relações produtivas convencionais e alternativas, estabelecidas entre: agricultores e agricultores; atravessadores e agricultores; agricultores e consumidores compartilhando os mesmos espaços.

A desconexão nas geografias alimentares apresenta desafios complexos que afetam a sustentabilidade da produção de alimentos, da saúde das comunidades e da resiliência alimentar dos espaços e sistemas alimentares. As causas para ocorrência e fortalecimento desse processo nos assentamentos rurais analisados estão representadas por diferentes processos, como destacado no quadro 2 a seguir. Vale ressaltar que, os processos identificados e materializados nos diferentes espaços de poder estão atrelados a diferentes temporalidades, atores e institucionalidade. Revelando dinâmicas alimentares a partir de relações e formas de poder que

ocorrem fortalecendo processos impulsionados pela: rápida urbanização e perda de terras agrícolas para o avanço do desenvolvimento urbano e da monocultura do milho.

Compreender a desconexão como processo que estimula o surgimento de *contramovimentos* e revela importantes relações e dinâmicas dentro dos espaços de poder focados na produção de alimentos. Os processos descritos no quadro 2 a seguir, fazem referência aos processos e relações que influenciam diretamente nas condições de vida dos grupos sociais marginalizados e com baixo acesso aos recursos, serviços e instituições presentes no território. De certa forma, todos os atores e espaços de poder em algum momento promoveram *contramovimentos*, movidos por ações coletivas e iniciativas individuais.

Em relatos obtidos durante a entrevista 01, revelou-se como os problemas ambientais contribuem para o processo de desterritorialização de culturas alimentares como laranja e maracujá: *[...] os principais alimentos produzidos na Colônia 13 era mandioca, maracujá e laranja porque todo mundo trabalhava. As mulheres, os meninos estralando fumo em casa ou na roça de maracujá. Hoje você não ver mais, aquilo ali era serviço pra todo mundo, todo mundo trabalhava. Aí do nada acabou! Inventaram esse remédio 'esse tal desse Randall' acabou com os bichinho tudo. Esse veneno matou tudo, acabou o trabalho, e arrombou com o solo. Pra você ver, você arranca um pé de laranja e as raízes embaixo estão tudo seca estralando, estão morrendo tudo novo". [...] Antigamente morria era velho. As abelhas e passarinhos morreram tudo, os bichos é inocente, aqui ou aculá você vê um passarinho (Entrevistado 01 - Colônia 13 comerciante, 2022).*

No contexto dos assentamentos rurais a desconexão faz referência às condições em que certos atores e grupos sociais são marginalizados e excluídos no processo de acesso aos recursos, serviços e oportunidades. A desconexão ocorre devido à falta de infraestrutura básica ou no acesso limitado à educação e saúde, escassez de recursos produtivo, entre outros. Todos os espaços analisados dispõem de infraestrutura básica e oportunidades no acesso a serviços essenciais como posto de saúde, escolas, fornecimento de água e energia elétrica regularmente, saneamento básico e espaços de lazer.

Quadro 2 - Relações presentes no processo de Desconexão dos alimentos

DESCONEXÃO			
Problemas abordados	Colônia 13	PA Jacaré-Curitiba	Colônia Pindorama
<b>Perda de vínculos</b>	Desterritorialização de culturas agrícolas/alimentares: fumo, mandioca laranja e maracujá; Territorialização da cultura do milho com avanço do agronegócio e do setor imobiliário; Perda de identidade cultural e territorial; Marginalização de produtores agroecológicos; Dificuldades na sucessão geracional.	Perda do controle social da produção e comercialização para atores externos aos assentamentos; Reterritorialização de culturas alimentares; Opção por culturas alimentares de ciclos curtos; Problemas com sucessão e locação dos mais jovens (filhos e outros); Dificuldades na sucessão geracional.	Não foi identificado.
<b>Fortalecimento das distâncias</b>	Baixa produtividade das culturas alimentares no assentamento. Aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados.	Acesso e manutenção tecnologia de (irrigação); Aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados.	Baixa produtividade de alimentos saudáveis (legumes, hortaliças etc.); Aumento do consumo de alimentos processados e ultraprocessados.
<b>Formalização de processos</b>	Avanço do setor imobiliário e a rápida urbanização; Degradação ambiental; Aplicação de defensivos e agrotóxicos na laranja/maracujá; Avanço das cadeias agroalimentares o milho e pimenta com contratos.	Influência de diferentes institucionalidades; Domínio da cadeia produtiva da fruticultura; Contratos de compra e venda sem a formalização adequada.	Avanço do setor imobiliário e a rápida urbanização; Degradação ambiental; Aplicação de defensivos e na cana-de-açúcar; Contratos de exclusividade de Comercialização da produção.
<b>Circuitos anônimos</b>	Comercialização de alimentos produzidos em outros estados entregues na porta dos comerciantes com barracas na beira da estrada (inhame, macaxeira, batata doce, frutas e outros); Comercialização realizada a partir de redes sociais de consumidores e atravessadores.	Cultivo e comercialização do milho, quiabo, pimentas gourmet, melão e macaxeira.	Implementação dos processos de beneficiamento e embalagem de Arroz, goiabada e cuscuz na agroindústria da cooperativa; Compra de frutas (coco, acerola, Abacaxi, maracujá e outras.) direto da Agricultura familiar em Alagoas e Sergipe para suprir a demanda da cooperativa.

Fonte: Elaboração do autor.

A construção de relações de poder nesses espaços está relacionada à capacidade dos atores e grupos sociais de se articularem e produzirem novidades a partir de demandas, reivindicações e estratégias de resistência. Os contramovimentos podem fortalecer os laços sociais entre os atores e as instituições com as comunidades. Promovendo a conscientização política e a capacitação social e técnica para pressionar por políticas públicas que atendam às necessidades e demandas locais. Além disso, essas ações coletivas podem redefinir as relações de poder historicamente enraizadas na região, além de desafiar as estruturas de dominação e promover uma distribuição mais equitativa de recursos, bens e oportunidades.

Dessa forma, compreender a *desconexão* e os contramovimentos nos espaços de poder permite estabelecer uma análise mais aprofundada das dinâmicas alimentares e do poder, além das desigualdades sociais e as possibilidades de transformação social, produtiva e política dos espaços. Esses fatores contribuem para a construção de relações de poder mais equitativas na promoção de uma maior justiça social e ambiental na inclusão das comunidades rurais no processo de produção de alimentos.

Para refletirmos e ampliarmos as análises sobre o desenraizamento dos alimentos, recursos e relações, é necessário verificarmos como o processo de cooperativismo tem influenciado e impactado nas territorialidades dos alimentos. A fim de compreender a influência e o impacto desse processo na formação dos espaços de poder, a partir de similaridades ou discrepâncias presentes nos casos analisados. Quanto à especialização da produção de alimentos e à perda de pertencimento e identidade dos produtores e consumidores, decorrentes da desterritorialização dos alimentos e da formação de lugaridades em torno da produção e abastecimento de alimentos. Nessas condições, as informações coletadas em campo a partir das entrevistas e conversas com diferentes atores (agricultores, comerciantes e técnicos das instituições) contribuem para a compreensão das relações e dinâmicas alimentares.

As entrevistas e conversas ressaltam a importância do cooperativismo para transformar os assentamentos rurais em espaços de poder produtores de alimentos e como fortalecer os laços de proximidade entre os atores residentes desses espaços. Vale ressaltar que as institucionalidades criadas a partir dessas relações coletivas, fortalecem os movimentos e ajudam a construir contramovimentos nesses espaços.

**Quadro 3 - Relações presentes no processo de Desenraizamento dos alimentos**

<b>DESENRAIZAMENTO</b>			
<b>Problemas abordados</b>	<b>Colônia 13</b>	<b>PA Jacaré-Curituba</b>	<b>Colônia Pindorama</b>
<b>Assentamento como local de produção</b>	Sim/parcialmente.	Sim.	Sim/parcialmente.
<b>Falta de laços de proximidade</b>	Sim.	Não.	Não.
<b>Origem e qualidade dos insumos</b>	Local/qualidade muito boa.	Local/qualidade Muito boa.	Local/qualidade Muito boa.
<b>Nível da especialização da produção de alimentos</b>	Alta/produção de mudas local.	Alta/agricultura irrigada.	Alta/melhoramento genético Produção local de mudas.

Fonte: Elaboração do autor.

Em relato coletado durante a entrevista 02, realizada com um agricultor/comerciante residente no assentamento Colônia 13 que foi sócio da cooperativa Coopertreze por 16 anos. Essa cooperativa exerceu grande destaque na comercialização de alimentos no estado de Sergipe e na região Nordeste durante as décadas de 60, 70 e 80. Destacavam-se os cultivos de fumo, mandioca, maracujá e laranja. No entanto, a cooperativa perdeu influência e força no espaço de poder nas décadas seguintes, com o fortalecimento de relações de poder e o início do processo de desterritorialização de culturas alimentares.

[...] os cooperados não se achavam donos da cooperativa, acreditavam que a cooperativa era daqueles que estavam a frente dela. A cooperativa 13 era o seguinte: a maior parte dos presidentes da cooperativa passavam tudo pros nomes deles. Vendeu e pronto! Não tem uma fiscalização, ele é contador, ele é tudo! Como aconteceu pra vender o posto de gasolina aqui na época. Ele pegou inventou que estava fazendo um empréstimo no Banco do Nordeste e os agricultores mais fraco, sem informação aceitaram. “[...] ele pegou uma ATA e colocou na porta de todo mundo, todo mundo assinou, quando viu na justiça era pra vender o posto. Isso é trapaça, todos os presidentes são trapaceiros (Entrevistado 02 - Colônia 13, agricultor/comerciante, 2022).

Refletir sobre o aumento das escalas de produção e comercialização, exige buscar o entendimento de como ocorrem os retrocessos e avanços promovidos pela especialização dos espaços e cadeias de abastecimento agroalimentar. Como podemos constatar no quadro 3 acima, as relações sociais e produtivas construídas a partir desses processos contribuem para fortalecer o *desenraizamento* de relações, bens e serviços, criando condições favoráveis para os movimentos indicados nos (Quadros 2 e 3 acima) se consolidarem ou não. Outra questão, demonstra como os espaços analisados são transformados em locais de produção e comercialização de alimentos, inseridos em cadeias agroalimentares que exploram diferentes escalas. Onde estão presentes movimentos e contramovimentos formadores de espaços de poder, ou seja, territórios alimentares e mercados agroalimentares mais diversificados e heterogêneos.

A falta de laços de proximidade dentro desses espaços de poder torna-se reflexo direto do êxito ou fracasso do processo de cooperativismo. Dos três casos analisados, somente o assentamento Colônia 13 apresentou um processo de cooperativismo pautado em relações de poder ocultas e invisíveis, isso não significa que não existem nos outros dois casos. Porém, somente na Colônia 13 esse processo culminou no fracasso do processo de cooperativismo, e no fechamento da Coopertreze. É relevante salientar que a origem e qualidade dos insumos determinou a manutenção desses alimentos e do próprio sucesso das cadeias produtivas nesses

espaços de poder. Uma vez que, os respectivos territórios ainda exercem protagonismo na produção de alimentos, dentro e fora dos assentamentos utilizando tecnologia e inovação.

O processo de *desvinculação* dos alimentos nos assentamentos rurais tem representado um distanciamento e a ruptura de relações entre os atores do sistema alimentar com a sociedade, o meio ambiente e os espaços de poder. Esse processo promove movimentos de especialização dos espaços, territórios e regiões produtoras de monocultivos. Como ressaltamos alguns dos problemas apresentados no quadro 4 a seguir, tem afetado diretamente as relações construídas entre os diferentes atores e as institucionalidades presentes no território. No caso do assentamento Colônia 13, as alterações produtivas e as mudanças nos perfis dos moradores têm promovido alterações sociais e produtivas. Além do enfraquecimento das relações de poder no enfrentamento ao avanço do setor imobiliário e da monocultura do milho.

A produção e fornecimento de alimentos tem perdido de forma gradual e continua a influência sobre a qualidade e a natureza dos alimentos. Isso significa a perda de singularidade e de identidade dos alimentos com o local, o território ou a região onde foi produzido. Os exemplos analisados indicam a presença de práticas espaciais associadas ao uso de tecnologias, sistemas de irrigação, melhoramento genético de sementes e mudas, diversidade de produção e beneficiamento dos alimentos com foco em monocultivos, é o caso do assentamento Colônia Pindorama. Esses processos fazem parte dos movimentos conduzidos pelo agronegócio e tendem a potencializar essas tendências, novas identidades e imagens em torno de bens e serviços ofertados nos espaços de poder, como destacado na quadro 4 abaixo. Fortalecendo a aparência de individualidade e potencializando a fidelidade dos consumidores, para além da sensação de estarem vivenciando uma experiência especial (Wiskerke, 2010).

Para explorar essas dinâmicas com detalhes, concluímos que a especialização de espaços ocorre a partir de tendências relacionadas à especialização geográfica da produção e comercialização dos alimentos, como, por exemplo, um perímetro irrigado, território da laranja, território da cana-de-açúcar ou da fruticultura, entre outros. Em todos os espaços e casos analisados, em algum momento, esses fatores foram determinantes para a composição dos cenários produtivos, sociais, econômicos e políticos desses espaços de poder. O processo de cooperativismo desempenha um papel crucial na construção e fortalecimento das institucionalidades e governança territorial da produção e beneficiamento dos alimentos. Nele, uma ou mais instituições exercem ou exerceram controle e influência direta na escolha do que será produzido, quem irá produzir, como será produzido, onde será produzido e, por fim, para quem serão comercializados os alimentos e produtos beneficiados.

**Quadro 4 - Relações presentes no processo de *Desvinculação* dos alimentos**

<b>DESVINCULAÇÃO</b>			
<b>Problemas abordados</b>	<b>Colônia 13</b>	<b>PA Jacaré-Curitiba</b>	<b>Colônia Pindorama</b>
<b>Especialização dos alimentos</b>	Assistência técnica especializada (laranja e maracujá).	Assistência técnica especializada Fruticultura irrigada.	Fornecimento de mudas e Assistência técnica especializada ofertadas pela cooperativa e parcerias institucionais.
<b>Práticas espaciais</b>	Sim existem. Uso de tecnologia nas culturas do agronegócio, avanço do setor imobiliário, a presença de empresas do agronegócio.	Sim existem, 'irrigação' e Fruticultura irrigada; Agroindústrias, presença da CODEVASF.	Diversidade da produção com predomínio da cultura da cana-de-açúcar; Assistência Técnica especializada; Agroindústrias de beneficiamento de alimentos.
<b>Performatividade na produção e comercialização</b>	Somente nas culturas atreladas a indústria de alimentos. (laranja, mandioca, pimenta e alho).	O espaço do assentamento representa o local de produção, Não o de comercialização; a localização e distância São os maiores desafios.	Todos os alimentos produzidos exercem performatividade, a partir dos vários produtos.

Fonte: Elaboração do autor.

Isso significa uma maior concentração da produção de certos alimentos em determinados espaços dos assentamentos e territórios, devido a fatores e condicionantes favoráveis às práticas e cultivos nesses espaços de poder. Exemplos são, os climas favoráveis e a disponibilidade de recursos naturais específicos, além das vantagens comparativas frente à outras culturas. Esse movimento de especialização da produção de alimentos resulta na criação de cadeias agroalimentares globais altamente homogeneizadoras e excludentes, onde os alimentos são produzidos em um local, processados em outro e consumidos em diferentes partes do mundo. A desvinculação entre produtores, consumidores e os alimentos pode ter consequências negativas. Os produtores de alimentos, no caso, os assentados tendem a enfrentar desafios econômicos devido à perda de controle sobre o processo de distribuição ou comercialização dos alimentos, os baixos preços ofertados pelo mercado, além dos altos custos inseridos nas colheitas.

## 5 RETERRITORIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS E OS ESPAÇOS DE PODER

Analisar o exercício do poder materializado a partir das territorialidades dos alimentos, seus processos e dinâmicas nos espaços de poder, demanda explorarmos determinações e necessidades para conhecer como são organizados os “territórios alimentares” e os “mercados alimentares”. Identificando quais são as forças sociais que constroem e regem as relações, os mecanismos de controle e dominação (Schneider, 2016, p. 93), para estabelecer o entendimento da diversidade e multifuncionalidades existentes nesses espaços de poder formados por atores, recursos e instituições socialmente construídas e integradas.

### 5.1 ESPAÇO, PODER, ALIMENTOS E OS TERRITÓRIOS ALIMENTARES: UMA LEITURA A PARTIR DA ABORDAGEM DO CUBO DE PODER

Assim, exploramos as possibilidades e direcionamentos teóricos construídos por Foucault. Que apresenta o poder como uma relação de força que existe em ação, ou seja, um exercício e não uma relação de troca. Podendo ser tratado a partir da soberania política, das relações de produção, dominação de classe e como ato jurídico. Também é traduzido na obra de Raffestin (1993, p. 56) como, [...] *todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação do saber.*

Nesses termos, o processo de globalização consolida os mercados a partir do aprofundamento da reestruturação capitalista, combinando processos que fortalecem os distanciamentos e a compreensão de relações produzidas no espaço-tempo. Promovendo uma notável heterogeneidade social e espacial nas áreas rurais, esses espaços são palco do:

[...] “moinho satânico” toma de assalto todas as esferas da vida social e, o mundo rural, de forma alguma se isenta desta influência. Mas se é verdade que há um “movimento” de aprofundamento da sociabilidade capitalista e do intercâmbio mercantil na agricultura e no espaço rural, também é certo que isso ocorre sem contestações e “contramovimentos” (Marsden, 1999; Schneider; Escher, 2011, p. 208).

Os processos que são engendrados de fora para dentro (movimentos do Kapital) criados exclusivamente no nível da paisagem sociotécnica pelas cadeias agroalimentares globais. E os de dentro para fora (os contramovimentos da NGA), criados nos domínios do regime sociotécnico e dos nichos e novidades gerados nos assentamentos rurais e analisados em termos do poder. Para que possamos compreender como ocorrem os processos de movimento e

contramovimento em um determinado espaço-território, implica em examinar as formas e relações de poder entre eles. Nesse sentido, mobilizamos a abordagem do “Cubo de poder” apresentada por John Gaventa para analisarmos o espaço, as relações de poder e as formas de poder conforme representados nos quadros abaixo.

Esses processos estão representados a partir do duplo movimento que apresenta uma contradição interna do sistema de mercados visto como regulador das atividades econômicas da sociedade. Essa contradição, apresenta os *movimentos* que promovem a expansão e a sociabilidade das relações capitalistas no espaço-tempo, imprimidas pelo processo de adaptação ao intercâmbio mercantil. Por outro lado, os *contramovimentos* contestatórios que pressupõem relações de autopreservação para a sociedade contra os citados assaltos do “moinho satânico” analisado por (Polanyi, 2021; Schneider; Escher, 2011).

Vail (2022, p. 204) analisa um cenário para o duplo movimento, no qual estão representados por uma ordem social complexa e relacional. Para o autor a reprodução desses processos depende de uma contestação realizada entre os atores econômicos, políticos e sociais e devem representar diferentes interesses que são divergentes e conflitantes gerados pelo mesmo duplo movimento. Nesse caso, as divergências são políticas e históricas e viabilizam o seu próprio funcionamento, gerando um “equilíbrio instável” entre movimento e contramovimento.

Nesse cenário, entender como os *contramovimentos* imersos em um conjunto de relações enraizadas nos espaços de poder, que implica aceitar que os agricultores familiares assentados e os camponeses estão inseridos em práticas imersas e heterogêneas. Que buscam defender e criar autonomia e melhorias nas suas condições de vida, promovendo autoproteção do tecido humano, da natureza exterior ao homem e das diferentes dimensões que integram as sociabilidades e organização dos processos econômicos e políticos. Dando uma resposta eficaz aos problemas globais criados pelas cadeias alimentares globais em diferentes escalas geográficas e operacionais.

Assim, buscamos explorar as possibilidades e direcionamentos teóricos construídos por Foucault e Deleuze, também traduzidas na obra de Raffestin (1993, p. 56), ao indicar que “todo ponto de exercício do poder é ao mesmo tempo um lugar de formação do saber”. Desse modo, falar em resistência e contramovimentos onde o poder está presente e enraizado. Entender as relações e as transformações presentes na resistência da matéria, do corpo social e político existentes nos espaços de poder e territórios alimentares, destacados nos quadros analíticos 3, 4, 5 analisados anteriormente. Nesses espaços de poder, estão presentes parte das informações

coletadas a partir dos dados primários (entrevistas, conversas, relatórios e documentos técnicos).

No caso das dinâmicas alimentares e espaciais, enfatizamos que o poder mobiliza meios, elementos e recursos para definir combinações entre energia e informação, formas e fluxos, materialidades e imaterialidades. Esses elementos constituem o poder a partir de componentes da energia. O inverso desse processo também é constituído por elementos e componentes informacionais para os diferentes fluxos, formas do poder e atores envolvidos na produção e comercialização de alimentos citados nos quadros. Onde, [...] *o poder tem como objetivo o controle e a dominação sobre os homens e as coisas* (Raffestin, 1993, p. 55).

Para os estudos das NGA o território é indispensável uma vez que é o espaço do poder, o lugar das relações mercantis e o local dos alimentos. Essas relações não se baseiam somente na entrada de capital na agricultura a partir das cadeias agroalimentares globais ou dos mercados de “*commodities*”. Nem tão pouco na presença dos conglomerados empresariais do agronegócio com influência em setores político, financeiro, imobiliário e industrial. No entanto, estando os territórios sem os atores e as instituições se tornam apenas uma potencialidade que integra estatísticas e que criam estratégias que organizam processos existentes nas cadeias agroalimentares. Nesse caso, os recursos determinam os horizontes possíveis para as relações e ações voltadas aos processos de produção e comercialização dos alimentos, condicionados os caminhos, alcances e acessibilidades dos atores sociais aos recursos disponíveis e disponibilizados nos territórios e espaços de poder.

Ao fazer referência aos trunfos associados ao poder, os assentamentos rurais tornam-se trunfos particulares no processo de produção e comercialização dos alimentos, até mesmo no convívio com adversidades regionais e climáticas, no caso dos assentamentos rurais inseridos no complexo Jacaré-Curitiba no alto Sertão sergipano. Os espaços de poder se transformam nos campos de ação dos trunfos, como um recurso e entrave, tudo ao mesmo tempo, como alertam as diferentes armadilhas já tratadas. O espaço está intimamente associado as relações de poder construídas entre os atores, as instituições e os recursos. Essas relações determinam quais formas de cultivos (sequeiro ou irrigado), modelos de agricultura (convencional ou orgânica/agroecológica), mercados, alimentos e sistemas alimentares são hegemônicos nas múltiplas escalas acessadas. Além de proporcionar a percepção de quais são as estratégias e alternativas de contramovimentos que devem ser selecionadas para serem consolidadas no enfrentamento dos modelos hegemônicos.

Raffestin (1993, p. 60), constrói argumentos que contribuem para compreensão do poder e o papel das instituições e organizações nas dinâmicas e relações que estamos analisando,

conforme as (Figuras 10, 11, 12, 13 e 14) representadas nesse capítulo. No nosso caso, essas instituições combinam forças (energia e informação) para organizar as cadeias agroalimentares, os circuitos e as redes voltadas para produção, beneficiamento, distribuição e comercialização dos alimentos nos diferentes níveis e escalas. Esses espaços de poder constroem relações produtoras de movimentos e contramovimentos, que produzem capacidades para exercer o enfrentamento do poder, materializado nos espaços a partir dos alimentos e dinâmicas alimentares e espaciais.

Uma vez que, o cenário ideal para o poder são os espaços onde é possível atuar quase que exclusivamente com os símbolos, explorando o imaginário, os discursos e as narrativas dos atores (produtores, atravessadores e consumidores) fixando o concreto na sociedade. Esses processos fragilizam o poder, no sentido de afastar o trunfo realista (o concreto) e o trunfo imaginário (o simbólico) desses espaços. Representando a multifuncionalidade dos espaços e contribuindo para o surgimento do poder na perspectiva relacional apresentada por (Foucault, 1976).

Levando em consideração a natureza dos processos e das dinâmicas envolvidas nos múltiplos casos analisados, observa-se que as diferentes relações nas quais o espaço está envolvido precedem o território. Nos casos apresentados, ficou evidente que os atores se apropriam dos espaços por meio da territorialização concreta e abstrata dos alimentos. Embora o poder tenha a capacidade de transformar e de construir nós, redes e territórios que se expandem nos lugares, na origem de todo poder, estão as capacidades virtuais presente nos domínios de transformação que partem dos elementos dinâmicos existentes nas ações dos atores, nos recursos, instituições e horizontes possíveis (Raffestin, 1993). Assim, corroborando as ideias apresentadas por Jonh Agnew (2008) ao afirmar que o poder também é espacial.

Goodman e Watts (1997) argumentam sobre a necessidade de construir e utilizar abordagens que explorem uma visão geral da questão agrícola e da questão agrária para os estudos agroalimentares, explorando novos caminhos para o desenvolvimento rural. Marsden (1997) avança nesses argumentos, explorando as relações que motivam a criação de espaços direcionados à produção de alimentos que exploram novos processos e dinâmicas. Buscamos compreender as estratégias e configurações construídas a partir do poder presente nos espaços de produção e comercialização de alimentos dos assentamentos rurais analisados. Entendendo como as territorialidades dos alimentos acessam os atores, recursos e instituições presentes nos espaços de poder. Acreditamos que as formas e níveis de poder interagem com os espaços, arenas, redes de ação e participação formadas por atores sociais. Essas interações ocorrem a partir de processos ligados as dinâmicas alimentares e espaciais a partir das relações construídas

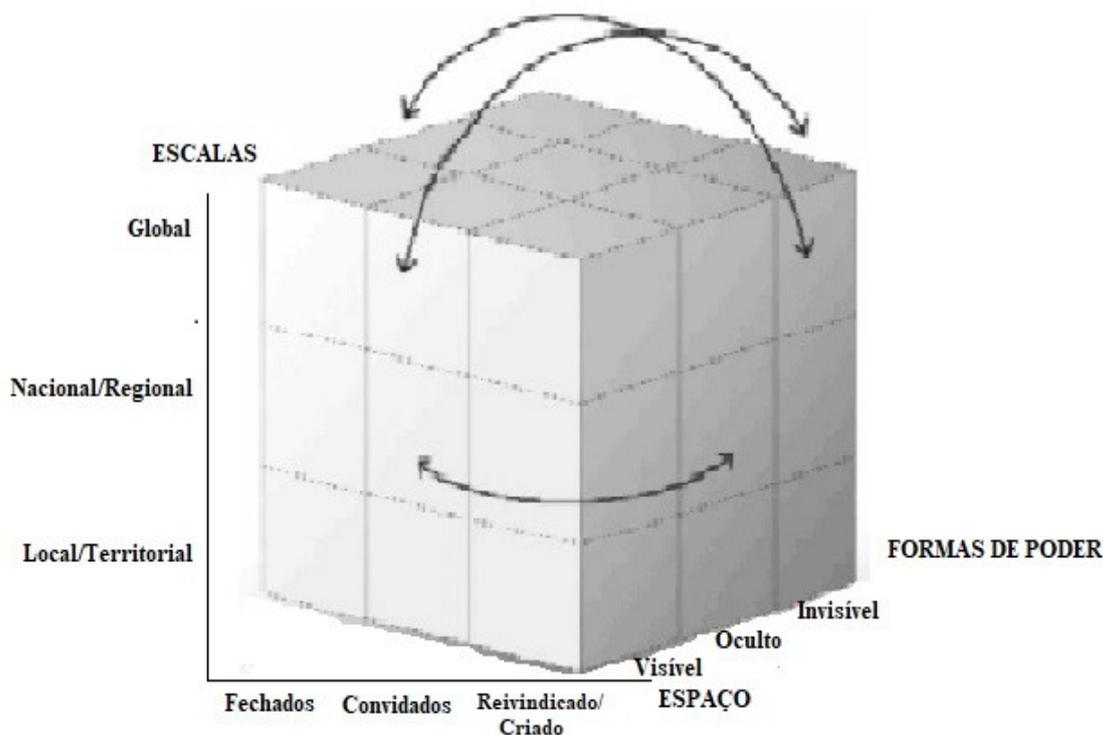
com os alimentos. O que nos leva, a refletir sobre as mudanças nos padrões de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos identificados.

A abordagem do cubo de poder representada graficamente na figura 10 a seguir (Cubo de Rubik), apresentando os caminhos analíticos possíveis para atender aos interesses almejados pela abordagem das NGA. Nesse caso, os espaços, lugares e as formas de poder estão atrelados às relações, processos e dinâmicas. Os lados do cubo representam as dimensões formadas pelos processos construídos nos espaços de poder. Essas dimensões estão conectadas a partir de níveis de poder e escalas geográficas, onde são materializadas esses processos e relações. Todos os espaços analisados existem relações de poder com aplicações que ocorrem a partir de ligações, processos e dinâmicas, que envolvem atores engajados na participação em instituições e movimentos sociais, almejando valores democráticos que se materializam nos territórios alimentares e espaços de poder (Gaventa, 2006).

O cubo de poder apresenta “três lados” que não representam em si conceitos, porém, contribuem para interação das três noções usuais para analisar o poder. Que na prática, são trabalhadas na abordagem como poder (visível, oculto e invisível) como destacado na figura 10 abaixo. Essas noções foram construídas a partir de debates sobre como o poder opera as dinâmicas e processos de tomada de decisão, além de buscar entender como se materializam nos espaços. Essa abordagem permite usar e aplicar as três formas de poder e espaços, em vez de se limitar a uma única posição dentro do debate teórico analítico (Gaventa, 2006).

Usualmente essa abordagem apresenta dois domínios (os níveis e os espaços) que representam as dinâmicas espaciais. Porém, estamos propondo uma adaptação, ao adicionarmos um terceiro domínio (as escalas) para utilização da abordagem junto a abordagem das NGA. Acreditamos ser de grande importância a inserção desse terceiro domínio, pela necessidade de estabelecer algumas relações com as estruturas, os espaços de poder e os processos de contramovimentos. Influenciando diretamente nas relações de poder e dinâmicas presentes nos sistemas alimentares, as quais, compõem representações que estão inseridas nos três lados do cubo de poder (níveis, espaços e escalas), como destacado no vórtice da figura 9, apresentada anteriormente. Explorando a capacidade de ir além, nas análises e no exercício de tomada de decisão, compreendendo como o poder é constituído dentro e entre os diversos atores, instituições e lugares (Gaventa, 2006).

**Figura 10 - O cubo de poder: as escalas, espaços e formas de poder**



Fonte: Adaptado de: Gaventa (2006).

Os argumentos construídos por Gaventa (2008) e outros sobre o entendimento do “poder” na abordagem do cubo de poder incluem não apenas o “poder sobre” ou “poder como” (controle e dominação), mas também o poder na forma de resistência, produtor de alternativas e inovação. Dessa forma, poder visível, oculto e invisível são mobilizados de maneira consciente ou inconsciente, podendo ser compreendidos como estratégias de resistência ou contramovimentos, desafiando e transformando as relações de poder, as instituições e os atores sociais.

Reconhecer a presença das formas e estruturas existentes nos contramovimentos presentes nos espaços de poder produtores de alimentos, torna possível os “três lados” serem compatíveis, tanto conceitualmente quanto nas aplicações para os estudos agroalimentares no Sul global. Isso possibilita construir combinações e aplicações possíveis com os domínios de transformação apresentados na figura 10 acima. Essas combinações e expressões do poder são utilizadas, como: “poder sobre”, “poder para”, “poder com” e “poder interior” (Gaventa, 1980; Rowlands, 1997; Veneklasen e Miller, 2002). As concepções de poder quando relacionadas, lançam luz sobre mudanças promovidas por dinâmicas de dominação e resistência que contribuem para expor quem tem mais ou menos capacidade de agir frente as formas de poder (Gaventa, 2006).

As formas de poder<sup>1</sup> (visível, oculto e invisível) representadas na figura 10 acima, são úteis porque nos alerta que o poder nem sempre é negativo e opressivo. Podendo ser positivo e até mesmo fonte necessária e incontestável na produção de novidades, inovação, criatividade, resistência e mudanças progressivas, ou seja, contramovimentos, como os exemplos apresentados nas figuras 11, 12, 13, 14, mais adiante. Esses processos podem ser acessados e mobilizados como parte das estratégias de mudança apresentadas nos espaços de poder. Os assentamentos rurais, conselhos, colegiados, câmaras temáticas, mercados agroalimentares, instâncias discursivas e deliberativas de programas, ações e políticas, são exemplos de espaços de poder identificados na pesquisa.

As formas de poder visíveis representam disputas por interesses que são visíveis nos lugares, territórios e espaços públicos ou não. Que são compostas por discursos e narrativas orientadas aos interesses individuais e coletivos de atores e agentes públicos inseridos nos processos de movimentos e contramovimentos presentes nos sistemas alimentares, espaços, instituições e órgãos formais de tomada de decisão. Em todos os casos e territórios os processos de movimentos e contramovimentos presentes nos sistemas alimentares, nos espaços, instituições e órgãos formais de tomada de decisão. Em todos os casos e territórios analisados constatamos presença de instituições e órgãos formais que representam movimentos e contramovimentos, ligados a produção e comercialização de alimentos (cana-de-açúcar, laranja, quiabo, macaxeira, acerola e outros) conforme as figuras abaixo.

Muitas vezes, esses espaços se referem aos órgãos políticos, empresas públicas ou privadas com legislaturas, órgãos de governo locais, assembleias locais, fóruns consultivos, associações e cooperativas. No entanto, podem igualmente aplicar-se às arenas decisórias dessas institucionalidades, até mesmo os movimentos sociais de ação coletiva e resistência (assentamentos rurais e unidades produtivas familiares dos colonos e agricultores familiares). O poder visível pressupõe que as arenas de tomada de decisão são campos de jogos neutros (Gaventa, 2006).

---

<sup>1</sup> Para Gaventa (2003, p. 4) faz referência as reflexões formuladas por Foucault sobre o **discurso e as narrativas** se tornarem ferramentas essenciais para o funcionamento do poder e a manifestação de suas formas. E como, o poder é entendido como veículo constituído de saberes e sujeitos que exercem papel fundamental nas relações de poder (controle e dominação). Uma vez que, também possibilita estabelecer processos de **resistência** na construção de contramovimentos. Assim, [...] *os discursos não são de uma vez por todas subservientes ao poder ou se levantam contra ele... devemos levar em conta o processo complexo e instável pelo qual um discurso pode ser tanto um instrumento quanto um efeito de poder. Mas também um obstáculo, um ponto de tropeço de resistência e um ponto de partida para uma estratégia oposta. O discurso transmite e produz poder; reforça-o, mas também o mina e expõe, fragiliza-o e permite frustrá-lo*” (Gaventa, 2003, p. 4, tradução própria). Os discursos estão presentes em toda sociedade e o poder está em toda parte, o mesmo, vale para a resistência encontrada em todos os pontos, nas contestações, nos **contramovimentos**, nas fugas ou tentativas, e na subversão e contestação das estratégias de poder.

Quanto ao poder oculto nos espaços de poder analisados, é praticado a partir de interesses investidos para manter o poder e os privilégios de alguns produtores e atravessadores. Isso cria barreiras à participação e exclui questões-chave dos espaços de poder e arenas públicas, controlando a política nos bastidores. Essa prática pode ocorrer não apenas dentro de processos políticos, mas também em contextos organizacionais e produtivos, sendo a principal causa para o fechamento das cooperativas e a desmobilização do cooperativismo.

Esses processos são conduzidos por diferentes grupos nos locais de trabalho, de produção, beneficiamento e comercialização existentes nos espaços dos sistemas alimentares. Através das formas ocultas de poder, as escolhas são controladas e limitadas, com baixas ocorrências na produção de alternativas e inovações. As populações mais vulneráveis são menos poderosas, e suas preocupações e necessidades são excluídas e renunciadas. As regras do jogo são manipuladas e tendenciosas, operando contra certos atores e questões.

Segundo Gaventa (1980) embora possa ser menos visível, o poder oculto ainda pressupõe que as pessoas estão cientes e são capazes de articular reações. Esses podem ser investigados olhando para fora das arenas formais e públicas da tomada de decisão, procurando as vozes de descontentamento que são excluídas da vista dos atores que constroem contramovimentos de resistências, frente aos processos segregadores e excludentes presentes nos sistemas alimentares.

No entanto, o poder invisível vai um passo além na discussão abordada no poder oculto. Envolve artifícios pelos quais a consciência dos próprios direitos e interesses são ocultados através da adoção de ideologias, valores e formas de relações e comportamentos dominantes. Na sua maioria, são impostos aos atores mais vulneráveis e impotentes a partir das narrativas e discursos. Não raro, esse processo também é referido como a internalização da impotência, afetando a consciência, as questões e conflitos presentes nos espaços, até mesmo pelos que são diretamente afetados pelo poder (Gaventa, 1980).

No poder invisível, os atores não estão cientes de seus direitos e capacidade de falar, de agir e ser ouvidos, possibilitando o surgimento de diferentes formas de controle e dominação sobre esses atores. Essas condições são entendidas como “naturais” e imutáveis, portanto, inquestionáveis pelos atores dominados e nutridas pelos atores dominantes. Os agricultores familiares pobres, por exemplo, aceitam muitas vezes sua realidade como ‘*status quo*’ ou fruto de uma realidade social naturalizada no imaginário social, ou até além, fruto de determinismos ambientais e geográficos. No entanto, sua realidade está representada por enormes desigualdades nas diferentes dimensões presentes no seu espaço social. Onde são internalizadas

explicações dominantes da pobreza e miséria que lhes dizem que a pobreza é “culpa sua” e não um problema sistêmico (Gaventa, 1980).

Embora os três conceitos sejam apresentados separadamente no cubo de poder (figura, 10 acima), na prática eles estão conectados e inter-relacionados. E podem ser representados por relações e movimentos criados por atores hegemônicos nas arenas e espaços de poder dos sistemas alimentares. Esses podem moldar barreiras que impedem os atores (agricultores familiares e consumidores) de se envolverem nos poderes (oculto e invisível).

Os estudos de Caio Pompeia (2021) sobre a “formação política do agronegócio” representam excelentes exemplos de como as arenas políticas são pensadas, formuladas e consolidadas como movimentos que contribuem para a construção de espaços de poder. Eles atendem a interesses e estabelecem o controle sobre a política e os recursos dos espaços, como dinheiro, terra, água, sementes, trabalho, infraestrutura, entre outros.

Apesar disso, o poder (oculto e invisível) é cumulativo e inter-relacionado com os espaços de poder e os interesses dos atores hegemônicos dos sistemas alimentares. Nesse sentido, as estratégias de mudança devem se inter-relacionar para fortalecer umas às outras, construindo a formação de contramovimentos com capacidades de se estruturar e se manifestar como espaços em múltiplas escalas de poder.

Em linhas gerais, os espaços representados no cubo de poder exercem influência determinante sobre como as relações são construídas e estabelecidas entre os atores, recursos e instituições. Isso leva em consideração dinâmicas e processos presentes nas cadeias agroalimentares, bem como nas alternativas presentes nos espaços de poder. Assim, os "espaços fechados" caracterizam-se pela falta de transparência nas tomadas de decisão, na prestação de contas e na participação popular. Muitas vezes, comprometem a formação de contramovimentos ou extinguem os que estão em curso, promovendo a permanência ou o surgimento de desigualdades ocultas, resultantes dos movimentos construídos por atores hegemônicos dos sistemas alimentares. É nesse cenário que os movimentos do agronegócio agem e são fortalecidos por decisões tomadas por burocratas e representantes das elites políticas, agrárias e econômicas, a portas fechadas.

Outro espaço conectado pela abordagem do cubo de poder tem relação direta com os “espaços convidados”, existentes nos espaços de poder presentes nos sistemas alimentares. Ou seja, são aqueles em que os produtores, consumidores e formuladores de políticas se reúnem para consultar, dialogar e comercializar alimentos com seus pares e a sociedade. Embora esses diálogos possam ocorrer em muitos outros espaços, os espaços convidados dependem da “participação convidada”. Exploram questões sociais, políticas e democráticas, no nosso caso,

questões associadas aos processos e dinâmicas alimentares. Esses espaços tornam-se “fechados e visíveis” por representarem um novo ponto de entrada para as ações que combatem a desigualdade e os movimentos do agronegócio nos sistemas alimentares, como, por exemplos, as feiras, eventos gastronômicos e outras ações que promovam o acesso e contato de consumidores com os produtores e os alimentos proporcionando novas experiências (Gaventa, 2003).

Os espaços criados/reivindicados estão inseridos na estrutura do cubo de poder, sugerindo prerrogativas, ações e iniciativas de contramovimentos aos modos de produção de alimentos e aos tipos de agriculturas, bem como às relações e processos empregados nas dinâmicas alimentares. Além disso, englobam os atores que estão engajados nos diferentes espaços de poder institucionalizados e reivindicados existentes nos sistemas alimentares alternativos. Isso ocorre nos próprios espaços “reivindicados”, seja em atos de resistência em pequena escala ou em protestos envolvendo movimentos sociais de maior envergadura (Gaventa, 2003).

## 5.2 ESPAÇOS DE PODER E OS ALIMENTOS NAS NOVAS GEOGRAFIAS ALIMENTARES

Problematizar as disparidades do poder presentes nos sistemas alimentares e materializadas nos respectivos espaços, territórios e lugares, representa focar nos estudos que tendem analisar as alternativas alimentares, construídas em diferentes escalas em oposição aos sistemas alimentares convencionais, focados na produção em larga escala e nos alimentos industrializados. As pesquisas sobre sistemas alimentares alternativos consideram as capacidades existentes nas alternativas e nos espaços, as quais, corrigem as relações e disparidades de poder presentes nos espaços. Outra possibilidade está na devolução do controle democrático dos alimentos e processos de produção, incluindo os espaços de poder aos atores marginalizados a partir de políticas alimentares e de inclusão socioprodutiva, que promovam a (re)construção das relações de proximidade, reciprocidade e confiança, consolidando a formação de redes solidárias de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos em diferentes escalas, entre o rural e urbano, e entre os diferentes atores a partir de “mais e melhores mercados agroalimentares”.

Para ampliar esses debates, estudiosos críticos como DuPuis (2006), Hinrichs (2003), Lyson (2004), Sonnino e Marsden (2006), dedicaram-se a entender até que ponto os sistemas alimentares alternativos realmente promovem mudanças transformadoras para os atores,

espaços e territórios. Os estudos exploram como esses sistemas podem reproduzir “formas de poder invisíveis e ocultas” nos espaços, promovendo o surgimento de “espaços fechados e espaços criados” a partir de sistemas que exploram fragilidades associadas a questões naturais, econômicas, sociais e produtivas, sem a presença de responsabilidade social, ética e política (Anderson *et al.* 2019).

Reforçarmos os argumentos apresentados sobre a produção de alimentos e a construção de alternativas que podem (re)produzir espaços fechados e criados/reivindicados. Em alguns casos, até *movimentos* geradores de poder invisível e oculto que por muitas vezes estão mascarados por processos ligados aos “*localismos elitistas e localismos defensivos*”, representados por selos de qualidade, conformidade produtiva (indicação geográfica e de origem, orgânicos, entre outros). Esses processos promovem o isolamento geográfico das propriedades, vulnerabilizando os atores envolvidos de forma social e econômica (explorados e dominados).

A problemática pode ir além nesses espaços fechados e criados repletos de conformidades, práticas e regras associadas aos alimentos e nichos de mercado que se integram às cadeias agroalimentares. Exemplos recentes<sup>2</sup> dão conta de três casos envolvendo homens e adolescentes trabalhando em situação análoga à escravidão em propriedades produtoras de uvas e fazendas produtoras de arroz, ambas no Rio Grande do Sul. E por fim, fazendas produtoras de cana-de-açúcar localizadas em Goiás e Minas Gerais, os casos ocorreram em 2023. O primeiro, envolve a indústria vinícola a partir de três grandes vinícolas da região da Serra Gaúcha no Rio Grande do Sul. Esse primeiro exemplo, torna-se emblemático para discussões sobre o “abstrato simples” e o “concreto complexo”. Não somente por se tratar de uma região turística e tradicional na produção desses alimentos, mas também pela constatação da presença de relações, discursos e narrativas elitistas associadas à xenofobia, críticas aos programas sociais, preconceito racial, posicionamento empresarial dúbio, além da reprodução de discursos de políticos locais defendendo as práticas nefastas citadas.

---

<sup>2</sup> As informações foram extraídas de textos jornalísticos divulgados em diferentes portais de notícias. O primeiro texto intitulado: “**Trabalho escravo em vinícolas do Rio Grande do Sul, xenofobia e preconceito: entenda o caso e os desdobramentos**” Produzido por: **Rodrigo Borges Delfim**. Portal MigraMundo -Acesso em: <https://migramundo.com/>. 18 de março, 2023. Texto intitulado: “**Chega a 82 número de resgatados em trabalho escravo na colheita de arroz no Rio Grande do Sul**”. Acesso em: Rio Grande do Sul: flagrante de trabalho escravo na colheita de arroz ([redebrasilatual.com.br](http://redebrasilatual.com.br)). 20 de março, 2023. Texto intitulado: “Cana-de-açúcar lidera atividade com mais resgates por trabalho escravo em 2022”. A cana-de-açúcar lidera atividade com mais resgates por trabalho escravo em 2022 ([uol.com.br](http://uol.com.br)), 20 de março, 2023.

O texto produzido por Mariane Martins para revista *Diplomatique Brasil* em 2022, intitulado: “*A história que o agro não conta: violência, fome e devastação*”<sup>3</sup>, faz um compilado analisando cinco importantes relatórios produzidos no Brasil durante a pandemia. Esses relatórios expõem as fraturas presentes no campo brasileiro fruto do modelo produtivista adotado pelo agronegócio brasileiro, formulando uma crítica estruturada para contrapor a falácia que se esconde por trás dos discursos e narrativas construídas pelos atores hegemônicos do agronegócio a partir do jargão: “agro é Tech, agro é Pop, agro é Tudo” (Martins, 2022).

Evidenciamos o surgimento dos espaços de poder ligados à construção de sobreposições em torno do enfrentamento aos atores que constroem contramovimentos para lidar com as relações de poder que atuam simultaneamente nos espaços de poder, controle e dominação produzidos pelo agronegócio. A expansão das fronteiras agrícolas sobre as terras públicas, áreas protegidas e territórios tradicionais portadores de recursos naturais (in)esgotáveis. É necessário fazer referência ao poder e às dinâmicas de (re)produção das relações sociais orientadas pelas elites dos sistemas alimentares, promotoras de disputas e conflitos no campo. São reflexos dessas disputas e processos: crimes ambientais, diferentes formas de violência contra povos originários e populações tradicionais, aumento das denúncias de trabalho escravo, retorno da fome e da miséria, o desperdício de alimentos em decorrência da padronização dos alimentos, entre outros.

Com os avassaladores níveis de concentração de terra presentes na formação do território brasileiro a partir do modelo colonialista das sesmarias, surgem profundas desigualdades e transformações nas relações, dinâmicas e espaços. Essas transformações estimularam o surgimento de mudanças em diferentes escalas. Os casos mais emblemáticos desses processos são a financeirização e mecanização da agricultura, estabelecida a partir de conexões construídas pela produção de alimentos e os espaços de poder com redes distantes e globais de tomadores de decisão dos sistemas alimentares (Shattuck *et al.* 2023).

As corporações foram transformadas em conglomerados globais que controlam toda cadeia agroalimentar. Esse processo é fruto do aumento vertiginoso dos investimentos estrangeiros na agricultura (estrangeirização das terras). Além disso, existe a concentração de poder econômico e político nas mãos de poucos atores (empresários, políticos, fundos de investimento e fundos imobiliários), promovendo uma reorganização espacial do poder, controlando o acesso e a exclusão à terra, impactando diretamente na produção de alimentos, nas interações entre Estado, instituições e atores. Esses atores desempenham papel ativo e

---

<sup>3</sup> *Diplomatique Brasil* em 2022, intitulado: *A história que o agro não conta: violência, fome e devastação*.

decisivo na elaboração das condições necessárias para atrair entusiastas e investidores para esses setores e o sistema alimentar convencional (Shattuck *et al.* 2023).

Para designar o segmento do agronegócio que surge com as economias capitalistas modernas, caracterizadas pela divisão social do trabalho entre “agricultura e indústria”, entre “campo e cidade”. Com as lavouras surgem os interesses econômicos, as atividades e instituições especializadas. Outras condições, estão atreladas ao período do pós-colheita quando os alimentos saem da propriedade e passa a integrar as cadeias agroalimentares (comercialização, processamento, distribuição e o consumo). É necessário refletir como esses processos e atividades afetam a renda, rotina e os meios de vida dos agricultores familiares e da parcela mais vulnerável a partir do que acreditamos caracterizar uma “questão alimentar”.

Compreender como surgem os contramovimentos a partir das territorialidades dos alimentos, demanda buscar o entendimento da *autonomia* enquanto conceito relacional. Nesse sentido, a autonomia fruto da construção social de relações e processos produzidos por atores, instituições, comunidades e movimentos sociais inseridos nos espaços de poder existentes nos sistemas alimentares. Ploeg e Schneider (2022, p. 3, 4), reforçam esses argumentos sobre como a autonomia é construída a partir de práticas e lutas sociais. Essa autonomia é entendida como uma construção social e política, à medida que a agência dos atores constrói capacidades para intervir, agir ou mesmo ficar ausente dos processos presentes nos espaços de poder. Espaços que são materializados por processos práticos e ontológicos, onde os indivíduos exercem a capacidade de ser e fazer.

Refletimos sobre as questões idealizadas por Ploeg e Schneider (2022, p. 3), ao indicarem que a autonomia representa [...] *um conjunto de práticas que resultam na produção e reprodução de recursos (incluindo redes) por meio dos quais ela se sustenta, permitindo assim a busca de trajetórias que de outra forma seriam impossíveis*. No momento em que são apresentados caminhos possíveis para criação de um conjunto de atividades voltadas para o objetivo da construção de *recursos*, as diferentes combinações desses recursos representam estruturas que contribuem para um distanciamento do capital. Por fim, mas não menos importante, permite aflorar a agência dos atores, ou seja, propicia desenvolver capacidades para definir cursos de ação com relativa autonomia reforçando a importância da construção dos espaços de poder e de redes de atores.

A utilização da autonomia na abordagem das NGA segue indicativos já apresentados, como destacado por Ploeg e Schneider (2022, p. 3). Considerando o universo das lutas sociais enfrentado pelos agricultores familiares sem-terra ou com pouca terra e outras populações em situação de vulnerabilidade ao tratarem o processo de fortalecimento das relações e dinâmicas

para assentir (construir, defender e controlar) os espaços, recursos e as instituições fruto de ações e práticas autônomas de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos. Em suma, o ter, defender e construir sobre os recursos, os espaços e as instituições, representam lutas sociais e políticas. As “*relações*” produzem os enfrentamentos necessários ao poder, exercido pelas elites dos sistemas alimentares nos espaços de poder para construir capacidades que possibilitem traçar trajetórias de desenvolvimento rural de acordo com valores sustentáveis e éticos, suprimindo interesses coletivos dos atores, em suma, é produzir contramovimentos na nossa concepção.

Os quadros a seguir foram construídos a partir dos dados e informações coletadas durante as pesquisas de campo. Eles representam como estamos enxergando os espaços e as formas e relações de poder enraizadas nas diferentes territorialidades construídas a partir dos alimentos, das dinâmicas alimentares produzidas nos assentamentos rurais analisados. Esses espaços representam como estamos entendendo o funcionamento e operacionalização da abordagem das NGA para analisar os territórios alimentares. Essas representações gráficas buscam de certa forma sistematizar as informações e percepções extraídas nos trabalhos de campo. Em se tratando da construção dos espaços de poder, o processo de reterritorialização dos alimentos confirma nossa principal hipótese, que é demonstrar que os assentamentos rurais são importantes espaços produtores de alimentos para subsistência de suas populações e para comercialização. Assim, a abordagem do cubo de poder utilizada e adaptada na nossa proposta, apresenta uma variedade de relações e dinâmicas a partir de posições políticas, sociais e produtivas.

No assentamento Colônia Pindorama identificamos que a construção dos espaços de poder, ocorre também com a participação direta de empresas públicas (Embrapa, Empresas do sistema ‘S’ e a Emater). Essas parcerias estimulam e promovem a construção de novos territórios alimentares a partir da territorialização de alimentos, promovendo a diversificação produtiva. Como exemplo, nesse espaço de poder foram criados quatro lotes experimentais utilizados pela Embrapa, com a finalidade de territorializar a cultura do tomate no território.

Essas iniciativas concretizam abertura de novos mercados, a partir da criação de novos produtos derivados de alimentos produzidos nesse território. A presença dos *atores simbióticos* é determinante para territorialização de novas culturas alimentares em todo território. Uma vez que, possibilita aos agricultores familiares deixarem de cultivar determinadas culturas alimentares, a exemplo da goiaba, que impõem dificuldades no manejo pela necessidade do uso intensivo de agroquímicos, ou por motivos associados a oscilação nos preços, que é o caso do

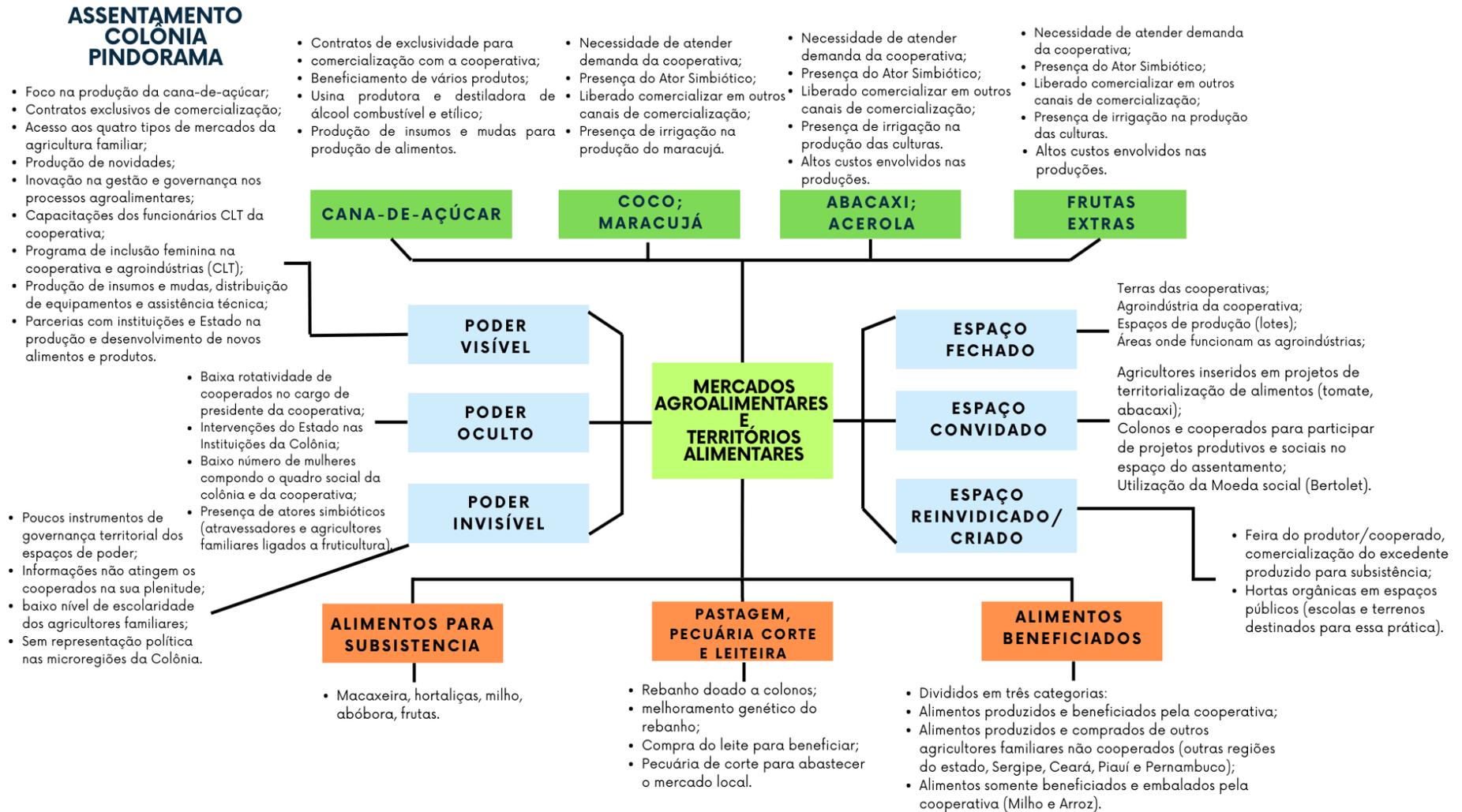
abacaxi. Nesse processo, os *atores simbióticos*<sup>4</sup> contribuem diretamente para desterritorialização desses alimentos em todo território, uma vez que atuam diretamente como intermediários no processo de comercialização de alimentos com a cooperativa Pindorama, é o caso dos alimentos indicados na figura 11 abaixo. Esses atores tornam-se canais de comercialização importantíssimos para os produtores desses alimentos. O alcance de suas ações está intimamente atrelado à demanda da cooperativa, chegando a intermediar compras de alimentos em vários estados da região Nordeste. Contribuindo diretamente para reterritorialização de alimentos em vários locais do território. Quando firmam parcerias, garantem a compra da produção e o acesso ao canal de comercialização restrito a sócios colonos do assentamento, no caso, a cooperativa Pindorama. Essas são apenas algumas das relações de poder identificadas nos espaços de poder e citadas na figura 11 abaixo. Nesse caso, os agricultores familiares e demais atores presentes nos espaços de poder dedicam suas vidas à construção de relações e instituições envolvidas em processos de *contramovimentos*. Tornando-se agentes de mudanças efetivas nos espaços de poder, transformando desertos alimentares em territórios alimentares diversificados.

Há a presença dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil (cooperativas e associações) e das empresas públicas (Codevasf, Incra, Cohidro, Emater). Em vários aspectos, a presença dessas institucionalidades não significa necessariamente a existência da construção de espaço de manobra ou espaços de contestação, ou seja, espaços de poder voltados para a criação e estímulo de contramovimentos. O principal exemplo dessa perspectiva está apresentado nas informações sobre o assentamento Colônia 13.

---

<sup>4</sup> Os “Atores simbióticos” são filhos de colonos do assentamento Colônia Pindorama que atuam como atravessadores/intermediários para os agricultores familiares e intermediadores para cooperativa. São responsáveis por realizar o processo de compra e transporte de alimentos, como: maracujá, coco, acerola, caju, abacaxi, goiaba e outros, de agricultores familiares que não residem no assentamento e não são sócios da cooperativa Pindorama. Visando atender as demandas desses alimentos para as agroindústrias da Cooperativa Pindorama.

Figura 11 - Alimentos, espaços de poder e território alimentar no Território dos Tabuleiros Sul alagoano



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como é possível constatar a partir das informações apresentadas na Figura 11, identificamos as relações que estão atreladas às dinâmicas alimentares e espaciais neste espaço de poder. Tendo na formação do **poder visível** o fio condutor para o fortalecimento dessas dinâmicas e relações de poder. Onde é possível determinar como essas relações são construídas e estão associadas ao sucesso do processo de cooperativismo desenvolvido nesse espaço. Além disso, há diversificação e heterogeneidade presentes nos processos de produção e beneficiamento dos alimentos. Nesse sentido, os canais de comercialização acessados pela cooperativa Pindorama estão ligados aos mercados convencionais numa escala para além da região Nordeste, atuando em alguns estados da região Norte do Brasil.

Porém, outras relações e dinâmicas estão presentes nas formas de **poder oculto** e **poder invisível**. Demonstrando que algumas tendências e preceitos seguem processos que foram originados na fundação do assentamento, que pouco podemos aprofundar nesse momento e no presente estudo. Justificamos esses argumentos por não estarmos focados na análise em particular desses processos e relações. Outra questão está atrelada à necessidade de utilização de outras ferramentas e técnicas de pesquisa existentes na abordagem para obtenção dessas informações.

A presença do controle e domínio sobre as instituições, recursos e atores, demonstrou-se estar atrelada aos conflitos e relações históricas. O acesso às informações e os dados produzidos são pouco publicizadas nos espaços de poder. Esse fator demonstrou ser realizado a partir de poucos mecanismos de governança, um desafio a mais, para as análises dessas formas e espaços de poder. No entanto, essa tendência é compreensível, pois o território dos Tabuleiros Sul de Alagoas é dominado e controlado, desde sua formação pelas oligarquias e elites agrárias. Nessa perspectiva, a formação de assentamentos rurais não é tarefa simples, nem tão pouco interessante para o Estado, como foi descrito na figura 07, apresentada no capítulo anterior, onde está identificada a localização dos assentamentos de reforma agrária nos estados de Sergipe e Alagoas. De certo, foram várias as tentativas de subjugar e destruir esse processo de *contramovimento* e a formação desses espaços de poder ao longo de seu processo histórico de formação.

A criação dos **espaços (fechado, convidado, reivindicado/criado)** fazem referência direta aos processos e questões inseridas dentro da discussão das NGA. Integrando o acesso e transformação dos espaços e lugares em áreas produtivas e de beneficiamento dos alimentos. Os processos de comercialização (compra e venda) de alimentos *in natura* e beneficiados, estão atrelados as instituições, normas e regras vigentes nesse espaço. Outra questão, faz referência aos espaços de poder que integram os projetos associados ao processo de territorialização de

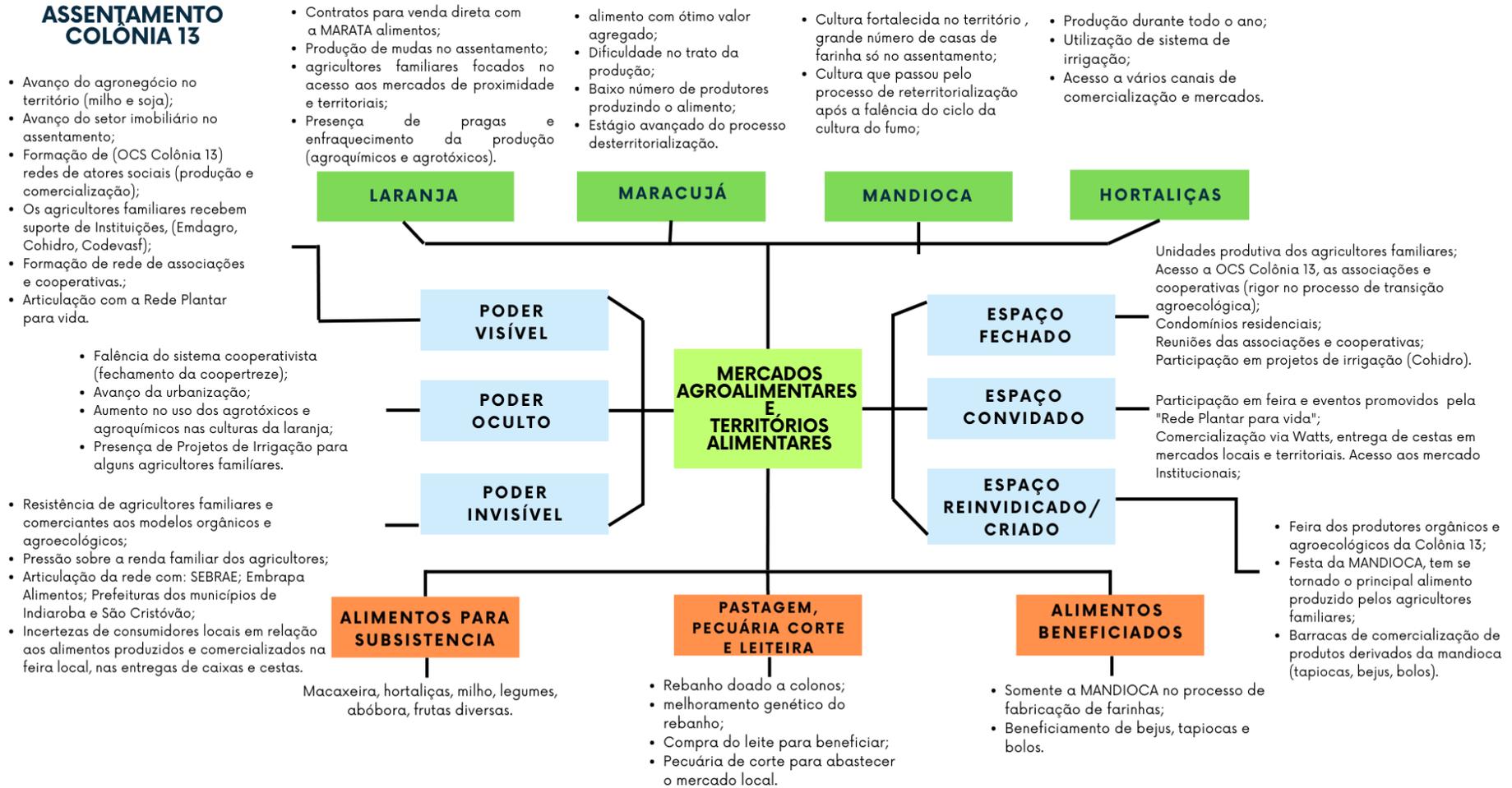
alimentos a partir das parcerias com empresas públicas. Vale destacar que, todas as relações de poder identificadas e expostas estão diretamente atreladas à criação, manutenção e expansão dos territórios alimentares e mercados agroalimentares. A criação de espaços ligados à produção de hortas orgânicas, feiras de produtores orgânicos e colonos são iniciativas que integram os contramovimentos nesse espaço de poder.

As diferentes dinâmicas e relações de poder identificadas, desde a formação desse espaço de poder, partem da territorialização de culturas agrícolas (fumo) e alimentares (laranja, maracujá, mandioca e hortaliças). No caso da cultura do fumo, foi uma cultura que exerceu forte influência no território a partir da presença da Coopertreze. Porém, após a falência e fechamento da cooperativa, a cultura do fumo entrou em declínio e foi desterritorializada, dando lugar às quatro culturas alimentares identificadas na figura 10 acima. Porém, a falta de um sistema cooperativista com relações transparentes e uma gestão eficaz para unir e organizar os produtores, provocou o enfraquecimento dessas culturas e do assentamento rural. Fortalecendo *movimentos* que são impulsionados pela ausência de aliados sérios, inseridos dentro dos processos de produção, beneficiamento e comercialização desses alimentos. Como destacado nas informações referente a formação do poder visível, oculto e invisível na figura 11 a seguir.

Primeiro, os processos de *contramovimentos* têm sido conduzidos por atores (agricultores familiares e pequenos comerciantes de beira de estrada) que lutam dentro e fora desse espaço de poder, no caso, do assentamento Colônia 13. Uma vez que, esses atores estão organizados e articulados a partir das relações de poder e dinâmicas inseridas no espaço fechado, convidado, reivindicado/criado. Outro ponto a ser levado em consideração é que, empiricamente, constatamos que muitos dos movimentos sociais e organizações incluídas nos processos de formação do assentamento rural e na constituição das territorialidades dos alimentos. Esses movimentos sociais não recebem apoio e estão desconectados dos atores que protagonizaram os processos e as dinâmicas alimentares presentes nos sistemas alimentares.

Atualmente os processos de *contramovimentos* são formados por “atores defensores” são (agricultores familiares, intermediários e atravessadores, agricultores familiares integrados a redes sociais) de dentro e fora dos espaços de poder, existentes nos sistemas agroalimentares. Esses atores defensores representam grupos de produtores, comerciantes e consumidores organizados a partir do compartilhamento de redes de comercialização e associações formadas por seguidores e entusiastas da agroecologia e produção orgânica. Trata-se de uma forma de contribuir para compreensão das dinâmicas, relações e ligações estabelecidas nas rotinas cotidianas presentes nos processos de produção, beneficiamento e comercialização dos alimentos e nas ações e relações dos atores.

**Figura 12 - Alimentos, espaços de poder e território alimentar no Território Centro-sul sergipano**



Fonte: Elaborado pelo autor.

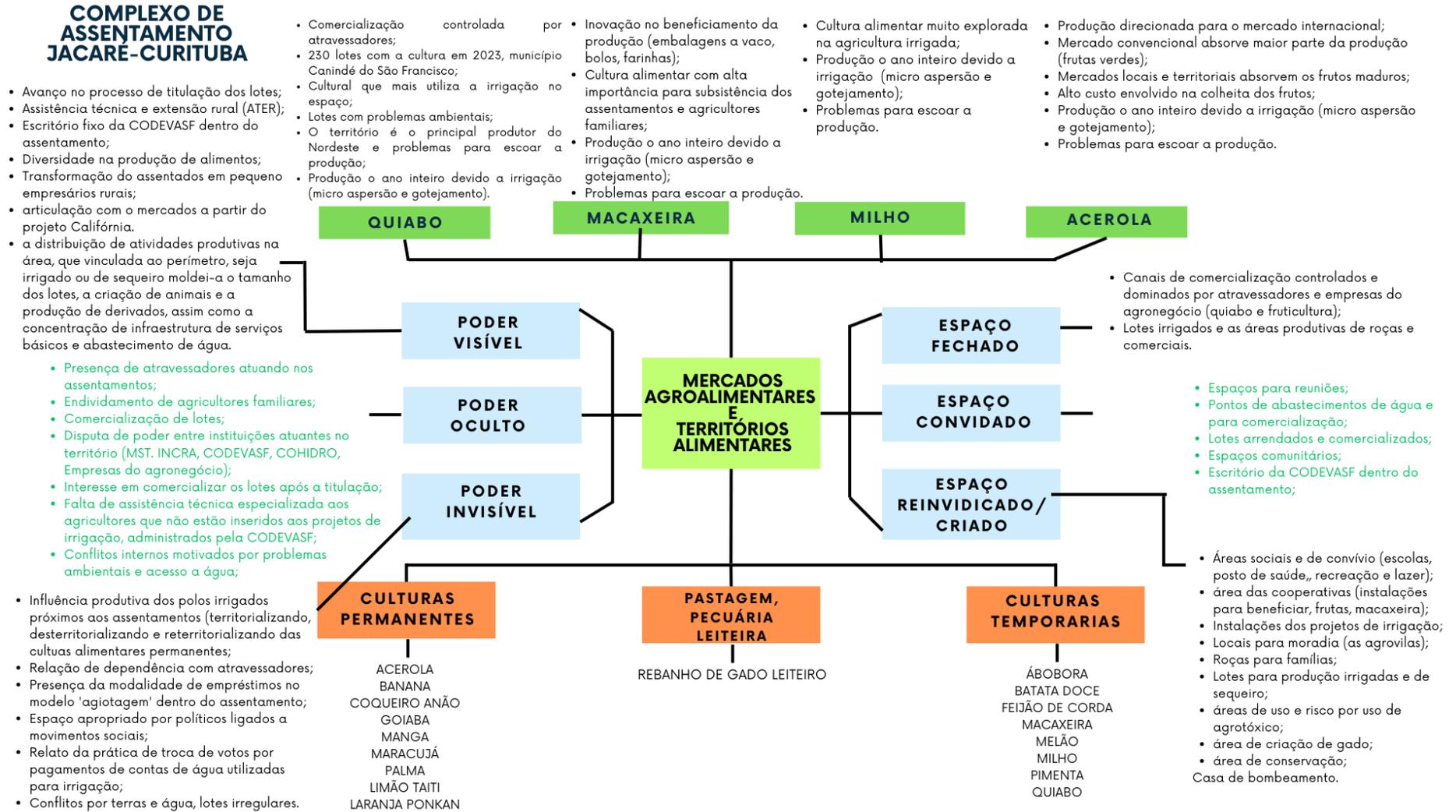
Dos três assentamentos rurais analisados o que mais sofreu e tem sofrido alterações nas relações e dinâmicas alimentares e espaciais é o assentamento Colônia 13, conforme descrito na figura 12 acima. Porém, existem algumas semelhanças entre as localidades do assentamento Colônia 13 no território Centro-Sul sergipano e o assentamento Colônia Pindorama no território do Tabuleiros Sul alagoano. Ambos, apresentam o aumento considerável da população local, intensos processos de urbanização, aumento da população, além de um crescimento exponencial do comércio local e da oferta de bens e serviços.

A forma de poder presente nesse espaço que mais nos surpreendeu, pela sua velocidade e transformação imposta ao espaço, é o **poder visível**, conforme descrição na figura 12 acima. Esse processo está ligado à formação de movimentos, internos ao assentamento Colônia 13. O setor imobiliário é o que impõe uma maior transformação a partir da construção de condomínios residenciais, e a transformação das unidades produtivas em pequenas propriedades “sítios e/ou chácaras” destinadas ao lazer e ocupação de finais de semana. Esse fator tem potencializado o processo de desterritorialização dos alimentos (laranja, maracujá e os tubérculos) presentes nesse espaço de poder. Para a formação dos contramovimentos, é factível a vontade e militância atribuída aos atores e redes envolvidas nos processos de produção e comercialização dos orgânicos e agroecológicos.

Quanto a formação dos movimentos estimulados pelo **poder oculto** e **poder invisível**, se provaram ser movimentos desarticuladores que resultaram na falência da Coopertreze e o fracasso do cooperativismo nesse espaço de poder. Apresentando resistência aos processos de transição agroecológica nesse espaço, seja para produção ou comercialização dos alimentos. Os contramovimentos são estimulados a partir da presença de projetos de irrigação subsidiados pela Cohidro para os agricultores familiares. As incertezas compartilhadas de produtores e comerciantes servem para estimular a geração de contramovimentos que se articulam com diferentes empresas públicas para estimular a produção de inovação e novidades.

Nesse espaço de poder os mercados agroalimentares se provaram os maiores mecanismos de produção de contramovimentos. Uma vez que, a (re)territorialização de alimentos orgânicos como a laranja, maracujá, acerola, legumes e hortaliças, mostraram grande potencial na formação de novos canais de comercialização, no acesso a novos mercados e no aumento da escala de ações desenvolvidas. A formação e acesso a redes de comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos tem provado exercer alta importância na formação de redes de consumidores. Com isso, nasce um embrião importantíssimo, o cooperativismo e associativismo idealizado e executado com diversidade, resiliência, heterogeneidade e governança.

**Figura 13 - Alimentos, espaços de poder e território alimentar no Território do Alto Sertão sergipano em Sergipe**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os alimentos e as relações de poder presentes no complexo de assentamentos Jacaré-Curitiba, descrito na figura 13 acima, confirma tendências presentes no *hibridismo* discutidas anteriormente. A presença de diferentes formas de poder, de diversidade na produção dos alimentos cultivados, além da presença de várias instituições atuando no território. Essas instituições atuam diretamente nos espaços de poder, determinando o sucesso ou fracasso dos processos e relações construídas em torno das dinâmicas alimentares e espaciais. O fato desse espaço de poder ter sido pensado e idealizado para atender interesses empresariais, nos moldes dos perímetros e polos irrigados destinados a produção empresarial de alimentos, agrega grandes desafios para o complexo de assentamentos rurais Jacaré-Curitiba. Uma vez que, existem grandes quantidades de lotes que não são irrigados e utilizam práticas de sequeiro para produzir alimentos.

Esse fator é o principal motivo de disputas e geração de **formas de poder** internas nos assentamentos. Tendo nas atividades desenvolvidas pela agricultura irrigada os melhores resultados produtivos. O ponto negativo, tem sido uso irracional da água na irrigação das lavouras, provocando problemas ambientais e a salinização dos solos dos lotes irrigados. O controle político exercido por lideranças e políticos associados ao movimento social alimenta a inadimplência dos assentados beneficiados pelos projetos de irrigação, a partir do não pagamento das taxas de uso da água e manutenção dos equipamentos. Ao fim, essa prática desestabiliza as relações entre os agricultores familiares e os gestores das empresas. Essa são apenas algumas das relações existentes na forma de **poder visível**, descritas na figura 13 acima.

Entre outras questões identificadas que contribuem diretamente na criação das diferentes formas e espaços de poder, ressaltamos a grande influência exercida pelas instituições que atuam diretamente no complexo de assentamento que, de certa forma, influenciam e determinam quais alimentos serão cultivados, por quem e onde devem ser cultivados e, de certa forma, onde e para quem serão comercializados, influenciando diretamente no andamento das dinâmicas alimentares e espaciais.

Outro fator determinante nesse espaço de poder e, de certo modo, nos outros dois casos analisados, são os atores e as instituições, representadas pelas relações e processos produtores de novidades e inovações, voltadas ao fortalecimento das dinâmicas alimentares e espaciais. O enfraquecimento do cooperativismo nesses espaços de poder tem aflorado o **poder invisível e o poder oculto**, justificando a importância dos processos que organizam e orientam questões produtivas e de comercialização descritas na figura 13 acima.

O acesso à canais de comercialização e aos mercados agroalimentares tem se apresentado em todos os casos analisados como **espaços fechados**, ou seja, os alimentos têm

influenciado a construção de relações de poder que determinam quais mercados agroalimentares tornam-se **espaços fechados, espaços convidados e espaços reivindicados/criados**. Essas relações têm exercido o controle sobre os canais de comercialização feito por atravessadores. A fruticultura, por exemplo, sofre com problemas ligados à falta de mão-de-obra para colheita. Esse processo também exerce influência no destino de alguns alimentos, ou seja, o tempo no processo de colheita determina qual mercado esse alimento irá abastecer. A acerola é o exemplo dessa relação, uma vez que a fruta para exportação segue exigências e padrões de maturação, “quase verde”. Essas são apenas algumas das relações que compõem as formas de poder que contribuem para a formação dos diferentes espaços de poder, outras relações estão representadas na figura 13 acima.

Para reforçar a utilização dessa análise do “Cubo de poder” como ferramenta analítica para os estudos sobre as formas de poder e os espaços de poder, optamos por adaptar a “Matriz de poder” para utilização nos estudos agroalimentares na abordagem das ‘Novas Geografias Alimentares’, como destacado na figura 14 a seguir. Nessa adaptação, apresentamos os mecanismos pelos quais as dimensões do poder operam para excluir alguns atores e privilegiar outros do acesso aos espaços de poder. Outra questão faz referência aos exemplos onde o poder está presente de forma tendenciosa. Por fim, buscamos apresentar as respostas e estratégias associadas ao Poder com Poder interior, Poder para. A “Matriz de poder” foi criada pelos estudiosos John Gaventa; Lisa Veneklasen; Valerie Miller, no início dos anos 1980<sup>1</sup>.

A “Matriz de poder” apresenta diretrizes e adaptações para ajudar a compreender as dinâmicas alimentares e espaciais, identificando como os agricultores familiares e seus aliados estão construindo relações de poder promotoras de *movimentos e contramovimentos*. As dinâmicas e processos agroalimentares presentes nos territórios e espaços de poder contribuem para:

- a) nomear as dinâmicas presentes nos territórios e espaços de poder, identificando as relações de poder que excluem os atores nas dinâmicas alimentares e espaciais;
- b) identificar e desenvolver múltiplas combinações e estratégias, necessárias para superar as formas de poder, dominação e controle, frutos de relações e dinâmicas presentes nos movimentos hegemônicos presentes nos sistemas alimentares.

---

<sup>1</sup> A Matriz de poder foi publicada no site: *The power in the powercube | Understanding power for social change | powercube.net* | IDS at Sussex University. Acesso em: 10 de setembro, 2023.

**Figura 14 - Matriz de poder aplicada aos estudos das Novas Geografias Alimentares**

MECANISMOS Através dos quais as dimensões do poder operam para privilegiar e excluir		EXEMPLOS Sem PODER	RESPOSTAS E ESTRATÉGIAS PODER com, PODER interior, PODER para	
S E M P O D E R	<p>Visível: Fazendo e aplicando as regras, normas as dinâmicas alimentares. Presidentes, legislaturas, tribunais, ministérios, políticos, polícia, militares, etc. Nações Unidas, FMI, Banco Mundial; FAO, OMC, Corporações multinacionais (JBS, Nestle, Coca Cola, Monsanto), atores do setor privado, câmara de comércio, empresas do setor imobiliário, etc.</p> <p>Instrumentos: políticas públicas, normas, leis, regras, constituições, orçamentos, regulamentos, convenções, acordos, mecanismos de implementação. Formação de canais de comercialização mercados os da agricultura familiar. Formação de territórios alimentares.</p>	<p>Leis e políticas tendenciosas (exemplos são, as políticas agrícolas e liberação de agrotóxicos, descaso com a saúde que não abordam os pequenos agricultores e as necessidades produtivas dos espaços). As estruturas de tomada de decisão (parlamentos, tribunais, governa das empresas públicas, etc.) que favorecem as elites agrícolas e agrárias, falta de representatividade e voz para as pessoas e grupos vulneráveis. O princípio da "igualdade" pode existir nas leis e projetos, mas os espaços políticos e os tribunais não são suficientemente representativos das mulheres, jovens, populações tradicionais e minorias. Organismos financeiros/comerciais nacionais e internacionais dominados pelos grupos hegemônicos.</p>	<p>Lobby e monitoramento negociação e litígio junto a educação pública aos veículos de comunicação e mídia, pesquisas políticas e produtivas, propostas e relatórios, marchas e manifestações.</p> <p>Votação e candidatura a cargo público, produção de novidades e inovações de modelagem colaboração. Fortalecimento dos , processos de cooperativismo e associativismo, estimular a criação e acesso a políticas alimentares e produtivas. Proporcionar o acesso a 'Mais e Melhores Mercados', assistência técnica e diversidade na produção de alimentos e formas de agricultura.</p>	<p>C O N S T R U I N D O</p> <p>P O D E R</p> <p>C O L E T I V O</p>
	<p>Oculto: definindo a agenda de exclusão e deslegitimação: Certos grupos (tem suas questões) excluídas da tomada de decisões pelas regras não escritas da sociedade e pelo controle político, social e cultural dos interesses dominantes instalados. Eles e os seus problemas tornaram-se invisíveis pela intimidação, desinformação e cooptação. Exemplos: As empresas do agronegócio, processamento de alimentos, políticas agrícolas/ambientais e o debate público sobre o aquecimento global e as alterações climáticas, a influência da Igreja Católica na política, das oligarquias agrárias e agrícolas.</p>	<p>Os líderes são rotulados como criadores de problemas ou não representativos. As questões relacionadas com o ambiente são consideradas elitistas, impraticáveis; o feminismo é responsabilizado pela violência masculina/ruptura de famílias/indústria do sexo.</p> <p>A violência doméstica e o cuidado das crianças são vistos como questões privadas e individuais, não dignas de ação pública; os direitos fundiários/direitos trabalhistas dos camponeses são interesses "especiais" e não são economicamente viáveis. A mídia e a política não consideram as questões desses grupo como 'mainstream' ou dignas de notícia.</p>	<p>Organizar os atores, comunidades e assentamentos rurais em torno de preocupações comuns. Mobilizá-los para demonstrar influência através de números e ações diretas. Fortalecer organizações, coalizões, movimentos sociais e líderes responsáveis.</p> <p>Pesquisa participativa e divulgação de informações/ideias/imagens que validem e legitimam as questões dos grupos excluídos. Usar meios de comunicação/internet/rádio alternativos para nomear e envergonhar - expondo as verdadeiras agendas e atores hegemônicos que dominam o debate público, as ares e espaços que conduzem as agendas de formulação e gestão da políticas.</p>	<p>C O N F O N T A R</p> <p>P O D E R</p> <p>E N V O L V E R</p> <p>N E G O C I A R</p>
	<p>Invisível: Moldando significado, valores e o que é 'normal'. Socialização e controle da informação: Normas, valores, práticas, ideologias e costumes culturais moldam a compreensão das pessoas sobre suas necessidades, direitos, papéis, possibilidades e ações de maneiras que impedem ações eficazes para a mudança. Reforçam a inferioridade dos privilegiados, culpam a vítima e "fabricam consentimento".</p> <p>As ideologias dominantes incluem o neoliberalismo, o Agro e pop, Agro é tec, Agro é tudo, o consumismo e o capitalismo corporativo, o patriarcado-sexismo, o racismo, oligarquias agrárias e agrícolas etc. As informações essenciais são mantidas em segredo para evitar ações e salvaguardar os interesses dos que estão no poder.</p>	<p>Socialização/opressão e os sistemas de costumes e crenças como o patriarcado, o coronelismo e o racismo fazem com que as pessoas internalizem o sentimento de impotência, vergonha, raiva hostilidade, apatia, desconfiança, falta de dignidade, etc. especialmente para mulheres, minorias étnico-raciais, imigrantes, classe trabalhadoras rurais e urbanas, agricultores pobres, jovens, grupos de lésbicas, gays, etc.</p> <p>Ideologias dominantes e estereótipos. A cultura, a educação e as mídias "populares" reforçam o preconceito combinado com a falta de informação/conhecimento que inibe a capacidade de questionar, resistir e participar na mudança. Exemplos: As mulheres culpam situação de subalternidade nos domicílios rurais, a violência doméstica entre agricultores familiares pobres, o acesso desigual aos mercados agroalimentares, problemas com os preços, salários decentes e oferta de mão-de-obra.</p>	<p>Educação popular, empoderamento, novos conhecimentos e novidades, valores e pensamento crítico ligados à organização, liderança e consciência para construir confiança, cooperação, colaboração, consciência política e social um sentido de direitos/responsabilidades/cidadania que inclui estratégias como: partilhar histórias e oralidades falar abertamente e conectar-se com outros, afirmando resistência, analisando poder e valores, vinculando problemas concretos a direitos, etc.</p> <p>Promoção da segurança alimentar e nutricional, ativismo e justiça alimentar, bem-estar animal e social.</p> <p>Fazer pesquisas-ação, investigações e divulgação de informações ocultas e invisíveis, também utilizar meios de comunicação alternativos, etc. Utilização do aporte da abordagem das novas geografias alimentares.</p>	<p>C O N S T R U I N D O</p> <p>P O D E R</p> <p>C O L E T I V O</p> <p>E N D I V I</p>

Fonte: Adaptado de: Gaventa; Veneklasen e Miller (1980).

Nessa matriz estão reunidas informações e uma visão mais relacional do poder e das suas ações. Dessa forma, os agricultores familiares assentados podem analisar melhor os seus próprios contextos e conceber conjuntos mais abrangentes de ações e estratégias, como as identificadas e apresentadas nas (Figuras 11, 12 e 13 acima). O envolvimento de atores externos aos espaços de poder analisados, constrói combinações eficazes entre os atores, os recursos e as instituições, onde os agricultores familiares e os aliados possam explorar o seu próprio poder em suas formas individual e coletiva.

A matriz de poder resume de forma gráfica uma adaptação da abordagem do Cubo de poder, destacada na figura 14. Essa matriz ilustra como diferentes aspectos do poder e dos espaços interagem para moldar os desafios e as possibilidades da ação política, social e produtiva inseridas nos processos agroalimentares. As duas colunas posicionadas à esquerda descrevem as manifestações, formas e forças representativas do “poder sobre” (visível, oculto e invisível), apresentando exemplos concretos e simbólicos de como essas formas de poder operam e se materializam nos espaços de poder dos sistemas alimentares.

A coluna da direita inclui as respostas e estratégias desenvolvidas na representação da visão e exercício do “poder vital” produzido pelos contramovimentos nos espaços de poder, além de apresentar expressões de poder que nutrem e promovem uma noção mais igualitária e cuidadosa associada à agência e ação dos atores. As formas de poder, relações e estratégias identificadas na análise dos múltiplos casos, são utilizadas para estabelecerem relações, processos e dinâmicas capazes, de “resistir, desafiar e transformar” o “Poder sobre”. Sendo colocadas onde são aplicadas com mais frequência, reconhecendo que os contramovimentos constroem estratégias que se sobrepõem, interagem e operam de forma híbrida e holística.

O fato de termos apresentado as categorias separadamente nos quadros anteriores, na prática, essas categorias estão em constante transformação e movimento, influenciando e interagindo entre si. Fica perceptível que as setas estão ligando todas colunas e quadros, refletindo um dinamismo e ilustrando a existência de interações entre as diferentes formas de poder e relações que resultam nos espaços de poder. Como destacam Gaventa; Veneklasen e Miller (1980), ao tratarem a matriz como uma ferramenta que serve para identificar e analisar as estratégias necessárias para construir contramovimentos. É por isso, que acreditamos ser necessário pensar o poder, as dinâmicas, as relações e as conexões como um todo interativo.

Embora essa compreensão dos espaços de poder usualmente seja pensada a partir da análise dos espaços ocupados pelas grandes cadeias agroalimentares. Os desafios são explorar as explicações sobre as dinâmicas, o controle, a dominação e o poder exercido pelos alimentos nos espaços de poder.

## 6 CONSTRUÇÃO DE MERCADOS ALIMENTARES COMO ESPAÇOS DE PODER

Nesse capítulo nosso objetivo gira entorno das reflexões e análises de como surgem novas geografias alimentares a partir da formação de espaços de poder conduzidos por dinâmicas alimentares e espaciais integradas as dinâmicas de mercados. Não é nossa intenção realizar uma profunda revisão da literatura recente sobre a construção dos mercados agroalimentares para agricultura familiar. Nossa intenção é formular questionamentos e discussões entorno dos argumentos já apresentados sobre as formas e espaços de poder a partir da compreensão dos movimentos e contramovimentos.

Nessa ótica, buscamos agregar elementos teóricos e empíricos sobre como as dinâmicas de mercados e os mercados da agricultura familiar com seus respectivos canais de comercialização podem ser entendidos como espaços de poder, uma vez que, espaços de mercados são espaços de luta por poder, ou seja, espaços de poder (Schneider, 2022). Contemplando um universo analítico multiescalar para as dimensões, relações e formas de poder, partimos dos argumentos elaborados inicialmente por (Ploeg, 2016; Ploeg; Ye; Schneider, 2012; Wilkinson, 2016; Schneider, 2016. Esses estudos apresentam elementos necessários que servem de base para construção da compreensão dos mercados como instituições socialmente construídas.

As dinâmicas de mercados fazem referência às diferentes forças e tendências, interações e relações de poder que moldam comportamentos, espaços, atores, recursos e instituições que atuam na evolução dos mercados para os agricultores familiares. Podendo influenciar e serem influenciadas por diversos fatores, que incluem oferta, demanda, concorrência, novidades, inovações (tecnológicas e de manejo), políticas governamentais (agrárias, agrícolas e alimentares) e mudanças no comportamento dos consumidores de alimentos.

Porém, os estudos e discussões sobre os mercados agroalimentares e sua conformação com base em escalas geográficas ocorre com êxito. Para esses estudos destacam-se os realizados por: (Almeida, 2022; Cruz e Schneider, 2022; Ploeg; Ye; Schneider, 2022; Salvate, 2019; Schneider e Salvate). Mercados são locais em que as estruturas são construídas através dos bens e serviços trocados. Os mercados conectam produtores e consumidores direta e indiretamente de diferentes formas. Como ressaltam Schneider; Salvate e Almeida (2022), os mercados territoriais podem ser compreendidos enquanto cursos que se sustentam pelas regras e práticas formais (leis, contratos, padrões), informais/tácitas (valores, hábitos, costumes) e possuem uma base espacial. Os mercados territoriais funcionam por intermédio de instituições que servem

como referência para guiar e orientar ou mesmo exercer pressão e coerção sobre as relações de troca de bens e serviços que ocorrem entre os grandes agentes que ofertam e demandam. Esses mercados não estão isolados ou desconectado dos mercados globais, pelo contrário, eles existem e se reproduzem em relação a eles, utilizando estratégias de resistência, reação e até mesmo acoplagem para manter sua autonomia relativa. Em síntese, os mercados territoriais estão imersos no espaço em que foram criados e podem ser compreendidos como contramovimentos na perspectiva de Karl Polanyi (2000).

Essa base espacial nos interessa bastante refletir, já que, os estudos e pesquisas citados sugerem a necessidade de se analisar outras dimensões e relações de poder. Porém, não se trata de explorar ou indicar análises associadas a outras escalas geográficas de ação. Lembramos que as dinâmicas alimentares estão representadas pelos processos de desenraizamento, desvinculação e desconexão dos alimentos representados na figura 15 a seguir. Nesse contexto, surge um contramovimento a esses processos citados, são eles:

- a) primeiro o “*Conectar (ou reconectar)*” vários atores e partes interessadas (públicas e privadas) que orientam e desenham os processos, relações e dinâmicas. Isto leva à formação de redes sociais regionais próximas (pequenas ou maiores, intra ou intersetoriais) que se conectam entre si impulsionando aos processos de contramovimento analisado por Polanyi (2021);
- b) a “*Incorporação*” de bens e serviços nos espaços, representa motivações e desejos aflorados pelos atores que estão localizados nas múltiplas escalas geográficas e operacionais. Promovendo o encurtamento das distâncias geográficas estabelecidas entre a produção e o consumo de alimentos. Esse processo pode estabelecer uma perspectiva mais ampla, ancorando firmemente uma organização do setor público (Estado) na economia regional. Aumentar a participação dos produtos (alimentos *in natura* e processados) é um meio para organizar o setor público a se tornar parte integrante da comunidade e da economia regional. E, finalmente, muitas redes alimentares alternativas que se baseiam na valorização do carácter distintivo dos espaços, quer este estejam inseridos em características socioculturais, histórico-culturais, paisagísticas ou outras. Como tal, os espaços analisados fornecem a base para a produção de produtos distintos e únicos, criando condições e possibilidade de reter mais valor, explorando o potencial de desenvolvimento endógeno do território e região;
- c) por fim o “*Entrelaçar*” as diversas atividades e papéis econômicos e não econômicos num espaço e região. Isto não só fortalece as atividades a “*forma, função, estrutura*

*e processo*, mas também cria coerência e sinergia aos espaços de poder. A criação de sinergias entre diferentes atividades econômicas e não econômicas (privadas e públicas) urbanas e rurais na região. Em última análise, esses processos devem conduzir a um nível e qualidade de vida mais elevados aos atores (agricultores familiares, produtores, intermediários, comerciantes e consumidores) inseridos nos sistemas alimentares (Wiskerker, 2010, p. 382, 383).

Dito isso, nosso objetivo é demonstrar como cada assentamento rural ocupa um espaço que representa um território alimentar, no qual, estão presentes diferentes dinâmicas alimentares, espaciais e de mercados. Estas diferentes dinâmicas estão representadas a partir da estruturação dos espaços, das relações e formas de poder. Utilizamos como parâmetro analítico a tipologia dos mercados agroalimentares para agricultura familiar elaborada por Schneider (2016) para analisar as formas e relações de poder construídas pelas diferentes dinâmicas e territorialidades produzidas pelos alimentos e processos presentes nos espaços de poder, como destacado na figura 08, abaixo.

Essas dinâmicas integram os posicionamentos elaborados por Ploeg e Schneider (2022) que resumem os mercados como lugares específicos onde ocorrem (formas específicas de) interação social. Esse permite compreender o mercado como regulado institucionalmente. A noção de mercado deve ser afastada de qualquer julgamento a priori: não é intrinsecamente mau, nem intrinsecamente bom. Os mercados não são apenas o objeto da luta política, mas também a arena onde essas lutas ocorrem. Temos que ir além da tese de que a produção e comercialização de alimentos estão necessariamente subordinadas e totalmente controladas pelas grandes indústrias alimentícias, (empresas comerciais e redes de supermercados). Existem lugares, oportunidades e necessidades que não podem ser aproveitadas pelo capital. Há uma necessidade urgente de reconsiderar a vasta literatura sobre redes, e cadeias curtas porque negligência as ligações entre esses circuitos e lutas de poder mais amplas.

Ao nosso ver, a própria natureza dos espaços construídos pelo resultado material acumulado pelas ações humana através do tempo e potencializados pelas ações que atribuem dinamismo e funcionalidade aos territórios alimentares a partir das dinâmicas espaciais. Assim, agregamos a concepção de territórios alimentares as quatro categorias (*forma, função, estrutura e processo*) que integram a abordagem do espaço elaborada por Santos. Entendemos que a *forma* faz referência aos aspectos visíveis de determinadas coisas (recursos) e arranjos ordenados de objetos (os alimentos, as lavouras, os sistemas de irrigação, as agrovilas, estruturas físicas de comercialização e beneficiamento) presentes nesses espaços de poder. Nesse contexto, a *função* faz referência as atividades elementares de forma espacial revestidas

por tarefas e atividades esperadas pelas formas relacionais. A *estrutura* está representada por inter-relações das diversas partes que compõem o todo social. Nesse caso, buscar promover a compreensão da estrutura social dos diferentes períodos históricos para entender as formas e funções presentes nesse espaço. Atribuindo valores aos recursos e as funções que determinam as relações de poder nos espaços de poder existentes nos sistemas alimentares. O *processo* é a ação contínua que se desenvolve rumo a um resultado qualquer. Tornando-se essencial para compreensão dos conceitos de tempo, continuidade e mudança. Assim, o tempo é considerado como processo que indica o movimento do passado ao presente e deste em direção do futuro, tornando-se uma propriedade entre *forma, função e estrutura*<sup>1</sup> (Santos, 1985, 1986) custear o ir e vir desses agricultores familiares e suprir seus pontos de venda direta com os alimentos.

## 6.1 AS AÇÕES E CONEXÕES NA CONSTRUÇÃO DOS MERCADOS AGROALIMENTARES COMO ESPAÇOS DE PODER

Quando optamos por construir um diálogo possível entre os autores e as categorias discutidas, propomos estabelecer uma leitura renovada sobre as territorialidades dos alimentos e os sistemas alimentares justos, sustentáveis e inclusivos. Sob o prisma da formação de espaços de poder e da presença de diferentes formas de poder, entendemos que essas territorialidades são incorporadas aos espaços e regiões, em particular sob a influência de diferentes relações e dimensões.

Concordamos com os argumentos apresentados por Bowen (2010, p. 231), quanto a necessidade e importância em estabelecer uma leitura territorial mais ampla para entender os processos de comercialização e produção de alimentos e propomos ir além dentro dos estudos

---

<sup>1</sup> As ações e conexões inseridas nos espaços de poder e territórios alimentares representados na seção 6.1 e materializadas na (Figura 14 a seguir) estão amparadas por argumentos desenvolvidos por Santos (2006, p. 190-195), sobre as “*Horizontalidades*” e “*Verticalidades*”. Respalda por H. Lefebvre (1953) e outros, que apresenta a *complexidade horizontal* e a *complexidade vertical* caracterizada por uma complexidade histórica para os processos de produção e comercialização de alimentos para o nosso estudo. No entanto, seguimos as diretrizes de M. Santos que parte da noção de espaço banal, ou seja, espaço de todas as pessoas, empresas e instituições, que são capazes de serem descritas a partir de um sistema de objetos animados por um sistema de ações. Nessa concepção o entendimento sobre a inseparabilidade do “*funcional*” e do “*territorial*”. Como destacamos, a Figura 14 apresentada a seguir, sugerem duas segmentações e partições existentes no espaço, admitindo dois recortes. *De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separado uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas* (Santos, p. 192). Esses processos estão inseridos nas NGA e associados as *horizontalidades* representadas por *locus* de cooperações mais limitadas. Já as *verticalidades* estão associadas dão conta de outros momentos dos processos de produção de alimentos (produção, beneficiamento, circulação, distribuição e consumo). Nesse veículo amparado em cooperação mais ampla, tanto econômica, política e geográfica.

das NGA para o Sul global. Vale ressaltar que a existência de reivindicações e complexidades presentes nas regionalidades brasileira e do Sul global, demanda entender como essas reivindicações e complexidades são estruturadas por políticas alimentares, sociais, agrícolas e agrárias, divergentes e conflitantes, em sua maioria.

Nesses processos, percebemos que os contramovimentos estão atrelados e dependentes aos processos de organização coletiva, especialmente o cooperativismo, o associativismo e a formação das redes de atores vinculadas à produção, comercialização e consumo de alimentos. Atuando principalmente para garantir representatividade dos atores e dos alimentos nos espaços de poder. Agindo ativamente para “(re)conectar, entrelaçar e incorporar” as dinâmicas alimentares aos recursos sociais, políticos, culturais, ambientais e ecológicos dos territórios ao mesmo tempo que se adaptam às condições para criarem e acessarem novos mercados para agricultura familiar, diversificando a produção e os canais de comercialização e buscando autonomia e resiliência desses espaços de poder. Porém, com a entrada ou ascensão de atores que buscam estabelecer o controle e domínio dos recursos, instituições e espaços são reprimidos todo e qualquer processo de contramovimento.

Se partimos da afirmativa produzida por Polanyi *et al.*, (1957) e discutida por Bowen (2011) e Cassol e Schneider (2022, p. 3) sobre a noção de *embeddedness*<sup>2</sup>, ao argumentarem que a economia humana está embutida e entrelaçada em instituições econômicas e não econômicas. A principal suposição dessa noção está na formação das redes sociais, estabelecidas a partir de relações de confiança que são respaldadas por instituições socialmente constituídas. Esses estudiosos argumentam que o mercado, em vez de ser dominante, é um elemento abrangente da economia, estando incorporado aos sistemas formados por normas, regras e instituições sociais que compõem uma governança para esse espaço de poder. Por exemplo, são canalizados os efeitos do desenvolvimento das cadeias de commodities, socialmente incorporadas e carregadas de valores que oferecem potencial para enaltecer os recursos, as relações, atores locais e instituições sociais, como tentamos ressaltar.

Optamos por lançar luz sobre como as preocupações levantadas pelos teóricos críticos à teoria do *embeddedness*. Essa teoria está operacionalizada de forma enfática nos aspectos ligados às interações e relações sociais, em detrimento do papel atribuído ao poder, as relações e os fatores culturais existentes nos espaços (Bowen, 2011). Concordamos com essa afirmativa

---

<sup>2</sup> Para avançar nos estudos críticos a essa abordagem sugerimos (Lie, 1997; Sayer, 1997), que enfatizam a necessidade de trazer para discussão do ‘*embeddedness*’ a influência do poder e das relações culturais na produção e comercialização de alimentos.

por acreditarmos ser importante propormos avanços sobre o entendimento dos espaços de poder dentro dos sistemas alimentares.

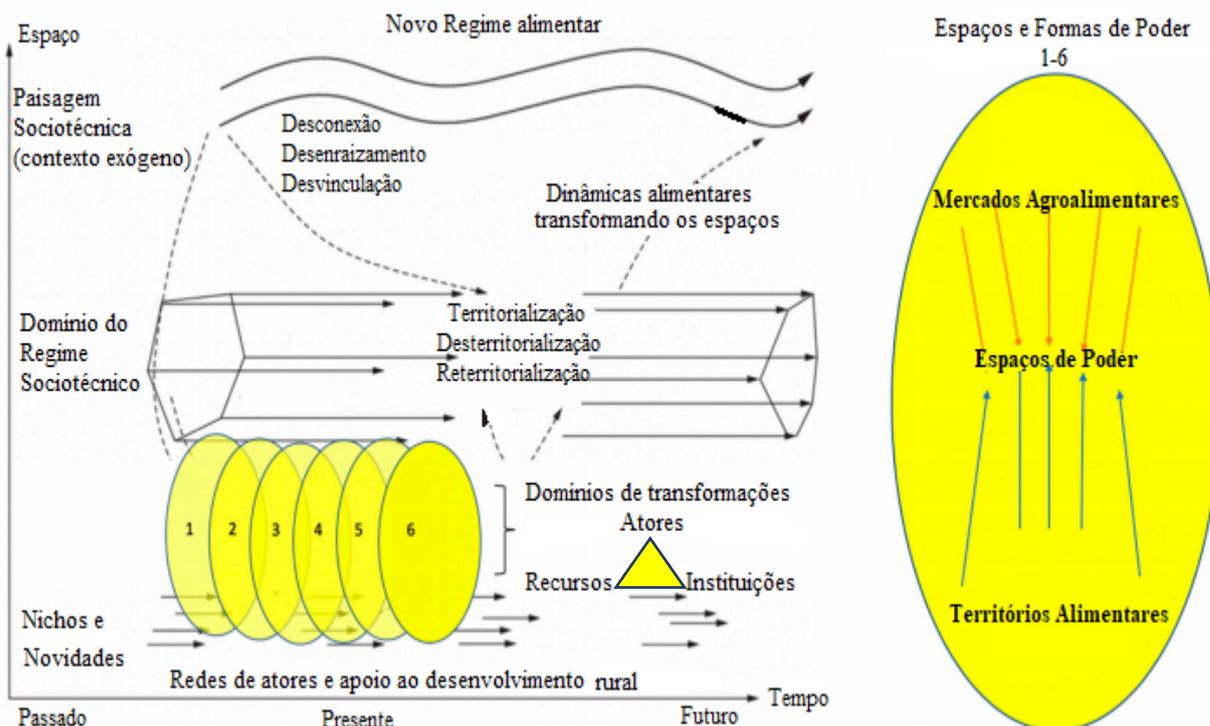
Esses avanços podem ou não, absorverem e materializarem interesses de diferentes atores a partir da produção de espaços mais igualitários e resilientes. Lembramos que esses espaços são caracterizados por desigualdades, coalizões estratégicas, normas, regras, instituições e relações de poder visíveis, invisíveis e ocultas, como evidenciamos nos quadros analíticos já apresentados. Além de estabelecerem colaborações oportunistas entre os atores internos com os atores externos, nesse caso, são agricultores familiares, atravessadores, técnicos, representantes de instituições do agronegócio e até grupos de consumidores. Porém, existem os casos exitosos de formação das redes de atores que atuam como contramovimentos, combatendo desigualdades e fortalecendo coalizões de enfrentamento às formas de poder e de práticas de agriculturas associadas ao modelo do agronegócio.

Para melhor compreensão desses processos e relações, destacamos práticas inovadoras e criativas, dependentes da gestão dos processos existentes nos diferentes níveis e escalas de ação, como destacado nas (Figuras 11, 12, 13) apresentadas anteriormente. É pertinente representarmos as relações e dinâmicas alimentares de forma prática, lógica e gráfica. Com o auxílio da Perspectiva Multinível (PMN), que originalmente foi pensada para atender as práticas e experiências associadas à produção de inovação e alternativas.

A PMN e a noção de novidades como estamos enxergando, sugere a materialização das condições e possibilidades presentes no avanço da compreensão sobre como os resultados são alcançados. Ressaltamos o papel de protagonismo atribuído à geração de inovações e novidades a partir da adoção de novas práticas, técnicas produtivas e de comercialização que estão transformando os espaços, alterando os lugares e criando territórios alimentares.

Na figura 15, fica evidente a construção e materialização da visão relacional dos processos e dinâmicas resultantes das relações e interações de poder estabelecidas no tempo e no espaço produzida a partir das NGA. Nesse caso, apresentamos três diferentes níveis de relações, dinâmicas e práticas formadas por múltiplas escalas geográficas e operacionais, associadas aos alimentos, às normas, regras e instituições presentes nos espaços de poder. Essas dinâmicas estão representadas por movimentos associados aos processos de desconexão, desenraizamento e desvinculação dos alimentos e integram o “*Domínio da paisagem sociotécnica*”, logo, interagem com o “*Domínio do regime sociotécnico*” e o “*Domínio dos nichos e produção de novidades*” como destacamos na figura 15 abaixo.

Figura 15 - Estruturação das relações de poder e dinâmicas nas NGA



Fonte: Adaptado de Anderson *et al.*, (2019).

O caso do assentamento Colônia Pindorama em Alagoas, é um dos casos mais emblemáticos e desafiadores para exemplificar parte das relações representadas na figura 15 acima. Primeiro, pela presença de movimentos e contramovimentos inseridos nas dinâmicas alimentares e nos processos construídos em torno dos espaços de poder. Segundo, pelas transformações ocorridas e ainda em desenvolvimento, promovidas a partir da reterritorialização da cana-de-açúcar e da territorialização de culturas alimentares ligadas à fruticultura.

Nesse território predominam movimentos ligados à produção e beneficiamento da cana-de-açúcar, direcionados à fabricação de álcool combustível e outros destilados. Porém, os contramovimentos tem ocorrido graças à capacidade visionária de atores estratégicos do próprio território. Além do fortalecimento da agricultura familiar, o desenvolvimento e consolidação do cooperativismo enquanto processo que organiza e articula os atores, as instituições e recursos que transformam o território criando espaços de poder. De certo, chega a ser contraditório e curioso a existência desses processos e dinâmicas nesse território, principalmente em se tratando do estado de Alagoas que ainda nutre relações de dependência com essa cultura.

Assim, buscamos materializar essas dinâmicas e relações a partir da figura 16, a seguir. Onde são apresentadas quatro fotografias que compõem diferentes lugaridades identificadas no

espaço do assentamento Colônia Pindorama. Entre elas, uma típica paisagem que integra os grandes conglomerados do setor sucroalcooleiro alagoano, ou seja, um cultivo tradicional de cana-de-açúcar. As fotos do lado direito apresentam parte do complexo agroindustrial da cooperativa, onde é possível identificar as destilarias de álcool combustível e álcool etílico e gel; a agroindústria de beneficiamento da cana-de-açúcar para a fabricação dos açúcares e leveduras, que também servem de base para compor outros alimentos e produtos beneficiados; a agroindústria de beneficiamento do coco para a fabricação de óleos, leite de coco, coco ralado, cocada cremosa. Além disso, há obras de adequação ambiental e estrutural para beneficiamento e armazenamento de alimentos.

Fica perceptível a diversidade das estruturas voltadas ao beneficiamento de vários alimentos e a fabricação de tantos outros produtos derivados da cana-de-açúcar expostos na foto seguinte. Os processos representam a diversidade de produtos beneficiados no complexo agroindustrial. Outra questão é que todas as culturas alimentares inseridas nesse espaço de poder são cultivadas em lotes que variam de tamanho entre 04 e 10 hectares. Essa característica consolida a presença do duplo movimento, ou seja, movimentos e contramovimentos dividindo o mesmo espaço de poder. O complexo agroindustrial detém 12 agroindústrias localizadas no assentamento e uma fora das terras do assentamento que foi adquirida diretamente do Governo do estado de Alagoas para beneficiar arroz no município de Igreja Nova. A Cooperativa Pindorama movimentou algo entorno de 600 milhões de reais somente em 2022.

Esses processos demonstram como os atores, recursos e instituições se conectam com os níveis, dinâmicas e processos representados nos diferentes níveis. O nível do domínio da paisagem sociotécnica representa o ambiente exógeno onde os movimentos surgem, são consolidados e difundidos sobre os demais “domínios”. Entretanto, é nesse nível onde as novidades e alternativas acabam sendo alojadas após serem extraídas dos demais níveis por motivos de controle, dominação e manutenção do “*status quo*”. É necessário ressaltar, que a paisagem sociotécnica influencia ao mesmo tempo que é influenciada, como foi representado nas linhas tracejadas presentes na figura 15, apresentada anteriormente e identificada a partir dos múltiplos casos analisados. O domínio do regime sociotécnico é construído por relações e práticas associadas a governança territorial que estabiliza as dinâmicas alimentares e espaciais. Em todos os três casos analisados foram identificadas relações e práticas associadas à presença da governança territorial a partir das normas e regras, instituições, ação coletiva, recursos e ativos.

Para Anderson *et al.*, (2019) é nesse nível que os atores hegemônicos frequentemente resistem aos contramovimentos se apropriando das mudanças, ou seja, das “novidades” e

inovações buscando a manutenção do *status quo*. Certo é que, esses processos também compõem as práticas desenvolvidas nos contramovimentos. O domínio do regime sociotécnico, detém capacidades, características e interdependência entre suas diferentes escalas, dimensões e processos. Isso permite resistir às mudanças originárias das inovações revolucionárias que tendem a se reproduzir nesses espaços de poder. Por outro lado, no domínio do regime sociotécnico, as experiências inseridas nesse nível representam os sistemas alimentares territorializados, empenhados em promoverem as NGA a partir de novos usos dos espaços de poder. Portanto, uma outra territorialização, desterritorialização e reterritorialização para os alimentos.

Quanto ao nível de domínio dos nichos e produção de novidades representada na Figura 15 apresentada anteriormente, representa espaços concebidos e construídos a partir da produção de novidades e alternativas sociotécnicas radicais. Esses processos se diferem em seus princípios, configurações e nas formas dominantes de operação dos sistemas alimentares territorializados e/ou alternativos. Nesse contexto, as novidades surgem nos nichos sociotécnicos em espaços fechados, convidados e criados/reivindicados. Destacamos técnicas e manejos implementados nos lotes e propriedades, a partir da agroecologia e da produção orgânica. Além, da utilização de ferramentas tecnológicas para implementar estratégias de divulgação dos alimentos, de comunicação com os intermediários/atravessadores, por fim para comercialização direta dos alimentos *in natura* e beneficiados.

**Figura 16 - Alimentos beneficiados e parte do complexo agroindustrial: assentamento Colônia Pindorama**



Fonte: Cooperativa Pindorama (2022).

**Figura 17 - Alimentos produzidos no Complexo de assentamentos Jacaré-Curituba**



Fonte: Wesly (2022) e Codevaf (2022).

De fato, as relações citadas acima foram identificadas nos territórios e espaços de poder analisados, bem como os diferentes níveis representados na PMN que se materializam na existência de diferentes espaços de poder produzidos a partir dos alimentos. Tomamos como exemplo, o domínio das paisagens sociotécnicas produzidas por culturas alimentares, como: cana-de-açúcar em Alagoas e no Território do Tabuleiro Sul alagoano; as culturas da laranja e milho no Território Centro-Sul sergipano; e por fim, a paisagem produzida pela agricultura irrigada a partir da fruticultura desenvolvida nos perímetros e polos irrigados dos territórios do Sertão nordestino. Essas culturas alimentares representam movimentos enraizados lentamente nos espaços de poder desses territórios e que estão alterando drasticamente as dinâmicas e paisagens para o bem e para o mal.

Podemos constatar como algumas culturas alimentares e alimentos produzidos no Território do Alto Sertão sergipano tem transformado o espaço de poder analisado a partir de contramovimentos (Complexo de assentamentos Jacaré-Curituba). Onde as dinâmicas alimentares inseridas nesse espaço de poder têm se provado ser mais diversificadas, heterogêneas e inclusivas para produção de alimentos destinados à comercialização e consumo das famílias. Os alimentos produzidos nesse espaço de poder representam o sucesso obtido por

alguns agricultores familiares envolvidos nos projetos de irrigação, alguns obtiveram um considerável aumento em seus ganhos e tiveram que mudar de categoria na utilização da suas DAPs. Destacamos as fotografias disponíveis na imagem 17 acima, para justificar a presença dessa diversidade produtiva e a importância da irrigação para produção de alimentos e criação de animais nesse território alimentar. Outras fotos são representativas para identificarmos alguns alimentos produzidos, tais como: a produção de pimentas para atender nichos de mercados, bares e restaurantes da capital Aracaju; a presença dos cultivos de quiabo, milho, mandioca e o gado leiteiro, além de fruticultura irrigada. Esse território tem impulsionado o fortalecimento da cadeia produtiva do leite, juntamente com outros pequenos produtores desse território, conforme destacamos anteriormente.

Para destacarmos e aprofundarmos um pouco mais sobre o papel e importância do Domínio dos nichos e a produção de novidades, buscamos representar as dinâmicas alimentares e relações de poder identificadas a partir da produção de alimentos por culturas alimentares permanente e temporárias de curta duração nos espaços de poder do assentamento Colônia 13.

Assim, são nos nichos que são desenvolvidas as características centrais para o sucesso das iniciativas que (re)produzem as novidades e alternativas de todos os casos analisados. No caso do espaço de produção da Colônia 13, os contramovimentos ocorrem essencialmente pela reterritorialização dos alimentos (legumes, hortaliças e tubérculos), além de algumas culturas permanentes, como coco, laranja, tangerina, manga e mandioca. Essas culturas estão inseridas no processo de comercialização e beneficiamento adotado pelas famílias, especialmente o “Sítio Só Filé Orgânico” e os agricultores familiares que integram a Associação de Produtores Agroecológicos da Colônia 13.

É nesse nível que as experiências, expectativas e frustrações dos atores são desenvolvidas e expostas. Nesse contexto, surgem os processos de trocas e aprendizado social ligados às institucionalidades e os alimentos na construção de espaços de poder. Além do surgimento de redes sociais que contribuem para criação e estabilização das iniciativas produtoras de novidades, inovação e alternativas. Essas dinâmicas alimentares e relações de poder se materializam no aumento do acesso a “Mais e Melhores Mercados da agricultura familiar”.

Como podemos constatar em uma das muitas visitas realizadas ao Sítio Só Filé orgânico, realizadas por secretários municipais de agricultura e agricultores, atualmente esse espaço de poder é referência no território e no estado, na produção de alimentos orgânicos e agroecológico. O agricultor fez questão de explicar a utilização do termo agricultura orgânica, ao invés do termo agroecologia. *O entrevistado ressaltou a necessidade da utilização do termo*

*agricultura orgânica para agregar valor aos alimentos na venda direta aos consumidores. Segundo ele, nas feiras livres e eventos itinerantes realizados em todo estado, muitos dos visitantes e consumidores não conhecem o que é agroecologia e sua representatividade, perguntavam se os alimentos eram orgânicos (Entrevistado 07 - Colônia 13/agricultor, 2022; 2023).*

Para justificar a escolha e utilização da PMN na análise dos processos, relações e dinâmicas presentes nos respectivos níveis dos espaços de poder nas NGA, devemos entender que as relações de poder e as dinâmicas alimentares não surgem em espaços físicos sem a presença das regras, normas e instituições associadas à tendência produtiva e de consumo, ligadas à estruturação dos sistemas alimentares. De algum modo, essas integram o processo de governança territorial dos territórios e dos espaços de poder, conforme destacado em documento elaborado pela FAO (2018). Nesse caso, os níveis da “paisagem sociotécnica” e do “regime sociotécnico” são determinantes para os processos de produção e agregação das alternativas e novidades presentes nos domínios, seja no primário ou na transformação, para a formação dos espaços de poder.

**Figura 18 - Alimentos produzidos no Assentamento Colônia 13**



Fonte: Arquivo pessoal dos entrevistados (2022).

A produção de novidades e alternativas identificadas nos múltiplos casos analisados surgem a partir dos domínios de transformação. Esses domínios são locais importantes para permitir e buscar transformações como interfaces sobrepostas e interconectadas entre dois níveis, como destacado na figura 15 apresentada anteriormente. Contudo, encontramos indícios que essas relações de poder ocorrem para além dos níveis e domínios indicados (Anderson *et al.* 2019).

As inovações estão sempre presentes nos “nichos” e podem estar ocultas/escondidas aos atores hegemônicos. Essas novidades são produzidas e transportadas por atores marginalizados e entusiastas invisíveis nos domínios de transformações. Cabe destacar que, as inovações e novidades em seus estados embrionários não representam ameaças aos atores hegemônicos presentes no domínio da paisagem sociotécnica. Dessa forma, quando ocorrem processos associados às dinâmicas espaciais, surgem as “paisagens alimentares” externas aos “territórios alimentares”, promovendo a criação de janelas de oportunidades a partir de transformações nos alimentos, nas práticas e nas dinâmicas alimentares. É importante salientar que se esses processos não foram desenvolvidos em sua totalidade e plenitude, e não poderão tirar proveitos das diferentes janelas de oportunidades podendo chegar a sucumbir ou fechar (Geels; Schot, 2007). Os exemplos analisados nos múltiplos casos justificam e dão conta desses argumentos.

Durante os trabalhos de campo realizados no assentamento Colônia 13 com agricultores familiares que comercializam seus alimentos em pontos localizados às margens da rodovia estadual SE-270, identificamos algumas narrativas e discursos construídos em torno de relações e formas de poder invisível e oculta entre os agricultores familiares. Essas relações e formas estão associadas à descrença e competição presentes nesse espaço de poder de comercialização dos alimentos. Sobre as formas e processos de produção, além da credibilidade associada aos alimentos produzidos nesse espaço, os relatos indicam que: *[...] tem muita gente que produz orgânico, mas a maior parte, e não são todos, a maior parte é mentira! Diz que é orgânico e não é orgânico coisa nenhuma. Essa é a verdade, só pro controle do IBGE* (Entrevistado 02 - Colônia 13/agricultor, 2022).

O que constatamos é que os alimentos identificados estão sendo *(re)conectados, entrelaçados e incorporados* localmente aos espaços de poder para controlar, minimizar ou transformar os avanços das *commodities* e das cadeias agroalimentares globais nesses territórios. Essas relações quando combinadas ao aumento da diversidade e as diferentes dimensões, o resultado é a reterritorialização dos alimentos e a criação de novas geografias alimentares. Evidenciamos que dinâmicas e relações de poder presentes nesses espaços de poder estão enraizadas em contextos territoriais, que por muitas vezes, são incorporadas no

âmbito multiescalar e multinível. Mesmo quando as relações de poder alteram e refazem as territorialidades dos alimentos e as dinâmicas alimentares. Nesse caso, como outras instituições econômicas socialmente construídas, os mercados são criados nos processos formados por poder, espaços, coisas, recursos, relações e atores inseridos ou removidos de seus contextos e mobilidades, antes que novas relações e conexões sejam estabelecidas e fortalecidas, confirmando serem espaços de poder.

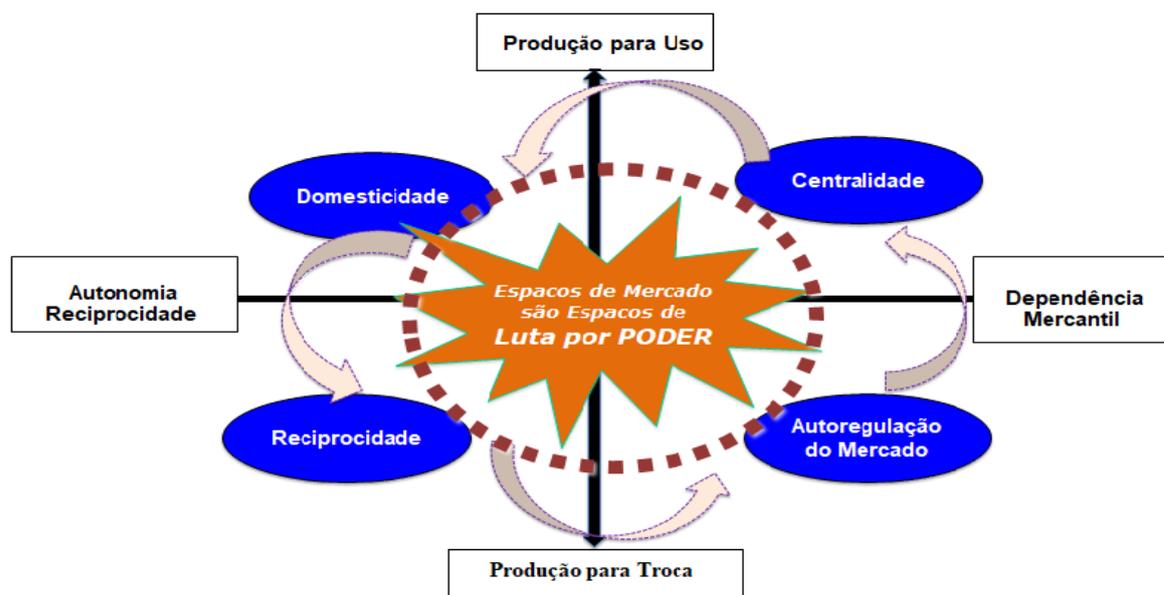
### **6.1.1 Construção de domínios de transformação a partir dos espaços de poder**

É partir da formação dos espaços de poder que os sistemas alimentares organizam os fluxos e formas presentes no poder e nas relações construídas pela tríade atores-recursos-instituições. De fato, a figura 15 apresentada anteriormente, é de grande relevância para demonstrarmos e materializarmos como estamos enxergando o processo de estruturação das relações de poder e das dinâmicas formadoras de novas geografias alimentares. Além de demonstrar como os mercados agroalimentares acessados pelos agricultores familiares e os territórios alimentares se constituem espaços de poder. É relevante salientarmos como os estudos citados anteriormente e os quadros analíticos contribuem para construção de reflexões sobre como as estruturas sociais e institucionais são constituídas a partir de relações estabelecidas ao longo do espaço-tempo.

No entanto, Schneider (2016); Roud (2008), expõem a necessidade de conhecermos quais forças sociais regem as relações mercantis, a formação e acesso aos mercados alimentares para os agricultores familiares, entendendo como são construídas as relações de poder, os mecanismos de controle e dominação inseridos nas dinâmicas alimentares. Essas relações de poder constituem as formas, fluxos e as estruturas de interação desses espaços com os sistemas alimentares. O desafio é pensar sobre as dimensões e suas múltiplas escalas estabelecidas no espaço-tempo.

Quando Schneider (2016) argumenta sobre como os mercados assumem características sociais e são interpretados como um fator social, indica que é o *locus*, ou seja, espaço geográfico onde ocorrem as transações e relações. Também são instituições sociais formadas pelos processos de interação social, econômica e cultural. Nessa perspectiva, propomos problematizar o “poder” que até o momento foi pouco discutido. Acreditamos que as lutas pelo poder são espacializadas a partir das relações e dinâmicas, atreladas à produção para uso, dependência mercantil, produção para troca, e por fim, a autonomia e reciprocidade como apresentadas na figura 19 abaixo.

Figura 19 - Estrutura dos espaços de poder como mercados agroalimentares



Fonte: Schneider (2022).

Ao fazer referência às relações construídas entorno das interações mercantis, Schneider (2016) e Sabourin (2011), indicam existir influência direta do espaço nos mercados em que os agricultores familiares atuam. As trocas e relações realizadas entre os agricultores familiares e demais atores dos sistemas alimentares ocorrem a partir dos processos representados na figura 19 acima. Há quatro tipos de mercados acessados pelos agricultores familiares, são eles: **Mercados de proximidade, Mercados locais/territoriais, Mercados convencionais e Mercados públicos e institucionais**<sup>3</sup>.

Um aspecto central indicado por Schneider (2016, p.126) que devemos levar em consideração:

[...] é a distinção entre mercados como locais de troca e mercados como princípio de ordenamento social. Um aspecto central aqui é o alcance físico-espacial, que nos mercados de proximidade é quase exclusivamente local, nos mercados territoriais há um mix entre local e regional, nos mercados convencionais praticamente não há lugar e nos mercados públicos-institucionais a espacialidade é multivariada. No que concerne a natureza das trocas, elas referem-se à natureza da produção (se para uso próprio ou para troca/venda) e o sentido e/ou objetivo que lhe é atribuído por quem a realiza, no caso os agricultores.

<sup>3</sup> Para avançar sobre a compreensão das estruturas e os tipos de Mercados acessados pelos agricultores familiares sugerimos os estudos e pesquisas realizadas por: (Deggerone; Schneider (2022); Schneider, 2016; Salvate, 2019; Deggerone e Schneider (2019).

**Figura 20 - Tipologia dos mercados da agricultura familiar**

<b>Tipo de Mercado</b>	<b>Tipo de agricultor familiar</b>	<b>Locus e/ou Alcance espacial</b>	<b>Natureza das trocas/modelo de negócios</b>	<b>Forma de regulação</b>	<b>Canais de comercialização</b>
<b>Mercados de proximidade</b>	Camponês; Produtor de excedentes	Spot;  Venda Direta; Somente Local	Interpessoal + Solidário	Confiança + Amizade	- Na propriedade (colhe-pague); - No domicílio/casa - Beira estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos Consumo
<b>Mercados locais e territoriais</b>	Agricultor familiar; Produtor simples de mercadorias	Spot;  Local, regional e territorial	Diversificado + Complementariedade	Reputação/ Confiança + Procedência + Precos	- Feira regional; - Feira nacional; - Redes de Venda; - Eventos; - Loja especializada; - Restaurantes; - Associação vendas - Sacolão;
<b>Mercados convencionais</b>	Produtor de mercadorias	Sem lugar definido;  <i>Placeless/Unbond</i>	Concorrencial;	Contratos + Precos;	- Atravessadores; - Cooperativa; - Agroindústria; - Empresa privada; - Internet; - Supermercados;
<b>Mercados públicos e institucionais</b>	Todos os tipos de fornecedores	Multi-espacial	Licitatório, Seleção Pública;	Contratos públicos + Leis	- Aliment. Escolar; - Fair trade; - Órgãos internac (FAO; PMA; PNUD; - ONGs – Oxfam, etc - Hospital, Universid; - Entid. Assistencial - Estoques governo

Fonte: Schneider (2016).

Ao fazermos referência a tipologia dos mercados construída por Schneider (2016). Concordamos com a perspectiva crítica adotada pela economia política a partir de Karl Polanyi, H. Bernstein, H. Friedmann, Ploeg, e Schneider, que permite avançarmos na proposição dos mercados e territórios alimentares como espaços de poder. De certo, identificamos a existência de mudanças agrárias e agrícolas que situam os mercados como espaços de interação social. Nesses espaços, também ocorrem assimetrias que determinam que as relações de poder promovem ganhadores e perdedores nessa relação. A presença do poder nesses espaços permite identificar quais atores são dominantes e quais são dominados.

Se olharmos para os alimentos e buscarmos enxergar e entender quais dinâmicas alimentares e relações de poder determinam a inserção dos agricultores familiares nesses espaços de poder, percebemos que o espaço é essencial para o processo de estruturação dos tipos de mercados identificados (Figura 20) e dos diferentes canais de comercialização que possam ser classificados. Além de ser essencial para o entendimento de processos associados

aos *'scaling up'* (saltos de escalas) sejam essas escalas operacionais ou geográficas. Reafirmamos que o espaço nesse sentido é entendido como um *'ente social'* detentor das formas, funções e estruturas que integram as dinâmicas alimentares e as relações de poder formadoras de espaços de poder.

Nesse sentido, situações como as identificadas nos espaços de poder analisados problematizam formas de poder enraizadas a partir de representatividades masculinas. O fato desses espaços de poder conterem uma maior representatividade masculina determina alguns direcionamentos para certas dinâmicas e formas de poder. Surgem tipos de espaços de poder mais associados aos *movimentos* embutidos no agronegócio. Contudo, essas características não credenciam esses espaços de poder a serem controlados de forma absoluta ou hegemônica pelos atores que conduzem essas dinâmicas.

### 6.1.2 Produção de alimentos no território alimentar do assentamento Colônia 13

Para nossa surpresa, identificamos formas de poder e de espaços que são mantidos à duras penas. Que foram mobilizados com e sem o apoio do Estado, organizados de forma individual e coletiva, iniciativas dos próprios atores. A figura 21 abaixo, apresenta o início da construção de um novo processo de cooperação no assentamento Colônia 13. Esse processo está pautado em valores mais democráticos e sólidos, junto à produção agroecológica e ao fortalecimento de circuitos curtos e anônimos de comercialização de alimentos.

Figura 21 - Estrutura dos espaços de poder presente no assentamento Colônia 13



O mercado de proximidade nesse espaço de poder é moldado por normas, regras e valores individualizados. A presença de formas de poder invisíveis e ocultas intensifica questões relacionadas a incertezas individuais e coletivas sobre a qualidade e a forma como os alimentos são produzidos e comercializados nesses espaços, especialmente os alimentos orgânicos. A baixa credibilidade e desconfiança na organização coletiva, especialmente no cooperativismo, têm representado um desafio adicional para os agricultores familiares desse espaço de poder, limitando o acesso aos mercados institucionais. Nenhum agricultor familiar entrevistado informou acessar os mercados institucionais durante o período das entrevistas. Atribuímos essa desmobilização ao processo de desmantelamento das políticas alimentares e à desmobilização coletiva que o espaço tem vivenciado nas últimas décadas.

Os mercados de proximidade e os mercados locais e territoriais são essencialmente os contramovimentos nesse espaço de poder. A feira de produtores agroecológicos e os pontos de vendas diretas são exemplos da materialização desse espaço de poder. Assim como os domicílios envolvidos nesse tipo de produção, que são referência no território e no estado. O mercado convencional é controlado por atravessadores e pela Maratá Alimentos, sediada no território, tendo como carro-chefe em seus produtos os sucos e molhos. O excedente da produção de laranjas e maracujá abastece outros mercados do Nordeste<sup>4</sup>.

Identificamos relações e dinâmicas inseridas na origem e destino, ou seja, nos processos que antecedem as relações estabelecidas com os consumidores desses alimentos, conforme apresentamos na parte em verde da Figura 22 a seguir. A existência de circuitos anônimos de comercialização de alimentos voltados ao abastecimento dos pontos de venda direta nas portas das casas e na beira da estrada representa um alongamento das cadeias curtas, já que as informações coletadas indicam que o excedente da produção de alimentos indicados no (Figura 21, apresentada acima) exigem algumas adequações para processo de comercialização da produção nesse espaço de poder. Ocorre que o acesso a alguns canais de comercialização é feito de forma temporária e ocasional. Quando a quantidade de alimentos produzidos pelos agricultores familiares atende sua própria demanda de comercialização e consumo, surge a necessidade e possibilidade do excedente ser comercializado diretamente a outros comerciantes e agricultores familiares do assentamento.

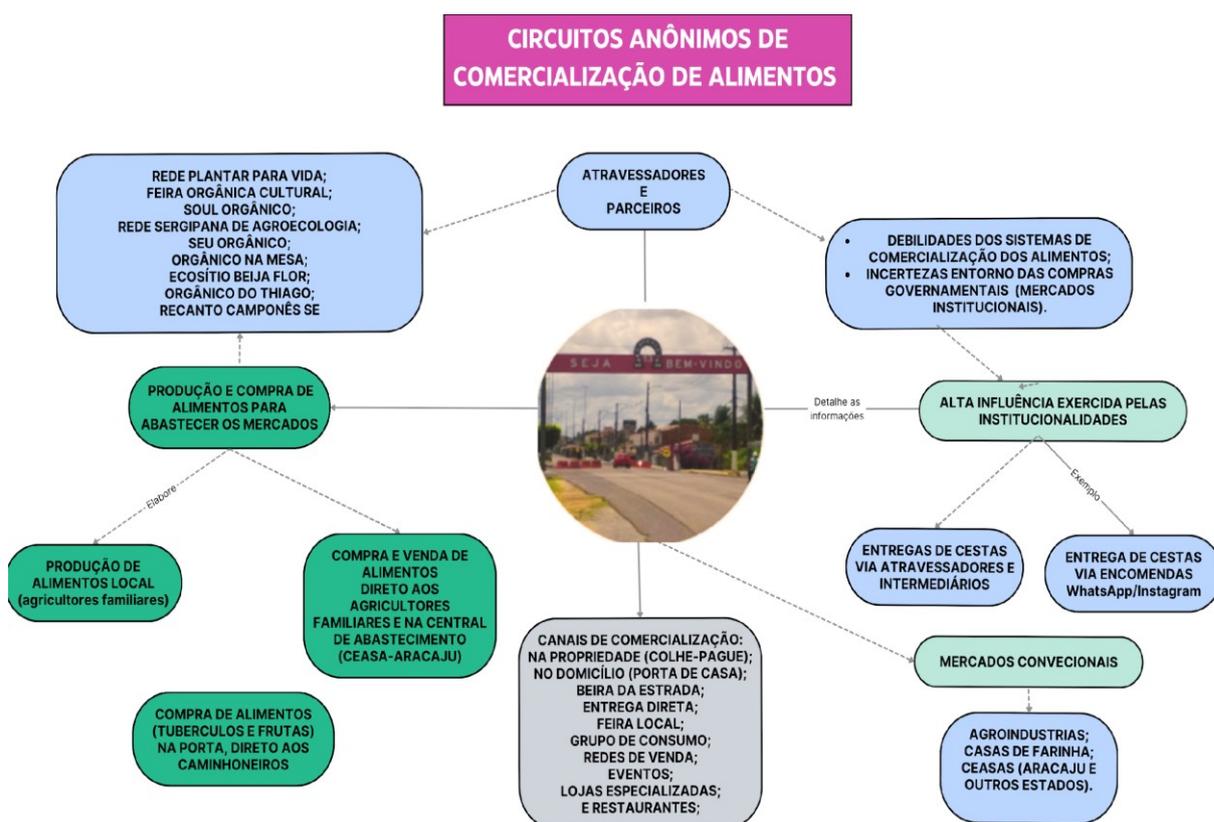
---

<sup>4</sup> Devemos fazer uma ressalva quanto a falta de valores/números da produção de alimentos desse espaço de poder. Não conseguimos informações que fizessem referência a produção desse espaço e os entrevistados não se sentiram confortáveis em ceder a informação, quando passaram eram valores imprecisos (produzo pouco, mais ou menos para vender e comer). As informações só fazer referência ao município de Lagarto, logo, optamos pela não utilização. O escritório local da Emdagro não dispõe dessa informação, em entrevista com o técnico agrícola foi informado que esse controle já não é realizado a bastante tempo, desde fechamento da Coopertreze.

Após essa demanda ser atendida, são acessados canais mais distantes como a Central de abastecimento de alimentos (CEASA) da capital Aracaju. O principal motivo do acesso a esse canal de comercialização é custear o ir e vir desses agricultores familiares e suprir seus pontos de venda com alimentos que não são produzidos na região, ou seja, diversificar a oferta de alimentos. Esse mesmo processo foi identificado em dois outros entrevistados com relação a produção de abacate e coco verde.

Nesse sentido, a (Figura 22 abaixo), está representando as relações existentes entre os produtores de alimentos orgânicos e agroecológicos, com os circuitos anônimos de comercialização. Essas relações e processos estão representadas na formação de redes de comercialização onde estão presentes associações, cooperativas e assentamentos rurais do estado. No caso, a Rede Plantar para Vida comercializa cestas de alimentos orgânicos em Aracaju e cidades próximas. Outras redes de comercialização são compostas de atravessadores que comercializam alimentos, fortalecem os canais de comercialização digitais (mercados digitais). Esses processos e dinâmicas ajudam a reduzir as incertezas compartilhadas e irregularidades presentes nas relações de poder e dinâmicas alimentares existentes nesse espaço de poder.

Figura 22 - Origem e destino dos alimentos presentes no assentamento Colônia 13



Fonte: Elaborado pelo autor.

### **6.1.3 Produção de alimentos no território alimentar que integra o complexo de assentamentos Jacaré-Curituba**

Refletir sobre as dinâmicas alimentares e as relações existentes nos espaços de poder, demanda entender o modelo híbrido no qual esse projeto de assentamentos foi pensado e criado. Além de se levar em conta a presença e influência de outro projeto de assentamentos existente nesse espaço, o P.A. Califórnia, formado por lotes irrigados que foram destinados a empresários da região. Tendo à produção de alimentos sua principal atividade econômica, essa voltada para exportação (principalmente frutas e derivados).

Assim, podemos constatar a partir da análise das (Figuras 13, 17, apresentadas anteriormente) que as características da produção de alimentos desse espaço de poder, segue tendências associadas aos circuitos anônimos existentes nesse espaço. Esses circuitos organizam os espaços, recursos e as instituições a partir do cooperativismo e da fidelização aos atravessadores e representantes de empresas do agronegócio.

As principais culturas alimentares desse espaço de poder ainda são as temporárias. Destacamos o quiabo, uma cultura alimentar temporária e amplamente cultivada em todo o território a partir de outros projetos de irrigação. Esse alimento foi responsável por 36% do Valor bruto da produção agropecuária (VBP) deste espaço de poder como destacado nas tabelas. A mandioca é a segunda cultura alimentar com maior importância neste espaço de poder, essa cultura representa 18% do VBP, seguida pelas culturas da acerola (16%), da goiaba (10%), do milho verde (10%), da batata-doce (5%) e outras culturas (5%). O VBP desses alimentos foi de R\$ 11.828.455,89 no ano de 2021, com área total cultivada de 1.175 hectare. Essa produção gerou uma renda bruta de R\$ 10.065 por hectare cultivado a partir dos projetos de irrigação.

A cultura do quiabo, historicamente tem sido marginalizada por pesquisas e projetos agronômicos. Essa cultura alimentar sempre carregou o estigma de agregar baixo retorno financeiro. Porém, sob a influência de outros projetos de irrigação existente no território, o quiabo veio a se tornar a principal cultura alimentar produzida nesse espaço de poder. Apesar disso, o preço do quiabo e de outros alimentos sofrem enorme variabilidade ao longo do ano. Na maioria das vezes, são afetados pelo excesso na oferta, esse fator promove uma oscilação no valor da (saca, caixa, quilo) desse alimento e de outros produzidos em todo território. No caso do quiabo, a colheita é feita três vezes por semana, chegando a ocorrer diariamente no período de maior produtividade. O verão é o período em que a safra obtém os melhores resultados, nesse período as diárias pagas aos trabalhadores rurais também aumentam.

A mandioca é o segundo alimento mais cultivado nesse espaço de poder, normalmente, o agricultor familiar que cultiva quiabo é o mesmo que cultiva a mandioca. Esses agricultores familiares também sofrem com a oscilação nos preços desse alimento. Ambas as culturas apresentaram baixos valores no ano de 2021, esse fator reduziu de forma contundente o VBP, conforme descrito na tabela 1 a seguir. Ainda assim, segundo informações obtidas a partir das entrevistas o valor do VBP não foi impactado devido ao aumento da área cultivada com o quiabo.

As culturas da acerola e goiaba tem se mostrado excelentes alternativas de produção de alimentos com maior valor agregado devido aos espaços de poder e os canais de comercialização acessados, porém, problemas associados a falta de mão-de-obra para realizar as colheitas são recorrentes. A pecuária de corte e leiteira nesse espaço de poder, tem representado processos que fortalecem a cadeia produtiva do leite na região semiárida sergipana (Alto e Médio Sertão). Essa modalidade produtiva foi fortalecida durante o ano de 2021 o VBP foi de R\$ 1,93 milhões, conforme a Tabela 3 a seguir. A espécie criada nesse espaço de poder, a área ocupada com gado e a produção tem exercido influência no VBP na pecuária de corte e leite desse espaço de poder no ano de 2021.

Neste espaço de poder os agricultores familiares cultivam anualmente algo entorno de 15 mil toneladas de alimentos conforme informações apresentadas nas tabelas a seguir. A receita anual bruta nesse espaço de poder com a produção de alimentos gira entorno de aproximadamente R\$15 milhões. O complexo de assentamentos rurais Jacaré-Curitiba é responsável por gerar cerca de 2,5 mil empregos diretos e indiretos no território.<sup>5</sup>

Alguns dos processos, dinâmicas e relações de poder apresentadas na Figura 23 a seguir, podem ser identificados nos relatos e conversas obtidas a partir das entrevistas com os técnicos do Incra em Aracaju. Indicando como alguns atores atuam nos espaços de poder, dando pistas de quais formas de poder são construídas entre os atores, recursos e as instituições atuantes nesse território. Para esses atores todas as dinâmicas e relações apresentadas na figura 23 a seguir, é [...] resultado de um trabalho errado realizado pelo Governo do estado, pelo movimento e pelo município. [...] Até o cara chegar lá, ele quer ser assentado! Depois é [...] eu quero a terra, quero crédito, quando estou com o dinheiro é tchau, não faz nada. Resultado de um trabalho errado realizado pelo Governo do estado, pelo movimento (MST), pelo município. Motivo da salinização dos lotes sempre é o excesso de água, os assentados mais

---

<sup>5</sup> Os dados apresentados nas (Tabelas 1, 2, 3) foram disponibilizados pelo Gerente de irrigação da Codevasf, responsável pelos projetos de irrigação no estado de Sergipe. Foram coletados durante realização do trabalho de campo a partir de entrevista realizada no ano de 2022.

*ambiciosos salinizam os lotes depois querem outro lote para continuarem desenvolvendo as mesmas práticas* (Entrevistas com técnicos do Incra, 2022). É uma relação de poder invisível e oculta, ao mesmo tempo em que apresenta reflexos e impactos de forma visível no espaço, onde têm sido determinados e conduzidos processos de degradação ambiental bastante custosos e que demandam altos investimentos e bastante tempo para minimizá-los.

**Figura 23 - Estrutura do circuito produtivo e de comercialização do P.A. Jacaré-Curitiba**



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outrossim, as representações e dinâmicas alimentares apresentadas na Figura 23 e na Figura 13, ajudam a consolidar nossas hipóteses e objetivos a partir das discussões que giram em torno dos mercados como um espaço de poder. Uma vez que apresentamos a debilidade no acesso a “Mais e Melhores Mercados” para os agricultores familiares. Destacando como essas dinâmicas alimentares têm determinado a predominância e surgimento de NGA a partir dos contramovimentos. Onde são construídos territórios alimentares como destacado anteriormente nas Tabelas 1, 2 e 3 apresentadas abaixo. Esse modelo possibilita consolidar esse espaço de poder como um território alimentar nutrido de NGA e conduzido por sistemas alimentares sustentáveis e mais inclusivos e resilientes.

Os alimentos produzidos nesse espaço de poder estão atrelados as formas de poder ocultas e invisíveis. Essas formas de poder são fortalecidas por relações com os mercados

convencionais, além de contribuírem para o aumento do poder e da dependência aos canais de comercialização inseridos nesses espaços de poder. Os atravessadores têm determinado os caminhos possíveis para a produção e comercialização dos alimentos nesse espaço de poder.

Os mercados locais e territoriais não apresentam muita diversidade de canais de comercialização. Identificamos o acesso às feiras locais e municipais, restaurantes e alguns sacolões dos municípios próximos. As associações e cooperativas foram importantes canais de comercialização durante os anos em que foram mais ativas a partir dos mercados públicos e institucionais. Informações fazem referência ao processo de beneficiamento e embalagem à vácuo da macaxeira que era comercializada em bares, restaurantes e hotéis de vários estados do Nordeste. Porém, essas estratégias de comercialização e o acesso a esses mercados deixaram de ser explorados. Outra relação de agravamento do processo de comercialização foi o desmantelamento das políticas alimentares e dos mercados públicos e institucionais no período recente, agravando ainda mais essas relações nesses espaços de poder.

**Tabela 1 - Produção de alimentos complexo de Assentamentos Jacaré-Curitiba - 2021 (Familiar)**

CULTURAS TEMPORÁRIAS								
CULTURA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA CULTIVADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PREÇO MÉDIO (R\$/t)	VBP (R\$)	PRODUTIVIDADE (t/ha)	CUSTO VARIÁVEL MÉDIO (R\$/ha)
ÁBOBORA	7,50	7,50	7,50	60,00	600,00	36.000,00	8,00	3.512,00
BATATA DOCE	58,19	58,19	58,19	307,24	1.944,25	597.352,71	5,28	2.673,21
FEIJÃO DE CORDA	62,42	62,42	62,42	104,50	1.116,71	116.696,66	1,67	1.869,53
MACAXEIRA	195,20	195,20	195,20	2.410,28	875,64	2.110.536,00	12,35	3.264,06
MELÃO	3,60	3,60	3,60	64,80	400,00	25.920,00	18,00	5.415,00
MILHO	114,00	114,00	114,00	1.399,80	812,12	1.136.801,07	12,28	2.825,21
PIMENTA	4,50	4,50	4,50	66,46	1.662,43	110.484,99	14,77	13.204,96
QUIABO	452,00	452,00	452,00	3.618,55	1.194,31	4.321.673,91	8,01	2.859,88
<b>TOTAL</b>	<b>897,41</b>	<b>897,41</b>	<b>897,41</b>	<b>8.031,63</b>	<b>-</b>	<b>8.455.465,34</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Dados: Codevasf (2022).

**Tabela 2 - Produção de alimentos complexo de Assentamentos Jacaré-Curitiba - 2021 (Familiar)**

CULTURAS PERMANENTES								
CULTURA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA CULTIVADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PREÇO MÉDIO (R\$/t)	VBP (R\$)	PRODUTIVIDADE (t/ha)	CUSTO VARIÁVEL MÉDIO (R\$/ha)
ACEROLA	-	191,44	191,44	2.724,19	680,74	1.854.462,36	14,23	4.730,73
BANANA	-	8,70	8,70	5,17	4.003,87	20.700,00	0,59	2.198,09
COQUEIRO	-	3,00	3,00	129,00	353,72	45.630,00	43,00	6.180,18
GOIABA	-	58,20	58,20	1.445,68	855,84	1.237.272,63	24,84	9.997,16
MANGA	-	3,00	3,00	12,00	1.550,00	18.600,00	4,00	4.500,00
MARACUJÁ	7,60	7,60	7,60	98,80	1.892,71	187.000,00	13,00	8.914,90
PALMA	-	4,30	4,30	124,65	74,81	9.325,56	28,99	2.168,73
LIMÃO TAHITI	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.431,82
LARANJA P.	0,50	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.510,51
<b>TOTAL</b>	<b>9,10</b>	<b>277,74</b>	<b>276,24</b>	<b>4.539,49</b>	<b>-</b>	<b>3.372.990,55</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Dados: Codevasf, (2022).

**Tabela 3 - Produção da bovinocultura do Projeto Jacaré-Curituba - 2021 (familiar)**

ATIVIDADE										
ATIVIDADE	ESPÉCIE/RAÇA	ÁREA OCUPADA (ha)	ÁREA PRODUTIVA (ha)	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO PRODUTIVA	PRODUÇÃO (L)	PREÇO MÉDIO (R\$/t)	VBP (R\$)	**PRODUTIVIDADE (t/cab/ano)	*CUSTO MANUTENÇÃO (R\$/cab/ano)
BOVINO LEITE	SRD	500,00	50,00	1.055	547	1.132,00	1,70 0,86	1.925,37 5,00	2,07	2.100,00
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>500,00</b>	<b>50,00</b>	<b>1.055,00</b>	-	<b>1.132,00</b>	-	<b>1.925.375,00</b>	-	-

Fonte: Codevasf (2022).

Nota: \* O custo na bovinocultura refere-se :ao custo por unidade animal

\* A população total na bovinocultura de leite refere-se: ao rebanho médio no ano de 2021

\* A população produtiva na bovinocultura de leite refere-se: ao rebanho médio lactante em 2021

\*\* A produtividade na pecuária de leite refere-se: a quantidade média de leite produzida por vaca lactante

#### **6.1.4 Produção de alimentos no território alimentar do assentamento Colônia**

##### **Pindorama**

As terras que compõem o território alimentar que integra o espaço de poder da Colônia Pindorama tem 25.734,8 mil hectares de terras cultivadas com diferentes alimentos. Desse montante 25.314,8 mil hectares são cultivados com cana-de-açúcar, outros 427 hectares são cultivados com frutas, pastagens (pecuária leiteira e de corte) e a agricultura de subsistência (hortaliças, macaxeira, feijão e outras). A importância da cana-de-açúcar como alimento nesse espaço de poder transcende a produção de álcool combustível e etílico/gel. O seu beneficiamento para a produção de açúcares e derivados não apenas se destaca, mas também serve para integrar diversos produtos alimentícios produzidos nas agroindústrias, conforme evidenciado no Figura 24 a seguir. Quanto a produção de outros alimentos, destacamos as frutas maracujá e abacaxi, que são produzidas em pequenas áreas desse território alimentar. O fato de algumas culturas alimentares exigirem maior trato no manejo e precisar de um tempo maior para serem colhidas, tem se mostrado um problema e entrave para os agricultores familiares.

Outra questão relevante faz referência as aldeias identificadas no Quadro 08 a seguir, as quais apresentam a descrição e distribuição da produção de alimentos (Safrá) no período 2020/2021, somente duas aldeias produzem alimentos de forma diversificada. Em todas as aldeias, a presença da cana-de-açúcar é muito forte, sendo o principal alimento cultivado. A fruticultura e as culturas de subsistência integram os alimentos territorializados para diversificar a produção e atender parte da demanda por alimentos da Cooperativa Pindorama e do consumo interno ao assentamento rural.

Outro alimento territorializado neste espaço de poder é a alface. Essa cultura é produzida em terrenos localizados no perímetro urbano do assentamento, atendendo o consumo local. O tomate é o último alimento que foi territorializado nesse espaço de poder, não aparece no Censo interno de 2020/2021, por estava em fase de análises técnicas e viabilidade produtiva (escolha da melhor variedade para ser cultivada). Agora em 2023 a produção desse alimento foi iniciada com 05 produtores com áreas médias de 5 hectares para produção.

O que percebemos a partir das conversas e relatos com os entrevistados, é que a escolha pelo cultivo da cana-de-açúcar está muito atrelada às questões que compõem a governança territorial desse espaço de poder, como destacado na figura 24 a seguir. Nesse sentido, estão associadas as relações, normas e regras formais (contratos de exclusividade de compra e venda desse alimento) entre os agricultores familiares e a Cooperativa Pindorama. Essas relações presentes na governança territorial reduz as incertezas individuais e compartilhadas envolvidas

nas dinâmicas alimentares dos espaços de poder analisados. Outras relações e mecanismos fortalecem esse processo a partir da assistência técnica, distribuição de insumos e mudas, além do baixo trato e manutenção exigido por essa cultura, tornando-se um atrativo a mais, para os agricultores familiares. Outra relação bastante atrativa é o fato desses poderem se dedicarem a outras atividades, em sua maioria na própria Cooperativa Pindorama, identificamos algumas, como porteiros, motoristas, frentistas do posto de gasolina e nas atividades associadas as agroindústrias.

Outro determinante fundamental é o retorno financeiro seguro e garantido. Esses condicionantes conduzem o interesse dos agricultores familiares desse espaço de poder por essa cultura alimentar. Foi possível identificar, que grande parte dos familiares (principalmente os filhos) de agricultores familiares cooperados estão inseridos em alguma atividade no complexo agroindustrial, alguns atuam como “atores simbióticos” realizando compras de frutas em outros municípios e estados do Nordeste.

Figura 24 - Descrição e distribuição da produção de alimentos no assentamento rural Colônia Pindorama – SAFRA 2020/2021

RESUMO GERAL SAFRA 2020/2021																	
	ALDEIAS	ha	RENOVAÇÃO 2022	CANA DE AÇÚCAR					CULTURAS HÁ							TOTAL DA SAFRA	
				TABULEIRO		GROTA		TOTAL	MARACUJÁ	ABACAXI	ACEROLA	COCO	FRUTAS EXTRA	SUBSISTÊNCIA	PASTAGEM		
				PLANTA	SOCA	PLANTA	SOCA										
REGIAO II																	-
	MUTIRÃO	120,3	0,0	8,6	0,0	3,0	13,0	24,6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	PIAUI	2.566,7	136,1	234,4	921,3	0,0	0,0	1.155,7	3	3	0	1	2	4	12	24	24
	FLAMENGO	1.060,7	31,6	80,2	389,7	0,0	0,0	469,9	0	0	0	0	0	2	0	2	2
	RENÊ	1.237,5	47,4	140,7	946,3	0,0	0,0	1.087,0	2	0	0	0	0	2	2	6	6
	BOA VISTA	1.109,0	50,5	105,9	282,0	0,0	0,0	387,9	3	2	0	0	0	0	5	10	10
	<b>TOTAL</b>	<b>6.094,2</b>	<b>265,6</b>	<b>569,8</b>	<b>2.539,3</b>	<b>3,0</b>	<b>13,0</b>	<b>3.125,1</b>	<b>8</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>19</b>	<b>42</b>	<b>42</b>
REGIAO IV																	0
	PALMEIRA ALTA	1.530,7	0,0	115,2	284,6	37,6	39,2	476,6	0	0	0	2	1	0	116	119	119
	SANTA CANDIDA	2.375,9	0,0	305,9	663,7	23,1	64,6	1.057,3	1	1	2	0	2	0	0	6	6
	SANTA MARGARIDA	1.469,4	0,0	122,1	270,6	11,7	0,0	404,3	1	4	0	3	10	2	176	196	196
	MANGABEIRA	485,5	0,0	49,3	95,0	0,0	0,0	144,3	0	1	0	0	1	0	63	66	66
	CONCEIÇÃO	615,0	0,0	41,8	91,4	0,0	2,1	135,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>6.476,4</b>	<b>0,0</b>	<b>634,2</b>	<b>1.405,4</b>	<b>72,4</b>	<b>105,8</b>	<b>2.217,8</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>355</b>	<b>385</b>	<b>385</b>
REGIAO III																	0
	VILA OPERÁRIA	1.120,0	57,5	165,8	895,0	6,0	142,5	1.209,3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	PLANALTO	2.281,6	3,0	127,3	932,6	54,9	309,4	1.396,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	KONRAD	2.185,3	75,2	248,5	1.001,9	43,3	96,4	1.390,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	PROSPERIDADE	1.234,0	13,0	37,5	208,6	48,5	141,6	436,2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>6.820,9</b>	<b>148,7</b>	<b>579,1</b>	<b>3.038,2</b>	<b>152,7</b>	<b>689,8</b>	<b>4.431,8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
REGIAO I																	0
	BONSUCESSO	3.364,4	36,6	410,2	1.889,9	16,8	39,2	2.356,1			0	0	0	0	0	0	0
	BOTAFOGO	1.272,4	23,6	248,5	662,3	2,8	27,1	940,7		0	0	0	0	0	0	0	0
	SANTA TEREZINHA	1.361,3	14,9	168,4	856,0	0,0	12,6	1.037,0		0	0	0	0	0	0	0	0
	CENTRO URBANO	119,4	0,0	0,7	15,7	0,5	2,3	19,2		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
	VILA MACHADO	225,8	0,0	2,8	51,9	5,0	19,6	78,0		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0
	<b>TOTAL</b>	<b>6.343,3</b>	<b>75,1</b>	<b>830,6</b>	<b>3.475,8</b>	<b>25,1</b>	<b>100,8</b>	<b>4.431,0</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>25.734,8</b>	<b>489,4</b>	<b>2.613,8</b>	<b>10.458,6</b>	<b>253,2</b>	<b>909,4</b>	<b>14.724,4</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>374</b>	<b>427</b>	<b>427</b>

Fonte: Cooperativa Pindorama (2022).

Figura 25 - Estrutura do circuito produtivo e de comercialização do assentamento Colônia Pindorama



Fonte: Elaborado pelo autor.

A tomada de decisão nesse espaço de poder se baseia em lógicas produtivas e de ganho de escala e mercado no processo de comercialização dos alimentos, principalmente a partir dos canais de comercialização usuais utilizados pelo agronegócio (mercados convencionais). De certo, a diversidade dos produtos beneficiados nas agroindústrias localizadas no espaço de poder do assentamento ligadas à Cooperativa Pindorama. Esses processos estão representados a partir de uma redução considerável das incertezas compartilhadas. Tendo na previsibilidade dos rendimentos e valores pagos pelos alimentos cultivados nos territórios alimentares. Além, da possibilidade de acessar “Mais e Melhores Mercados” da agricultura familiar, exemplos são os mercados públicos e institucionais.

Outros fatores associados a minimização das questões climáticas locais e globais ocorrem a partir da criação e inserção de processos associados a produção de novidades e inovação, tais como:

- a) a irrigação e criação de perímetros irrigados;
- b) a oferta de assistência técnica adequada às localidades e aos tipos de solo;
- c) fornecimento dos recursos necessários ao desenvolvimento das atividades agropecuárias de forma eficaz e lucrativa.

O fato dos agricultores familiares assentados nesse espaço de poder e territórios alimentares produzirem frutas diversas e terem flexibilidade no processo de comercialização do excedente de suas produções, representa um atrativo por conseguirem comercializar em outros mercados e acessarem novos canais de comercialização. Esses fatores representam uma segurança para os agricultores familiares com a possibilidade de explorar os mercados locais e de proximidade.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese de doutorado está pautada em uma trama de relações de poder nutridas por condições e possibilidades atreladas as diferentes necessidades dos atores, recursos e das instituições envolvidas nas dinâmicas alimentares produtoras de novas geografias alimentares em assentamentos rurais no Nordeste. Por vezes, essas condições e possibilidades se confundiram com as nossas próprias necessidades, por estarmos inseridos em parte dessas dinâmicas e relações de poder vivenciadas na pesquisa. Durante os processos inseridos nas atividades de campo (trabalhos de campo) estivemos na condição de pesquisador e consumidor, entrevistando, conversando e comprando alimentos agroecológicos e convencionais. Provando tapiocas feitas de massa de macaxeira (tradicionalmente é feita com massa de mandioca) direto do agricultor familiar em barracas localizadas na feira local e em eventos. Além de prospectar dados e informações de atores institucionais (Incra, Codevasf, Cooperativa Pindorama).

Nesse sentido, para expor as considerações finais, num primeiro momento, pretendemos retomar e discutir os objetivos e hipóteses que nortearam a presente tese. Em seguida buscamos destacar as inquietações que surgiram no decorrer da pesquisa e que permanecem até o momento. Por fim, apresentamos argumentos e questionamentos que podem orientar futuras pesquisas e conduzir agendas promissoras para os estudos agroalimentares no Sul global a partir das novas geografias alimentares, tendo em vista as relações e formas de poder presentes nos diferentes espaços de poder inseridos em sistemas alimentares territorializados.

O objetivo principal dessa tese esteve pautado em buscar respostas aos questionamentos envolvidos em analisar em que medida os espaços de poder representados pelos assentamentos rurais e mercados alimentares, produzem dinâmicas alimentares capazes de modificar as características dos espaços e a natureza dos lugares a partir da reterritorialização dos alimentos, podendo ser entendidos como NGA no contexto de desenvolvimento rural do Nordeste. Interpretando e analisando essas dinâmicas alimentares formadoras de espaços de poder.

Para efetivarmos essas análises exploramos o método de pesquisa qualitativo e suas diferentes ferramentas metodológicas. Tendo como finalidade coletar dados e informações capazes de responder as questões e objetivos apresentados na tese. Explorando as condições e possibilidades existentes nas abordagens discutidas. Assim, como o estudo dos múltiplos casos que nos permitiu enxergar as relações e formas de poder produzidas pelos alimentos e dinâmicas alimentares e espaciais existentes nos diferentes espaços de poder analisados em dois estados do Nordeste (Sergipe e Alagoas). Nesse sentido, identificamos recortes espaciais e territoriais que representam diferentes realidades e potencialidades demonstrando vários determinismos

(ambiental, político e social) inseridos no regionalismo nordestino. Em que pese as relações e dinâmicas associadas às formas de se produzir, beneficiar e comercializar os alimentos. Exemplos são os respectivos mercados agroalimentares acessados pelos agricultores familiares assentados e os circuitos anônimos de comercialização. Nesse contexto, apresentamos dimensões, variáveis e indicadores que formulamos, pensando em promover uma integração direta entre as dinâmicas, relações e formas de poder identificadas nos respectivos espaços de poder. Esse conjunto compõe o que entendemos ser as dinâmicas alimentares e espaciais que compõem a produção das novas geografias alimentares a partir das territorialidades dos alimentos.

Nesse caso, diante de uma questão problema que considerou como hipóteses norteadoras: a inserção dos assentamentos rurais como importantes espaços de poder produtores de dinâmicas alimentares que formam territórios alimentares. Estando os assentamentos rurais inseridos em relações de poder e dinâmicas alimentares que visam produzir alimentos para subsistência e para comercialização.

Identificamos nos espaços de poder a existência desse “*Duplo movimento*” confirmando a existência das duas Geografia alimentares, ou seja, movimentos e contramovimentos dividindo os mesmos espaços de poder. Os movimentos estão constituídos e fortalecidos por relações estabelecidas entre as ações do Estado, a partir das instituições e das políticas que integram e consolidam os mercados, atores, os recursos e as instituições do agronegócio. Nesse sentido, a territorialização, reterritorialização e desterritorialização dos alimentos nos espaços de poder, podem ou não, constituírem movimentos que integram os complexos empresariais do agronegócio, que consolidam monoculturas nos territórios, constituindo uma questão agrícola para produção de alimentos. Na prática os processos inseridos nessas territorialidades associadas aos alimentos exercem as mesmas relações de poder e dinâmicas alimentares nos movimentos e contramovimentos.

Construir argumentos sobre como os movimentos determinam e transformam agricultores familiares em empreendedores e empresários rurais especializados, inseridos em mercados e cadeias agroalimentares globais. Outra ideia está pautada na concepção do camponês autárquico que vive e produz apenas para subsistência, isso não significa formação de *contramovimentos*. O desafio está em (re)construir processos que promovam heterogeneidades, autonomia, diversificação produtiva, produção de inovação e novidades pelos atores sociais, acessando mais e melhores mercados e a construção de espaços de poder.

Nesse cenário constatamos que os contramovimentos estão associados às culturas alimentares temporárias de curto prazo. As dinâmicas alimentares exercem funcionalidades

voltadas a suprir duas necessidades essenciais aos agricultores familiares assentados: a do autoconsumo com culturas específicas que carregam valor agregado para comercialização, mais que também são alimentos de primeira ordem para o consumo. Essa relação nutre o desenvolvimento de culturas como:

- a) quiabo;
- b) feijão;
- c) hortaliças;
- d) mandioca e macaxeira;
- e) e frutas de ciclos produtivos rápidos (culturas alimentares temporárias).

A construção desses espaços de poder potencializa interpelações entre diferentes dimensões presentes nesses espaços e territórios, exemplos são:

- a) os ecossistemas e as atividades humanas, atreladas às dinâmicas espaciais, as agriculturas e Agriculturas;
- b) e os processos de reordenamento da estrutura fundiária e agrícola presentes nos espaços foram consolidadas e desestabilizadas a partir das relações de poder.

A tese contribui para reflexões entorno do papel da questão agrária para além do processo de reforma agrária, tendo em vista outro prisma para esses espaços. Acreditamos que a questão agrária no Brasil está atrelada aos movimentos e contramovimentos, caracterizando uma questão alimentar a partir dos assentamentos rurais. Esses espaços de poder apresentam três modelos híbridos de processos de reforma agrária e diferentes relações para estruturar essas dinâmicas e relações de poder, inseridas na formação dos espaços, das temporalidades e ambientes (Litoral, Agreste e Sertão).

Utilizamos estudos, debates e pesquisas construídas a partir dos processos e paradigmas inseridos na virada para qualidade, onde estabelecemos diálogos possíveis entre a geografia social e agrária, a economia política da alimentação e dos sistemas alimentares. Problematizando o poder de transformação dos alimentos nos sistemas alimentares modificando e transformando os espaços de poder de produção e comercialização (mercados alimentares e territórios alimentares).

Esta construção teórica e os debates estão fundamentados em diferentes abordagens, incluindo a “abordagem estratégico-relacional” de Bob Jessop (2007), à qual recorreremos para enfatizar a importância da construção social de uma abordagem relacional, multinível e multiescalar, a fim de analisar as dinâmicas alimentares e espaciais que produzem as novas geografias alimentares. Reforçando a necessidade de abordar o poder de maneira crítica e espacial, foram construídas discussões propositivas que destacam os pontos positivos e

negativos presentes na abordagem das novas geografias, com foco nos paradigmas de reconexão e realocização.

Para enxergarmos as relações, formas e espaços de poder presentes nos sistemas alimentares e na produção de NGA, estamos respaldados pela “abordagem do Cubo de poder” desenvolvida por John Gaventa (1980). Outros fatores limitantes que buscamos superar a partir da adequação da abordagem das NGA para o Sul global foi o foco excessivo nas redes sociais e nas análises locais dos processos e dinâmicas alimentares. Esses processos e dinâmicas configuram um conjunto de armadilhas localistas, elitistas, defensivas e territoriais. Valorizando os espaços, lugares e alimentos levando em consideração relações e processos inseridos nas escalas geográficas e operacionais inseridas nos movimentos e contramovimentos utilizando e explorando ideias disseminais elaboradas por (Polanyi, 2021).

Por fim, realizamos a construção e o detalhamento dos múltiplos casos analisados e discutidos criticamente, a partir dos dados primários e secundários coletados nas atividades de campo. As quais ofereceram as condições e possibilidades para responder aos objetivos preteridos na pesquisa. Nesse sentido, o enraizamento das relações de poder e dinâmicas alimentares aos processos de desconexão, desenraizamento e desvinculação representa explorar determinantes que contribuem para compreender o funcionamento desses processos como estimuladores de contramovimentos. Entendendo como esses processos influenciam nas dinâmicas espaciais desses espaços de poder, influenciando diretamente nas territorialidades dos alimentos nesses territórios.

A perda de vínculos estabelecidas a partir do colapso dos processos de cooperativismo e associativismo nos espaços de poder, permitiu que processos e relações de poder afetassem a produção de diversas culturas alimentares. Levando ao enfraquecimento e perda de relações (saberes culturais, rotinas e compartilhamentos) entre produtores, distribuidores e consumidores desses alimentos. A territorialização dos circuitos anônimos atrelados à espaços de poder fortalece o distanciamento entre os atores dos sistemas alimentares, além de consolidar a perda do “fator humano” na relação de produção, comercialização e consumo de alimentos.

Outras relações identificadas fazem referência a presença de redes sociais e coletivas de produtores e atores que comercializam alimentos. Nas redes existem atores que atuam como atores simbióticos no processo de comercialização de alimentos, explorando marcas próprias (a exemplo da Cooperativa Pindorama), onde são consolidadas as práticas sociais que representam formas e relações de poder. A presença de leis, regras e normas contratuais, exercem e fortalecem formas, relações e espaços de poder dentro desses sistemas alimentares.

Entendemos que as relações e dinâmicas que promovem o desenraizamento de espaços, recursos e relações afetam as territorialidades dos alimentos. Apresentamos e explicamos as diferentes relações e processos nos espaços de poder, que promovem e potencializam essas dinâmicas alimentares ao longo da tese. Respaldamos esses processos a partir das dimensões e indicadores apresentados no Apêndice A, construídos a partir dos aportes teóricos e com adequações pontuais, voltadas a utilização das novas geografias alimentares o Sul global. Como a desvinculação tem potencializado a especialização dos espaços, a fragmentação das cadeias produtivas e o aumento da performatividade das dinâmicas alimentares nos espaços de poder analisados, produzindo bens e serviços voltados ao fortalecimento de alimentos específicos para suprir cadeias de abastecimento agroalimentares específicas.

De certo, devemos ressaltar que os contramovimentos não podem ser entendidos e enxergados como sinônimos do desenvolvimento e utilização de práticas agrícolas ligadas às agriculturas alternativas. Refletimos sobre a existência de possíveis armadilhas ideológicas e localistas que exploram os contramovimentos dentro dos sistemas alimentares. Para analisarmos os contramovimentos devemos explorar as possibilidades analíticas existentes e discutidas a partir das “Agriculturas e “lavouras” apresentadas por (Bernstein, 2017).

Essa opção se justifica por termos identificado contramovimentos sendo construídos por cultura alimentares e práticas que são exploradas pelo agronegócio. O agronegócio potencializa os efeitos dos processos de desconexão, desenraizamento e desvinculação. Os contramovimentos inserem atores sociais e espaços de poder nesse processo, procurando torná-los mais heterogêneos, diversificados e inclusivos. Prevendo combater as investidas dos atores que controlam as dinâmicas alimentares presentes nos sistemas alimentares convencionais.

Compreender como os alimentos são incorporados aos territórios e seus respectivos espaços de poder (mercados alimentares e assentamentos rurais) possibilita entender os movimentos e contramovimentos. As reações possíveis para modificar os espaços e transformar os lugares, são mais simples de serem identificadas e explicadas quando olhamos para os processos e dinâmicas construídas com a participação das organizações sociais e coletivas. Essas reações se mostraram altamente dependente das relações e formas de poder inseridas no cooperativismo e associativismo.

As dinâmicas alimentares promovidas pelo processo de especialização produtiva e estímulo à formação de espaços de poder, com maior presença de governança territorial e dos processos citados acima, têm apresentado resultados mais atrativos aos agricultores familiares inseridos nos processos de contramovimentos. No nosso entendimento sobre as diferentes territorialidades existentes nos espaços de poder é necessário compreender como essas relações

e dinâmicas determinam as formas de acesso e uso da terra para produção de alimentos nesses territórios.

Nesse contexto, podemos afirmar que os assentamentos rurais não só produzem dinâmicas alimentares capazes de construir espaços de poder, mas os próprios assentamentos rurais tornam-se espaços de poder, por produzirem internamente territórios alimentares. O caso que analisamos do espaço de poder da Colônia Pindorama, que tem na cultura da cana-de-açúcar o principal alimento que consolida o processo de contramovimento nesse espaço de poder. Ao mesmo tempo que essa cultura alimentar também é controlada e explorada pelos movimentos do agronegócio, são várias as usinas e destilarias instaladas nesse território e que beneficiam esse alimento para produzirem álcool Combustível, cachaças e açúcares para exportação.

Outro exemplo que identificamos foi o espaço de poder do Complexo Jacaré-Curitiba, que explora as mesmas culturas alimentares a partir de contramovimentos produzidos por agricultores familiares assentados, ou seja, o quiabo, macaxeira e frutas. Essas mesmas culturas alimentares integram os polos/projetos irrigados no semiárido nordestino e são controladas por empresas do agronegócio com foco na produção de alimentos para exportação.

O caso analisado no espaço de poder da Colônia 13, convive internamente com movimentos ligados ao desenraizamento, desvinculação e desconexão das relações com as cadeias produtivas agroalimentares a partir das culturas da laranja, maracujá e do fumo. A pressão exercida pelo setor imobiliário e pelo agronegócio a partir do avanço das culturas do milho e soja, ganham força no território. Cabe destacar que essas culturas estão passando por processos de desterritorialização nesse espaço de poder, ao mesmo tempo que culturas de subsistência e outras culturas comerciais têm sido territorializadas e reterritorializadas a partir das práticas agroecológicas. As hortaliças, leguminosas e tubérculos, além da laranja, macaxeira e maracujá estão inseridas nesse processo.

De certo, para nós essas relações de poder, dinâmicas alimentares e espaciais configuram o que entendemos ser as novas geografias alimentares para o Sul global. Não restam dúvidas que uma nova agenda surge, caminhos possíveis estão sendo abertos e trilhados a partir dessa agenda de pesquisa. Esses contramovimentos são conduzidos por atores vulnerabilizados e/ou em condições de marginalidade, convivem com movimentos já consolidados ou em processo de consolidação. Em sua maioria são constituídos por espaços de poder construídos, ocupados e reivindicados. Assim, sugerimos a existência de novas geografias alimentares que tendem a configurar uma outra questão agrária, muito mais próxima de uma questão alimentar para os espaços, territórios e lugares que estão inseridos nas dinâmicas alimentares.

Outros exemplos, podem ser vistos no semiárido nordestino, no território da Borborema no estado da Paraíba ou nos assentamentos rurais da região Sul, especialmente no estado Rio Grande do Sul, com os agricultores familiares assentados produtores de arroz orgânico. Estudos futuros usando a abordagem da NGA serão muito bem-vindos e poderão ajudar no desenho de políticas públicas que possam incidir sobre os territórios alimentares e espaços de poder. Assim, fica o convite para pesquisadores e estudiosos das questões agroalimentares na região Nordeste e no Brasil, a realizarem novos estudos agroalimentares e contribuírem para o avanço dessa abordagem no Sul e Norte global.

Tiramos como aprendizado desta tese para compor futuros estudos agroalimentares no Nordeste brasileiro e no Sul global. As oportunidades inseridas nos espaços de poder existentes em diferentes escalas geográficas, as quais, determinam diferentes relações de poder atreladas aos processos agroalimentares e dinâmicas alimentares construídas a partir dos alimentos. Assim, novos espaços e oportunidades estão surgindo e sendo inseridas em diferentes territórios envolvendo atores, recursos e instituições à processos políticos, sociais, ambientais e produtíveis em níveis que vão do local ao global.

Os instrumentos de política, os marcos legais, programas e políticas públicas de apoio ao combate à fome, aos desperdícios de alimentos, a (re)ordamento territorial, uso consciente dos recursos e a busca por segurança alimentar e nutricional são possibilidades a serem exploradas em futuras pesquisas e trabalhos acadêmicos. Além da busca pela compreensão de quais formas de poder estão envolvidas nas relações e processos que nutrem as desigualdades no rural e nas cidades brasileiras.

No entanto, apesar das amplas possibilidades existentes na abordagem das NGA. Novos estudos devem buscar compreender quais formas e relações de poder compõem a criação de novas redes de atores, novos arranjos institucionais, produtivos e de comercialização de alimentos em diferentes espaços rurais e urbanos. Essas pesquisas poderão resultar em uma maior inclusão e/ou mudanças nas políticas alimentares, agrária e agrícola em favor das populações tradicionais, dos povos originários, das populações em situação de vulnerabilidade e marginalidade que vivem nos centros urbanos e periferias.

No entanto, é muito importante que as novas agendas de pesquisa busquem compreender as relações de poder construídas para fortalecer os vínculos, redes e identidades que dependem da natureza, dos determinismos e das formas de poder que cercam e impregnam os novos espaços produtores de alimentos no Brasil. Potencialmente essas relações democráticas e dinâmicas se materializam em espaços de poder, que pouco foram analisados, especialmente a partir da abordagem das NGA, são exemplos desses espaços os (Conselhos de segurança

alimentar e nutricional, colegiados territoriais, feiras-livres, centrais de abastecimento de alimentos, mercados centrais, comitês de gestão de bacias hidrográficas, espaços de comercialização e beneficiamento de alimentos, entre outros espaços). Dito isso, acreditamos que a indicação dessas potenciais agendas de pesquisas oferecem a possibilidade para estudantes e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, principalmente da geografia, articularem diferentes interesses e explorarem abordagens pouco trabalhadas no Sul global.

## REFERÊNCIAS

- AGNEW, J. The territorial trap: The geographical assumptions of international relations theory. *Review of International Political Economy*, United Kingdom, v. 1, n. 1, p. 52-80, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09692299408434268>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. [Dados retirados da página]. [2022]. Disponível em: <http://www.planejamento.al.gov.br/seplag>. Acesso em: 30 jun. 2022.
- ALVES, V. E. L. AQUINO, J. R.; SILVA FILHO, R. I. A modernização da fruticultura irrigada e seus impactos socioeconômicos e ambientais no Vale do Açu/RN. *Revista GeoInterações*, Assu, v. 2, p. 35-56, 2018. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RGI/article/view/1093>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- ALBUQUERQUE, C. F. Camponeses e canavieiros: razões e significados da migração do Semiárido para Zona da Mata alagoana. 2016. 228 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/158>. Acesso em:
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ANDRADE, M. C. Territorialidade, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e o poder local. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A de; SILVEIRA, M. L. (org.) **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 213-220.
- ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1970. Primeira edição: 1967.
- ANDERSON, C. R.; BRUIL, J.; CHAPPELL, M.J.; KISS, C.; PIMBERT, M. P. From Transition to Domains of Transformation: Getting to Sustainable and Just Food Systems through Agroecology. *Sustainability*, 11, 5272; 2019. doi:10.3390/su11195272
- BERNSTEIN, H. Agrarian political economy and modern world capitalism: the contributions of food regime analysis. *The Journal of Peasant Studies*, 43:3, p. 611-647, 2016. DOI: 10.1080/03066150.2015.1101456.
- BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de Classe da mudança agrária**. Tradução Beatriz Medina – São Paulo: Editora Unesp, p. 171, 2011.
- BORN, B.; PURCELL, M. Avoiding the Local Trap: Scale and Food Systems in Planning Research. *Journal of Planning Education and Research*, n. 26, p. 195, 2006.
- BOWEN, S. The Importance of Place: Re-territorialising Embeddedness. *Sociologia Ruralis*, v. 51, n. 4, p. 325-348, 2010.

BLAY-PALMER, A. *et al.* Validating the City Region Food System Approach: Enacting Inclusive, Transformational City Region Food Systems. **Sustainability**, 10, 1680, 2018; doi:10.3390/su10051680

CARNEIRO, C. O estudo de casos múltiplos: estratégia de pesquisa em psicanálise e educação. **Psicologia USP**. volume 29 I número 2, 2018, p. 314-321. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170151>

CASTRO, I. E. **Natureza, Imaginário e a Reinvenção do Nordeste**. Acessado em: observatoriogeograficoamericatina. Org.mx, 2001.

CASTRO, I. E. Imaginário político e a realidade econômica, o “marketing” da seca nordestina. **Nova Economia I**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 1-23, nov. 1991. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2317>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CASTRO, J. **Geografia da fome: (o dilema brasileiro: pão ou aço)**. 10. ed. Rio de Janeiro, Antares, 1984.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60(2), 2022. e233766. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233766>. Acesso em: 01 fev. 2023.

CARON, P. Food systems for sustainable development: proposals for a profound four-part transformation. **Agronomy for Sustainable Development**, 2018, p. 38: 41. <https://doi.org/10.1007/s13593-018-0519-1>. Acesso em: 01 mai. 2019.

CARON, P. From crisis to utopia: crafting new public–private articulation at territorial level to design sustainable food systems. **Agriculture and Human Values**, 2020, p. 1-2. <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10065-1>. Acesso em: 01 Jan. 2021.

CAVALCANTE, L. A. L. M. **De camponês a “empresário rural”**: o assentamento Jacaré-Curitiba. Dissertação de Mestrado-Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2019, p.172. Acesso em: 01 Fev. 2020.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo, 7<sup>a</sup> edição, Editora Ática, 2000.

COSTA, R. H. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

COSTA, R. H. Da desterritorialização a multiterritorialidade. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792. Acesso em: 01 maio. 2020.

COSME, C. M. **A resistência do campesinato assentado em uma formação territorial marcada pela contrarreforma agrária**: da luta pela terra à luta para permanecer no território dos assentamentos rurais no Sertão alagoano. 2019. 522 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

COOPERATIVA PINDORAMA. [Informações retiradas da página]. [202?]. Disponível em: [cooperativapindorama.com.br](http://cooperativapindorama.com.br). Acesso em: 31 jul. 2023.

CRUZ, M. S. da; SCHNEIDER, S. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. **Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas**, 42(1), 93–113, 2022. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.769>. Acesso em: 01 Jan. 2023.

DEMATEIS, G. Sistema Local Territorial (SLOT): Um Instrumento para Representar, Ler e Transformar o Território. *In*. ALVES, A. F.; CORRIJO, B. R.; CANDIOTTO, Z. **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 33-46.

DUPUIS, M. E.; GOODMAN, D. Should We go “Home” to Eat? Toward a Reflexive Politics of localism. **Journal of Rural Studies**, 21, p. 359-371, 2005. Acesso em: 01 maio 2019.

DUNCAN, J.; LEVKOE, C. Z.; MORAGUES-FAUS, A. Envisioning New Horizons for the Political Economy of Sustainable Food Systems. **The IDS Bulletin is published by Institute of Development Studies**, London, v. 50, n. 2, 2019. Acesso em: 15 maio 2019.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Sustainable food systems. Concept and framework**. 2018, p.1-8. Acesso em: 15 jun. 2019

FAORO, R. **Os donos do Poder**. Porto Alegre. Ed. Globo, 1976.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000

FOUCAULT, M. **Histoire de la sexualité: La volante de savoir**. Paris, Galimard, 1976.

FREYRE, G. **Nordeste**. Global, São Paulo, 1989.

FREIRE, F.; **História de Sergipe**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes. 1977.

FRIEDMANN, H. Commentary: Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 671-692, 2016.

FRIEDMANN, H. “Capitalism, Petty Commodity Production and the Farm Enterprise”, in **Sociologia Ruralis**, v. 35, p. 314, 1985/1986. Acesso em: 15 jun. 2019.

FRIEDMANN, H. International Regimes of Food and Agriculture since 1987. *In*: SHANIN, T. (ed.). **Peasants and Peasant Societies**. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

GAZOLLA, M.; Schneider, S. **Cadeias Curtas Alternativas: negócio e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GAVENTA, J. Finding the Spaces for Change: A Power Analysis. **IDS Bulletin**, v. 37, n. 6, p. 23–33, 2006.

GAVENTA, J. 'Power and Powerlessness' (chapter 1, sectin 1.3) in. ***Power and Powerlessness: Quiescence and Rebellion in an Appalachian Valle***, University of Illinois Press, 1980. Acesso em: 15 jun. 2020.

GAVENTA, J.; Pettit, J. Uma resposta a 'Powercube: Understanding power for social change', **Journal of Political Power**, 4:2, 309-316, 2011.

GERMANO, C. Um brasileiro morre a cada dois dias por intoxicação com agrotóxicos. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/04/5004093-um-brasileiro-morre-a-cada-dois-dias-por-intoxicacao-com-agrotoxicos.html>. Acesso em: 21 dez. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, A. T. P. Análise de conteúdo, análise do discurso e análise de conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas. **Administração: ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 275–300, 2016.

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In. GAZOLLA, M.; Schneider, S. **Cadeias Curtas Alternativas: negócio e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. P. 520.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E. M.; GOODMAN, M. K. **Alternative food networks: knowledge, place and politics**. London (UK), Routledge, 2012. Acesso em: 15 jun. 2019.

GOODMAN, D.; DUPUIS, E. Rural Europe Redux? Reflections on alternative agro-food networks and paradigm change. **Sociologia Ruralis**, 44 (1), p. 3-16, 2004. Acesso em: 15 jun. 2019.

GOODMAN, D. WATTS, M. (Ed.). **Global food: agrarian questions and global restructuring**. London: Routledge, 1997. Acesso em: 15 jun. 2019

GOODMANN, M. K. Food geographies I: relational foodscapes and the busy-ness of being more-than-food. **Progress in Human Geography**, 40 (2), p. 257-266, 2016. ISSN 03091325 Doi: <https://doi.org/10.1177/0309132515570192>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GOVERNA, F. Territorialità e azione collettiva. radicamento e ancoraggio dei sistemi locali territoriali. In: **Il radicamento territoriale dei sistemi locali**. VINCI IGNAZIO, F. A, MILANO, 2005, p. 75-88. Acesso em: 15 jun. 2021.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In. HEIDRICH, Álvaro Luiz (org.). **A emergência da multiterritorialidade: ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. ULBRA: Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 312.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização a Multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., São Paulo, 2005. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2005. p. 6774-6792. Acesso em: 15 set. 2020.

HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

ILBERY, B. *et al.* Product, process and place an examination of food marketing and labelling schemes in Europe and North America. **European Urban and Regional Studies** 12(2): 116–132, 2005. 0.1177/0969776405048499. Acesso em: 15 jun. 2019.

IBGE. **Cidades e estados do Brasil**: Lagarto / SE: panorama. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/lagarto/panorama>. Acesso em: 15 jun. 2022.

II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: **II VIGISAN**: relatório final/Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. (Análise; 1) PDF. Acesso em: 15 jun. 2023.

JESSOP, B. *State Power: A Strategic-Relational Approach*. 2007 by Polity Press, p.314.

LAMINE, C.; GARÇON, L.; BRUNORI, G. Territorial agrifood systems: A Franco-Italian contribution to the debates over alternative food networks in rural areas. **Journal of Rural Studies**, n. 68, 2019, p. 159-170. Acesso em: 15 jun. 2020.

LAMINE, C. Settling Shared Uncertainties: Local Partnerships Between Producers and Consumers. **Sociologia Ruralis**, Vol 45, Number 4, October 2005, p. 324-344. Acesso em: 15 jun. 2020.

LAMINE, C. Sustainability and Resilience in Agrifood Systems: Reconnecting Agriculture, Food and the Environment. **Sociologia Ruralis**, Vol 55, Number 1, January 2015, p.41-51. DOI: 10.1111/soru.12061. Acesso em: 15 jun. 2020.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.0

LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEACH, M. *et al.* Food politics and development. **World Development**, volume 134, October 2020, p. 1-19 <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105024>

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

LIMA, C. M. D. **Cooperativa e desenvolvimento territorial: o caso da Cooperativa Pindorama – Alagoas**. Tese (Doutorado); Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011. p. 265.

LOPES, E. S, A.; (coord.) *et al.* Na linha do tempo: um olhar sobre os assentamentos rurais do estado de Sergipe. **Relatório do Projeto de Pesquisa “Impactos Regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”**. Convênio FINEP/PDA/UFRRJ. Aracaju, 1997.

LOPES, E. S, A.; SILVA, J. H. da; CARVALHO, D. M. de; COSTA, J. E. DA **Distribuição dos estabelecimentos agropecuários e índice de Gini do estado de Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

LOPES, E. S. A.; SILVA, J. H. da; CARVALHO, D. M. de. **Evolução recente e situação atual da estrutura fundiária do estado de Sergipe (1985-2006)**. Relatório do Projeto de Pesquisa “Formação de Rede para Banco de Dados sobre atividades produtivas, econômicas e ambientais sobre o meio Rural no estado de Sergipe e na Região do Planalto da Conquista/BA”. Convênio FAPITEC/MDA/CNPq. São Cristóvão, 2013.

LOPES, E. S. A. **Da colonização dirigida na Amazônia à reforma agrária no Nordeste: (origem trajetória e perspectivas de colonos e assentados)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 297.

MARTINS, M. A história que o agro não conta: violência, fome e devastação. **Le Monde**, 28 set. 2022. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-historia-que-o-agro-nao-conta-violencia-fome-e-devastacao/>. Acesso em: 20 de fevereiro, 2023.

MARSTON, S. A. The social construction of scale. **The social construction of scale**, v. 24, issue 2, 2000, p. 219-242. Acesso em: 20 jun. 2019.

MARSDEN, T. K. New rural territories: regulating the differentiated rural spaces. **Journal of Rural Studies**, v. 14, n. 1, p. 107-117, 1998. Acesso em: 30 jun. 2020.

MARSDEN, T. Globalization, Regionalization and Regulation, paper presented to the Political Economy of the Agro-Food System. In: GOODMAN, D.; WATTS, **Globalising food: agrarian questions and global restructuring**. London: Routledge, 1997. Acesso em: 12 jun. 2020.

MARSDEN, T. K.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v. 40, p.424-438, 2000a. Acesso em: 12 jun. 2020.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questão agrária**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, R. **Pensar e ser a geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Dinâmicas Regionais, Instituições Econômicas e Desenvolvimento Rural: o Pólo Fruticultor Assu-Mossoró (RN). In: CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., Brasília, 2011. **Anais [...]**. Brasília: Ipea, 2011. v. 1. p. 1-20. Acesso em: 12 ago. 2019.

OLIVEIRA, F. **Noiva da revolução: Elegia para uma re(li)gião - Sudene, Nordeste – Planejamento e conflitos de classe**. São Paulo, Editora Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRADO JÚNIOR, C. **Histórica Econômica do Brasil**. 26. ed. Brasília: Brasiliense, 1977.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. Sistemas alimentares no século XXI: uma introdução ao debate *In*: PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. (org.). **Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. p. 11-24. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/211399>. Acesso em: 05/01 de jan 2021

POLANYI, K. **A Grande Transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

POLANYI, K. Arensberg, C., e Pearson, H. **Trade and market in the early empires**. Illinois: The Falcon's Wing Press, 1957. Acesso em: 12 jan. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática 1993.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Compreendendo as redes alimentares alternativas: o papel de cadeias curtas de abastecimento de alimentos no desenvolvimento rural. *In*. GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio (org.) **Cadeias Curtas Alternativas: negócio e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 520.

RIBEIRO, R. W. Seca e Determinismo: a Gênese do discurso do Semiárido Nordeste. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, Volume 22, p. 60-91, 1999.

SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. *In*. HEIDRICH, Álvaro Luiz [Et., al]. **A emergência da multiterritorialidade: ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed. ULBRA: Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 312, 2008.

SONNINO, R.; BRUNORI, G. As cadeias curtas de abastecimento na inovação dos Grupos de Aquisição Solidárias (GAS): a construção social das práticas (alimentares) sustentáveis. *In*. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias Curtas Alternativas: negócio e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 520.

SANTOS, P. A. N.; COSTA, J. E. Retrato preliminar do território do Alto Sertão Sergipano pelos dados do censo agropecuário 2017. **Geopauta**, Vitória da Conquista, V. 4, n. 3, 2020, p.(153-179) <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. FOOD AND MARKETS: The contribution of economic sociology *In*: DUNCAN, J.; CAROLAN, M.; WISKERKE, J. S.C.; (edited by) **Routledge Handbook of Sustainable and Regenerative Food Systems**. Agosto, 2020, p. 171-177.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas. *In*. GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Cadeias Curtas Alternativas: negócio e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 520.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 180-219

SERGIPE, Plano de Desenvolvimento do Território do Alto Sertão Sergipano. **Planejamento participativo**, 2008, p. 90. Acesso em: <https://www.se.gov.br/>

SERGIPE. Plano de Desenvolvimento do Território do Centro-Sul Sergipano. **Planejamento participativo**. 2008. Acesso em: <https://www.se.gov.br/>

SIQUEIRA, J. E. O. **Financeirização da economia e capital imobiliário no espaço agrário da Colônia Treze-Lagarto/SE**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO); Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, 2016.

SILVEIRA, D. T; CÓRDOVA, F. P. Unidade 2 – A Pesquisa Científica **In: Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, J. H. **Arranjo Produtivo Local Rural e Agroecologia: uma estratégia de desenvolvimento rural no território da Mata Alagoana/AL**. (Dissertação), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, 2016, p. 151.

SILVA, S. P.; ROCHA, C. C. **Cooperativa Pindorama: um histórico de trabalho coletivo e desenvolvimento territorial**. Mercado de Trabalho- Economia Solidária e Políticas Públicas – IPEA, n. 56, fev. 2014, p. 95-105.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2020, p. 320.

SONINO, R.; MARSDEN, T. K. Além da linha divisória: repensando relações entre redes alimentares alternativas e convencionais na Europa. *In*. **Cadeias Curtas Alternativas: negócio e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p.105-128.

VAIL, J. Karl Polanyi and the Paradoxes of the Double Movement. **Routledge is an imprint of the Taylor e Francis Group, an informa business**. London: Routledge, 2022.

VASCONCELOS, J. S. O. **Das interfaces do projeto de irrigação de fruticultura platô de Neópolis ao agronegócio da cana-de-açúcar**. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **Territorialidade e Ruralidade no Nordeste**: Por um Pacto Social pelo Desenvolvimento Rural. Seminário Internacional Planejamento e Desenvolvimento Territorial. Campina Grande (PB), 28-30 de setembro de 1999. Acesso em: 12 jun. 2019

WESLY, J. **Nexus Água-Energia-Alimento**: Modelagem para arranjos Energéticos para Comunidades Isoladas. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Mecânicas) - Departamento de Engenharia Mecânica, Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

WATTS, M. J.; GOODMAN, D. Agrarian Questions: Global Appetite, Local Metabolism: Nature, Culture, and Industry in Fin-de-Siècle Agro-Food Systems. *In*. GOODMAN, D.; WATTS, **Globalising food**: agrarian questions and global restructuring. London: Routledge, 1997. p. 1-23. Acesso em: 12 jun. 2019.

WHATMORE, S.; THORNE, L. Nourishing Networks: Alternative Geographies of Food. *In*. GOODMAN, D.; WATTS, M. J. (ed.). **Globalising food**: agrarian questions and global restructuring. London: Routledge, 1997. p. 211-224. Acesso em: 12 jun. 2019.

WHATMORE, S. **Hybrid Geographies: natures cultures spaces**. SAGE Publications London - Thousand Oaks - New Delhi, First published, 2002. Acesso em: 12 jun. 2019.

WINTER, M. Geographies of food: Agro-food geographies - Making reconnections. **Progress in Human Geography**. v. 27, (4), 2003, p. 505-513. Acesso em: 10 dez. 2019.

WINTER, M. Geographies of food: agro-food geographies – farming, food and politics. **Progress in Human Geography**. 2003; p. 28; 664. Acesso em: 12 jun. 2020.

WINTER, M. Geographies of food: agro-food geographies making reconnections. **Progress in Human Geography**. 2003; p. 27; 505. Acesso em: 12 jun. 2019.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, van der J. D. **Seeds of Transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Wageningen: Royal van Gorcum, 2004.

WISKERKE, J. S. C. On Places Lost and Places Regained: Reflections on the Alternative Food Geography and Sustainable Regional Development. **International Planning Studies**, 14:4, 369-387, 2009. DOI: 10.1080/13563471003642803

WISKERKE, J. **On regions lost and regions regained**: reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. Wageningen: Rural Sociology Group, 2010.

WISKERKE, J. S. C. On places lost and places regained: Reflections on the alternative food geography and sustainable regional development. **Journal International Planning Studies**. v. 14, (4), Year 2010, p. 369-387.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4.ed. São Paulo: Artmed, 2010.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA - ASSENTADOS

### -----SECÃO 01 – CARACTERIZAÇÃO/ASSENTAMENTO RURAL-----

Nº \_\_\_\_\_

#### 1. Identificação do entrevistado e origens/organização socioespacial do assentamento rural:

1.1 Nome do entrevistado(a):	1.2 Território Administrativo:
1.3 Município (s)/Estado:	1.4 Assentamento/Localidade:
1.5 Data da coleta/observação: __/__/__	1.5 Quando passou a ser habitado/ocupação:

#### 2. Dados básicos do estabelecimento/Lote:

2.1 Área e condição de posse do assentado:			
Própria: há	Arrendada: há	Parceria: há	Outra: ha
Área total: ha		Lote Irrigado Sim ( ) Não ( )	

2.2 Mão de obra:	
( ) Familiar	Nº de pessoas:
( ) Contratada	Nº de pessoas:
( ) Diarista	Nº média de diárias pagas por ano para diaristas

#### 3. Trajetória dos assentados

3.1 Ocorrem mudanças, saídas e retornos do assentamento? Por quê?

3.2 Existem sentimentos de pertencimento em relação ao assentamento/comunidade/território?

3.3 Como ocorrem o acesso a Políticas Públicas no assentamento (Saúde, Educação, Habitação, Saneamento Básico)?

3.4 Quais os principais motivos para existência de relações de poder entre os assentados?

3.5 Você tem acesso à tecnologia no desenvolvimento de suas atividades produtivas?

#### 3.6 Família do Assentado

3.8 Existem relações de vizinhança, compadrio e ajuda mútua na família?

3.8.1 Existem relações de gênero e de sexualidade? (Quais atividades são realizadas por cada membro)

3.9 Há relações de parentesco e de sucessão no lote e/ou propriedade?

3.9.1 Como está estabelecida a divisão do trabalho na família/unidade produtiva?

3.9.2 Caracterização da família

Nome	Parentesco					Sexo		Data de Nascimento (dd/mm/aa)	Escolaridade	Ocupação Principal											
	1	2	3	4	5	F	M			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	1	2	3	4	5	F	M	__/__/__	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	6	7	8	9	10			__/__/__	5	6	7	8	9	10	11	12					
	1	2	3	4	5	F	M	__/__/__	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	6	7	8	9	10			__/__/__	5	6	7	8	9	10	11	12					
	1	2	3	4	5	F	M	__/__/__	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	6	7	8	9	10			__/__/__	5	6	7	8	9	10	11	12					
	1	2	3	4	5	F	M	__/__/__	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	6	7	8	9	10			__/__/__	5	6	7	8	9	10	11	12					
	1	2	3	4	5	F	M	__/__/__	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	6	7	8	9	10			__/__/__	5	6	7	8	9	10	11	12					
	1	2	3	4	5	F	M	__/__/__	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
	6	7	8	9	10			__/__/__	5	6	7	8	9	10	11	12					

**Grau de parentesco com o responsável pelo estabelecimento:** 1. Próprio responsável (APENAS UM membro deve ser escolhido); 2. Cônjuge; 3. Filho/enteado; 4. Pai/mãe; 5. Avô(ó); 6. Sobrinho(a); 7 Irmão(ã); 8. Neto(a); 9. Nora/Genro; 10. Outro.

**Escolaridade:** 1. Não-alfabetizado(a); 2. Analfabeto; 3. Ensino fundamental incompleto; 4. Ensino fundamental completo; 5. Ensino médio incompleto; 6. Ensino médio completo; 7. Ensino técnico. 8. Ensino superior. 9. Pós-graduação,

**Ocupação Principal:** 1. Agricultor; 2. Assalariado agrícola (permanente/safrista) fora da propriedade; 3. Estudante; 4. Aposentado; 5. Empregado doméstico; 6. Construção civil; 7. Professor (a); 8. Funcionário Público; 9. Comerciante; 10. Presta serviços terceirizados. 11. Outros. ATENÇÃO: APENAS OCUPAÇÃO PRINCIPAL

3.9 Tipos de renda: Marque as fontes/tipos de ingresso/rendas o núcleo familiar e o estabelecimento/UP possuem e informe o percentual (%) aproximado de cada um destes na formação da receita/renda total.

Renda	Percentual
( ) rendas agrícolas, obtidas com atividades desenvolvidas no estabelecimento;	
( ) rendas de transformação, beneficiamento ou processamento de produtos – agroindústria familiar;	
( ) rendas de atividades não-agrícolas fora dos estabelecimentos – trabalho assalariado ou prestação de serviços;	
( ) rendas de arrendamentos, aluguéis de casas ou outros bens;	
( ) rendas de remessas de fora por outros membros da família;	
( ) rendas de aposentadorias ou pensões;	
( ) rendas de benefícios sociais ou transferências do governo (bolsa familiar, BPC);	
( ) outras rendas.	

-----SEÇÃO 02 - DESENVOLVIMENTO RURAL E RETERRITORIZAÇÃO-----

#### 4. Sobre desenvolvimento rural e os alimentos

- 4.1 Como você define o desenvolvimento rural?
- 4.2 Quais são as maiores potencialidades produtivas (alimentos) no assentamento/território?
- 4.2.1 Essas potencialidades estão sendo exploradas por você? Se não, por quê?
- 4.2.2 Como e por quem esses alimentos foram inseridos no seu lote/assentamento?
- 4.3 Essa opção tem sido vantajosa para você/comunidade?
- 4.4 Quais os principais limitantes para produção desses alimentos no lote/assentamento/território?
- 4.5 A produção e comercialização dos produtos tem sido impactada pela pandemia da Covid-19?
- 4.6 Os alimentos influenciam diretamente no bem-estar da sua família, propriedade e no assentamento?

#### 5. Reterritorialização dos alimentos

- 5.1 O que representa produzir alimentos para você?
- 5.2 Quais alimentos são produzidos em seu lote?
- 5.2.1 Qual a finalidade desta produção?
- 5.2.2 Algum desses alimentos é beneficiado antes de ser comercializado?
- 5.3 Quais são as condições para você desenvolver domínios e conhecimentos (saberes e culturas) para produzir mais alimentos e melhores?
- 5.4 Como você vê a produção orgânica e a agroecológica na atualidade?
- 5.5 Você costuma desenvolver/criar alguma “novidade” em seu lote? Se sim.
- 5.5.1 Quais e como compartilha com os demais assentados?

#### 5.6 Incertezas e os alimentos

- 5.7 O que significa acessar novos canais de comercialização para o desenvolvimento do seu lote?
- 5.7.1 Quais canais de comercialização você acessa?
- 5.8 Qual é sua opinião/percepção sobre os preços que recebe neste canal de comercialização? **[Assinalar apenas 1 alternativa]**
- ( ) Muito satisfeito – estou muito feliz e contente com os preços
- ( ) Satisfeito – mais ou menos!
- ( ) Totalmente insatisfeito – frustrado/nada contente
- ( ) Insatisfeito – poderia ser melhor
- ( ) Não sabe/não opinou
- 5.9 Como é definido/feito ou determinado o preço de venda neste canal de comercialização? **[Assinalar apenas 1 alternativa]**
- ( ) O preço é determinado pelo comprador, não tenho interferência
- ( ) O preço é determinado pelos vendedores em um acordo coletivo (p.ex. Comissão de Feira)
- ( ) Usa o preço da Bolsa de Valores ou da cotação internacional
- ( ) Usa o preço do Supermercado como referência

- ( ) Usa o preço da Central de Abastecimento (CEASA ou outra) como referência
- ( ) Usa o preço de outros agricultores como referência
- ( ) Usa o preço de anos anteriores como referência
- ( ) Usa o cálculo do custo de produção do produto como referência
- ( ) Busca informações com terceiros (amigos, na cooperativa ou com os extensionistas)
- ( ) O preço resulta de uma negociação com o comprador
- ( ) O preço é definido pelos compradores (licitação, contrato, chamadas, etc)
- ( ) Outra: \_\_\_\_\_
- ( ) Não sabe/não opinou

5.9 Como é feito o pagamento neste canal de comercialização? *[Assinalar todas as opções utilizadas]*

- ( ) No momento da compra
- ( ) Na entrega física do produto, *on spot* (á vista)
- ( ) Posteriormente, em prazo acordado
- ( ) Não há pagamento em dinheiro envolvido, houve trocas com vizinhos e outros
- ( ) Outro: \_\_\_\_\_

5.9.1 Avalie o nível/grau de “INCERTEZAS COMPARTILHADAS” em relação aos seguintes fatores/elementos que existem na produção, beneficiamento e no acesso a canais de comercialização? *[Assinalar apenas 1 alternativa em cada linha]*

<b>Indicadores/Gradiente de Avaliação Sobre</b>	<b>Baixo</b>	<b>Médio</b>	<b>Alto</b>	<b>Não sabe/ não opinou</b>
Informação sobre preços de venda, lucros, despesas, novidades				
Tempo e/ou condições climáticas para produção e comercialização				
Uso de tecnologia no assentamento/lote				
Condições das estradas para escoamento				
Adequação as normas sanitárias e tributárias				
Regularidade de oferta dos produtos para beneficiamento, para venda e atendimento aos compradores/consumidores				
Sazonalidade da demanda				
Receber pagamento pelos produtos vendidos nos prazos esperados				
Perdas e/ou desperdícios por sobras ou não conseguir vender tudo				
Quebra de acordos formais ou informais e contratos				
Mudanças nas políticas relacionadas a comercialização				

5.8 Avalie o nível/grau de “**PODER**” em relação aos seguintes fatores/elementos que existem no processo de reterritorialização de alimentos? *[Assinalar apenas 1 alternativa em cada linha]*

<b>Indicadores/Gradiente de Avaliação Sobre</b>	<b>Baixo</b>	<b>Médio</b>	<b>Alto</b>	<b>Não sabe/ não opinou</b>
Acesso a água/irrigação				
Melhores condições de beneficiamento e armazenagem da produção				
Adequação as normas sanitárias e tributárias				
Acesso a outros canais de comercialização				
Sazonalidade da demanda				
Receber pagamento pelos produtos vendidos nos prazos esperados				
Perdas e/ou desperdícios por sobras ou não conseguir vender tudo				
Quebra de acordos formais ou informais e contratos				
Mudanças nas políticas relacionadas a comercialização, crédito e custeio				
Importância do seguro safra para manutenção de perdas na produção				
Relação com os gestores das instituições				
Importância da geração de novidades				

### -----SEÇÃO 03 – GOVERNANÇA TERRITORIAL-----

6. Existem normas legais (formais/informais) para fazer parte de projetos no assentamento (irrigação)?

6.1 Você faz parte de alguma cooperativa ou associação existente no assentamento ou território?

6.2 Quais são as exigências (convenções) para fazer parte e se manter na organização?

6.2.1 Essas organizações exercem algum tipo poder sobre a sua tomada de decisão (produtiva, investimentos, aplicação de insumos, comercialização, dentre outras)?

6.3 Essa organização representa seus interesses e de sua família? Se sim.

6.3.1 Estão associados a regras legais, contrato de trabalho/comercialização, padrões morais, convenções sociais, políticas, culturais, controle social e produtivo?

6.4 Existem fatores (sociais, políticos, produtivos) que contribuem para diferenciar o assentamento?

6.4.1 Existem “ativos” mobilizados ou que precisam ser mobilizados no assentamento?

6.5 Você compartilha de incentivos ou capacidades de ação familiar ou do assentamento?

6.6 Avalie o nível/grau de “**PODER**” em relação aos seguintes fatores/elementos que existem no processo de governança territorial? *[Assinalar apenas 1 alternativa em cada linha]*

<b>Indicadores/Gradiente de Avaliação Sobre</b>	<b>Baixo</b>	<b>Médio</b>	<b>Alto</b>	<b>Não sabe/ não opinou</b>
Qual a importância do projeto de irrigação				
Das compras públicas (PAA, PNAE)				
Das instituições que atuam no assentamento (INCRA, CODEVASF, ATER e outras)				
Atuação de atravessadores e empresas do agronegócio				
O trabalho familiar e coletivo no lote e no assentamento				
Os recursos disponíveis no território				
Equipamentos disponíveis e adaptados aos processos locais e territoriais				
Interdependência, incentivos e capacidades de ação				
Gestores da cooperativa/associação e lideranças locais				
Proximidade com os consumidores				
Conexões de proximidades locais e territoriais				

**-----SEÇÃO 04 – DESCONEXÃO-DESENRAIZAMENTO-DESVINCULAÇÃO-----**

### **7. Quanto ao processo de DESCONEXÃO**

7.1 Como a distância entre produtores e consumidores afeta a produção de alimentos?

7.2 Como você ver a perda do fator humano no processo de comercialização de alimentos?

7.3 Existe anonimato na relação produtor e consumidor nos assentamentos?

7.4 Avalie o nível/grau de “PODER” em relação aos seguintes fatores/elementos que existe no processo de desconexão? *[Assinalar apenas 1 alternativa em cada linha]*

<b>Indicadores/Gradiente de Avaliação Sobre</b>	<b>Baixo</b>	<b>Médio</b>	<b>Alto</b>	<b>Não sabe/ não opinou</b>
Fornecedores de bens e serviços na cadeia produtiva				
Perda de vínculos com consumidores				
Distância e marketing para comercializar alimentos				
Sistemas de controle de qualidade				
Sistemas de certificação (selos)				
Marcas registradas				

### 7.5 Quanto ao processo de DESENRAIZAMENTO

7.6 O assentamento representa seu local de produção e abastecimento de alimentos para o consumo e comercialização?

7.7 A falta de laços de proximidade dos consumidores com os alimentos determina a qualidade e a produção de bens e serviços na produção de alimentos?

7.8 Qual a origem e qualidade dos insumos agrícolas utilizados em seu lote e no assentamento?

7.9 Avalie o nível/grau de “PODER” em relação aos seguintes fatores/elementos que existe no processo de desenraizamento? *[Assinalar apenas 1 alternativa em cada linha]*

<b>Indicadores/Gradiente de Avaliação Sobre</b>	<b>Baixo</b>	<b>Médio</b>	<b>Alto</b>	<b>Não sabe/ não opinou</b>
Os desperdícios e qualidade dos alimentos				
Natureza dos bens e serviços				
Novas experiência de consumidores com produtores				
Individualidades produtivas e exclusividade no consumo				
Insumos agrícolas				
Especialização da produção de alimentos				

### 8. Quanto ao processo de DESVINCULAÇÃO

8.1 Como o agronegócio atua dentro do sistema produtivo do assentamento e território?

8.2 Você ver o agronegócio construindo novas espacialidades no território/assentamento?

8.3 A expansão da produção e o aumento da comercialização de alimentos no assentamento está vinculado a canais de comercialização do agronegócio?

8.4 Empresas do agronegócio estão presente no território/assentamento ofertando insumos agrícolas, assistência técnica e vínculos contratuais?

8.5 Avalie o nível/grau de “PODER” em relação aos seguintes fatores/elementos que existe no processo de desvinculação? *[Assinalar apenas 1 alternativa em cada linha]*

<b>Indicadores/Gradiente de Avaliação Sobre</b>	<b>Baixo</b>	<b>Médio</b>	<b>Alto</b>	<b>Não sabe/ não opinou</b>
Atuação de empresas do agronegócio no assentamento e território				
Expansão da produção de alimentos para exportação				
Insumos agrícolas e assistência técnica				
Dificuldade de acessar outros canais de comercialização				
Espaços/territórios ocupados pelo agronegócio				
Segmentação de setores produtivos				

## APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES

Nº \_\_\_\_\_

### -----SECÃO 01 – SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL-----

1. Como você define o processo de desenvolvimento rural?
2. Você atuou diretamente no processo de formação dos assentamentos rurais analisados? Se sim.
  - 2.1 Quais são as principais potencialidades destes assentamentos para produção de alimentos e redução das desigualdades nestes territórios?
    - 2.1.1 Quais relações de poder você identificou durante esse processo e na atualidade?
  - 2.2. Estas potencialidades produtivas estão sendo exploradas? Se sim.
  - 2.3. Como está sendo explorada e com qual finalidade (consumo, processamento, comercialização)?
3. Quais os principais limites para o desenvolvimento da agricultura nestes territórios/assentamentos?
  - 3.1 Esses limitantes estão sendo superados por quais ações/projetos/políticas públicas desenvolvida pelo Estado e instituições?
4. Quais foram as diretrizes exploradas no plano de formação e manejo dos assentamentos rurais (Colônia Treze e Projeto Jacaré-Curitiba)?
5. Como você vê a questão de gênero o papel da mulher dentro dos assentamentos?
  - 5.1 A gestão e posse dos lotes associado a sucessão parental (envelhecimento) e o papel dos jovens?
6. Como você vê o futuro dos assentamentos como produtores de alimentos no Nordeste?

### -----SECÃO 02 – SOBRE OS ASSENTAMENTOS RURAIS -----

7. Quais são as principais instituições que estão atuando nos assentamentos rurais?
8. Existem ações e orientações repassadas por essas instituições aos assentados?
  - 8.1. As ações/orientações foram/são repassadas de forma coletiva?
10. Essas ações contribuem no fortalecimento da produção de alimentos, segurança alimentar e nutricional?
11. Existem pessoas e lideranças dos assentamentos afrente de entidades associativas/cooperativas?
  - 11.1 Qual papel dessas lideranças na mediação de conflitos internos e na produção de novidades?
  - 11.2 Existe transparência e legitimidade nas ações desses atores?
12. Quais principais contribuições das entidades/instituições e lideranças para a melhoria da qualidade de vida no assentamento?

**-----SECÃO 03 – SOBRE A RETERRITORIZAÇÃO DOS ALIMENTOS-----**

13. Qual a sua opinião sobre a atuação dos atores institucionais e das lideranças dos assentamentos?
16. Você conhece experiências produzidas pelos assentados na produção, beneficiamento e comercialização de alimentos?
- 16.1 Quais os principais alimentos envolvidos nesse processo?
- 16.2 Estes alimentos estão inseridos no processo de contramovimento produtivo (consumo próprio, qualidade e diversificação dos canais de comercialização)?
17. Até que ponto as entidades e instituições influenciam na tomada de decisão dos assentados?
18. Você tem conhecimento/informação de algum alimento que exerce poder dentro de sistemas produtivos do assentamento? Gerando renda, segurança alimentar e nutricional dos assentados?
19. Na sua opinião as experiências ligadas aos projetos produtivos (irrigação, cultivos específicos) aproxima os assentamentos do agronegócio?
- 20 Até que ponto esses projetos determinam as escolhas dos alimentos e os canais de comercialização acessados?
21. Na sua opinião as experiências produtivas desenvolvidas nos assentamentos rurais representam territórios alimentares no Nordeste brasileiro?
- 21.1 Você reconhece a importância dos assentamentos rurais na produção de alimentos em escalas (local/territorial e regional)?

**-----SECÃO 04 – SOBRE AS INCERTEZAS E O PODER-----**

22. Como você vê a influência das instituições do agronegócio dentro dos assentamentos?
- 22.1 Estas influências determinam a escolha dos alimentos e quais cadeias produtivas serem acessadas?
- 22.2 Tem conhecimento de algum processo de comercialização e beneficiamento controlado por atravessadores ou empresa do agronegócio?
23. As oligarquias políticas e agrárias exercem poder no território e nos assentamentos? Como esse processo influenciou na formação e desenvolvimento do assentamento e território?
24. Você acredita que os alimentos têm o poder de transformar e construir espaços?
25. Você identifica símbolos, narrativas e discursos de atores hegemônicos atuando a favor do agronegócio e contra a formação dos assentamentos?
- 25.1 Até que ponto o fenômeno da seca é um indicador favorável ao exercício e manutenção do controle e domínio sobre pequenos produtores de alimentos (assentados/produtores familiares)?
26. Como você vê o futuro dos assentamentos após o processo de titulação da terra e a possibilidade de venda e arrendamento das terras?
- 26.1 Esse processo irá impactar na produção de alimento de qualidade e no fornecimento de alimentos em escalas local, territorial e regional?
27. Gostaria de expor mais alguma opinião sobre a formação dos assentamentos e a produção de alimentos?